**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**Modernização e Civilização em debate
proposta(s) positivista(s), embate de ideias e ação política no Brasil
ao final do século XIX**

Versão corrigida

André Luciano Simão

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia do
Departamento de Sociologia da
Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para a
obtenção do título de Doutor em
Sociologia**

Orientador: Prof. Dr. Brasília Sallum Júnior

**São Paulo
2013**

RESUMO

O presente trabalho analisa a obra de dois autores positivistas com atuação intelectual, política e social marcante durante os últimos anos do século XIX e primeiros anos do século XX no Brasil: Luís Pereira Barreto e Alberto Sales. Importantes representantes do positivismo paulista, tais autores, guiados por visão cientificista da realidade do país, elaboraram visão peculiar das necessidades de mudanças do país rumo à civilização e ao progresso. A hipótese trabalhada é a de que tais autores expressam, na esfera intelectual, um embate entre diferentes grupos e estratos nacionais interessados em impor à nação seu projeto de modernização, um embate pela hegemonia intelectual em momento de importante transição do país. Desta forma, trabalha-se com a ideia de que tais autores apropriam-se do discurso positivista com interesse sincero de colocar suas percepções e entendimentos em prática e alterar concretamente as condições sociais, econômicas e políticas do país. Discorda-se, deste modo, das análises que compreendem os posicionamentos intelectuais apenas como forma de reorganizar o discurso autoritário ou como modo de crítica ao governo, mais ou menos acentuada, de indivíduos distantes das esferas de poder.

Palavras chave: positivismo; pensamento social; modernização; transição republicana; hegemonia intelectual

ABSTRACT

The present study examines the work of two positivist authors with outstanding intellectual, political and social performance during the last years of the nineteenth century and the early years of the twentieth century in Brazil: Luís Pereira Barreto and Alberto Sales. Important representatives of “paulista” positivism, such authors, led by scientist vision of the reality of the nation, developed peculiar vision of the changing needs of the country towards progress and civilization. A crafted hypothesis is that such authors express, in the intellectual sphere, a contest between different groups and strata national interested in impose to the nation its modernization project, a contest for the intellectual hegemony in a important moment for the country's transition. Thus, we work with the idea that such authors appropriated from the positivist discourse with sincere interest to put their perceptions and understandings into practice and change concretely the social, economic and political of the nation. Disagree is thus of the analyzes who understand the intellectual positions only as a way of reorganize the authoritative discourse or as a form of criticism of the government, more or less pronounced, of individuals distant of the spheres of power.

Keywords: positivism; social thinking; modernization; republican transition; intellectual hegemony

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Brasília Sallum Jr. pela orientação, pelas sugestões, pelo aprendizado e, principalmente, pela paciência. Sempre que precisei pude contar com sua ajuda, compreensão e atenção.

Ao professor Luiz Carlos Jackson e à professora Élide Rugai Bastos, membros da minha qualificação. Suas observações e sugestões foram fundamentais à continuidade da pesquisa. À professora Élide, minha querida orientadora na graduação e no mestrado, serei sempre grato, seu exemplo é sempre um norte.

Ao amigo Ulianov pelas conversas e incentivo.

Aos diversos amigos que me incentivaram.

Aos meus pais, por tudo.

A Carla, por seu carinho, amizade, companheirismo, incentivo, cobrança e correções.

Para Carla,
por seu carinho, atenção e paciência

LISTA DE ABREVIACÕES

Obras de Pereira Barreto:

- TFFT : As três filosofias: filosofia teológica
- TFFM : *As três filosofias: filosofia metafísica*

Obras de Alberto Sales:

- CP : Ciência política
- PR : Política republicana
- PP : Pátria paulista
- BP : Balanço político

Periódicos:

- RA : Revista Agrícola
- PSP : Província de São Paulo

ÍNDICE

Lista de abreviações	vi
Introdução.....	1
Capítulo 1. Conjuntura intelectual no século XIX: tradição lusitana e formação acadêmica.....	22
1.1. Constituição do Estado Imperial.....	23
1.2. Tradição, retórica e educação: a esfera intelectual e a formação de disposições	32
1.3. O ensino do Direito e o Liberalismo na constituição do intelectual brasileiro	49
1.4. A crise do Império e o positivismo no Brasil	57
Capítulo 2. Da Experiência ao Progresso: a atividade positivista de Luís Pereira Barreto.....	73
2.1. Grupos de interesse comerciais e sua influência no Brasil.....	76
2.2. Urbanização e modernização dos meios de comunicação.....	90
2.3. A agricultura e os homens de negócio: interesses convergentes.....	95
2.4. Os interesses comerciais e a indústria.....	110
2.5. Luís Pereira Barreto: teoria, prática e mudanças sociais.....	118
2.5.1. Prevalência do social sobre o político.....	122
2.5.2. A questão da educação.....	127
2.5.3. Permanências no passado: teologia e metafísica retardando o progresso.....	134
2.5.4. As atividades “na fazenda”: agricultura, base para o	

desenvolvimento.....	135
----------------------	-----

2.5.5. Ciência e experimentação: ações práticas para mudar o país.....	147
--	-----

Capítulo 3. O governo dos sábios e a administração do Estado: o projeto de organização política de Alberto Sales..... 152

3.1. Evolução e conservação: ordem e progresso.....	157
---	-----

3.2. O equívoco monárquico.....	162
---------------------------------	-----

3.3. Partidos, eleições e exclusão da população.....	166
--	-----

3.3.1. Eleição e sufrágio: o governo dos sábios.....	172
--	-----

3.3.2. A crítica de Alberto Sales aos partidos políticos do Império.....	175
--	-----

3.4. Federalismo.....	182
-----------------------	-----

3.4.1 A questão federalista em São Paulo.....	189
---	-----

3.5. Propaganda e educação.....	192
---------------------------------	-----

3.5.1 A função da imprensa.....	196
---------------------------------	-----

3.6. Identidade nacional e imigração.....	202
---	-----

3.7. Função do Estado: administrar o interesse geral.....	207
---	-----

3.7.1. Da propaganda ao regime republicano: um projeto de Estado.....	211
---	-----

3.8. Crítica à república brasileira: um projeto fracassado.....	225
---	-----

3.9. A política de Estado de Campos Sales e o projeto de Alberto Sales	228
--	-----

Capítulo 4. Ciência e civilização no Brasil: entre a tradição e a modernização 232

4.1. O embate entre o bacharelismo literário e o discurso científico.....	235
---	-----

4.1.1. Ciência e tradição no Brasil.....	243
--	-----

4.2. Estado ou sociedade: qual o agente da mudança?.....	246
4.2.1. Poder e propriedade na rivalidade intelectual.....	255
Considerações finais.....	262
Referências bibliográficas.....	267

Introdução

As últimas décadas do século XIX e o início do século XX no Brasil são marcados por profundas mudanças na estrutura social, política e econômica do país. Começa a formar-se uma sociedade urbana, com industrialização incipiente, mas, no quadro geral, o país é ainda uma sociedade rural, voltado à produção agrícola para exportação fundada na grande propriedade extensiva e no trabalho escravo. Neste instante de ruptura com o passado e de constituição das condições de formação de novo país em sintonia com a modernização que acompanhava a Europa e os EUA a disputa entre os grupos pela direção do processo ocorre, além de na esfera política e econômica, também na esfera das ideias, pela direção simbólica do processo, pela hegemonia intelectual do discurso que dará sentido a transição procurando direcioná-la.

Os grupos que disputam a direção econômica e política do país vão se organizar em torno de projetos de nação distintos (ALONSO, 2009), projetos que serão organizados no plano intelectual em duas vertentes principais. Por um lado, aqueles desejosos da mudança e ligados à ideia de modernidade e progresso, indivíduos que erguerão suas críticas ao regime monárquico apelando à ciência e à experiência, representantes de grupos descontentes com os rumos do governo querendo dar-lhe nova face. Por outro, aqueles ligados ao Império, ao mundo rural tradicional e aos valores aristocráticos,

indivíduos que formavam a nata da monarquia, formados no mundo da corte e dos galanteios, que viam na continuidade do regime as garantias da sua posição e status. Para estes últimos, sem o Império não haveria possibilidades de ascensão econômica e social, não existiria carreira política.

Com a proclamação da República, intensificam-se as disputas pela direção do país e aumentam também os debates de ideias políticas. Busca-se resolver o problema do atraso nacional investigando suas origens para, então, planejar e realizar projeto de modernização.

A chamada República “Velha” foi um tempo de intensa busca de modernidade, que não era singular, mas plural, pois diferentes eram os projetos de modernização que se articularam e entraram em disputa. De toda forma, no interior dessa variedade, um ponto era praticamente consensual: o Brasil não seria moderno, não se tornaria um país civilizado, sem o auxílio da ciência, o novo e fundamental instrumento para qualquer tipo de progresso da humanidade (GOMES, 2010, p. 11-2).

Dentre os que criticam as instituições, a estrutura política e a organização econômica do Império e procuram fornecer à imberbe República instrumentos científicos para sua organização, encontram-se os atores de formação, ou inspiração, positivista. Apoiados na crítica científica ao regime monárquico, tais autores vão denunciar o atraso que mantinha a nação estagnada na estrada natural para o progresso, atraso ligado ao Império e àqueles que o sustentavam ideologicamente, os bacharéis de formação liberal, humanística e literária.

A presente pesquisa visa discutir a obra de dois destes autores, Luís Pereira Barreto e Alberto Sales. Após retomar os aspectos principais das obras de ambos, destacando a percepção que tinham do país e o projeto de civilização que pretendiam vê-lo seguir, busca mostrar como tais autores incorporam as aspirações e os projetos de diferentes grupos presentes e atuantes no país. O objetivo é compreender a amplitude e a força social das ideias e como atuam na orientação dos grupos e estratos que as adotam.

Ao procurar recuperar as proposições positivistas no período, pretende-se destacar o caráter definidor de orientações teóricas que adquire o positivismo no momento, mas, também, o caráter definidor de comportamentos e orientador da ação que caracteriza a adesão a esta corrente teórica. Deste modo, trabalha-se com a hipótese segundo a qual aqueles que aderem às formulações positivistas organizam suas experiências, suas condutas e comportamentos de acordo com as ideias que professam, estas não são meros ornamentos capazes de conferir brilho ou beleza a seus portadores e passíveis de serem postas de lados conforme as conveniências do momento, não são meros instrumentos de retórica destinadas a reforçar os discursos. As ideias não podem ser pensadas fora da vida concreta, como afirmava Mannheim, “as ideias não são sonhos nem desejos, imperativos imaginários baixados de alguma esfera absoluta; antes, possuem uma vida concreta própria e uma função definida no processo total” (1968, p. 264). De acordo com Mannheim, para compreender adequadamente o pensamento é sempre necessário analisar a relação entre conhecimento e existência, entre o pensar e o agir.

Neste sentido, toma-se como referência as observações de Skinner (1999; 1969), o qual rejeita qualquer possibilidade de relação puramente instrumental entre pensamento político e ação concreta; para este autor, além de haver a necessária relação entre as ideias e o contexto, o discurso político deve, imperativamente, fazer com que a ação de quem o professou defina-se conforme seu conteúdo, ou melhor, pensamento e ação, ideias e experiência, formam um conjunto único e coeso.

A proposta de analisar o pensamento político através da ação política concreta, da vida política dos atores, da própria forma estabelecida na vida cotidiana dos homens como comportamento público e privado adequado, parece corresponder à proposta de Skinner. Para o autor, o contexto ideológico e o vocabulário normativo não se restringem à discussão teórico/intelectual somente, esta é apenas uma de suas faces: para Skinner, o vocabulário normativo prescreve mesmo como deve ser conduzida a vida dos homens em cada sociedade, determinando o que é certo e errado; é o pensamento cristalizado em hábitos, convenções, na linguagem, etc., que determina o comportamento e o discurso político dos atores. O contexto ideológico, portanto, é percebido não só pelos textos como também pelo cotidiano das sociedades.

Em sua proposta Skinner recupera e sintetiza as duas correntes mais tradicionais de análise das ideias. A primeira procura analisar o significado das ideias a partir do contexto na qual são produzidas; esta é assimilada pelo autor sem, contudo, ser tomada em sua vertente mais radical, isto é, aquela pela qual as ideias são simplesmente um reflexo de sua base

social. A segunda, pela qual as ideias, ou melhor, o texto é visto com auto-explicativo, ou seja, o significado de um texto deve ser buscado no seu próprio conteúdo independente do contexto no qual está inserido. Esta segunda abordagem é recuperada por Skinner da seguinte forma: o texto tem um conteúdo auto-explicativo, mas desde que percebido em sua relação com a teia de textos na qual seu autor encontra tanto a forma como, em boa medida, o conteúdo para sua obra. Ou seja, existe um vocabulário normativo pelo qual o autor deve guiar-se para produzir seu texto; este vocabulário define, ou, ao menos coloca os limites, tanto a forma quanto o conteúdo (por definir os temas) dos textos produzidos. Portanto, existe uma relativa auto-explicatividade dos textos em relação ao contexto, dado que estes são também definidos pelo conjunto dos demais textos de sua época – pelo vocabulário normativo. As ideias de contexto intelectual e vocabulário normativo, conceitos e palavras através das quais os agentes devem elaborar seus raciocínios para que os mesmos sejam reconhecidos como legítimos, são muito produtivas para proceder-se à análise dos textos brasileiros do final do século XIX e início do século XX.

Ao pensar os discursos como condicionadores efetivos das práticas e da ação, discorda-se das afirmações correntes que afirmam que no Brasil do século XIX as ideias e, deste modo, os discursos e as teorias políticas, servem apenas para dar lustre às palavras e aos seus oradores. Nos estudos sobre o período, há toda uma corrente sociológica e historiográfica para as quais as ideias têm pouco peso para a vida intelectual brasileira, são meramente ornamentais: os discursos são belos, carregados de retórica e permeados pelas mais modernas ideias em voga na Europa, porém estéreis quanto às

possibilidades e intenções de aplicação prática. Autor como Cruz Costa (1967), por exemplo, afirma que a filosofia no Brasil era um luxo de uma pequena elite rica e ilustrada que “imitava” as ideias estrangeiras, segundo ele, saber reproduzir tais ideias, principalmente quando se tratava de novidades, já era um sinal de distinção: “a novidade supria o espírito de análise, a curiosidade supria a crítica” (p. 8). Expressar ideias em voga nas metrópoles europeias seria mero sinal de macaqueamento, um arremedo de pensamento descontextualizado e sem significado para a experiência concreta dos atores. Em oposição a esta tendência, Gildo Marçal Brandão afirma, ao tratar da importância de se estudar as ideias e a vida intelectual do país, que este tipo de discurso caracteriza:

o preconceito de que as ideias e ideologias não são ou nunca foram importantes entre nós, obscurecendo o efetivo papel, suas dimensões e limites, que elas desempenharam enquanto organizadoras da experiência e motivadoras da ação. No fundo, se as ideias não passam de “um luxo de senhores de escravos ociosos” não há porque perder tempo com elas, investigar as conexões eventualmente existentes entre elas e as mentalidades dos grandes grupos sociais (2010, p. 3-4).

Seguindo esta linha de orientação, não está entre os objetivos da pesquisa estabelecer a qualidade das propostas positivistas no que tange a sua fidelidade ou leitura adequada das obras de Comte e Spencer. Importa perceber, de acordo com a leitura feita do positivismo pelos agentes, se há relação entre as propostas e a forma de organizar e compreender a realidade e as condutas adotadas, a forma de organizar a relação com o mundo e os projetos de transformação positiva da sociedade brasileira. Importa

compreender a força social das ideias e quais os seus alcances na orientação dos grupos e estratos que as professam, “trata-se de investigar como as ideias fizeram a cabeça de grupos sociais e profissionais, converteram-se em projetos que exprimem ou estão em busca de atores (suportes), transformaram-se em direção intelectual e moral” (BRANDÃO, 2010, p.1-2). Pretende-se, portanto, compreender o positivismo como expressão de interesses concretos de grupos sociais atuantes na sociedade brasileira do momento.

No interior desta proposta mais ampla de pesquisa, existem dois aspectos que necessitam ser explorados. Primeiro, é necessário compreender o quadro mais geral da vida intelectual no país no momento, isto é, compreender por que persiste entre os pesquisadores que se ocupam com a história das ideias, ou em entender o pensamento político-social nacional durante o século XIX, a noção de que as ideias têm “pouca importância” de fato entre nós, de que servem apenas como forma de organizar e “ornamentar” o discurso, sem que haja maior preocupação com as suas aplicações à realidade e ao cotidiano da vida político-social brasileira. Enfim, é preciso analisar o que caracteriza a organização do pensamento político social brasileiro ou, em outros termos, como compreender a conjuntura intelectual no Brasil durante o século XIX.

Por outro lado, é preciso investigar se, de fato, os positivistas brasileiros exprimem os projetos ou interesses de grupos sociais definidos no país, ou seja, investigar se as análises e propostas positivistas realmente expressam a forma de pensar e, desta forma, de organizar a ação de grupos

ou estratos significativos na sociedade brasileira ou final do século XIX e início do século XX.

De acordo com Mannheim é preciso proceder à análise das ideias tomando o pensamento “como parte e parcela do processo histórico” e como estando além da personalidade individual. Mannheim procura perceber as transformações do pensamento através da análise das mudanças nas circunstâncias sociais, ou seja, mostra que é preciso analisar as ideias como ancoradas em portadores sociais. O indivíduo:

fala a linguagem do seu grupo; pensa do modo que seu grupo pensa. Encontra à sua disposição somente certas palavras e seus significados. Estas não apenas determinam em um sentido amplo os caminhos de abordagem ao mundo que o envolve, mas igualmente mostram, e ao mesmo tempo, de que ângulo e em que contexto de atividades os objetos foram anteriormente perceptíveis e acessíveis ao grupo e ao indivíduo (MANNHEIM, 1968, p. 30-1).

Para além de mostrar que as ideias refletem as condições sociais e a situação histórica, Mannheim orienta sua análise pela noção de que existe sempre um vocabulário a ser utilizado e sentidos dados às palavras e conceitos que orientam e condicionam o pensamento em dado momento, determinando a forma de acessar, pensar e exprimir a realidade dos membros que compõem a sociedade, algo próximo às propostas de Skinner de contexto intelectual e vocabulário normativo. Os indivíduos agem em grupo, como aliados ou em oposição a outros, para transformar o mundo e a sociedade a sua volta ou para mantê-los em dada situação; tal ação é estruturada também no plano das

ideias, nas formas de pensar, sempre de acordo com a realidade concreta e com as possibilidades intelectuais disponíveis. Deste modo, para Mannheim, em qualquer sociedade diferentes grupos experimentam o mundo de modo diverso, sempre há mais de uma forma de interpretar algo, porém todos compartilham um conjunto comum de conceitos, métodos e modos de interpretar a realidade. “A direção dessa vontade de atividade coletiva de transformar ou manter é que produz o fio orientador para a emergência de seus problemas, seus conceitos e suas formas de pensamento” (MANNHEIM, 1968, p. 32).

A questão da significação, portanto, é ponto importante da análise mannheimiana, ou seja, a ideia segundo a qual grupos sociais distintos usam as palavras e conceitos de formas diferentes, dando a elas significados distintos. “E leves variações de sentido nos fornecem as melhores pistas para as diferentes tendências de pensamento numa comunidade” (MANNHEIM, 1981, p. 81). Por outro lado, é interessante também perceber como grupos sociais com objetivos totalmente distintos muitas vezes possuem estilos de pensamento semelhantes, isto é, possuem formas semelhantes de organizar a reflexão sobre o mundo; como, por exemplo, os vínculos de estilo de pensamento existentes, segundo Mannheim, entre Kant e os revolucionários franceses. Deste modo, semelhantes estilos de pensamento podem formar-se em circunstâncias sociais distintas e tendo por trás de si intenções básicas diferentes.

O conceito de estilos de pensamento é central, desta forma, para a definição de Mannheim da sociologia do conhecimento, disciplina cujo

propósito é analisar os diferentes estilos de pensamento “enquanto crescem e se desenvolvem, fundem-se e desaparecem”. O objetivo principal deste tipo de análise é procurar “ver os pensadores de um determinado período como representantes de diferentes estilos de pensamento. Queremos descrever suas maneiras diversas de enxergar as coisas como se eles refletissem as perspectivas em mudança de seus grupos” (MANNHEIM, 1981, p. 80). Deste modo, o autor percebe uma ligação muito estreita entre os grupos sociais e os estilos de pensamento; esta ligação se explicitaria pelo fato de que, geralmente, o colapso de um estilo de pensamento corresponde ao colapso do grupo que o sustentava. Mesmo as menores mudanças em um estilo de pensamento seriam reflexos de mudanças na situação dos grupos. É importante ressaltar que, para Mannheim, os portadores sociais dos elementos que engendram um estilo de pensamento não são, necessariamente, componentes dos grupos sociais cuja situação sustenta este mesmo pensamento. Os intelectuais portadores/propagadores do pensamento conservador, por exemplo, não têm seu destino atrelado diretamente à efetividade ou não do mesmo já que não compõem a classe sustentada por tal forma de pensar, não estando atrelados ao seu sucesso. Com efeito, os autores não são, necessariamente, atores ao mesmo tempo, pois não estão ligados estruturalmente ao destino dos grupos de cujo pensamento são os formuladores: não expressam os interesses de um grupo social por ter origem social semelhante, mas por perceberem o mundo de modo semelhante, através de perspectivas próximas.

Os autores pesquisados representam dois grupos principais de positivistas no estado de São Paulo ligados, de um modo geral, aos interesses

e à visão de dois grupos ou instâncias bem característicos: de um lado um grupo atento aos interesses da elite agrária preocupado em reorganizar, ou reformar, o regime de governo de modo a garantir a perpetuação dos interesses oligárquicos na transição para a República; de outro lado, um grupo que exprime as demandas dos grupos comerciais, industriais e financeiros, assim como de parte da crescente classe média urbana, e que portanto expressa os projetos de industrialização e desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira, preocupado em aplicar a teoria positivista às tentativas de modernização técnica/científica e social do país. Ressalte-se que não é proposto em nenhum momento relação puramente mecânica entre ideias e classes sociais, a questão é muito mais nuançada, existe a questão da formação intelectual dos autores, da conjuntura intelectual do país, das pressões de grupos de interesses sobre os autores, da posição dos autores na arena política e do embate pela hegemonia de produção intelectual. “O investigador que, face à variedade de tipos de pensamento, tenta situá-los corretamente, não pode mais se contentar com o conceito indiferenciado de classe, mas deve considerar as unidades e fatores sociais, além de classe, que condicionam a posição social” (MANNHEIM, 1968, p. 297-8).

A opção por dois autores que podem ser considerados paulistas¹ deve-se ao fato de São Paulo ter se tornado, nas últimas décadas do século XIX, o centro dinâmico da economia cafeeira e, portanto, da economia nacional. É neste estado que se desenvolvem com mais vulto o comércio, a indústria e as cidades, nele processam-se de modo mais acelerados as mudanças na organização do trabalho e da produção. Em São Paulo

¹ Na verdade Pereira Barreto é natural de Rezende (RJ), mas viveu e atuou em São Paulo.

encontram-se representados os dois grupos aos quais a pesquisa pretende associar duas formas distintas que encontrou o discurso cientificista do positivismo de se expressar, uma ligada aos interesses associados ao desenvolvimento do comércio e da indústria, outra aos interesses que pretendem manter o poder político e social nas mãos da oligarquia rural.

A escolha de Pereira Barreto e Alberto Sales para aplicar a hipótese de pesquisa deve-se, deste modo, às afinidades que se procurará estabelecer entre as ideias e ações dos autores com dois grupos – políticos, econômicos e sociais – distintos presentes e atuantes no Brasil ao final do século XIX. Não se pode ignorar as semelhanças entre os autores: ambos são positivistas, embora com formações distintas como buscar-se-á demonstrar, e ambos encontram-se em situação de oposição ao Império, portanto, são também próximos quanto à parcela de seus objetivos e ao método de organizar suas críticas. Por outro lado, não é possível ignorar que se colocam em posições díspares quanto a forma de organizar sua análise, quanto ao ponto de partida de suas críticas e quanto ao tipo e ao propósito das mudanças que desejam. Pereira Barreto deseja mudanças nas condições de organização da produção e da organização da vida material do país, descarta a possibilidade de mudanças como resultado de qualquer transformação na estrutura política. Já Alberto Sales, pouco discute as questões da organização da produção ou das mudanças nas relações de trabalho, preocupa-se com a organização e a estrutura do país: transformação adequada na organização política é capaz de alterar o comportamento da população e o futuro econômico da nação. O propósito, como já foi dito, é mostrar como tais distinções correspondem a modelos diferentes de país, assim como a interesses de grupos distintos com projetos

definidos para as transformações que atravessam a nação. Trata-se de dois autores de relevo e destaque para o positivismo nacional, ambos com atuação política e com extensa obra na qual fazem análise acurada da situação e das raízes dos problemas enfrentados pela nação, com propostas bem definidas de modernização e civilização do país.

Com relação às análises sobre o positivismo ao final do século XIX, percebe-se, de modo geral, duas vertentes de interpretação. Por um lado, há uma corrente que procura interpretar o positivismo como readaptação do pensamento reformista, antes liberal, a novas condições históricas e sociais. Ou seja, o positivismo, em momento cientificista e devido à influência de Benjamin Constant entre os militares, substitui o bacharelismo liberal como discurso enquanto modelo intelectual de preservação das estruturas sociais em condições históricas distintas. Neste caso, segundo Paulo Arantes (1988), as teses positivistas contribuem para fossilização do moderno, seu anti-liberalismo sublinhava os elementos mais autoritários do capitalismo industrial nascente no país.

Por outro lado, há análises nas quais se interpreta o positivismo como novo arcabouço crítico para parcelas dos estratos sociais que se encontravam afastados do poder. O positivismo no Brasil, neste contexto, assim como outras correntes teóricas como o spencerianismo e o darwinismo social, serviu de arcabouço teórico crítico de novos grupos sociais contra o Império e suas instituições. Integram estes grupos as diversas elites regionais desgostosas com os rumos do governo e não mais atendidas em suas demandas, os militares que adquirem grande força política após a guerra com

o Paraguai, os grupos financeiros, comerciais e industriais e a crescente classe média urbana. Tendo como portadores indivíduos com interesses tão divergentes, o modelo teórico adotado se adéqua à tradição intelectual e peculiaridades de cada região. Neste sentido, autores como Ângela Alonso (1994), consideram que os representantes positivistas deste movimento de contestação não podem ser classificados por sua fidelidade à obra de Comte, pois respondem a peculiaridades pessoais e regionais em suas manifestações contra o Império.

Em ambas as formas de compreensão do positivismo, no entanto, nota-se um fator comum: não se percebe correspondência entre a ideologia positivista² adotada pelos grupos e suas ações políticas concretas, ou mesmo com suas análises da realidade brasileira. Não há relação direta entre linguagem política e ação política concreta. A teoria funciona como conjunto de instrumentos para crítica do Estado e das instituições imperiais, sem necessariamente implicar em qualquer espécie de reorganização da experiência e da ação daqueles que a professam, portanto, sem implicar em propostas de mudanças concretas da estrutura social, “a pluralidade de fontes mobilizadas pelos contestadores ganha sentido pelo seu rendimento político (...) a referência a autores pode ser vista como busca de legitimação para posições políticas, antes que teóricas” (ALONSO, 2000, p. 124).

Pela forma que se compreende a relação entre ideias e experiência concreta nesta pesquisa, o fato de um arcabouço teórico servir como base para um posicionamento político não implica numa posição descompromissada em

² Segundo Alonso (2000), isto se aplica a todas as novas ideologias presentes nos diversos discursos políticos de contestação locais no momento.

relação às ideias, pelo contrário, são esses os contornos que adquire o compromisso com a teoria na conjuntura intelectual do país no momento, isto é, o positivismo se cristaliza em comportamentos e ações ao remodelar a posição e as propostas políticas dos atores. Por mais que estas ações fiquem restritas à reorganização do discurso, e não atos concretos de atuação sobre a realidade, elas implicam em modos de compreender o mundo, organizá-lo e expressá-lo de acordo com a teoria.

De acordo com as análises descritas anteriormente, portanto, a adesão às ideias positivistas ocorre pela possibilidade de manutenção das condições econômicas e político-sociais ou, por outro lado, pelo afastamento do núcleo do poder dos grupos portadores dessas ideias, isto é, como instrumental crítico pelos grupos distantes do governo. Esta situação de descolamento em relação ao real explicaria o fato, destacado por Paim (1997), de que o positivismo no Brasil jamais teria conseguido inspirar uma filosofia da ciência, isto é, verdadeiro desenvolvimento técnico e científico das ciências, pois, no caso brasileiro o positivismo não estaria ligado ao progresso e à ciência, seria de caráter apenas enciclopédico. Neste contexto, para Paim, o propósito não foi de promover melhoramentos técnicos e científicos no país, mas de dar aparência cientificista às ideias. Em sintonia com estas proposições, José M. de Carvalho (1999) mostra como o ensino no Brasil no século XIX, e consequentemente as ciências, era quase exclusivamente literário: nossos doutores possuíam todas as pompas da retórica, mas eram incapazes de olhar para a natureza. Para Carvalho, até mesmo os positivistas se encaixariam nesse quadro, possuiriam uma filosofia da ciência sem saber fazer ciência.

Mesmo adotando-se postura em desacordo com as análises que veem a adesão ao positivismo como relação meramente utilitária com as ideias ou, por outro lado, que veem nos adeptos sinceros das propostas de Comte pessoas totalmente alheias à realidade nacional³, é importante reconhecer a inegável contribuição das interpretações citadas sobre o positivismo. Todas certamente apontam dimensões verdadeiras do fenômeno ora destacando o descompasso entre as ideias e a realidade nacional, ora o caráter autoritário que encontram os atores nas propostas positivistas, ora percebendo o aspecto reformista e contestador da adesão às ideias e sua utilização para o posicionamento político dos autores em relação ao Estado Imperial. No entanto, ao desconsiderar a possibilidade de sincera adesão à teoria de Comte, vinculada a propostas concretas de reforma da política nacional, do Estado brasileiro, das relações de representatividade, da política pedagógica e científica, enfim, da sociedade brasileira, ignoram aspecto importante que deve ser explorado.

A questão está em enfrentar as proposições positivistas no período, compreendendo todo o leque de propostas nas mais diversas direções e as mais diferentes leituras dos textos de Comte e Spencer, como obra de pessoas comprometidas com aquilo que professam. Entende-se o positivismo como definidor de orientações teóricas, mas, sobretudo como definidor de comportamentos e orientador da ação. Como já expressado anteriormente, trabalha-se com a hipótese segundo a qual aqueles que aderem às

³ Marco Aurélio Nogueira é bastante contundente quanto a este ponto. “Incapaz de aceitar e compreender o mundo real brasileiro, o Positivista – assim como os liberais – refugiava-se no mundo mais elevado e dignificante das ideias, para dali recriar a própria realidade de mil outras maneiras, quase a seu bel-prazer” (NOGUEIRA, 1984, p. 80).

formulações positivistas organizam suas experiências, suas condutas e comportamentos de acordo com as ideias que professam. O pensamento expressa uma experiência de vida, uma elaboração da realidade e um enfrentamento de problemas concretos, problemas aos quais se aplica a obra positivista na busca de uma solução.

Ao analisar textos de autores como Alberto Salles e Luís Pereira Barreto, intenta-se demonstrar que o positivismo não apenas serviu como veículo de compreensão e expressão da realidade como também orientou ações e enfrentamentos do mundo concreto, ações que se concretizam em atos, palavras e sentimentos. Citando novamente trecho de Gildo M. Brandão, “trata-se de investigar como as ideias fizeram a cabeça de grupos sociais e profissionais, converteram-se em projetos que exprimem ou estão em busca de atores (suportes), transformaram-se em direção intelectual e moral” (BRANDÃO, 2010, p.1-2).

Ao trabalhar com a hipótese de que o positivismo funcionou como orientador e definidor de comportamentos, de análises e compreensões da realidade, opera-se também com a hipótese de que os positivistas brasileiros exprimem os projetos ou interesses de grupos sociais definidos no país. Trata-se, portanto, de investigar como as análises e propostas positivistas expressam a forma de pensar e o modo de organizar a ação de grupos ou estratos significativos na sociedade brasileira ao final do século XIX e início do século XX. Não é o caso, no entanto, de pensar os autores positivistas como um grupo coeso que exprime o projeto de apenas uma instância ou grupo social. Na verdade, ao menos no caso de São Paulo que é o objeto principal da pesquisa,

percebe-se duas direções distintas adotadas pelos autores positivistas. Por um lado, aqueles ligados às instâncias e aos estratos insatisfeitos com a organização imperial e desejosos de promover a mudança de regime político, porém, interessados em manter as condições sociais e econômicas que mantêm o poder político em suas mãos. De outro lado, os autores que expressam os interesses ligados ao comércio e a indústria, que procuram alinhar os rumos da nação às demandas do desenvolvimento capitalista e que, ao tomar esta posição, expressam também os interesses da classe média urbana emergente. Certamente esta divisão não é tão estreita e mecânica, existe um conjunto de aspectos que aproxima os autores positivistas, como não podia deixar de ocorrer.

As diversas vertentes que assumem os autores positivistas explicitam, no plano do pensamento, o embate que ocorre pela hegemonia política e econômica do país entre os diversos grupos representativos da sociedade brasileira, embate que se estende também na disputa pela hegemonia intelectual e pela posse do discurso que organizará a compreensão e a expressão das condições concretas da sociedade brasileira. É significativo que o final do século XIX seja o momento em que as classes ligadas ao comércio e à indústria fazem os primeiros movimentos para tomar a direção política e econômica da nação, são grupos portadores de uma mentalidade capitalista que buscará encontrar expressão para suas posições também no plano das ideias. O insucesso desta tentativa de tomada de poder por parte destes grupos, em parte porque encontram na solução conciliadora com a

antiga aristocracia agrária resposta temporária para suas demandas⁴, pode estar ligado ao insucesso do positivismo ligado ao desenvolvimento técnico/científico do país, pelo menos neste momento.

O fato de tais análises demonstrarem o uso político das ideias, ou a ausência do debate propriamente teórico não implica, como já foi dito, a existência de um vácuo entre o discurso e a ação. Tal situação não implica no fato de que o pensamento deixa de interpretar, expressar e organizar a realidade e a ação. Outra coisa é verificar se as posturas e análises políticas orientadas por uma corrente teórica qualquer encontram portadores sociais capazes de adotá-las com sucesso, se tais análises servem enquanto organização intelectual de algum grupo ou instância em um embate pela hegemonia econômica e política.

* * * *

O trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro busca-se montar um retrato da conjuntura intelectual brasileira durante o século XIX, retoma-se aspectos da esfera política, econômica e intelectual portuguesa, desde fins do século XV, que auxiliam a compreensão da situação brasileira quanto a sua esfera intelectual como, também, quanto a sua situação política, social e educacional. Pretende-se assim, proporcionar entendimento adequado

⁴ “Pouco a pouco a República vinha „deixando-se influenciar no seu modo de ser futuro por aquela maneira de ser Brasil, além de passado, presente”. E, assim, reatam-se „tradições de ordem e unidade nacional vindas do Império (...) com os arrojos da República no sentido de progresso nacional” (BASTOS, 2001, p. 360). Como é característico do período, ocorre modernização que concilia passado e presente levando a mudanças sem traumas, sem ruptura da ordem social.

da formação e das possibilidades de ação dos intelectuais e políticos brasileiros no período.

O segundo capítulo trata da obra de Luís Pereira Barreto. Busca-se recuperar aspectos da vida e da obra do autor buscando mostrar como suas ideias correspondem às expectativas de grupos sociais ligados ao comércio e a seus projetos de modernização, industrialização e urbanização nacionais. O objetivo é destacar as afinidades entre as ideias e posturas de Pereira Barreto e as ações e políticas adotadas pelos interesses ligados ao comércio e à indústria durante o século XIX.

O terceiro capítulo dedica-se às análises da realidade política nacional feitas por Alberto Sales, às suas propostas de reorganização da estrutura do estado brasileiro e da política nacional. Busca-se elementos que demonstrem a ligação entre suas ideias e as instâncias e os estratos da elite política, principalmente paulista, insatisfeitos com a organização imperial e desejosos de promover a mudança de regime político, porém, interessados em manter as condições sociais e econômicas que mantêm o poder político em suas mãos.

No quarto capítulo trata-se de procurar contrastar de modo mais efetivo os projetos de nação dos dois autores citados, explorando de modo mais claro suas divergências e situando tais divergências em relação à posição estrutural dos diferentes grupos com os quais têm afinidades na sociedade brasileira. Em momento de transição da sociedade brasileira, de reorganização política e social, procura-se demonstrar como tais autores expressam a disputa entre tais grupos pela hegemonia da produção intelectual que lhes permitiria

legitimar sua visão de mundo e lhes facilitaria tomar para si os rumos da nação e impor as mudanças que desejavam.

Capítulo 1. Conjuntura intelectual no século XIX:

tradição lusitana e formação acadêmica

Compreender adequadamente o momento do contexto intelectual no Brasil ao final do século XIX envolve mais de uma etapa. Primeiramente, equacionar o problema da formação da estrutura de ensino e do pensamento nacionais durante a colonização com relação ao embate entre as correntes humanísticas e cientificistas pela hegemonia da produção, conservação e transmissão do saber. Por outro lado, procurar perceber os interesses e demandas dos grupos e instâncias envolvidos neste embate, isto é, em período de profundas transformações da sociedade brasileira, quais setores estão envolvidos e interessados em manter seu *status quo* e quais são aqueles em busca de legitimação e projeção política e social, portanto, interessados em questionar mais profundamente a organização social, política e econômica do país no momento, o que implica em ações também no plano intelectual.

Neste capítulo busca-se montar um quadro da situação histórica do país no século XIX e, também, recuperar elementos que permitam traçar um retrato da conjuntura intelectual brasileira, buscando nas heranças da colonização e da tradição portuguesa e nas peculiaridades das esferas política, econômica e educacional do país, fatos e determinações que elucidem não apenas as características da esfera intelectual nacional como, também, as maneiras pelas quais esta esfera é normalmente interpretada por aqueles que trabalham com o pensamento político e social do período.

1.1. Constituição do Estado Imperial

Até a chegada da Corte e, pode-se dizer, mesmo após a Independência, não havia uma unidade nacional no país. O Brasil era conhecido até então sobretudo como “possessões portuguesas na América do Sul”: não existiam vias de comunicação adequadas entre as regiões, não havia uma administração nacional, nem mesmo havia unidade de idioma. A colonização voltada totalmente ao mercado externo isolava as diversas regiões do país e, muitas vezes, os proprietários agrícolas de uma mesma região, impossibilitando a constituição dos mesmos em grupo social com interesses organizados.

Entretanto, frente à ameaça do restabelecimento do pacto colonial com o retorno da Corte a Portugal, a elite agrária, no momento integrada por interesses comuns, articulou-se rapidamente em sua defesa:

[...] tão rápido, que a Independência converteu-se numa transação senhorial: os senhores já tinham alcançado solidariedade política estamental suficiente para poderem impor a própria posição social como fundamento dos processos de emancipação de Portugal e para conterem essa radical transformação nos limites de uma „revolução política dentro da ordem“, ou seja, com a preservação do monopólio da terra, da propriedade do escravo e de todos os privilégios da aristocracia (FERNANDES, 1976, p. 48-9).

O primeiro elemento de união do estamento agrícola foi, portanto, um sentimento antilusitano e de manutenção da soberania nacional. A elite dirigente, naquele momento, mantinha duas preocupações: por um lado,

construir um Estado plenamente soberano, eliminando permanentemente a ameaça portuguesa; por outro, garantir e expandir os monopólios fundadores da sociedade brasileira – nos quais repousavam os interesses e a manutenção do poder econômico e político dos fazendeiros. De fato, não apenas o repúdio aos portugueses e a sua dominação unificou as diversas regiões do país, como também outros interesses ligavam-nas como, por exemplo, o medo da revolta dos escravos, “reais ou imaginários, os movimentos de rebeldia escrava proporcionavam a aproximação dos setores proprietários: plantadores trocavam amiúde correspondência entre si, advertindo uns aos outros sobre os perigos de fugas e revoltas; associavam-se para combater e prevenir as insurreições” (MATTOS, 1987, p. 75).

Coube ao liberalismo, logo após a Independência, papel fundamental nos propósitos do governo e das elites em seu propósito de promover a emancipação da tutela metropolitana e procurar reproduzir a sociedade em suas principais estruturas, ou seja, manter os monopólios definidores das elites agrárias e da organização produtiva do país, quais fossem, da mão-de-obra, das terras, da política, dos negócios, etc. Com efeito, o liberalismo funcionou como instrumento conceitual para a argumentação anti-intervencionista dos produtores rurais e comerciantes nacionais frente aos países europeus, principalmente a Inglaterra. Deste modo, portanto, muitas vezes as teses liberais, limitadas à liberdade de comércio e de propriedade, foram utilizadas para justificar a escravidão.

Pode-se dizer que a única liberdade postulada pelos políticos, e mesmo por muitos autores brasileiros, era a liberdade de comércio (de produzir e comerciar), liberdade obtida com a abertura dos portos e ampliada com a

independência, ameaçada pelas diversas tentativas de intervenções inglesas na política interna do país. A imposição da lei de 1826 pondo fim futuro ao tráfico em 1831, por exemplo, era denunciada como afronta à liberdade e soberania do Estado brasileiro: “a boa consciência dos promotores do nosso *laissez-faire* se bastava com as franquezas do mercado” (BOSI, 1994, p. 199).

Com efeito, o liberalismo brasileiro deixou de ser político com a independência para manter-se exclusivamente econômico; como a ideologia europeia não correspondia, e não poderia pretender corresponder, à realidade brasileira, aquela foi limitada para ser então assimilada. “Para a maioria da classe dirigente imperial, ser liberal não mais correspondia a ser partidário das ideias revolucionárias sintetizadas na concepção de soberania popular” (LOURENÇO, 1998, P. 111); os valores democráticos foram, deste modo, excluídos do discurso liberal, pois eram associados à ideia de soberania do povo e, portanto, vistos como perigosos.

Acentuando a ideia da incapacidade das massas populares de participar ativamente do governo representativo, a aclimação daquelas ideias [liberais] não se limitará a repor, de forma moderna, uma arcaica restrição aos direitos políticos da plebe, como também renovará a justificativa de uma necessária privação dos direitos da „populaça” como um requisito necessário ao progresso do Império (LOURENÇO, 1998, p. 112).

Apropriando-se de argumento conservador, alguns liberais tomaram a desigualdade como resultado das diferentes capacidades naturais dos homens, sendo o direito à igualdade violação da natureza¹.

¹ “O espírito mais liberal não pode deixar de reconhecer que o voto universal é uma verdadeira utopia. A razão e o interesse público não podem deixar de necessariamente admitir as

Alfredo Bosi aponta para quatro significados possíveis para o ser liberal nas primeiras décadas do Império, significados que podem ser combinados ou isolados. Liberal podia significar: a) conservador das liberdades de produzir, vender e comprar; b) conservador da liberdade de representar-se politicamente; c) conservador da liberdade de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica; e d) capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, “ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei de Terras de 1850” (BOSI, 1994, p. 200).

“Há uma dinâmica interna no velho liberalismo econômico que, levando às últimas consequências a vontade de autonomia do cidadão-proprietário, se insurge contra qualquer tipo de restrição jurídica à sua esfera de iniciativa” (BOSI, 1994, p. 206). Estabeleceu-se, assim, torta relação entre liberalismo e escravidão, pela qual todo cidadão livre tinha o poder (direito) de comerciar o que bem entendesse, inclusive seres humanos. O liberalismo – que se limitava à liberdade de comércio e não intervenção do Estado, exceto no auxílio da classe exportadora – revoltou-se contra a intervenção inglesa no comércio negreiro brasileiro. Nesse momento, muitas foram as solicitações, sempre em nome da liberdade de comerciar (de escravizar), para o rompimento dos acordos brasileiros com o governo inglês². Ao governo

incapacidades resultantes do sexo, da menoridade, da demência, da falta de luzes e da ausência das habilitações, que convertessem o voto em um perigo social”. (José A. Pimenta Bueno. *Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império* [1857]. apud LOURENÇO, 1998, p 113).

² “Para a classe dominante o óbice maior não vinha, então, do nosso Estado constitucional, que representava o latifúndio e dele se servia: o obstáculo era interposto pela nova matriz internacional, o *novo exclusivo*, a Inglaterra. Entende-se a reivindicação do mais desbriado *laissez-faire*, entende-se a hostilidade que despertava nos proprietários o controle da *sua* nação por um Estado estrangeiro. Mas como o denominador ideológico comum era o liberalismo econômico, que conhece na época sua fase áurea, só restava à retórica escravista uma saída par ao impasse: mostrar que as ideias mestras da doutrina clássica, porque justas, deveriam aplicar-se com justeza às *circunstâncias*, às *peculiaridades nacionais*”. (BOSI, 1994, p. 210, grifo do autor).

imperial coube, deste modo, resistir às pressões inglesas e garantir o principal sustentáculo da organização social e econômica do país, qual seja, a mão-de-obra escrava. Isso feito, o Império brasileiro e seus dirigentes viram garantida sua unidade e as possibilidades de sua perpetuação.

O Estado brasileiro teve que ser, então, forte em dois sentidos. Por um lado, resistindo às pressões do governo inglês pelo fim do tráfico e preservar o fluxo necessário de cativos à continuidade da economia de exportação e à manutenção da ordem estabelecida. Por outro lado, garantindo a ordem interna contendo todos os tipos de revoltas e rebeliões e mantendo a instituição da escravidão livre de ameaças, sendo capaz de garantir ainda, como já foi dito, a manutenção dos monopólios sobre os quais se organizavam a sociedade e a estrutura produtiva do país.

Como pode-se perceber, no processo de consolidação do Estado e da nação as elites agrárias dominantes colocaram seus interesses e objetivos como sendo os objetivos do Império: o público, em verdade, emergia dos interesses particulares. “Ora, o que se apresentaria, desde então e cada vez mais, como representação dos interesses gerais, assumindo a forma do governo do Estado em oposição aos interesses particulares, não era senão uma forma superior de organização de um segmento desses últimos, objetivando uma restauração e mesmo expansão” (MATTOS, 1987, p. 209). Assim, a principal meta dessas elites era garantir a manutenção do trabalho escravo.

Como procurou-se mostrar, a construção do Estado e a constituição das classes dirigentes, como processos complementares, visavam preservar as características da sociedade herdadas do período colonial, sobretudo os

monopólios da mão-de-obra e da terra. No entanto, em 1850, essa forma pela qual se constituiu a sociedade seria ameaçada pelo fim da instituição sobre a qual se sustentava: a escravidão. É somente a partir de 1870, quando os interesses das classes dirigentes se diversificam, principalmente em razão da organização da transição do trabalho com diferentes conteúdos regionais, que o Estado imperial mostra-se incapaz de atender a todas as demandas locais e, de certo modo, demonstra os primeiros sinais de sua falência.

O *timing* da emancipação, a forma e o preparo da transição para o trabalho livre, encontravam demandas regionais diferenciadas e divergentes: a imigração em São Paulo, os engenhos centrais no Nordeste, as ferrovias em toda a parte. A partir do momento em que se rompia o consenso básico que sustentara o Império, o Estado como biombo externo para a manutenção da escravidão e garante interno de tráfico interprovincial, não era mais possível pensar políticas capazes de satisfazer interesses que se tornavam cada vez mais diferenciados (COSTA, 1998, p. 143).

O convívio e complementaridade entre Império e elites agrárias começa a mostrar os germens de sua dissolução. Aliada à diversificação dos interesses regionais deve-se destacar, para compreender-se a impossibilidade governamental em satisfazer às elites locais, a crise fiscal do Estado ao final do século passado: crise agravada pelos custos da Guerra do Paraguai (1865-1870). A intensificação dos pedidos por verbas feitos ao governo como forma de solucionar a crise de mão-de-obra, assim como a crise da agricultura de modo geral, coincidiu, portanto, com o momento de estreitamento das contas públicas devido às dívidas interna e externa crescentes.

QUADRO 1: Evolução da dívida fundada do Império e juros por quinquênios (em mil-réis)

Ano	Dívida externa	Juros	Dívida interna	Juros
1840	44.240.336	2.216.336	30.282.600	1.993.006
1845	59.078.701	5.889.196	48.529.200	2.889.388
1850	53.782.251	2.757.620	54.312.400	4.026.468
1855	52.242.430	3.434.951	59.615.600	3.556.644
1860	45.677.229	4.059.526	63.191.000	3.770.364
1865	69.073.980	3.639.917	80.376.400	4.801.814
1870	156.771.600	8.039.556	234.312.000	14.525.380
1875	132.635.580	6.548.942	285.592.200	17.237.439
1880	177.338.386	7.572.426	363.569.700	23.618.487
1885	199.800.655	7.956.456	405.640.400	23.954.714

Fonte: Costa (1998).

A década de 70 mostra-se momento delicado para o governo imperial, quando não pode mais atender a todas as reivindicações regionais, deixando, portanto, os diversos e divergentes interesses locais insatisfeitos com sua atuação. Para as regiões que deixavam de ser atendidas pelo governo, e, de modo geral, todas reclamavam, havia sempre favorecimento do Estado para com algumas províncias do país em detrimento das demais. Do ponto de vista dos lavradores de São Paulo a riqueza cada vez maior gerada pelo café estava sendo expropriada em benefício, principalmente, das decadentes províncias nordestinas. Por outro lado, na visão dos lavradores da região Nordeste, tanto a zona cafeeira quanto os gastos militares implicavam em custos desnecessários e prejudiciais à região: os nordestinos lembravam dos saldos provinciais produzidos para comprovar seus prejuízos em benefício

de outras regiões; para eles gastava-se menos nas províncias nordestinas do que o arrecadado nas mesmas. Evaldo C. de Mello (1984) parece tomar os saldos produzidos no Norte e Nordeste, segundo o autor, sempre maiores que os produzidos no Sul, como prova do favorecimento governamental desta última região.

Quaisquer que sejam as causas que se invoquem para explicar estes fatos, é inegável que, durante todo o Segundo Reinado, verificou-se uma transferência líquida de recursos do Norte para o Sul, sob a forma de movimento de fundos governamentais; e que o Império assentou-se num processo de espoliação que no Norte se aparentou bastante a uma situação de tipo clássico, isto é, de tipo colonial (MELLO, 1984, p. 257).

QUADRO 2: Impostos arrecadados e gastos efetuados pelo governo imperial em algumas das províncias (1885/86, em contos de réis)

Províncias	Impostos	%	Gastos	%
Corte	66.730	52.77	82.476	66.22
Bahia	10.995	8.96	6.817	5.47
Pernambuco	10.104	7.99	7.941	6.37
São Paulo	9.654	7.63	2.789	2.23
Pará	9.021	7.13	2.420	1.94
Maranhão	2.224	1.77	1.674	1.34
Minas Gerais	1.821	1.44	2.021	1.62
Ceará	1.744	1.37	1.644	1.32
Rio de Janeiro	1.314	1.03	488	0.39
Paraná	554	0.43	879	0.70
Espírito Santo	306	0.24	467	0.37

Fonte: Costa (1998)

A tabela acima demonstra claramente não haver favorecimento do Estado em benefício de uma ou outra província: a maior parte delas, na verdade, contribuía com valores superiores aos recebidos depois por meio de gastos do governo imperial. Outro fato que se destaca são os valores arrecadados; como se pode observar a maior contribuição (52,77 %) vinha da própria Corte, sendo que também nela eram efetuados os maiores gastos (66,22 %). Os maiores valores arrecadados pela Corte se explicam pelo fato de que, durante todo o Segundo Reinado, a maior fonte de renda do Estado era os impostos sobre importação: o Rio de Janeiro e as províncias próximas a ele eram, sem dúvida, os maiores importadores do país. Por outro lado, para explicar tal fluxo de capitais para a Corte, deve-se saber que de lá, e para lá, partiam os capitais necessários ao pagamento da dívida brasileira.

O peso da dívida pública interna e externa funciona como uma formidável bomba de sucção que o serviço da dívida faz operar em direção à Corte e, de lá, para Londres e para a praça bancária do Rio de Janeiro. É a peça que falta para dar sentido ao „diálogo de surdos” das disputas provinciais em torno da distribuição de recursos entre o centro e as economias regionais (COSTA, 1998, p. 147).

Ao final da década de 70 o Brasil encontrava-se em momento conturbado quanto às suas instituições políticas, à economia, à transição do trabalho, etc. Vastos setores agrícolas do país enfrentavam período de graves perturbações: a mão-de-obra estava ameaçada, havia crise de capitais e financiamentos do Estado, os produtos nacionais enfrentavam árdua concorrência de similares de outros países com qualidade e preços superiores devido ao atraso técnico do cultivo e da produção brasileira, enfim, a lavoura do

país – com exceção das regiões mais dinâmicas da cafeicultura – estava em crise. O Estado imperial dava sinais de sua ruína, o trabalho escravo estava próximo de ser abolido: reorganizavam-se as estruturas política, econômica e social do país.

1.2. Tradição, retórica e educação: a esfera intelectual e a formação de disposições

Antes de aprofundar os aspectos da crise do regime imperial e dos últimos anos do Império, para assim compreender e posicionar adequadamente os diversos interesses e grupos envolvidos na transição para o regime republicano, procurar-se-á compreender a conjuntura intelectual nacional e os fatores envolvidos na sua formação, em especial a herança colonial portuguesa e seus reflexos na esfera política, social e cultural do país.

É corrente afirmar-se que no Brasil do século XIX as ideias e, deste modo, os discursos e as teorias políticas, servem apenas para dar lustre às palavras e aos seus oradores. Os discursos são belos, carregados de retórica e permeados pelas mais modernas ideias em voga na Europa, porém estéreis quanto às possibilidades de aplicação prática. Diversos autores já escreveram sobre o tema e, de modo geral, tal convívio paradoxal é percebido como natural adaptação das ideias europeias, impostas como vocabulário normativo aos países marginalizados e intelectualmente dependentes das metrópoles. Ou seja, em relação a ideias e teorias políticas no Brasil do século XIX, releva-se

ou ignora-se o que não é compatível e adapta-se o que é viável, já que em nenhum momento tenciona-se aplicar de fato tais ideias.

As peculiaridades da conjuntura intelectual brasileira durante o século XIX marcam o pensamento e a relação entre as ideias e a realidade concreta no país, impõem a aparência de pouco apego às ideias, de descompasso com a realidade e de relação meramente utilitária com as mesmas. Para análise mais acurada do tema, no entanto, é preciso equacionar alguns fatores: primeiramente o aspecto da formação política, social e econômica do país sob a tutela e o domínio português, isto é, a herança portuguesa para a formação da esfera intelectual brasileira, a qual é preponderante para as possibilidades, no momento histórico discutido, de compreensão, expressão e utilização das teorias políticas e sociais; por outro lado, a heteronomia do campo intelectual em relação à política e às elites econômicas; e, por fim, a situação dos estratos em busca de projeção política e social e o embate que eles promovem na esfera das ideias ao procurarem expressar e legitimar suas posições e demandas.

Neste momento o trabalho buscará discutir e aprofundar as implicações desta formação na tradição retórica bacharelesca, herança portuguesa, para a característica da esfera intelectual no Brasil que é muito destacada por diversos autores, qual seja, a relação meramente instrumental com as ideias políticas e sociais.

Cabe retomar explicação para as análises que trabalham com a proposta de descolamento entre ideias (teorias) e prática. José Murilo de Carvalho (2006), em artigo de título *História intelectual no Brasil: a retórica*

como chave de leitura, retoma a herança portuguesa na formação intelectual brasileira para explicar tal fato. Em síntese, predomina no Brasil o uso da retórica, do discurso livresco, vazio de intenções, mas marcado pela necessidade de citar autores estrangeiros. Desde o período colonial, mostra o autor, os portugueses isolados dos avanços da ciência moderna no restante da Europa, praticam uma retórica barroca, na qual a qualidade moral do orador vale tanto ou mais que seus argumentos. Mesmo a reforma pombalina do ensino no século XVIII, que procurou reforçar o uso da ciência como aplicação prática, não alterou essa situação, ao contrário, reforçou a importância da retórica. Retórica marcada pela valorização da elocução, ou seja, na qual “as coisas não valem tanto pelo que dizem quanto pelo modo porque se dizem”. Outra característica da retórica portuguesa é a citação generalizada a autores: o chamado argumento da autoridade é requisito indispensável para a argumentação e para a qualificação do discurso. De acordo com Carvalho, no entanto, a citação não implica à época em adesão às ideias do autor, não há qualquer preocupação em manter fidelidade às teorias do autor citado, mas apenas em citá-lo. Segundo J. M. de Carvalho, as leituras são mesmo superficiais, o importante é citar: quanto maior o prestígio do autor citado, maior a qualidade e o peso da citação e do discurso. A falta de cobrança quanto à fidelidade às ideias indica o caráter puramente retórico e instrumental das referências: muitas vezes, a discussão gira em torno de qual autor tem mais autoridade moral. A alegada ausência de desenvolvimento da prática científica em Portugal, como também no Brasil, explicaria, em parte, a falta de cobrança de fidelidade aos autores.

O estudo da retórica é útil, portanto, à compreensão da linguagem política no Brasil do século XIX, na qual não apenas a autoridade dos autores citados é elemento de convicção, como também o é a autoridade do orador. Deste modo, se compreende a forma que assumem as contendas políticas no país, discussões e agressões pessoais em lugar do debate de ideias. Na retórica de nossa tradição a autoridade do orador supera a do argumento, quanto melhor o homem melhor o orador, conseqüentemente, melhores as ideias que expõe, sejam elas quais forem, pois não existe discussão da validade teórica das mesmas.

Ao realizar-se, como propõe Bourdieu³, análise comparativa entre a situação do campo artístico na França no século XIX (BOURDIEU, 2009) e a situação do campo intelectual no Brasil no século XIX, percebe-se algumas semelhanças interessantes.

A pintura na França neste período era uma pintura acadêmica, “pintura de Escola”, patrocinada pelo Estado. “A Escola, quer dizer, o Estado, garante o valor desses pintores, garantindo – como em relação a uma moeda fiduciária – o valor dos seus títulos e o dos títulos que eles concedem” (BOURDIEU, 2009, p. 262). A arte, deste modo, era uma arte convencional, quase um exercício escolar, caracterizada por um culto à técnica, por uma demonstração de virtuosismo adquirido pela aprendizagem e carente de invenção e criação. “A perfeição glacial e a irrealdade indiferente de obras demasiado hábeis, (...), caracterizam essas pinturas acabadas de concurso, as

³ “Este modo de pensamento realiza-se de maneira perfeitamente lógica pelo recurso ao *método comparativo*, que permite pensar relacionalmente um caso particular constituído em caso particular do possível, tomando-se como base de apoio as homologias estruturais entre campos diferentes ou entre estados diferentes do mesmo campo” (BOURDIEU, 2009, P. 33).

quais procuram menos dizer alguma coisa do que mostrar o bem dizer”
(BOURDIEU, 2009, p. 265, grifo nosso).

Em certa medida a arte acadêmica torna-se portadora da linguagem oficial, e preocupa-se em transmitir um sentido compreensível de acordo com as coordenadas oficiais. O monopólio estatal da produção dos produtores e das obras legítimas, através da Escola de Belas Artes, permite ao Estado além de promover os legítimos (“verdadeiros”) artistas excluir os dissidentes. Como não há um campo autônomo, não há concorrência interna pela autoridade legítima da verdade artística. Como não há discussão sobre a “verdade artística” a disputa restringe-se à técnica e à qualidade de sua aplicação.

A situação da esfera (campo) intelectual no Brasil durante o século XIX é muito semelhante, ele gravita em torno das esferas de poder. O discurso intelectual serve, no geral, como forma de justificar e legitimar a situação política, social e econômica do país: como justificativa para a manutenção da posição política e econômica de nossas elites.

Como mostra Ângela Alonso (2000), na segunda metade do século XIX no Brasil não há um grupo social cuja atividade fosse a produção intelectual. O Estado era o grande patrono e a elite política confunde-se com a elite intelectual. “A existência de uma única carreira pública centralizada no estado, incluindo tanto empregos no ensino quanto candidaturas ao parlamento, fazia da sobreposição de elites política e intelectual a regra antes que a exceção. As duas esferas eram preenchidas pelas mesmas pessoas [...]” (ALONSO, 2000, p. 10).

Neste contexto, tanto os agentes próximos ao poder como os marginalizados, e existem graus diferentes tanto de proximidade quanto de

marginalidade, gravitam em torno das esferas do poder. Desta forma, as teorias e ideias político-sociais funcionam como um “tool kit”, conforme expressão de Alonso, como um rol de possibilidades para a intervenção política: quanto maior a proximidade do poder mais conservadoras as teorias (ferramentas) utilizadas, quanto mais distante do poder, mais críticas. “O repertório da política científica e da tradição nacional é um recurso disponível para todos os grupos do movimento intelectual. A seleção de elementos dentro desses „tool kit” obedece a critérios políticos, conforme a posição de exclusão relativa de cada grupo” (ALONSO, 2000, p. 18).

Em certa medida, assim como ocorria com os pintores marginalizados na França, os agentes mais afastados das esferas do poder e, portanto, mais críticos do governo e da situação político-social do país, não encontram legitimidade para suas posições intelectuais e mesmo espaço reconhecido para expressá-las. Além disso, como não existe autonomia da esfera intelectual, não encontram um campo de lutas onde pudessem disputar a autoridade e legitimidade de suas ideias.

Como não deve haver discussão “interessada” do conteúdo do pensamento político, os debates e disputas ocorrem em torno da forma do discurso e da pessoa privada do orador, suas qualidades “morais” e não intelectuais. Com efeito, pode-se compreender melhor o papel da retórica na esfera intelectual brasileira durante o século XIX, momento no qual „as coisas não valem tanto pelo que dizem quanto pelo modo porque se dizem”. Algo semelhante ao que diz Bourdieu (2009) das pinturas na França, as quais „procuram menos dizer alguma coisa do que mostrar o bem dizer”.

A tradição retórica, herança da formação portuguesa assim como o bacharelismo liberal que caracterizam o pensamento político-social não são as causas únicas da dependência da esfera intelectual em relação às esferas de poder, no entanto, contribuem para a formação de uma disposição específica – talvez seja o caso de pensar em um *habitus* característico – que certamente contribui para a perpetuação desta situação ao incentivar a formação de práticas, visões de mundo e percepção das ideias e teorias que reforçam tal dependência e, talvez, a ausência de uma procura da autonomia.

Esta gravitação da esfera intelectual em torno das esferas do poder só pode diminuir caso a esfera intelectual avance em seu processo de autonomia. Em um texto em que trata do campo científico, Bourdieu (2004) afirma que uma expressão da autonomia do campo é sua capacidade de refratar, de traduzir, as pressões externas. “O grau de autonomia de um campo tem por indicador principal seu poder de refração, de retradução. Inversamente, a heteronomia de um campo manifesta-se, essencialmente, pelo fato de que os problemas exteriores, em especial os problema políticos, aí se exprimem diretamente. Isso significa que a „politização” de uma disciplina não é indício de uma grande autonomia” (p. 22). Neste sentido, quanto maior a autonomia de um campo, e menores as forças de intervenção puramente sociais, mais o debate que se desenvolve tem caráter científico, próprio às regras e leis do campo e compreensível apenas aos seus agentes.

Todo campo proporciona a seus agentes um tipo específico de interesse, a procura de um capital simbólico próprio. Caso a autonomia do campo seja grande, a busca por essa recompensa simbólica e por reconhecimento ocorre nos limites do próprio campo. “O que é percebido como

importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros [componentes do campo]; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” (BOURDIEU, 1983b, p. 125). As práticas são orientadas, portanto, para o que traz o lucro simbólico mais importante, no caso dos campos intelectual e científico, todas as práticas são orientadas para a obtenção de autoridade intelectual ou científica e da legitimidade que ela proporciona.

Percebe-se, na situação da esfera intelectual no Brasil, que tanto a tradição retórica, voltada à construção formal do discurso e não ao conteúdo, quanto a formação bacharelesca não contribuem para a formação de uma disposição propícia ao desenvolvimento “da autonomia do campo”. Os interesses voltam-se à participação nas esferas política e econômica, e o conteúdo do pensamento político-social adapta-se a tais interesses.

Em seu trabalho sobre a educação e as ideias republicanas ao final do século XIX, Carmem S. V. Moraes (1981) traz algumas informações interessantes sobre os republicanos⁴ (sendo que parte deles se considerava positivista), sua formação e suas relações pessoais. Informações interessantes para compreender-se a posição social destes indivíduos, sua formação escolar e a formação escolar no Império de um modo geral.

Primeiramente, em relação à formação escolar, é importante destacar alguns aspectos sobre o conteúdo daquilo que era ensinado. A maior parte das escolas secundárias do país no período era privada, pois o Estado

⁴ Entre os diversos agentes citados pode-se destacar: Campos Salles, Alberto Salles, Américo Brasiliense, Rangel Pestana, Hércules Florense, etc.

deixava às elites a formação escolar da sua prole, no entanto, por mais que os republicanos analisados por Moraes pensassem, sobre influência das correntes científicas da época, em um ensino técnico e científico para seus filhos, com uma formação completa em “matérias científicas”, o programa de ensino deveria necessariamente abranger “o costumeiro ensino „letrado” das línguas mortas” (MORAES, 1981, p. 88) assim como as aulas de “humanidades”. Isto ocorre porque tais conteúdos eram exigidos nas provas de ingresso no ensino superior, totalmente patrocinado pelo Estado. “Nesta perspectiva, o ensino secundário tinha como continuidade natural os cursos superiores, quando sua clientela com a formação básica garantida, concluiria os estudos, agora já na área escolhida. O ginásio não perderia sua principal função de curso preparatório aos estudos superiores porquanto essa era a expectativa da clientela minoritária a quem servia” (MORAES, 1981, p. 89, grifo nosso).

Desde que começam a se organizar em torno de um projeto distinto para o país, republicanos paulistas apresentam grande preocupação com a educação como modo de preparar as elites. Procuram estabelecer posição em torno de um projeto distinto da educação levada a cabo pelo Império e também, com esta aspiração, mostram sua disposição em colocarem-se como grupo de iniciativa particular que se opõe ao poder do Estado. Envolvem-se com projetos de fundação de estabelecimentos de ensino não com a ambição de obtenção de lucros, mas para preencher um vazio que observam na educação imperial no que tange à contribuição para o progresso mental da população.

Durante o Império o ensino primário, voltado à parcela mais ampla da população, era basicamente público. Já o ensino secundário, constituído para atender um público bem menor e mais seletivo, ficava quase que

exclusivamente sob responsabilidade de instituições privadas. Para as autoridades imperiais não era vantajoso usar os cofres públicos para educar a elite, perfeitamente capaz financeiramente de frequentar colégios particulares.

A década de oitenta abre-se prometendo novos empreendimentos na área do ensino elementar [...] As preferências esboçadas na escolha do tipo de ensino, na organização dos currículos e na formalização dos programas e métodos educativos evidenciam a preocupação básica de atender à necessidade de formar a nova geração proveniente das frações da classe dominante, fazendo que dela surgissem representantes “capazes e competentes”.

A ênfase num programa que abarcasse não só o costumeiro ensino “letrado” das línguas mortas, como o latim e o grego, mas que incluísse o ensino de línguas modernas – inglês, francês, italiano e alemão e, principalmente, da língua e literatura nacional; os primeiros passos ainda vacilantes, mas em todo caso, dados em direção aos estudos de matérias “científicas” como a química, a física e a biologia junto às aulas de “humanidades”, que também recebiam injeção renovadora nos métodos do estudo da geografia (física e política), da história e da filosofia; as discussões sobre a necessidade de superação do ensino parcelado de disciplinas preparatórias aos exames para os cursos superiores por um tipo de ensino que objetivasse a formação básica do aluno num todo orgânico e coerente de estudos seriados, simultâneos e regulares; tudo isso, mais que propostas “pedagógicas” ou “metodológicas”, trazem à tona a preocupação dominante com o tipo de homem a ser formado ou, como se queira, fazem emergir tentativas de construção de um novo ideário educacional adaptado às novas circunstâncias e aos interesses nascentes [dos grupos ligados a expansão da economia cafeeira] (MORAES, 1981, P. 88-9).

Deste modo, ao lado do ensino tradicional, pelo qual o ginásio continuaria a desempenhar a função de curso preparatório para os cursos superiores para os interessados apenas neste tipo de educação restritiva, disponibiliza-se a possibilidade de uma formação mais completa, visando a formação de alunos de acordo com propostas mais modernas e científicas⁵.

Mesmo relegando a responsabilidade maior pela organização do ensino secundário à iniciativa particular, e sendo impedido de intervir diretamente já que o ensino havia sido descentralizado pelo Ato Adicional de 1834 ficando sob responsabilidade das províncias, o governo imperial não descuidava de intervir no ensino secundário dando-lhe os contornos de seu interesse, isto é, preparar adequadamente as elites para conformá-las de acordo com seus interesses. Fazia isto ao determinar, e alterar de acordo com suas necessidades, as condições de acesso ao ensino superior. Deste modo, mesmo as províncias exercendo autonomia administrativa e didática em relação ao ensino primário e secundário, o governo central, ao circunscrever as disciplinas de acesso ao ensino superior ao modelo adotado no Colégio Pedro II, impunha aos demais estabelecimentos de ensino médio do país currículo semelhante ao do Pedro II.

O não reconhecimento dos graus conferidos pelos liceus provinciais [o grau concedido pelo Colégio Pedro II garantia matrícula para qualquer faculdade do Império] influenciou decisivamente nos rumos do ensino secundário provincial. Os estudos seriados e regulares, assim como os títulos conferidos pelos liceus das províncias, uma vez considerados desnecessários à aprovação nos exames parcelados para os

⁵ Ao lado desta educação visando a formação de um aluno mais completo, que serviria para transmissão dos conhecimentos necessários a reprodução das elites, pensava-se também em educação para as pessoas sem recursos, no entanto, educação de caráter totalmente prático, com “nada de princípios e regras abstratas”.

cursos superiores, desaparecem gradativamente, cedendo lugar a um plano de ensino limitado às matérias e ao antigo sistema de estudos parcelados (MORAES, 1981, p. 92).

Às diferentes propostas em torno da organização da educação – primária, secundária e superior – correspondem, em momentos diversos, interesses de grupos distintos interessados em impor sua percepção em torno da forma de organizar o ensino, tanto aquele destinado à formação das elites quanto o voltado a (con)formação da população. Ao controlar o acesso ao ensino superior o Estado controla a formação dos futuros pensadores políticos e sociais, controlando a constituição da disposição dos mesmos e politizando, desta forma, a esfera intelectual. Deste modo, em uma primeira aproximação o que transparece, mesmo havendo contato dos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo com as ideias positivistas e com a obra de Comte desde a década de 70 do século XIX, é que a relação que se estabelece entre os agentes e „as novas ideias científicas do século” continua a ser instrumental, que não há projeto concreto de transformação social de acordo com as ideias de Comte. Uma primeira leitura, portanto, mostra que a disposição em relação ao discurso político e social ainda é de preocupação com a forma e não com o conteúdo e com o debate em torno do mesmo.

Em contexto onde o trabalho manual já é, naturalmente, desvalorizado as profissões ligadas às áreas práticas e técnicas são sempre colocadas em segundo plano diante daqueles voltadas à formação humanística. O controle exercido pelo governo imperial em torno do acesso ao ensino superior e, como destacado anteriormente, a consequente imposição do estudo de matérias humanísticas e das chamadas “línguas mortas” no ensino

básico e médio reforça a importância e o destaque do estudo do direito no período. “As classes dominantes do Império tinham no saber jurídico (com sua filosofia implícita) o núcleo do saber superior, em torno do qual se posicionavam a engenharia e a medicina” (CUNHA, 2007, p. 19).

Nas faculdades de direito não apenas era formada a maioria dos políticos do país, delas saíam também os quadros políticos necessários à nação. A formação da classe política ocorre em tais faculdades, nas quais a forma de ingresso e a organização das disciplinas estava ligada às necessidades do Estado e das elites econômicas. Nelas havia uma formação intelectual direcionada à conservação. Nestas instituições fortaleciam-se os laços entre as famílias aristocráticas e criavam-se os mecanismos de absorção pelas elites dos melhores e mais destacados alunos.

Ao mostrar a importância da “elite política” para formação e manutenção da Monarquia, José Murilo de Carvalho (1980) demonstrou a relevância que teve a homogeneidade de treinamento e, para Carvalho, a consequente homogeneidade ideológica, dos futuros componentes dos quadros administrativos e políticos do Império. Tal homogeneidade serviria para evitar conflitos intra-elite e garantiria o sucesso de tais elites na formação do Estado, quanto mais homogênea a elite maior a possibilidade de sucesso.

O fato das elites políticas serem convocadas de uma mesma classe, serem homogêneas quanto a sua natureza social, não era suficiente para manter a harmonia já que não evitava conflitos relativos às distintas origens regionais. A garantia de homogeneidade se dava, de fato, na esfera ideológica, pela socialização no treinamento e na carreira. “A homogeneidade ideológica funciona como superadora de conflitos intraclasses dominantes e leva a

regimes de compromisso ao estilo da modernização conservadora” (CARVALHO, 1980, p. 33). Este treinamento ocorria tanto durante a formação acadêmica nas Escolas de Direito quanto, posteriormente, através da circulação por diversos cargos políticos em diversas províncias.

De acordo com Moraes, os mais importantes nomes do Partido Republicano Paulista são bacharéis e contemporâneos na Faculdade de Direito de São Paulo. Boa parte deles é fazendeiro ou representante de fazendeiros, vários se casam, por amizades da época da Faculdade de Direito, com mulheres de famílias rurais (por exemplo, Campos Salles e Prudente de Moraes). Deste modo, “mesmo quando estes bacharéis mantêm certo distanciamento da realidade rural, opondo-se ao domínio dos fazendeiros, criticando o latifúndio e a escravidão, mesmo assim, continuavam na dependência dos fazendeiros que queriam combater” (MORAES, 1981, p. 133). Logo arrefecem suas críticas à escravidão e à situação político-social devido a sua dependência dos fazendeiros paulistas. A relação instrumental com as ideias políticas perpetua-se pela formação escolar dos agentes, mas também devido a sua história social.

Além dos laços de dependência pessoal direta, devido a laços de parentesco, não se deve esquecer da estrutura política e eleitoral do país. O poder político fluía simultaneamente de “cima para baixo” e de “baixo para cima”, isto é, dos mandachuvas locais para as esferas do poder central. As eleições, de fato, eram controladas pelos potentados locais. “Essa complexidade explica a dificuldade enfrentada pelos Gabinetes na manutenção da disciplina sobre os deputados, isto é, na criação de lealdade partidária entre eles. Os candidatos à eleição para o Congresso tinham de ser endossados

tanto pelo Gabinete quanto pelos chefes locais” (GRAHAM, 1997, p. 198). A influência do chefe local nas eleições e o consequente controle que mantem sobre os candidatos eleitos é fundamental tanto para a postura destes últimos quanto para os acontecimentos políticos do período.

A dependência dos políticos, liberais ou conservadores, em relação ao mundo rural não pode ser ignorada. O sustentáculo de ambos os partidos estava nos proprietários rurais e seus agregados, dispersos pelas pequenas localidades espalhadas pelo país. Nem os pequenos proprietários nem os habitantes da cidade possuíam agregados em número suficiente para fazer a diferença nas eleições, como afirma Graham, “os partidos venciam ou perdiam as eleições no campo, não na cidade” (1997, p. 233).

No geral, os membros no Congresso atuavam como clientes dos chefões locais, ou como porta-vozes de seus próprios parentes mais ricos, mesmo quando serviam obedientemente ao Gabinete. Os que conseguiam levar adiante alguma reforma liberal faziam-no apenas quando apoiados por um segmento significativo dos ricos. Com certeza, o verdadeiro sucesso de um político, o ingresso no Gabinete, por exemplo, significava no Brasil – como na maioria dos lugares – um histórico de evitar medidas que ameaçassem alterar radicalmente o sistema social (GRAHAM, 1997, p. 235).

A constituição de uma disposição escolástica está associada à autonomia do campo intelectual, de acordo com Bourdieu (2007), tal disposição deve seus traços mais significativos ao processo em que os campos de produção simbólica se constituem distinguindo-se do universo econômico, das necessidades práticas. Este distanciamento das pressões sociais e políticas que caracteriza a disposição escolástica faz com que ela seja marcada por

conjecturas sem relação com problemas concretos, como uma abstração sem conteúdo objetivo. “É ela que incita a entrar no mundo lúdico da conjectura teórica e da experimentação mental, a suscitar problemas pelo prazer de resolvê-los e não porque eles se manifestem por pressão de alguma urgência” (BOURDIEU, 2007, p. 23).

Com o progresso da autonomia do campo intelectual, reconhecendo apenas as suas leis, a sua *doxa* própria, ocorre a diminuição da pressão econômica e social sobre o mesmo oferecendo a possibilidade de disposições mais liberadas das urgências práticas. Tais disposições, fundadas em conjunto de crenças fundamentais (*doxa*), passam a demandar a ignorância do mundo da prática, da ordem política e de tudo que existe no mundo. Esta independência em relação às determinações se efetiva “por conta de uma distância efetiva em relação à necessidade econômica e social” (BOURDIEU, 2007, p. 26). A disposição escolástica se caracteriza, portanto, por condutas, práticas, modos de pensar e perceber que respondem a lógica própria do campo, de suas crenças e fundamentos, ignorando em maior ou menor medida as pressões exteriores e as demandas dos demais campos.

De acordo com Bourdieu, a disposição escolástica é adquirida principalmente na experiência escolar e só se realiza completamente com a inclusão em um campo erudito. Neste caso, também a educação ocorre relativamente livre das necessidades práticas e materiais. O ensino acontece fora de situações pertinentes, livre da sanção direta do real.

Estando livre da sanção direta do real, o aprendizado escolar pode propor desafios, provas, problemas, como as situações reais, deixando em aberto, contudo, a possibilidade de buscar e tentar soluções em condições de risco mínimo; é a ocasião

de adquirir de lambujem, por força do hábito, a disposição permanente para operar o distanciamento do real diretamente percebido, condição da maioria das construções simbólicas (BOURDIEU, 2007, p. 28).

Em certo momento de *Meditações pascalianas*, quando relembra seu período como aluno, Bourdieu afirma como a propriedade mais importante do universo filosófico (campo intelectual) o „internamento escolástico”, ou seja, a inserção do aluno num mundo a parte, com regras, visões de mundo, modos de perceber, compreender e expressar próprios. Um mundo fechado afastado das vicissitudes do mundo real, marcado por ritos de instituição capazes de produzir convicção íntima e adesão inspirada. Esta imersão em mundo escolar escolástico sendo fundamental como fator de geração das disposições que lhe são próprias.

Justamente esta adesão inspirada e esta convicção íntima por parte de alguns positivistas brasileiros, geradas durante um período de internamento escolástico em países como França, EUA e Bélgica, explicaria um comportamento distinto dos mesmos. Agentes interessados em aplicar o conhecimento que adquiriram, percebendo o mundo, compreendendo-o, expressando-o e buscando alterá-lo de acordo com tal conhecimento. Não é apenas uma relação instrumental com as regras e as leis da esfera intelectual, é a vivência das mesmas como única forma de prática e conduta viável.

1.3. O ensino do Direito e o Liberalismo na constituição do intelectual brasileiro

De acordo com Cruz Costa (1967), a situação de desenvolvimento econômico do país será fundamental para o momento que se inicia na década de 1870, momento em que novas matizes de ideias – como o positivismo, o naturalismo e o evolucionismo – começam a fazer parte da vida intelectual do país. Tal processo, portanto, é concomitante com o progresso econômico e material do país a partir de 1860, fruto do surto cafeeiro e da inversão de capitais proveniente da extinção do tráfico negreiro. Progresso com efeitos na “sensível ascensão no padrão de vida de certas classes da população e na incipiente aparelhagem técnica do país” (CRUZ COSTA, 1967, p. 115), classes em busca de expressão intelectual para seus anseios sociais e mesmo políticos.

Será no período imperial que serão fundadas, seguindo o modelo francês de escolas independentes, as primeiras faculdades nacionais e dentre elas os dois cursos de Direito, um em São Paulo no Convento de São Francisco e outro em Olinda no Mosteiro de São Bento. O papel das faculdades de Direito no contexto intelectual brasileiro durante o século XIX e parte do século XX é crucial, o processo de formação e profissionalização dos bacharéis é fundamental para compreensão da configuração do pensamento brasileiro no período, os bacharéis irão compor não apenas a elite intelectual do país como também, e principalmente, a elite política imperial. Das faculdades de Direito sairá grande parte dos parlamentares, homens públicos e

elite burocrática do país. De acordo com Sérgio Adorno (1988), na Faculdade de Direito de São Paulo serão formados os intelectuais e profissionais da política necessários ao Estado imperial em sua consolidação e expansão. Como demonstra o trabalho de Adorno, a constituição dos cursos de direito não se guiará pela excelência da formação jurídica e pela qualificação teórico-intelectual dos alunos, mais importante será a vivência acadêmica transcorrida fora dos muros da academia, pelos debates públicos e políticos que ocorrem através dos periódicos e pela participação em agremiações estudantis. “As características da vida acadêmica constituíram o terreno que produziu um tipo de intelectual educado preferentemente para a atividade política e disciplinado para reproduzir o modo pelo qual o liberalismo via, no século passado [século XIX], as relações sociais nessa sociedade” (ADORNO, 1988, p. 27).

O liberalismo fornecerá a base intelectual dos bacharéis brasileiros. Os ideais liberais aportam no país ao final do século XVIII trazendo consigo a força libertadora das revoluções francesa e americana e terão inicialmente no Brasil um caráter anti-metropolitano que logo se converterá, após a Independência, no vocabulário de resistência contra as tentativas de ingerência inglesas na política e na economia locais. O liberalismo estará, portanto, intimamente ligado à consolidação do Estado nacional, será, certamente, um liberalismo adaptado à realidade local e dissociado das reivindicações de caráter democrático e libertário. Em última instância, será um liberalismo restrito à defesa e garantia das liberdades econômicas para as elites locais. “Nesse contexto de lutas políticas, o „liberalismo heroico“, nascido e edificado nos movimentos pré-independência, foi paulatinamente substituído por um liberalismo regressista” (ADORNO, 1988, p. 47).

Neste contexto, o bacharel terá papel de destaque, ele foi durante o período o grande portador, quase único, do pensamento liberal, teoria que aplicava no exercício da atividade política e nos projetos de civilização do país. Liberalismo utilizado no exercício da política, mas jamais pensado como forma de promover sociedade mais inclusiva ou para superar a estratificação social através da igualdade jurídico-política dos membros da sociedade. Havia, certamente, elementos mais exaltados em suas proposições liberais, estes foram aos poucos excluídos do pacto selado entre os setores econômicos e políticos dominantes de forma a afastar qualquer possibilidade de democratização da sociedade, o Estado brasileiro adquire os contornos conciliatórios e reformadores que caracterizam as mudanças políticas e sociais do país.

Nesta conjuntura política, as Faculdades de Direito desempenharam durante o século XIX o importante papel de produzir os elementos necessários ao funcionamento jurídico, parlamentar e burocrático do Império. O Estado brasileiro tornou-se um estado de magistrados, dominado por juízes, parlamentares e funcionários de formação jurídica, as três esferas do governo – judiciário, legislativo e executivo – eram ocupadas por bacharéis, os quais tornam-se figura mediadora entre os interesses privados e o poder público, entre o mundo urbano e o mundo rural, do qual dependiam em grande medida para a manutenção de sua posição política e para suas aspirações parlamentares⁶. Com efeito, a agenda liberal serve “enquanto veículo de

⁶ Graham (1997) destaca os vínculos entre as elites agrárias regionais e os políticos, na sua grande maioria bacharéis, na configuração das relações de clientelismo que se estabeleciam no interior da estrutura do Estado brasileiro.

politização dos setores socioeconômicos que gravitam em torno dos interesses agrários dominantes” (ADORNO, 1988, p. 239).

O ensino jurídico no Brasil produz um tipo particular de intelectual⁷, com formação voltada a prepará-lo tanto ao exercício da política como para atuar nos quadros burocráticos mais elevados do governo. Adorno chega a afirmar que nunca houve concretamente ensino jurídico na Escola de Direito de São Paulo e sim uma vida acadêmica agitada e controvertida. De fato, os grandes debates eram travados fora dos muros da Academia, através dos diversos periódicos editados no período, nestes os estudantes expunham sua defesa dos direitos individuais e das liberdades públicas.

O descaso com o debate jurídico mais profundo, com a discussão teórica de relevo, se desnuda com a caracterização do próprio corpo docente, que se destaca pelo autodidatismo, pela inexpressiva produção de conhecimento e pela ausência quase absoluta de discípulos. A própria corrente teórica inspiradora e predominante no ensino jurídico, o ecletismo, indica a direção tomada pelo debate e pela produção acadêmica. O ecletismo se consolida como doutrina oficial na França durante o reinado de Luís Felipe através da influência de Cousin, “o sucesso dessa tendência filosófica foi devido ao fato de, a partir de 1830, haver ela tomado uma orientação que satisfazia, num momento ainda de crise das velhas correntes filosóficas e políticas uma direção conciliadora. O ecletismo propunha a todos os sistemas um tratado de paz” (CRUZ COSTA, 1967, p. 78). A filosofia eclética se caracteriza pelo compromisso com a conciliação, ou seja, preocupa-se mais

⁷ É importante salientar que em seu trabalho sobre o processo de formação dos bacharéis durante o século XIX, Sérgio Adorno foca sua análise em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo São Francisco.

com o acomodamento entre diversas correntes e interesses e em evitar o conflito do que com a coerência e o debate filosófico. Nesta conjuntura, pouco se produz de intelectualmente relevante na Faculdade de Direito, as aulas na maioria das vezes limitam-se a reprodução literal, em muitos momentos através da simples leitura, dos doutrinadores. No mesmo sentido, aliás, é inexpressivo o número de formados que se tornam jurisconsultos frente ao grande número de advogados, jornalistas e parlamentares.

Esta situação não implica no desconhecimento do debate de ideias existente na Europa e das correntes filosóficas mais modernas, existia no país ampla difusão dos autores europeus das mais diversas matizes, novas correntes de filosofia jurídico-política sempre surgiam trazidas por leituras que interessavam a algum indivíduo em particular, no entanto tais leituras eram divulgadas primeiramente em periódicos e posteriormente em situações isoladas na academia, isto caso o autor viesse a se tornar professor e ainda mantivesse sua posição. Vivia-se uma situação na qual havia a existência e a profusão da discussão e do debate de correntes filosóficas que muitas vezes colocavam em cheque a situação política e social do país por estudantes de direito, e por vezes diplomados, mas que, no entanto, esvaziava-se com o desenvolver da carreira política ou ingresso na máquina do governo de seus atores.

Para caracterizar melhor esta situação, é necessário entender a situação e a origem social nos estudantes e futuros bacharéis em direito já que, mesmo críticos do mundo rural e de sua organização, grande parcela dos bacharéis são dependentes do mundo rural e suas oligarquias. O Bacharel será o representante do fazendeiro no mundo urbano, quando não o próprio

fazendeiro. Por vezes, diplomados em direito, devido às relações amigáveis construídas na época em que frequentavam a Faculdade de Direito de São Paulo, casam-se com mulheres de famílias de proprietários rurais e passam, portanto, a fazer parte do seu círculo de interesses⁸. A faculdade de Direito era um veículo para membros menos afortunados das classes livres entrarem em contato e estabelecerem vínculos com os setores da elite econômica e política do país. “Por meio desses contatos na faculdade e posteriormente outros, mesmo juízes de origem modesta podiam estabelecer alianças com os abastados ou encontrar noivas entre as melhores famílias, e deste modo saltar para dentro da elite” (GRAHAM, 1997, p. 98). A relação de dependência que se estabelece é muito estreita, e mesmo os periódicos nos quais os bacharéis deixam aflorar a veia crítica ao Estado, à organização agrária do país e à escravidão são muitas vezes financiados pelo dinheiro de fazendeiros.

Ingressar na Faculdade de Direito, deste modo, dependia de um lado das provas de admissão⁹ e de outro do apadrinhamento das pessoas certas, deste último dependia também o futuro em carreira de sucesso na política ou na burocracia estatal. Nem sempre as relações eram íntimas ou familiares, muitos estabeleciam simples relações clientelísticas com líderes locais, com os quais trocavam favores por votos. Neste sentido, a relação de

⁸ Carmem Sylvia V. Moraes (1981) destaca, dentre exemplos dessa situação, Campos Salles, Américo Brasiliense e Prudente de Moraes.

⁹ Em seu estudo sobre as relações entre o ideário republicano e a educação, Carmem S. V. Moraes destaca que, embora a maior parte das escolas secundárias do país no período fosse privada, pois o Estado deixava às elites a formação escolar da sua prole, e por mais que os republicanos analisados por Moraes pensassem, sobre influência das correntes científicas da época, em um ensino técnico e científico para seus filhos, com uma formação completa em “matérias científicas”, o programa de ensino deveria abranger o costumeiro ensino “letrado” das línguas mortas assim como as aulas de “humanidades”. Isto ocorre porque tais conteúdos eram exigidos nas provas de ingresso no ensino superior, totalmente patrocinado pelo Estado. Deste modo, ao controlar o acesso ao ensino superior o Estado controla a formação dos futuros pensadores políticos e sociais, controlando a constituição da disposição intelectual dos mesmos voltada para o humanismo clássico.

fidelidade ao patrono eleitoral ou a necessidade de encontrar alguém a quem se filiar clientelisticamente e ingressar na política supera uma provável orientação ideológica. “Mesmo os líderes nacionais não colocavam lealdade a um programa – ou mesmo a uma abstração como „partido” – à frente das ligações individuais pessoais” (GRAHAM, 1997, p. 219). Não havia fidelidade ao partido ou seus programas, o dever político estava atrelado à lealdade e esta permanece sempre pessoal. Legendas partidárias pouco significavam no que diz respeito a programas e aos políticos, eruditos de formação humanística, era extremamente embaraçoso sujeitar-se aos caprichos de líderes rurais iletrados.

Sua educação e experiência urbana distanciava-os dos chefes rurais que controlavam os Colégios Eleitorais. O bacharel muitas vezes manifestava seu desprezo por aqueles homens, tanto mais porque dependia deles para seu próprio sucesso. No Congresso, o deputado podia exibir sua instrução, inteligência e urbanidade, seu conhecimento do mundo além do Brasil; mas em campanha, sentia o peso do seu protetor, que as vezes era analfabeto (GRAHAM, 1997, p. 219).

A submissão aos interesses agrários não ocorre sem conflitos portanto, é mais de esfera prática que intelectual e, principalmente, não ocorre sem que haja desconforto para os atores políticos.

Com relação aos partidos, como visto acima, pouco se podia esperar com relação a um debate mais acalorado de ideias ou disputas em torno de orientações teóricas. Para Marco Aurélio Nogueira (1984), partidos políticos no período são apêndices da coroa e não expressão ativa de grupos e interesses sociais, se organizam em torno de personalidades e influências e não de ideias

e programas de ação, são, deste modo, insensíveis aos movimentos da opinião pública e ganham vida apenas na medida em que se incrustam na máquina do poder. Eram partidos de interesse e o Imperador sabia que em qualquer um deles encontraria quem desse apoio aos seus planos, independente de orientação ideológica. Segundo Marco A. Nogueira, todos eram cooptados pelo Estado Imperial, neste contexto a burocracia servia como elemento de cooptação e havia um enquadramento imposto na medida em que todos eram funcionários do Estado. Os futuros bacharéis, deste modo, se encontravam entre os interesses da elite agrária que lhes forneceria o apoio necessário à carreira política e as demandas do Estado, o qual era, quase exclusivamente, a única fonte de empregos no momento.

O fato de tais análises demonstrarem o uso político das ideias, ou a ausência do debate propriamente teórico não implica a existência de um vácuo entre o discurso e a ação. Tal situação não implica no fato de que o pensamento deixa de interpretar, expressar e organizar a realidade e a ação. Outra coisa é verificar se as posturas e análises políticas orientadas por uma corrente teórica qualquer encontram portadores sociais capazes de adotá-las com sucesso, se tais análises servem enquanto organização intelectual de algum grupo ou instância em um embate pela hegemonia econômica e política.

Esta caracterização da conjuntura intelectual é importante para que se possa compreender adequadamente as possibilidades de expressão das ideias no momento, possibilidades permitidas tanto pelo contexto ideológico e vocabulário disponíveis quanto pelas imposições e demandas sociais que pesam sobre os autores. Tal conjuntura explica também o porquê da persistência nas análises sobre o período da impressão de que entre nós as

ideias têm pouca importância, de que são meros sinais de distinção de uma pequena elite ilustrada e pouco explicam da realidade brasileira e das posturas assumidas pelos diversos grupos e estratos sociais.

1.4. A crise do Império e o positivismo no Brasil

No início do capítulo buscou-se mostrar como, após o processo de Independência, a construção do estado Imperial e a constituição das classes dirigentes são processos complementares. Indicou-se também os primeiros indícios do esmorecimento nas relações entre as diversas elites locais, desejosas de ações governamentais para atender seus interesses, e o Império, que devido a escassez de capitais mostra-se incapaz de atender aos diversos interesses regionais.

Neste contexto de insatisfação generalizada com o governo, os anos de 1870/71 no Brasil são cruciais para o surgimento de um movimento de contestação ao governo imperial e suas políticas sociais e econômicas. Como visto, é neste momento que se agrava a situação fiscal do Império e que, com a Lei do Ventre Livre, se coloca um prazo para o fim inevitável da escravidão. Com efeito, neste momento, o consenso que havia entre os componentes dos grupos dominantes quanto ao regime imperial e suas políticas econômicas começa a se dissolver e seus interesses econômicos e políticos começam a divergir mais acentuadamente quanto aos rumos adotados pelo governo, o qual não é mais capaz de absorver a todas as reivindicações regionais. Por um lado, o agravamento das dívidas públicas não permitia investimentos nas

províncias de modo a atender as diversas demandas de recursos e auxílios à lavoura; por outro as soluções encontradas para a transição para o trabalho livre não satisfaziam os diferentes interesses locais.

Nesta conjuntura diversos grupos sociais reagem criticamente no plano intelectual contra o Império e suas instituições. Fazem parte destes grupos os militares, estratos ligados ao comércio e à indústria e novos grupos sociais urbanos emergentes, os quais não encontram representação na estrutura imperial, além das diversas elites regionais não mais atendidas satisfatoriamente pelo governo: coloca-se para esses setores a necessidade de novo projeto civilizatório, projeto que muitas vezes assumirá contornos distintos daquele encabeçado pelo bacharelismo liberal até então. Tendo como portadores indivíduos com interesses tão divergentes, o modelo teórico adotado como suporte à crítica ao governo se adequa a peculiaridades regionais, à tradição intelectual e às bases sociais dos diversos atores. As transformações pelas quais passará o país ganham, deste modo, arranjos diversos e expressam o jogo de forças simultaneamente de equilíbrio e de conflito que atravessam a sociedade, misturam-se várias ordens e vários progressos (BASTOS, 2001).

É certo que críticas à organização política e administrativa do Império existiram durante todo o século XIX, porém, até o final da década de 60, tais críticas visavam a reestruturação do regime imperial e ainda não colocavam em discussão a mudança de regime de governo. O ano de 1870 marcará a guinada das propostas de reforma e a consolidação de crítica forte e crescente à legitimidade da Monarquia, o *Manifesto Republicano* representará a síntese dos questionamentos ao Império e iniciará uma torrente de debates

de reforma da política brasileira (PESSOA, 1973). Surgem diversos autores afirmando que o equilíbrio administrativo e político da República é a única solução para a anarquia em que se convertera o Império, autores que não desejam convulsionar a sociedade, mas que desqualificam todas as instituições imperiais. A partir deste momento o Império passa a corresponder a um tempo passado, o qual não responde aos rumos modernos que se pretende para a nação brasileira.

Dentre os diversos portadores do pensamento contestador, inclusive positivista, estão, além dos militares, que com o fim da Guerra do Paraguai querem encontrar seu lugar no processo civilizatório do país (COSTA, 1996), todos aqueles que, por razões referentes a sua situação regional ou à atividade política ou econômica, estavam insatisfeitos com sua própria situação político-econômica como, também, insatisfeitos ou desejosos quanto às atitudes tomadas pelo governo para resolução ou encaminhamento dos aspectos sociais, políticos e econômicos nos quais o país se encontrava em crise. Deste modo, são representantes do reformismo contestador os setores decadentes da agricultura nacional, com uma lavoura em crise de capitais e avistando possível crise de mão-de-obra devido à inevitabilidade da abolição: preocupados primeiramente em obter benefícios financeiros do governo através de empréstimos e investimentos diretos em infraestrutura e garantir, de todos os modos possíveis, seu poder político e social sobre os trabalhadores rurais (SIMÃO, 2001). Outro grupo ligado à agricultura, os cafeicultores paulistas, também se expressa através do reformismo, porém, enquanto componentes do centro mais dinâmico da economia do país seus interesses muitas vezes divergem daqueles dos fazendeiros das demais regiões do Brasil,

já que representam momento posterior de desenvolvimento econômico. Para o café, em São Paulo, os capitais existiam em relativa abundância, o que não impedia os agricultores da região de virem-se ameaçados pela crise financeira do Estado, sua maior preocupação, no entanto, era garantir trabalhadores em número suficiente para suprir a crescente demanda de mão-de-obra das lavouras de café, a qual não poderia ser atendida pelas soluções nacionais tão convenientes às demais regiões do país¹⁰. De outro lado, encontram-se dentre os contestadores os diversos grupos ligados às atividades comerciais – os setores financeiro, comercial e industrial – que se encontram preocupados em modernizar tecnicamente o país nas mais diversas áreas, principalmente através do desenvolvimento urbano e agrícola (RIDINGS, 1994). Por fim, forma-se no país uma nova classe média urbana composta por profissionais liberais, a qual não se percebe como representada pelas instituições imperiais ligadas à formação agrícola e escravocrata do país, segundo Marco A. Nogueira (1984), estes novos e bem sucedidos grupos urbanos trazem mudança no campo das ideias, seu progresso material teria repercussões no sistema intelectual e político do país. Algo que caracteriza a todos os grupos, com todas as suas diferenças e peculiaridades regionais e sociais, é o temor do caos social, temem, mais que tudo, a “revolta das massas populares” e procuram sempre manter o controle do processo nas mãos das elites econômicas e cultas.

¹⁰ Com a interrupção do tráfico internacional em 1850, colocou-se para os agricultores e para o Estado a necessidade de organizar o trabalho livre; as propostas e soluções neste sentido foram diversas e representavam as necessidades e, principalmente, possibilidades locais de promover tal transição. Deste modo, o trabalho livre foi organizado de diferentes maneiras nas diversas regiões do país: mesmo havendo um consenso quanto à imigração europeia como solução ideal – provendo a lavoura de trabalhadores e o país de civilização – tal imigrante foi utilizado praticamente apenas em São Paulo, nas demais regiões do país foi usado o trabalhador nacional para promover a transição (liberto, ingênuo ou população livre pobre).

É no interior deste movimento de contestação à ordem política e social constituída durante o Império que se deve procurar compreender os positivistas brasileiros e o positivismo no Brasil. O positivismo como movimento intelectual surge no contexto político e social europeu ao final do século XVIII, período marcado por profundas transformações em todas as esferas e pelo solapamento dos antigos princípios de autoridade oriundos da tradição e da religião, transformações que trarão consigo uma reação também na esfera intelectual. Pensadores conservadores, voltados a restabelecer o passado, consideram que o caos e a ausência de moralidade e solidariedade que as sociedades nascidas das duas grandes Revoluções revelam eram fruto do enfraquecimento das antigas instituições protetoras, destacadamente a Igreja, que haviam promovido e sustentado a estabilidade e a coesão social anteriores.

Os conservadores ligados ao retorno ao passado ansiavam por uma sociedade estável, hierarquizada, fundada em valores familiares, religiosos e comunitários, assim como na ordem, na coesão e na autoridade. Para eles, tal modelo havia chegado ao ápice nas sociedades medievais, começando a declinar com o Renascimento. A nostalgia de uma vida comunitária e familiar, vista então como idílica, e do processo artesanal de trabalho, ambos destruídos pelo novo modo de produção e pela urbanização descontrolada, traduziram-se em críticas à própria modernidade. Paralelamente a essa rejeição ao moderno, tal corrente glorificava a tradição.

Essa percepção, segundo a qual a Europa encontra-se em estado de anarquia e desordem, impacta fortemente o pensamento social, especialmente no que se refere aos temas da coesão e da solidariedade. Para

haver coesão entre os homens e harmonia e equilíbrio na sociedade é necessário restabelecer a ordem. Comte, no entanto, condena o desejo de retorno ao passado e demonstra o erro dos conservadores, os quais, ao desejarem o retorno a velha ordem feudal, pregavam a ordem em detrimento do progresso. Para Comte, o restabelecimento da antiga ordem social não corresponde à realidade e ao processo histórico.

Segundo Comte, a nova doutrina não poderia se constituir enquanto pura negação do progresso, das mudanças, e, portanto, como afirmação retrógrada das normas sociais que a história já se encarregava de destruir. Mas também, a nova reflexão social não poderia se constituir em negação sistemática, permanente, de qualquer positividade social, ao contrário, deveria facilitar o *restabelecimento da ordem*. A doutrina social positiva deveria se fundamentar no princípio histórico-progressivo mas também na afirmação incondicional da “ordem” presente (BENOIT, 1999, p.195).

O progresso de teor científico ocupará no pensamento comteano lugar das tradições e da religião, seu objetivo é retirar de sob a humanidade as amarras das crenças religiosas e também das especulações metafísicas, fruto de divagações subjetivas. O positivismo consolida-se na obra de Comte como filosofia da ordem e da harmonia social, expressa o sentimento europeu de necessidade da ordem para, a partir dela, promover o progresso da sociedade e da humanidade.

Comte acredita no poder exclusivo da razão, sua capacidade de conhecer a realidade e traduzi-la na forma de leis naturais. Tais leis permitiriam regular e controlar o comportamento e a vida humana. A nova ciência pensada por Comte volta-se à investigação rigorosa dos fatos e, sob a

influência do êxito e reconhecimento obtidos pelas ciências naturais, aplica seus métodos de investigação às ciências da sociedade.

Ao estudar a história da humanidade para compreender melhor as leis que regulam seu desenvolvimento, Comte, herdeiro das ideias de Condorcet de que a humanidade está em permanente desenvolvimento ou evolução, formulou o que chama de lei fundamental,

Essa lei consiste em que cada uma de nossas concepções principais, cada ramo de nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados de históricos diferentes: estado teológico ou fictício, estado metafísico ou abstrato, estado científico ou positivo. Em outros termos, o espírito humano, por sua natureza, emprega sucessivamente, em cada uma de suas investigações, três métodos de filosofar, cujo caráter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto (...) Daí três sortes de filosofia que se excluem mutuamente: a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição (COMTE, 1983, p. 4).

Para Comte, nesta evolução do pensamento e das ciências a Sociologia representa o ápice do desenvolvimento, o coroamento do pensamento científico, é a ciência capaz de coordenar e condensar o saber das demais ciências. De acordo com a lei dos três estados, portanto, todas as ciências e o espírito humano desenvolvem-se através de três fases.

Por ser crítico das ideias iluministas, vê nelas o “veneno da desintegração social”. Ideias iluministas, na sociedade industrial, somente poderiam levar à desunião entre os homens. Para superar esta situação é necessário atingir e estabelecer definitivamente o “estado positivo”, deixando

para trás os preconceitos e noções equivocadas, fruto da imaginação ou do fervor religioso, e estabelecendo definitivamente o domínio da ciência e da razão,

É claro que se uma qualquer dessas três filosofias obtivesse, na realidade, preponderância universal e completa, haveria uma ordem social determinada, pois o mal consiste sobretudo na ausência de toda verdadeira organização. É a coexistência dessas três filosofias opostas que impede absolutamente de estender-se sobre algum ponto essencial (...) é evidente que a filosofia positiva é a única destinada a prevalecer, conforme o curso ordinário das coisas. Só ela, desde uma longa série de séculos, constantemente progrediu, enquanto suas adversárias estiveram constantemente em decadência (COMTE, 1983, p. 18).

De acordo com Comte, com a supremacia do estado positivo e da ciência estabelece-se como consenso que não deve haver liberdade de consciência com relação às questões sociais. Assim como na física, na matemática e na biologia, cabe aos sábios determinar os princípios. Aos sociólogos cabe a análise isenta da realidade e a elaboração das medidas necessárias à sociedade, ao Estado cabe a execução destas medidas.

Não é tarefa simples precisar com exatidão o momento no qual o positivismo passa a fazer parte do discurso científico no Brasil, segundo Ivan Lins, “a primeira referência publicamente feita ao Positivismo no Brasil, (...), foi essa da tese do Dr Justiniano da Silva Gomes, apresentada à Faculdade da Bahia em 1844, apenas dois anos depois de publicado o último volume do *Curso de Filosofia Positiva*” (1964, p.17). Na citada tese do Dr Justiniano, o positivismo é aplicado exclusivamente ao campo da biologia, mas já é um

indício de um movimento de circulação de novas ideias que o Brasil conhecerá na segunda metade do século XIX. Momento de desenvolvimento econômico que se reflete numa modernização e urbanização do país, amplia-se também, deste modo, o acesso à instrução e as possibilidades de formação de uma opinião pública mais desenvolvida. Momento em que novos grupos procuram se afirmar e se projetar social e politicamente, grupos em busca de afirmar suas posições e expressar seus interesses também no plano do pensamento. Neste contexto, não apenas aqueles ligados às novas correntes de pensamento tomarão como ponto fundamental a questão de como conduzir o país rumo à civilização e ao progresso, os debates políticos entre liberais e conservadores também passam a girar em torno deste tema. Tanto o discurso quanto a agenda liberal passam por reformulação, tomam parte do vocabulário liberal conceitos como liberdade civil, participação política e reforma social.

Entre as correntes que se tornam influentes está o positivismo. Os indivíduos que aderem a estas novas correntes são filhos de fazendeiros e também dos comerciantes que começam a prosperar com o surto econômico e aumento progressivo dos centros urbanos do país: uma nova burguesia que se opõe às tradicionais elites agrárias.

São assim, os filhos da modesta burguesia comercial e burocrática, de importância relativamente secundária, que irão aparecer, graças ao desenvolvimento também modesto do capitalismo no Brasil, no cenário político e intelectual da segunda metade do século XIX. Nas novas gerações, que ingressam nas Faculdades de Direito do país, infiltram-se esses novos burgueses (CRUZ COSTA, 1967, p.124-5).

Fundamental para a propagação das ideias positivistas no país foi a adesão de Benjamin Constant aos ensinamentos de Comte em 1857. Como professor da escola Militar, e por sua capacidade e eloquência, Benjamin Constant formou toda uma nova geração de militares conforme os preceitos do positivismo. Deste modo, Paim afirma que “é na Real Academia Militar que a intelectualidade brasileira toma contato com a obra de Comte (...) esse contato inicial limita-se à obra matemática do filósofo francês” (1997, p. 544). Nestes primeiros anos, o positivismo era propagado e estudado de modo restrito às ciências naturais seu aspecto social e moral seria desenvolvido mais tarde. O espaço ocupado pelo positivismo na vida intelectual brasileira ganha vulto como instrumental de análise da realidade política e social do país na década de 70 do século XIX, em especial, com a publicação do livro *As três filosofias: filosofias teológicas* de Pereira Barreto (PAIM, 1997), livro que terá grande sucesso e influência na Faculdade de Direito de São Paulo e no qual o autor anuncia a precedência que tomará, a partir de então, a questão social, “os dias, em que vivemos, não são mais os de outrora. Hoje a questão social disputa a precedência às questões políticas, e não poderá haver ordem enquanto não for satisfeito este intenso reclame da vida moderna” (BARRETO, 1967, p. 152).

Na verdade, já havia um clima intelectual de contestação e, desde a década de 1860, novos grupos ligados ao comércio e à indústria procuram por projeção política e econômica e expressam isto através de uma mentalidade progressista. “A partir de 1870, esta nova burguesia assume papel de importância sobretudo no setor intelectual. É dessa burguesia, formada por militares, médicos e engenheiros – mais próximos das ciências positivas, graças à índole de suas profissões – que irá surgir o movimento positivista no

Brasil” (CRUZ COSTA, 1967, p. 127-8). Não por acaso em 1968 o Partido Liberal se cinde e é fundado o Partido Republicano em 1870.

Neste momento, portanto, o cientificismo positivista, preocupado com a realidade dos fatos e em oposição à visão indianista e ao bacharelismo liberal, desloca a discussão dos problemas nacionais do campo da política para a esfera do social;

Este novo grupo aparece no cenário como um delator das mazelas do Império. Acusam a elite dirigente de incapaz de gerir o país e apresentam-se como candidatos ao cargo. Se o bacharelismo liberal combinava com o discurso romântico, em grande medida conciliador das diferenças; o cientificismo emergente vai encontrar a forma do seu discurso na própria ciência. As questões antes tomadas como eminentemente políticas serão deslocadas; trata-se agora de pensá-las no terreno social em que se encontram e de equacioná-las a partir da sociologia nascente. A ciência emerge, portanto, como a grande fornecedora de respostas (...) Neste momento, a euforia de um país novo cede à compreensão de que um fosso separava o Brasil da civilização, esta „consciência amena do atraso” levará a intelectualidade brasileira a reconsiderar as possibilidades de progresso futuro (ALONSO, 1994, p. 17).

O positivismo no Brasil reveste-se, como se vê, de um caráter antiliberal, já que o liberalismo era associado ao bacharelismo e, portanto, às ideias metafísicas sem base científica. A nova geração queria adequar-se à civilização europeia e não esconder-se numa representação pitoresca e escapista da realidade e, neste momento, o país passa a ser pensado em comparação com o progresso europeu e a ser definido por contraste, com base na ideia de atraso. Deste modo, os positivistas nacionais formulam projeto

civilizatório com base nos pontos em comum entre a civilização ocidental e a cultura brasileira. Não há, no entanto, uma concepção consensual do atraso e, portanto, para os meios do progresso, pois esta varia conforme o autor e as peculiaridades regionais. De qualquer modo, mesmo as análises e soluções sendo diversas, elas conjugam, em geral, a instrução pública e a ciência como meio de civilizar o país. A ciência assume papel de destaque em detrimento ao papel do Estado, cabe a este implementar os remédios que a ciência receitar para os males do país.

De acordo com Paim (1997), verdadeira ascensão do positivismo no Brasil ocorreu somente após o ano de 1890, estendendo-se até 1930. Coincidindo, portanto, com o período de consolidação do regime republicano. Destaca-se o papel fundamental exercido por Benjamin Constant, como articulador da participação militar no movimento de proclamação da República e como positivista professor da Escola Militar. Neste contexto, o positivismo foi a doutrina que se propôs a substituir o liberalismo como explicação oficial em momento, no qual, as teses liberais implicam em mudanças indesejadas pelas elites dirigentes. Isto porque, de acordo com a tese positivista o poder vem do saber e não da representação como para os liberais, excluindo, deste modo, a participação popular.

Graças à influência militar no primeiro governo da República e principalmente do general Benjamin Constant, (...), o positivismo foi quase uma religião do Estado, a qual não era porventura desvantajoso praticar. Pululam por esse tempo os positivistas, pois sê-lo era uma boa recomendação. A gíria positivista „a anarquia mental“, „a pedantocracia“, „o regime normal“, „a ordem é fator de progresso“, „a integração do proletariado“, „os mortos governam os vivos“, todas as formas e

variações das palavras sistema, integração, incorporação e que tais, queridas da escola, entraram a fazer parte obrigatória de todos os discursos, de todas as arengas, de todas as discussões, e viram-se jornais de província, que de Augusto Comte até o nome ignoravam na véspera, lardearem com frases positivistas a sua prosa sobre a politicagem local (VERÍSSIMO, citado por PAIM, 1997, p. 180, grifos nossos).

As circunstâncias da República favorecem o crescimento do positivismo científico, o qual possuía os ingredientes para a formulação doutrinária do autoritarismo. A ditadura positiva, de acordo com as prescrições morais e políticas científicas, favorece, neste sentido, a consolidação de República ditatorial. Coube a Júlio de Castilhos transformar a tese do poder advindo do saber em arcabouço jurídico institucional para a doutrina autoritária do Estado; deste modo, a transição democrática pôde ser operada sem a temida participação popular.

Este entendimento da obra de Comte contraria os propósitos da Igreja Positivista, capitaneada por Miguel Lemos. Este último sempre foi contrário à tentativa de alguns positivistas de adaptar e conciliar a doutrina de Comte às possibilidades históricas e à conjuntura nacional. Para Lemos, o positivismo tem que se diferenciar da oportunidade e da ação política. Neste sentido, a Igreja Positivista até mesmo condena a República: o republicanismo é democrático e metafísico. “A República se lhe afigurava então como a simples eliminação da dinastia, colocando em seu lugar um presidente eletivo e temporário. Semelhante providência, equivalia a substituir o absurdo teológico pelo absurdo metafísico” (PAIM, 1997, p. 555). Para a Igreja, portanto, o positivismo é uma doutrina pronta: segue a risca a doutrina de Comte.

Por outro lado, alguns dos nossos positivistas, com postura independente em relação a Igreja como Pereira Barreto e Benjamin Constant, estavam preocupados com a conjuntura nacional. Para eles, a adoção do positivismo não obedecia a variáveis doutrinárias, mas a contingências regionais e políticas ao invés das intelectuais.

A influência positivista generalizada entre nossos políticos, principalmente entre os republicanos foi, no entanto, passageira e poucos se mantem entre os adeptos de Comte. Como visto, o positivismo atraía, sobretudo, pela orientação ditatorial e como tática partidária no combate parlamentar, não havia, entretanto, dentre a maior parte dos homens da política indivíduos capazes de se aprofundar na doutrina. Logo ocorre uma guinada de retorno ao liberalismo, pois contra os positivistas pesava a pecha “de uma doutrina que dificultava, com suas rígidas exigências, o jogo de interesses da velha politicagem” (CRUZ COSTA, 1950, p. 19). Com efeito, o positivismo não serve à politicagem interesseira como vocabulário mais adequado às necessidades e interesses da elite política, o que não significa que alguns de seus representantes não tenham se tornado positivistas de fato e, portanto, procurado aplicar e adequar a teoria as suas demandas e interesses.

Aos positivistas é evidente que a substância monárquica no Brasil se afigurava arcaica, mas não a forma autoritária de governo. Ao contrário: eles subiram ao poder procurando avivar no novo tipo de governo a autoridade do executivo ou do poder efetivo dos governantes, para que a causa do progresso condicionada pela ordem não fosse sacrificada ao perigo do progresso desordenado, nem a da ação refletida à do verbo irresponsável (...) O progresso desejado por positivistas do feitio de Demétrio Ribeiro deveria processar-se sob esse espírito de autoridade socialmente responsável, e não ao sabor

de um liberalismo que, sob o melífluo pretexto de ser democrático, viesse a acentuar no país – nos seus homens de governo – a irresponsabilidade social vinda dos últimos anos do Império (FREYRE, 2004, p 215-16)

Mesmo com a guinada liberal o vocabulário positivista cientificista permanecerá, o positivismo será utilizado pelas nossas elites políticas, pouco interessadas na doutrina e suas possibilidades de reforma social, naquilo que permite o viés autoritário e conservador. Deste modo, não há avanço social e, por outro lado, não existe avanço científico. Nota-se como, no Brasil, o positivismo não estava atrelado à evolução das ciências e à industrialização, não há a esperada supervalorização das ciências positivas. Não se observa no país nada semelhante ao que ocorreu, por exemplo, nos EUA e na Inglaterra, onde o cientificismo estava atrelado ao imperativo da evolução industrial: representa fator de aprimoramento e desenvolvimento da pesquisa científica. Segundo Paim, não houve o estabelecimento de um método de investigação científica no país, mas de um modo de pensar científico. As reformas do ensino têm caráter mais enciclopédico que científico.

Em resumo: a corrente positivista obstaculizou o desenvolvimento em todos os sentidos da meditação filosófica empreendida pela Escola do Recife, em nome da exaltação do saber de índole científica. Ainda assim, não contribuiu para a criação de institutos devotados ao ensino ou à pesquisa das ciências (...) Nas condições brasileiras, não se tratava de armar as novas gerações de técnicos – de resto muito reduzidas e sem grandes expectativas profissionais – de um conceito operacional da ciência mas de dar aparência cientificista a uma especulação no estilo da metafísica tradicional (PAIM, 1997, p. 198).

Percebe-se, como é característico do pensamento reformista no Brasil no século XIX, que para grande parcela dos que se proclamam positivistas não há intenção de promover verdadeira modernização do país. A „modernização conservadora” que caracteriza o país não permite progressos técnicos ou científicos que alterem a estrutura produtiva de maneira a alterar as relações de trabalho: perpetuam-se no Brasil relações de trabalho marcadas por coerções extra-econômicas e pela total subordinação dos trabalhadores aos empregadores. A filosofia da ciência positivista pode existir e de fato servirá como modo de orientação política e maneira de compreender o papel do Estado e a função da população e da representatividade em sociedade democrática, ou seja, proporrá diversas mudanças ancoradas em interpretação das teses positivistas no entanto, não implicará em modernização naquilo que possa alterar a hierarquia social e econômica.

Em grande medida, a alcunha de discurso para justificativa ideológica do autoritarismo atribuída ao positivismo explica-se pelo caráter instrumental de sua utilização durante o período de consolidação republicana. Mesmo assim, percebe-se a força da organização teórica da doutrina não apenas pela súbita adesão como, principalmente, pelo rápido abandono da mesma. A análise acurada da realidade nacional e a coerência das propostas desqualificam o positivismo como linguagem política adequada as nossas elites e aos rumos que pretendem impor ao país, principalmente quando estas percebem que podem impor um rumo conciliador – e conservador – às mudanças em curso.

Capítulo 2. Da Experiência ao Progresso: a atividade positivista de Luís Pereira Barreto

É sob o reinado da metafísica que a indústria emerge da barbárie e começa a assumir uma posição, que cada vez mais se consolida e se impõe à sociedade (...)

Esta terceira fase não só existe, como é precisamente a mais importante de todas: é a época científica ou positiva, é a fase industrial, que caracteriza irrefragavelmente os tempos modernos. Nesta quadra, todas as concepções teóricas particulares estão positivas e as gerais tendem a sê-lo. A observação e a razão destronaram o absoluto e a imaginação. A sociedade, tomada coletivamente, tende a organizar-se industrialmente, dando-se por alvo de atividade, único e permanente, a produção. É a indústria, que reina hoje soberanamente; é a mais alta expressão do progresso, é o poderoso agente da civilização, é a grande garantia da manutenção da paz, é o eloquente veículo da causa popular (PEREIRA BARRETO, 1967 (1874)¹ *As três filosofias: filosofia teológica*², p. 157-8)

Desde seus primeiros escritos, como se vê pelo trecho extraído de texto escrito originalmente em 1874, Pereira Barreto vê a industrialização como fundamental ao processo de desenvolvimento, progresso e civilização do país, ela é a representação da época positiva. Com o amadurecimento de suas ideias e suas observações da nossa realidade e da história dos países industrializados, o autor vê-se frente à necessidade de primeiramente procurar

¹ Para os textos dos quais se utilizou a edição moderna, após a indicação da data será colocada a data da primeira edição.

² Nas futuras referências a este texto será utilizada a abreviação TFFT.

desenvolver a agricultura brasileira, pois só assim poderia existir o desenvolvimento da indústria. A Inglaterra é citada como exemplo:

O modo porque a Inglaterra emergiu da mais desganhada miséria para a mais pujante ostentação de força e riqueza, é um grande, um fecundo ensinamento para todas as nações. Há apenas um pouco mais de duzentos anos, a Inglaterra não tinha pão: a pobreza das suas terras não lhes permitia a cultura do trigo (...) sem leite, sem manteiga, sem queijo, sem pão, não era evidentemente possível o advento de uma classe industrial. A indústria só pode surgir quando uma extensa agricultura permite um certo excedente de alimentos. A divisão do trabalho só pode começar do momento em que a superabundância de alimentos, permite a uma certa classe de homens empregar sua inteligência, seus braços e sua atividade em um outro gênero de trabalho. *A agricultura é a fonte primeira*, de onde emanam todas as subdivisões do trabalho, todas as distinções de classe, e *todos os progressos da civilização* (PEREIRA BARRETO, *Revista Agrícola*³, n. 13, 1896, p. 170, grifos meus).

Deste trecho pode-se retirar algumas características que marcariam as argumentações do autor quando fosse tratar das necessidades da agricultura e indústria do país, fundamentais para o progresso da sociedade brasileira: a necessidade de promover a imigração para o povoamento do país e para a formação de uma classe de trabalhadores para a indústria; melhorar técnica e cientificamente a agricultura para assim conseguir os excedentes de produção necessários à industrialização; diversificar a produção agrícola para atender as necessidades da classe trabalhadora, especialmente às necessidades dos trabalhadores europeus, para diminuir a dependência do

³ Nas próximas referências a *Revista Agrícola* será adotada a abreviação RA.

país de produtos importados e para melhorar a capacidade de competição do país no mercado externo.

Este capítulo procura recuperar aspectos do pensamento de Pereira Barreto buscando mostrar como suas ideias correspondem às expectativas de grupos sociais ligados ao comércio e a seus projetos de modernização, industrialização e urbanização nacionais. Não se afirma que o autor seja conscientemente, ou perceba-se como, representante destes grupos, mas que existe afinidade entre seu projeto, suas intenções e suas intervenções para mudança do país com a compreensão que os grupos de interesses comerciais têm das condições da sociedade brasileira e do que seja necessário para promover seu progresso em direção à sociedade propriamente capitalista.

É preciso lembrar que a modernização é tema recorrente na história do pensamento nacional. Projetos de modernização agrícola e industrial não estão presentes apenas entre os autores, e mesmo as autoridades, do final do século XIX. Os primeiros projetos de modernização agrícola para o território brasileiro datam de meados do século XVIII e desde o início apresentavam temas que seriam recorrentes: técnicas de arado e adubação, valorização do trabalho, ensino agrícola, “fomento à produção, reforma das técnicas agrícolas, intensificação dos sistemas de cultivo e aumento da produtividade são diretrizes recorrentes dos projetos de reforma da agricultura em toda a história da formação social brasileira” (LOURENÇO, 1998, p. 4). Os autores dos projetos, viam nos mesmos formas de implantar e expandir o processo civilizador da nação brasileira; as reformas propostas visavam inserir o país nos tempos modernos que se apresentavam como uma era de progresso

guiada pela razão e pela tecnologia⁴. De acordo com as autoridades portuguesas já ao final do século XVIII, para lançar o país nesse novo mundo, alguns obstáculos deveriam ser eliminados, tais como, a incivilidade, ociosidade e violência da população, os métodos atrasados de cultivo e produção, deficiência educacional, entre outros.

Já entre os dirigentes portugueses, portanto, existia a percepção da necessidade de mudanças na organização socioeconômica brasileira. Para tais homens os maiores males do Brasil eram a preguiça e a pobreza da população, mas, principalmente, o tipo de lavoura praticada no país: cultura itinerante e extensiva, baseada na derrubada e queimada das matas e no uso de instrumentos arcaicos. A itinerância, era vista como uma das causas da violência e desrespeito às leis que imperavam entre a população local.

2.1. Grupos de interesse comerciais e sua influência no Brasil

Neste momento busca-se retomar o papel dos grupos ligados ao comércio durante século XIX brasileiro com o intuito de destacar as afinidades entre as propostas, intervenções e demandas de tais grupos com o pensamento e as ideias de Pereira Barreto para o desenvolvimento da nação.

⁴ Apesar da existência de projetos de modernização há mais de dois séculos, ainda hoje se pode observar no país o sistema de cultivo extensivo convivendo ao lado do sistema intensivo, ambos, em geral, valendo-se de formas de trabalho compulsório. Processos modernos de cultivo convivem com a violência, o favor e o clientelismo. "A modernização da agricultura não trouxe consigo a desbarbarização do campo" (LOURENÇO, 1998, p. 3). Lourenço chama a atenção para o fato de que nos distintos projetos de Reforma Agrária, nos diversos momentos em que estiveram em discussão desde o século XVIII, fica sempre clara a distinção entre Questão Agrária e Questão Agrícola, com a recorrente preponderância da segunda. O econômico (Questão Agrícola) é privilegiado em relação ao social (Questão Agrária).

Desenvolvimento que passa necessariamente, tanto para o autor quanto para os indivíduos ligados ao comércio, pelo desenvolvimento técnico da lavoura, pelo aprimoramento da qualidade da produção, pela publicidade do produto brasileiro no exterior e pela qualificação do trabalhador. Tal desenvolvimento é visto como essencial à posterior industrialização e ao futuro desenvolvimento urbano do país. Deste modo, retoma-se o papel e as ações dos grupos ligados ao comércio para posteriormente traçar as necessárias relações com as propostas de Pereira Barreto.

Ao retomar o papel desempenhado pelas associações ligadas ao comércio durante todo o século XIX na direção do governo, na política econômica estatal e na estrutura administrativa do Estado, pretende-se demonstrar como houve durante este período um grupo forte e atuante que vinculava seus interesses ao desenvolvimento e progresso do país, assim como à superação da estrutura agrária atrasada e à subordinação do governo aos interesses dos potentados rurais locais. Como será discutido, ao vincularem o destino do comércio ao desenvolvimento técnico-científico da agricultura, ao desenvolvimento da infraestrutura urbana e à industrialização, tais grupos ligados ao comércio verão seus anseios expressos nos escritos e nas ações de Pereira Barreto.

Antes de iniciar a discussão do papel e importância de tais grupos, uma última observação se faz necessária. Dentre as diversas associações comerciais que existiam no país, optou-se em pesquisar mais detidamente a ação e as demandas da Associação Comercial de Santos, tanto pela importância que assume ao final do século XIX e início do século XX, como

sendo essencialmente representante dos interesses cafeeiros paulistas, como pela intensa relação que estabelece com diversas instâncias dos governos central e estadual.

Durante o século XIX no Brasil as associações comerciais exercem grande influência em todos os níveis do governo Imperial e, posteriormente, Republicano. De acordo com Ridings (1994), o poder político das associações comerciais é subestimado nas análises feitas sobre o período em parte porque seus líderes desejavam o anonimato de seu sucesso em influenciar o governo. Grande parte dos diretores das associações é estrangeira, deste modo, não querem que a opinião pública perceba a verdadeira extensão de seu poder. Segundo Frago e Florentino (2001), os modelos explicativos que insistem na importância social e econômica exclusiva da aristocracia agrária durante o século XIX são simplistas, homens de negócio têm, para os autores, papel fundamental na economia, na política e na sociedade da época.

Um fato a se destacar, portanto, é a atuação de estrangeiros em influenciar na direção do governo brasileiro através destas instituições. Muitas vezes, as associações comerciais são lideradas por gestores de companhias estrangeiras que, por ocupar tal posição, têm acesso ao alto escalão de políticos e administradores do Estado. O que explica a postura assumida pelas empresas comerciais de reunirem-se, em sua necessidade de afetar as decisões do governo brasileiro, é seu limitado alcance econômico e o fato de boa parte da elite comercial ser composta por estrangeiros. Segundo Ridings (1994), a representação coletiva foi uma necessidade prática de reunir forças e poder de influência sobre as autoridades. Tais grupos sempre tiveram durante

o século XIX interesses e objetivos junto ao governo brasileiro, no entanto, nem sempre os interesses comerciais se organizaram nos moldes das associações comerciais, muitas organizações informais surgiram transitoriamente para promover melhorias nos meios de comunicação e transporte ou na agricultura e apresentar ao governo a opinião dos comerciantes.

O papel dos grupos comerciais em afetar o desenvolvimento da sociedade brasileira ocorreu, principalmente, pela sua capacidade de influenciar a postura do governo, principalmente nos assuntos econômicos. Para ilustrar esta situação, pode-se citar o fato de que por vezes, já durante o período republicano, a Associação Comercial de Santos manifestava seus interesses em assuntos econômicos, ou outros ligados as suas demandas, com mensagens enviadas diretamente ao Presidente da República. Há casos nos quais a mensagem da Associação é enviada pela manhã e, na tarde do mesmo dia, é recebida resposta do Presidente. Cabe destacar que, em grande parte dos casos, as demandas da Associação eram atendidas, ao menos parcialmente.

Exemplo desta comunicação direta entre a Associação Comercial de Santos com o Presidente da República pode ser visto ao final de 1899. Em outubro desse ano, a região de Santos se vê assolada por casos de propagação de peste bubônica, o que leva as autoridades a proibir a saída de navios do porto da cidade como forma de impedir a propagação da doença. No dia 26 de outubro a Associação envia telegrama ao Presidente informando que, devido às proibições de saída do porto a cidade enfrenta sérios problemas com o abastecimento de gêneros alimentícios. No mesmo dia Campos Sales

responde dizendo que dará prioridade na Estrada de Ferro Central para o transporte de tais gêneros para Santos a preços módicos. No dia 27 a Associação envia novo telegrama ao Presidente informando que tal medida é insuficiente e pedindo para utilizar transporte por navios. No dia seguinte, Campos Sales responde novamente concedendo permissão para o transporte em navios, mas impondo diversas medidas sanitárias preventivas. Deve-se dizer que, com o passar do tempo e com a consolidação do regime republicano e complexificação de sua estrutura administrativa, a Associação Comercial de Santos deixa de se dirigir ao Presidente da República para tratar com Ministros ou Secretários do Estado.

Como explicar a ascensão da qual desfrutavam comerciantes sobre membros do governo no Brasil? Um aspecto que caracteriza os membros do governo durante o século XIX é sua falta de experiência sobre negócios, economia e processos necessários à modernização econômica e técnica do país, situação explicada, em parte, pelo desprestígio que possuíam quaisquer atividades ligadas ao comércio junto às elites nacionais. De acordo com Ridings, este cenário faz parte da tradição ibérica de administração estatal: os grupos comerciais teriam, nesta tradição, um papel de comando e por isso seriam ouvidos por políticos e burocratas. Grupos comerciais no Brasil do século XIX são moldados na tradição do corporativismo ibérico, desde a Idade Média tais grupos tinham, em Portugal e na Espanha, privilégios especiais legais e acesso direto aos níveis de decisão governamental. Tinham direito de serem ouvidos no que afetava seus interesses e, em troca, ajudavam na administração estatal como conselheiros e supervisores.

Neste quadro, a carência de experiência técnica pressiona o governo a apoiar-se em organizações privadas através de ajudas consultivas e regulamentares. É possível afirmar que, neste período, os comerciantes estrangeiros eram a maior fonte de conhecimento econômico existente no país, sendo assim, grande parte do poder desfrutado pelos interesses comerciais se deve a sua capacidade consultiva e regulatória. Além do conhecimento técnico necessário à administração, tanto a nível federal quanto local, os relacionamentos pessoais dos líderes dos grupos de interesses comerciais eram sua maior fonte de poder. O alcance das relações pessoais nas possibilidades de intervenção na ação governamental se explica pela estrutura do governo brasileiro no século XIX, a falta de complexidade da estrutura administrativa tornava os contatos pessoais de suma importância, fazendo com que, em diversas situações, os líderes das associações comerciais fossem escolhidos devido mais a seus contatos pessoais do que por sua atuação comercial. Como a estrutura do governo era pequena e pouco complexa havia poucos postos chave com os quais os grupos de interesse comerciais procuravam estreitar relações. É preciso dizer que o contato direto com o Imperador e, posteriormente, com o Presidente não se dava, obviamente, por qualquer questão ou demanda menor. Apenas questões importantes eram tratadas diretamente com o Imperador/Presidente.

Esta situação de relação direta com as altas autoridades do governo irá alterar-se com a consolidação do regime republicano e com o aumento da complexidade administrativa e tamanho do Estado brasileiro. Como dito anteriormente, a Associação Comercial de Santos inicialmente fazia suas demandas, obtendo respostas quase imediatas, diretamente ao Presidente da

República, com o tempo, passa a tratar com Ministros de Estado, depois Secretários, etc. Na verdade, já na virada para o século XX as associações comerciais não desfrutavam do poder e influência de outrora.

Se por um lado membros das associações comerciais procuravam estreitar relações com autoridades do governo, por outro, evitavam qualquer apoio direto aos partidos políticos. A constante alternância de poder entre Liberais e Conservadores, característica da política imperial, tornava a identificação com um dos partidos perigosa, além do que, desnecessária, visto que a política econômica de ambos os partidos pouco variava de fato.

Pode-se indagar, no entanto, até onde esta postura denota apenas precaução frente à alternância de poder ou, por outro lado, se tal postura não reflete o entendimento que tais grupos tinham da realidade política e econômica brasileira. Eles se empenham ativamente em influenciar a estrutura econômica do país, em promover o desenvolvimento urbano, da agricultura, e dos sistemas de comunicação e transporte, etc., mas demonstram pouco interesse na estrutura política. Interessam-se pelas condições concretas de desenvolvimento do país e não pelo tipo de regime ou de organização política. Neste ponto, encontra-se uma das semelhanças entre os interesses dos grupos de interesses comerciais e as análises e propostas de Pereira Barreto, ator que, como será melhor discutido adiante, não se preocupa em formular um projeto político para o país, mas sim em encontrar os meios de desenvolver sua agricultura gerando as condições para processo de industrialização e urbanização do país.

Exemplo de como a estrutura de governo pouco preocupava os interesses comerciais é a postura da Associação Comercial de Santos frente ao acontecimento da proclamação da República. A Associação, através de seu presidente, limita-se a emitir um comunicado no qual demonstra esperança que tal reforma social e do sistema de governo não traga desordem ou perturbações comerciais, afirma confiar nos membros do Governo provisório e também na “índole ordeira” do povo brasileiro. Não há qualquer alusão à nova forma de governo, apenas preocupação quanto às condições concretas de funcionamento do comércio, a Associação continua, como fazia habitualmente, a comunicar-se com o governo fazendo suas sugestões e colocando suas demandas como se nenhuma transformação significativa houvesse afetado o país.

Edgar Carone (1977), em seu texto sobre o pensamento industrial no Brasil, chama a atenção para característica similar dos grupos industriais ao final do século XIX início do século XX no Brasil. Segundo este autor, a classe industrial em nenhum momento toma posição política, “ela é apolítica, por não ter atitude autônoma ou não tomar posição perante os acontecimentos [...] por sua vez, ela é subordinada às classes agrárias, dependendo pouco a partir de 1930 [...] Estes fatores levam-na a ser marginal, afastando-a das decisões políticas dentro do sistema dirigente do país” (p. 14). Cabe questionar se a despolitização dos grupos industriais deve ser atribuída a um não posicionamento frente aos acontecimentos vividos pelo país ou se, na verdade, trata-se de percepção que atribui à situação política menor importância, buscando promover mudanças econômicas e estruturais para o aumento e desenvolvimento da produção industrial. Atribuir importância concreta para

organização da sociedade e, porque não dizer, da realidade apenas à esfera econômica – das coisas concretas da vida – e ignorar o aspecto político, das formas e da estrutura de governo, é característico de um modelo de pensar, compreender e expressar a realidade que marca muitas correntes de pensamento, como será melhor discutido no quarto capítulo do trabalho.

De modo geral, a maior parte dos grupos de interesse comercial gozou de notável potencial de influência durante o século XIX no Brasil. Em parte, esta situação também se explica pela escassez de outros grupos de interesses, o que fez com que as associações comerciais se beneficiassem da relativa debilidade de outros grupos de interesse na disputa pelos favores e atenção do governo. As relações existentes entre líderes de grupos comerciais e membros do governo eram de natureza social e, em menor medida, de parentesco. A experiência financeira dos comerciantes, reconhecida por todos, era a principal fonte de seus contatos sociais. Autoridades do governo aproveitam os recursos financeiros, o conhecimento e as conexões dos líderes de grupos comerciais para expandir sua própria fortuna. “Os líderes dos grupos de interesses comerciais por vezes auxiliavam na gestão dos negócios financeiros e pessoais de altos oficiais do governo” (RIDINGS, 1994, p 64). Se por um lado, como destacado anteriormente, o apoio político direto a membros do governo era evitado pelas classes comerciantes, por outro, havia meio mais seguro para garantir o favor dos líderes do governo, quais sejam, manifestações públicas de honraria e respeito. Com efeito, era habitual às associações comerciais promover cerimônias públicas para receber e honrar visitantes “importantes”, isto é, políticos que tenham trabalhado pelos interesses do comércio.

Certamente não são todas as associações comerciais que exercem influência sobre o governo, o tamanho e importância do comércio local influem na capacidade de pressão das mesmas. E, deste modo, algumas associações nunca tinham resposta favorável do governo. O importante também “era a força local da tradição e valores luso-brasileiros que depreciavam a ocupação de comerciante. Estes valores eram comumente mais fortes onde a economia era menos próspera e dinâmica” (RIDINGS, 1994, p. 79).

A tradição ibérica será fundamental para as diretrizes das associações nas suas atividades e na relação com o Estado. Ridings destaca também, como inspiração imediata para as associações comerciais, as câmaras de comércio britânicas e americanas, isto devido à grande presença de ingleses e americanos nas comunidades mercantis do Brasil. “Em suma, as associações comerciais e outros grupos de interesse comercial brasileiros podem ser vistos como produto da influência do mundo inglês introduzida em sólida tradição corporativa ibérica. Foi uma combinação com forte potencial para influenciar governo e opinião pública” (RIDINGS, 1994, p. 21).

O primeiro grupo de interesse comercial representativo no século XIX, por sua influência, foi uma organização de comerciantes ingleses no Rio de Janeiro que ficou conhecida como Committee, tal organização foi a forma encontrada pelos comerciantes ingleses, cujo fluxo para o país aumentara após a abertura dos portos em 1808, de confrontar as dificuldades encontradas nas condições para organização e realização de atividades comerciais em território brasileiro. A principal função do Committee era apresentar às autoridades demandas para facilitar o comércio. No entanto, mesmo tendo a atuação de

destaque e prestígio, uma organização com os propósitos do Committee deixa de ser necessária e este existe por menos de um ano, isto ocorre em função da forte e crescente influência da diplomacia britânica junto ao governo brasileiro, e a sua capacidade de pressionar o mesmo.

A iniciativa dos comerciantes ingleses, embora fugaz, teve grande impacto para as futuras organizações comerciais nacionais, pois servirá de exemplo e modelo às mesmas. “Mesmo com vida curta, o Committee forneceu exemplo de verdadeira atividade de um grupo de interesses articulado por estrangeiros economicamente poderosos, cujos métodos de comércio, e mesmo o estilo de vida, foram certamente copiados por brasileiros” (RIDINGS, 1994, p. 22). As associações comerciais surgiram sempre no rastro da prosperidade econômica e comercial das regiões, para que fosse viável uma organização dos interesses comerciais era preciso uma comunidade mercantil minimamente fortalecida, neste sentido, tanto a Associação Comercial de São Paulo quanto a de Santos só surgiram e se fortaleceram ao final do século XIX, em reflexo ao desenvolvimento comercial gerado pelo café.

Aspecto importante e relacionado à capacidade de influência dos grupos ligados ao comércio é a imagem que desfrutavam junto à sociedade e ao imaginário dos brasileiros. Como discutido no primeiro capítulo, os valores ligados ao comércio e à ideologia propriamente capitalista demoram a se estabelecer e desenvolver em Portugal e, conseqüentemente, no Brasil. A atividade comercial era vista como meio de acesso à aristocracia e não como finalidade em si. Com efeito, a profissão de comerciante é tradicionalmente pouco valorizada na cultura luso-brasileira, o prestígio social era conquistado

menos pelo sucesso financeiro e mais por posição de destaque na estrutura social.

Em consonância com este quadro, os homens do governo, mesmo apelando à experiência e conhecimento dos comerciantes na direção dos negócios e na administração do Estado, viam os comerciantes como um “bando de ignorantes”, pessoas sem alma e ladrões, desonestos principalmente nos negócios com o governo. As disputas entre comerciantes e agricultores também eram comuns, estes últimos viam-se sempre prejudicados nos preços e no crédito, mas, mesmo rancorosos em relação aos comerciantes não podiam negociar sem eles e, desta forma, mantinham uma tolerância relutante. Até mesmo os trabalhadores urbanos e a população pobre urbana tinham rancor em relação ao comércio, pois culpavam os homens de negócio pela escassez e alto custo dos alimentos.

Promover imagem favorável através de campanhas de caridade, gestos patrióticos e publicidade era, deste modo, de fundamental importância para a elite comercial como forma de promover sua própria expansão econômica. Afinal, os interesses econômicos privados dependiam em grande medida da intervenção do governo. O auxílio do Estado sendo fundamental explica os apelos dos homens de negócios à pequena, letrada e politicamente ativa minoria brasileira.

É preciso destacar a força que exercia no imaginário da população, inclusive os bem sucedidos comerciantes, o desejo pela ascensão aristocrática. Mesmo trabalhando ativamente para melhorar a imagem do comércio e dos homens de negócio, os próprios membros da elite comercial exprimem o apego

à aristocratização e, em boa medida, a aversão à atividade comercial em seus atos. De acordo com Ridings (1994) não havia hereditariedade das casas de comércio no Brasil, já que os mercadores mais ricos dão aos seus filhos uma “ocupação mais honrosa”. Fragoso e Florentino (2001), destacam esta característica da sociedade brasileira, mesmo com a importância econômica e política da elite mercantil:

as fontes mostram outro traço, aparentemente paradoxal, já que de certo modo nega tanto a lógica empresarial quanto a própria permanência dos grandes comerciantes na esfera da elite mercantil. Referimo-nos ao expressivo número de grandes empresas comerciais cuja existência se restringia a, no máximo, duas gerações. Tudo indica que, depois de vinte ou trinta anos de funcionamento contínuo, seus responsáveis acabavam por abandonar os misteres mercantis, transformando-se especialmente em rentistas urbanos e/ou senhores de terras e homens (p. 228).

O ideal aristocratizante fazia com que ao invés de multiplicar a riqueza os grandes comerciantes esterilizavam-na, já que tal ideal pressupunha um distanciamento e aversão ao mundo do trabalho. Distanciados da formação e da cultura nacional, os estrangeiros ligados ao comércio mostravam-se mais imunes a esta tradição.

Em texto de 1880, *Soluções positivas da política brasileira*, Pereira Barreto aponta para a necessidade de aproximar-se dos brilhos da aristocracia que caracterizava a sociedade brasileira e que fazia com que, por toda a nação, surgissem aqueles prontos a seguir e executar as ordens do imperador. “Para cercar o trono do necessário prestígio, para realçar o brilho da

monarquia, para garantir, sobretudo, a perpetuidade da dinastia, era evidentemente de boa política a criação de uma dedicada aristocracia” (BARRETO, 2007 (1880), p. 26). Participavam deste culto à monarquia, segundo o autor, membros de ambos os partidos. “Por toda a parte surgem ninhadas de aspirantes as fitas e aos pendulicários [...] estão realizados e excedidos todos os desejos de uma Corte segundo o estilo tradicional. A mais cintilante legião de honra circunda os degraus dourados do trono” (p.26).

Esta busca pelo brilho e prestígio, frutos da boa vontade da coroa, não contaminou apenas lavradores e comerciantes, diz Barreto, também a “república das letras” sofreu o contágio “atacada da mesma vertigem e enriquecendo cada dia a órbita imperial com mais uma estrela, com mais um luzeiro [...] jurisconsultos, médicos, engenheiros, representantes do pensamento culto não nutrem senão uma ambição: a de fazer parte do firmamento de São Cristovão”. Brilhar mais que os outros, esta é a ambição da velha e da nova geração “a ciência já não é mais um nobre e austero escopo a atingir; a ilustração do espírito, a inteligência ao serviço da pátria e da humanidade, a prática das virtudes cívicas, já não constituem um digno alvo da atividade humana” (BARRETO, *Soluções positivas da política brasileira*, 2007 (1880), p. 26).

A entrada de imigrantes estrangeiros e sua total assimilação pelo país seriam uma forma de sanar este defeito. Para Pereira Barreto, caso os estrangeiros recebessem igualdade de direitos e liberdade de consciência para aderirem ao organismo político tal situação mudaria em poucos anos. Os estrangeiros seriam alheios à formação nacional. Cita o caso dos EUA, país

que só teve progresso devido à liberdade de pensamento e igualdade de direitos civis que concedeu aos imigrantes. Sem promover tais mudanças que facilitassem a vida do estrangeiro também sob o aspecto intelectual e moral o país permaneceria estagnado. Os conselheiros de estado não percebiam que o estrangeiro de outro credo tinha aspirações intelectuais a realizar, nobres necessidades morais a satisfazer, sem promover tais alterações fechariam para o europeu as portas da vida social. “Tais são as conclusões práticas a que conduz a filosofia de palácio” (BARRETO, *Soluções positivas da política brasileira*, 2007 (1880), p. 27).

2.2. Urbanização e modernização dos meios de comunicação

Tradicionalmente, o estado brasileiro deixava serviços essenciais de integração econômica e urbana que não conseguia administrar a instituições privadas como a Igreja e as associações comerciais. Questões relativas à integração econômica do território são necessárias para regular aspectos ligados ao comércio como, por exemplo, as vias de comunicação, já as questões relativas à integração urbana referem-se a aspectos ligados ao crescimento das cidades, facilidades físicas e serviços urbanos como, por exemplo, serviços sanitários e de saúde, corpo policial e corpo de bombeiros.

A participação dos homens de negócio no desenvolvimento urbano é verdadeira necessidade, já que as autoridades se mostravam carentes de conhecimento técnico e, portanto, ineficientes nesta área de atuação. Exemplo

de como as autoridades do governo confiavam na capacidade e na experiência dos grupos comerciais pode ser dado por um fato ocorrido em Santos em 1891, conforme indica a ata de uma sessão extraordinária da Associação Comercial de Santos:

Aos 18 dias do mês de Dezembro de 1891 [...] o presidente abriu a sessão comunicando que tendo sido deposta pelo povo a Intendência Municipal desta cidade, fato que se deu em quase todas as cidades deste estado, foi conclamada [por ordem de Deodoro da Fonseca] a Diretoria desta Associação para tomar conta dos negócios do Município até ser nomeada nova Intendência (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS, *Atas das sessões ordinárias*).

Com a expansão das cidades no século XIX o governo se mostra incapaz de garantir a segurança e as condições sanitárias das mesmas, pré-requisitos necessários à boa condução dos negócios. Deste modo, um dos problemas urbanos que mais preocupava os comerciantes era o das condições sanitárias, os portos principalmente eram tidos como o ambiente mais adequado para doenças perigosas, a falta de limpeza encontrada nos grandes portos brasileiros seria uma das causas mais presumíveis de doenças. De fato, a pressão dos grupos comerciais contribuiu com avanços notáveis no campo sanitário ao final do século XIX.

A ação particular da Associação Comercial de Santos merece destaque pela promoção intensa e agressiva que fazia do sanitarismo. Dentre as diversas melhorias urbanas que esta associação buscou promover desde sua fundação estão: criar condições de abastecimento de água potável;

sistema de drenagem e esgotos para toda a cidade; iluminação a gás; linhas de bonde; reformas nas vias de trânsito de carroças; entre outros. Durante um surto de febre amarela em 1877, propõe a construção de um “lazareto” onde pudessem ser recolhidas e tratadas as pessoas afetadas por molestas religiosas, prevenindo surtos na região. Os diversos pedidos, constantes por quase três décadas, para construção de um cais e melhoria e ampliação do porto, além do aspecto imediato de incrementar os meios de transporte, envolvem também, para os membros da associação santista, a questão sanitária. Todos são unânimes em afirmar que um porto moderno representaria melhorias excepcionais nas condições higiênicas da cidade: aspecto fundamental também para melhorar a acolhida aos imigrantes em sua chegada a São Paulo.

Como a cidade de Santos está vinculada ao comércio cafeeiro, e a associação comercial da cidade está intimamente ligada ao mesmo, a necessidade de expansão, desenvolvimento e melhoramento do porto é uma constante. Em 1881, a associação solicita ao Ministro da Agricultura que encaminhe três propostas para construção de um cais a serem avaliadas pelos seus membros. Tal solicitação foi atendida e os projetos foram submetidos à apreciação, ao mesmo tempo a Assembleia Provincial solicitava ao Governo Geral que a construção do cais fosse entregue a província, pedido que foi aceito pelo Ministro da Agricultura. O Governo Provincial solicitou e obteve parecer dos comerciantes de Santos sobre o meio de levar tal empresa adiante e sobre as taxas que seriam razoavelmente exigidas sobre as cargas como forma de financiá-la. Após adiamentos constantes para início das obras e novos projetos sendo aprovados, em 1887 a associação santista envia carta ao

Presidente da Província pedindo esclarecimentos sobre o edital para construção do cais com a finalidade de evitar que a obra fique novamente no meio do caminho e também que, caso concluída, não onere excessivamente o comércio. Simultaneamente envia ao Governo Geral parecer onde discorre sobre as diversas discussões envolvendo a obra e sobre os alertas e sugestões já feitos pela associação: alerta para que a obra não sobrecarregue demais o comércio com taxas e, por fim, solicita a “Majestade” que transfira para a Associação Comercial de Santos, que como ninguém conhece as necessidades do comércio, a concessão da obra. Embora atendida em sua vontade de assumir a obra pelo Governo Provincial, falha em conseguir a aprovação do Imperador.

Quanto às necessidades do comércio em si, um primeiro aspecto a se destacar na intervenção dos interesses comerciais é o da proteção policial, assim como o da proteção contra incêndios. Em boa parte das cidades brasileiras, tanto a força policial quanto a brigada de incêndio eram inexistentes, ou, quando existiam, precárias, até serem promovidas pelos interessados no comércio. Longe de terem atuado por espírito cívico, os homens de negócio viam na ameaça de fogo e nos constantes roubos e violações de carga crimes que atrapalhavam e ameaçavam o comércio. Muitos membros estrangeiros das associações tinham conhecimento da organização e dos padrões de funcionamento do corpo de bombeiros e da força policial e contribuíam para sua estruturação.

A atuação dos grupos de interesses comerciais em introduzir inovações nos meios de comunicação e de transporte nacionais, tanto

internamente quanto externamente, foi fundamental para o desenvolvimento que estes tiveram no país. Trabalharam intensamente para melhorar a estrutura dos correios e telégrafos e pela instalação de estrada de ferro e melhoria dos portos. Ajudaram a determinar as novas estruturas e a regulá-las, usaram da sua influência para direcionar o foco da ajuda governamental, afinal, tinham a experiência e o conhecimento que faltavam ao governo.

Com relação às estradas de ferro, a atenção dos interesses comerciais existia mesmo antes da construção das primeiras vias, pois viam as mesmas como fundamentais à expansão e melhoramento de sua zona de comércio, com efeito, impulsionaram a construção das estradas de ferro desde o início e ajudaram a determinar o tipo e a extensão do suporte oficial. Segundo Ridings, com relação à regulação das estradas de ferro, os grupos de interesses comerciais gozavam de prerrogativas semelhantes as que possuíam na determinação das políticas econômicas do governo. Compunham, com frequência, os comitês do governo para discussão do tema e, após construídas as vias, forçavam a redução de fretes e tarifas lidando diretamente com as companhias de estrada de ferro, reduções quase sempre necessárias para manter a viabilidade de algumas produções agrícolas, a exemplo do café, do açúcar e do algodão.

A Associação Comercial de Santos trabalha constantemente pela redução dos preços e para facilitar o pagamento dos fretes ferroviários e também pela alteração e acréscimo dos horários dos trens. Envia pedido ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas para alteração dos horários dos trens. Faz solicitações diretamente ao Ministro da Fazenda para

que interceda junto às companhias de trem por preços menores dos fretes, tais solicitações tornavam-se frequentes em momentos de crise da comercialização do café, pois poderiam contribuir para diminuir os custos. Em 1891 envia pedido a Floriano Peixoto para conceder a Companhia Mogiana o direito de prolongar seus trilhos até a cidade de Santos, a Associação vê seu pedido atendido e estendido também a Companhia Sorocabana.

Solicitações também comuns, pois essenciais às transações comerciais, são as relacionadas aos meios de comunicação. A associação santista vai lutar durante alguns anos pela construção de agência dos correios em Santos e ao mesmo tempo que celebra a invenção do telégrafo solicita ao governo uma linha de comunicação com o Norte do país para concorrer com a Western Brazilian Telegraph Company. São constantes as comunicações com o Ministro da Agricultura reclamando da qualidade do telégrafo e também das taxas cobradas pelo correio.

2.3. A agricultura e os homens de negócio: interesses convergentes

O desenvolvimento agrícola foi, para Pereira Barreto, um objetivo fundamental ao desenvolvimento e à industrialização do país, a base para todo progresso que estava por vir. Para o autor, sem alimento e matéria prima em abundância não seria possível existir indústria ou mão-de-obra industrial no país. Este aspecto aproxima sua obra e suas experiências com produtos e a produção agrícola de diversas ações e posturas dos grupos de interesses

comerciais, os quais sempre trabalharam pelo desenvolvimento da agricultura no país, interessados, obviamente, nos resultados comerciais e econômicos vindouros. Tanto Pereira Barreto quanto as associações comerciais veem no desenvolvimento técnico a solução da lavoura nacional.

Devido a sua experiência com o comércio e, portanto, com a economia, as associações comerciais assumem desde o início interesse pela agricultura, veem na mesma a base da economia e do desenvolvimento do país. Tanto as associações quanto grupos financeiros sempre viram a agricultura como a grande força econômica do Brasil, tentam desenvolvê-la para melhorar a qualidade das exportações e expandir mercados, trabalham para reduzir taxas, promover crédito barato e garantir a mão-de-obra necessária. Interessam-se em promover o desenvolvimento da agricultura também devido à letargia que percebem nos grupos agrários em fazê-lo, em momento algum, no entanto, rivalizam com os interesses agrários, na verdade, mostram interesse em fomentá-los e promover sua organização.

Para os homens de negócio, avanços tecnológicos permitiriam melhores oportunidades ao comércio de exportação assim como à manufatura. A qualidade e volume das exportações poderiam ser melhorados com a introdução de novas máquinas agrícolas, de novas técnicas de cultivo e processamento e novas variedades de plantas e animais. Estes fatos explicam a atuação das associações comerciais e capitais financeiros para introdução de melhorias agrícolas no Brasil, para o desenvolvimento geral da agricultura. Do mesmo modo, a expansão dos meios de transporte e comunicação é vista como forma de expandir oportunidades comerciais e econômicas. Neste caso,

como são necessários investimentos vultuosos, a ajuda do governo torna-se uma imposição. O natural interesse do comércio pelo desenvolvimento agrícola do país, entretanto, não implica em relação harmoniosa entre comerciantes e agricultores, a elite agrária é, muitas vezes, avessa à intervenção, ou mesmo aos conselhos, de comerciantes estrangeiros e não lhes permite uma total inserção em seu seio. Em diversas situações o lugar destinado à elite comercial denota desprestígio, fato que tornava a relação conflituosa; os “comerciantes no Brasil estavam mais que desejosos de trabalhar com os lavradores, mas não faziam isso numa posição de subordinação” (RIDINGS, 1994, p. 25).

Diante da arrogância dos agricultores, e da população em geral, em relação a sua ocupação, os grupos ligados ao comércio trabalharam intensamente para melhorar sua imagem. Promovem verdadeira campanha de relação pública através de jornais, livros e relatórios de atividade almejando formar opinião favorável entre a população letrada e politicamente ativa da sociedade. “Grupos de associações comerciais e industriais eram participantes centrais nos encontros de agricultura, usando a oportunidade para expor sua visão dos problemas da agricultura e acentuar a importância de seus membros para o complexo exportador brasileiro” (RIDINGS, 1994, p. 72).

Ao se analisar as pressões feitas sobre o governo em busca de respostas às necessidades da agricultura, percebe-se que as organizações financeiras e as associações comerciais constituíram-se em verdadeiros porta-vozes para a agricultura nacional. Isto ocorreu tanto pela fraqueza quanto pela inexistência de grupos de interesses organizados que representassem os

agricultores. Os agricultores não se sentiam pressionados, ao contrário do que ocorria com os comerciantes, para se organizar ao colocar suas demandas ao Estado, de modo geral, confiavam na sua força política e nos seus laços pessoais com membros do governo. Isto ocorre mesmo em muitos momentos existindo entre os agricultores profundo desapontamento e descontentamento com o governo e suas ações a favor da agricultura.

Promover o desenvolvimento e progresso agrícola, portanto, era visto como vital por aqueles envolvidos com o comércio. O maior problema da agricultura, na percepção destes indivíduos, era o atraso tecnológico responsável pela baixa produtividade, pelo reduzido volume de exportação, pela pequena margem de lucros para o plantador e, portanto, pela pouca geração de capitais. Para o comércio este atraso implicava na baixa qualidade do que era exportado e, deste modo, em preços baixos e constante perda de mercados. O atraso deixava marcas também na preparação, embalagem e transporte dos produtos, causando descrédito nos mercados consumidores.

O maior obstáculo era a resistência dos agricultores em introduzir qualquer melhoramento que ameaçasse a rotina tradicional. Nesta resistência à modernização, não apenas máquinas avançadas e complexas eram ignoradas, muitas vezes implementos básicos, como arados, também eram descartados pois implicavam em qualificação dos trabalhadores e possível modificação das relações de trabalho. Mais que tudo, evitava-se qualquer inovação que pudesse alterar a situação de sujeição, submissão e desqualificação do trabalhador agrícola.

Assim como toda a formação social brasileira, a história da agricultura no Brasil tem se caracterizado por um estilo de

desenvolvimento que instaura uma modernização sem modernidade, isto é, um incremento das forças produtivas sem a realização do tão prometido ingresso dos trabalhadores rurais na cidadania. Alguns legados coloniais e escravistas persistiram renovados. A cultura extenuativa dos campos, as diversas formas de trabalho compulsório, a dominação pessoal, o favor, a violência, o privatismo e a ausência de uma profunda reforma agrária.

O estilo prevalecente de crescimento agrícola combinou, não sem algum constrangimento e resistências, as vantagens do arcaico com as do moderno, a favor dos beneficiários de sempre: os potentados rurais, seus prepostos e parceiros empreendedores (LOURENÇO, 1998, p. 215).

As heranças coloniais ainda persistiam e marcavam profundamente a organização econômica, social e política do país. A modernização agrícola que seria levada a cabo no país, pela forma como foi praticada, limitar-se-ia a modificar a estrutura produtiva – plantio, colheita, adubação, transporte, processamento, etc. – sem, no entanto, alterar de modo significativo as relações de trabalho. Numa específica articulação velho/novo, relação tão característica e perniciosa à formação brasileira, como nos mostra Caio Prado (1977), suprimiu-se a escravidão e organizaram-se para substituí-la relações de trabalho marcadas pelo tradicionalismo. As novas formas de serviço agrícola adotadas no país mantiveram, e mantém, a situação precária de existência da população rural: marginalizada e excluída de uma vida digna.

Analisando a situação dos cafeicultores paulistas, Sallum Jr (1982) mostra que a forma como estes organizam a produção do café, as relações de trabalho e as técnicas envolvidas, era, de fato, a mais lucrativa. O

predomínio de técnicas seculares e instrumentos rústicos, ou seja, a enxada e a foice, com a utilização de colonos e camaradas, os dois tipos mais comuns de trabalhadores, justifica-se, no contexto do mundo rural brasileiro do final do século XIX e início do século XX, por mostrarem-se mais competitivos e, com efeito, mais lucrativos.

Em 1918, preocupada com o custo de vida crescente na região de Santos, a Associação Comercial da cidade solicita a Secretaria de Agricultura informações a respeito dos custos de produção de gêneros alimentícios no estado. Ao receber relatório sobre a situação, nota uma questão fundamental, são poucos os lavradores que usam máquinas agrícolas, menos ainda os que fazem seu uso de modo correto e, portanto, obtendo melhores resultados que o emprego da enxada, o qual continua predominando.

Depois, para uma boa produção, não basta o emprego das máquinas mais aperfeiçoadas, isto é, não basta uma perfeita preparação do terreno. É preciso que a química e a mecânica se auxiliem mutuamente, o que, infelizmente, não se dá, e, assim acontecendo, vale tanto a enxada atirada pelo braço do nosso caboclo, ou colono, como a relha do melhor gado. Em suma: a má organização do serviço agrícola, os cálculos de uma previdência falsa, os detestáveis sistemas de trabalho destroem toda possibilidade de um orçamento regular nas explorações (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS, *Relatório de atividades da Associação Comercial de Santos*, 1918, p. 93).

Percebe-se que para tais indivíduos o problema estava no sistema extensivo e braçal da lavoura nacional, que não permitia qualquer qualificação do trabalhador. Aliado, deste modo, a meio de produção que se mostra

lucrativo nas condições nacionais, o temor em perder sua posição de prestígio de senhores de grande número de indivíduos, sujeitos a seus caprichos e vontades, faz com que os agricultores rejeitem a modernização da produção, principalmente, qualquer modernização que pudesse alterar as relações de trabalho e, portanto, as condições de sua dominação.

Do outro lado, os comerciantes geralmente mostravam-se convencidos de que apenas a modernização na plantação e no preparo dos produtos poderia torná-los competitivos nos mercados mundiais. Os grupos comerciais sempre promoveram comissões dedicadas a estudar e divulgar as possibilidades de modernizar a agricultura nacional, mas sempre esbarravam na resistência a mudanças dos agricultores. Por exemplo, havia consenso quanto a produtividade maior dos engenhos centrais na produção do açúcar, estabelecimentos grandes e modernos para os quais os fazendeiros enviariam a cana ao invés de processá-la. Os grupos comerciais deram suporte a investimentos nos engenhos centrais, no entanto, os produtores tradicionais temiam a monopolização do processamento do açúcar. “plantadores estavam não apenas invejosos de que os lucros iriam para o investidor do engenho central, mas temerosos de serem reduzidos a meros fornecedores de cana” (RIDINGS, 1994, p. 108).

Mesmo trabalhando com o comércio dos produtos frutos da monocultura, os grupos de interesses comerciais mostravam-se preocupados com o exclusivismo de algumas culturas nas lavouras do país. Para defender a policultura citam os princípios da economia política, de acordo com tais princípios país que possui uma variedade de produtos de exportação está

menos exposto a crises. A Associação Comercial de Santos, desde de 1885, irá celebrar as propostas para limitar as lavouras de café, para seus membros, no “regime de livre plantação” a preocupação única com o café se fazia em detrimento de outras culturas de subsistência, como milho, arroz, feijão, batata, etc., todos tendo que ser importados. Com a limitação da cafeicultura o estado se aproximaria do desejado regime de policultura necessário a seu desenvolvimento.

Pereira Barreto, em texto de 1898 para a *Revista Agrícola*, em momento de crise econômica e financeira do país, toma o exemplo do Pará como lição a ser seguida pelas províncias que têm sua economia girando em torno de um único produto. Toda riqueza deste estado, diz, repousa sobre a indústria da borracha que, cedo ou tarde, sofrerá concorrência de todas as regiões sub-tropicais, uma vez que todos os países de tais regiões correm atrás de tal riqueza. Diante desta situação, o governo do estado do Pará sabe que a borracha entrará em decadência e procura, de acordo com Pereira Barreto, prevenir a situação recorrendo à ciência:

[...] criando Escolas Agrícolas, Estações Agronômicas, campos de experiência, já animando extra-oficialmente todas as empresas tendentes a estabelecer e consolidar a policultura. Todas as plantas úteis – até a vinha, a nobre *Vitis Vivifera* – lá vão ser ensaiadas. Que importa que muitas tentativas sejam malogradas? O Dr. Paes de Carvalho sabe convencidamente que nenhum país ainda se arrependeu de gastar com a ciência e que é só com golpes de audácia que se consegue rasgar novos horizontes (BARRETO, RA, n. 12 (1898), p. 26).

No caso da cultura do café, a ação da Associação Comercial de Santos, organizada em torno do comércio cafeeiro, é constante na busca de melhorar a qualidade do produto e da produção do mesmo. Consegue implantar na década de 70 a prática de classificar rigorosamente o café produzido nas suas diversas qualidades, com isto procura estimular o lavrador a apresentar um bom produto, capaz de compensar o trabalho e dedicação necessários para beneficiar corretamente o grão. Os comerciantes desejavam punir o produto de má qualidade, fruto de secagem e acondicionamento incorretos do café.

A classificação, no entanto, não é suficiente para melhoria da qualidade. Em 1883 comerciantes santistas de café insistem em criticar a produção de baixa qualidade de algumas fazendas, visto que os produtos ruins são rejeitados na Europa e embaraçam a comercialização dos produtos de qualidade. Tal produção ruim de café, dizem, não deveria ser exportada. Para os membros da Associação Comercial, o problema é que os lavradores deveriam investir na qualidade ao invés de apostar no câmbio baixo. Apesar da insistência na melhoria da produção, a situação não mudaria. Em 1908 a associação, para conhecer a situação do café brasileiro em diferentes praças do mundo onde é mais consumido (EUA, Inglaterra, França, Holanda, Bélgica e Alemanha), enviou questionários sobre o consumo, a qualidade e o frete do café nacional. A resposta foi a de que o produto brasileiro em todas as praças era sempre reputado como de qualidade e sabor inferiores, sendo consumido apenas por ser o mais barato.

Os temores dos comerciantes de Santos quanto à superprodução de café e seus riscos à economia nacional datam da década de 80. Em 1885, com a crise do café no ano anterior felicitam o governo pela ideia de regular a safra do produto. Mais de uma década depois, quando os preços sofrem forte baixa devido ao excesso de produção em 1900, membros da associação santista são solicitados por comissão de senadores e deputados para analisar a crise e, em seu parecer, propõem imposto sobre novas lavouras. Oito anos depois, continuam as críticas às novas plantações de café, recorrem ao Presidente do estado sobre o desrespeito à Lei 1.099 que limita as plantações de café. Afirmam que a limitação tem obrigado produtores a proporcionar melhor trato das lavouras de café, a investir na conservação e a estudar meios para estimular a produção.

Em seu Relatório de Atividades sobre o ano de 1906, a associação santista declara que a maior preocupação do momento é a estabilização do câmbio e a valorização do café. Esta é a verdadeira questão nacional, pois terá efeitos salutareos para as finanças da União e não apenas dos estados produtores. Membros da associação reivindicam para si a iniciativa sobre a questão da estabilização do câmbio, na qual aplicaram diversos esforços e acompanharam o desdobramento do assunto por todo o país. O Relatório destaca representação ao Presidente da República com relação à estabilização do câmbio como necessária à vida econômica do país. A Associação felicita-se pela contribuição “decisiva” para a lei que regulamenta o tema e habilita o governo a retirar do mercado qualquer excesso de café que venha a existir. Ou seja, atribui-se papel decisivo na elaboração do Convênio de Taubaté, plano de estabilização do câmbio e valorização do café.

É preciso esclarecer, que o interesse pela modernização da agricultura, no entanto, não levara os interesses comerciais a trabalharem contra a escravidão. Viam a abundância de trabalhadores como aspecto essencial para o sucesso da agricultura e, deste modo, defendiam a escravidão, o trabalho compulsório para a população rural livre, o uso de trabalhadores asiáticos, o incentivo à imigração europeia, enfim, trabalhavam por todas as formas possíveis de colocar trabalhadores em abundância a disposição do trabalho agrícola. Por outro lado, os grupos ligados aos corretores e financiadores do café preocupavam-se com uma agricultura sem escravidão, pois aceitavam escravos como garantia de seus empréstimos.

A abolição será, ao final, aceita como inevitável e até mesmo celebrada pelos grupos comerciais que sabiam que a escravidão já contava com imagem muito negativa junto à sociedade brasileira. Frente à nova situação, tais grupos logo começam a trabalhar e voltar suas atenções para formas de mobilizar os trabalhadores livres. Compartilham do entendimento das elites agrárias, para as quais, os libertos não trabalhariam nas lavouras sem a existência de mecanismos de compulsão.

A ausência de “preceitos legais” para impelir o trabalhador nacional ao trabalho, colocando os desocupados à disposição da agricultura, era tida como a principal causa da escassez de mão-de-obra para a lavoura. No Congresso Agrícola de 1878, promovido pelo governo imperial e reunindo a nata da elite agrária dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, foram muitas as solicitações ao governo no sentido de facilitar o aproveitamento do trabalhador nacional, ou seja, por formas de coagir a

população livre a colocar-se à disposição dos grandes proprietários rurais, reforçando o poder de coação extra econômica dos mesmos e sujeitando ainda mais os homens livres aos seus desmandos.

Se a sociedade, por mais liberal que seja, não permite a liberdade para o crime, para o roubo ou assassinato; se a sociedade democrática que chama o povo a intervir nos negócios públicos, não pode permitir-lhe a ignorância de seus direitos e deveres, quando mesmo não devesse em sua missão tutelar promover o melhoramento dos indivíduos pela instrução, – também não pode, não deve permitir a ociosidade, justamente estigmatizada pela moral como mãe dos vícios, que por sua vez são as mães dos crimes, e que constitui um mal social que ostenta sob proporções assustadoras no país.

(...) A comunidade social não pode, não deve permitir que uma parte de seus membros continue em estado de barbárie, e menos ainda que outra parte que, sem possuir fortuna ou rendimentos próprios, *come, bebe e veste, isto é, consome gêneros produzidos pelo trabalho*, viva na ociosidade, não se empregue nos trabalhos que produzem os gêneros necessários à vida, ou outros que lhe equivalham, sugando os suores da classe trabalhadora que tão diminuta maioria forma na população do país! (Comissão de Lavradores de Baependi apud CONGRESSO AGRÍCOLA, 1988, p. 58).

A mesma avaliação sobre a questão da mão-de-obra pode ser encontrada no Congresso Agrícola do Recife, evento semelhante ao ocorrido na capital do Império, organizado no Recife em protesto à reunião organizada pelo Estado, da qual estava excluída a participação das demais províncias do país. Na reunião pernambucana, a maioria dos presentes acreditava na existência de trabalhadores livres em número suficiente na região para atender às necessidades da agricultura; contudo, tais trabalhadores não estariam à

disposição da grande lavoura quando esta necessitasse dos mesmos (SIMÃO, 2001). Era imperativo, pois, criar os dispositivos necessários para “levar” esses homens livres ao trabalho.

Duas medidas foram colocadas como meio de tornar a população livre “útil” à lavoura: a promulgação de lei obrigando os trabalhadores a terem residência fixa e leis para reprimir o ócio e obrigar os homens livres ao trabalho.

Não temos falta de braços para o manejo dos estabelecimentos agrícolas. A prova a tendes sob os olhos, neste povo que aí está morrendo à miséria. O que precisamos é de reforma das nossas leis; pois as vigentes garantem a vagabundagem, a ociosidade, sob o pomposo nome de *liberdade* do cidadão, que melhor se chamaria a miséria do cidadão.

Pois a independência vem do trabalho, e tanto mais independentes somos, isto é, tanto mais trabalhamos, quanto maior é a soma de liberdade de que gozamos. O modo mais eficaz e conveniente de suprir esta falta é termos boas leis, boa polícia e bons magistrados (José A. de Souza Magalhães apud TRABALHOS DO CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, p. 232).

Na verdade, à época da realização dos dois Congressos Agrícolas o trabalho livre já era utilizado “com sucesso” em muitas regiões do país. No Nordeste, já em 1870, metade dos trabalhadores rurais era livre. Ou seja, a viabilidade de utilização do nacional como trabalhador livre estava demonstrada, queria-se apenas garantir sua total e indiscutível sujeição aos interesses dos grandes produtores rurais; com as leis obrigando todo homem ao serviço agrícola as condições de trabalho provavelmente tornar-se-iam

ainda piores, aumentando os ganhos dos fazendeiros e garantindo ainda mais sua condição de preponderância econômica e política.

Compartilhando dos temores gerais dos grupos dominantes, logo que é concretizada a abolição, os grupos de interesses comerciais reforçam suas propostas de coerção dos homens livres ao trabalho. De fato, com as pressões que recebia de agricultores e comerciantes o governo chegou a discutir leis para exigir moradia fixa e trabalho forçado, no entanto, tais propostas foram derrotadas no Parlamento. Tais discussões perdem força quando, após o período inicial em que ganharam a liberdade, os libertos se veem forçados pela necessidade a retomar o trabalho nas fazendas.

Ainda com relação às preocupações relativas ao futuro da mão-de-obra no país, as propostas por educação são outro exemplo da percepção das elites econômicas quanto aos problemas apresentados pelo período. Sabendo das prováveis dificuldades em aprovar leis coercitivas, solicitavam ao governo outras formas de garantir a permanência dos futuros homens livres no trabalho rural; a educação era uma delas. As escolas agrícolas, eram diversos os modelos propostos, seriam, primeiramente, um lugar onde as crianças, filhas de escravos ou libertos, receberiam “educação moral” e através dela adquiririam “amor ao trabalho”. Buscavam-se, na realidade, meios de adaptar as crianças ao regime de trabalho livre, retirando-lhes qualquer aversão que pudessem vir a demonstrar pelo mesmo. Portanto, a criação de um novo “ethos” do trabalho pela via moral e não política.

Com efeito, a educação não era vista como forma de auxiliar o homem livre e os futuros libertos a assimilar a liberdade, e sim como um meio

de garantir a mão-de-obra no novo regime de trabalho. Isto se confirma quando se sabe como, ao perceberem que os recém libertos não teriam outra opção senão a de se oferecerem enquanto mão-de-obra na lavoura, os fazendeiros não hesitariam em abandonar completamente a proposta de educação para os mesmos.

Em relação à educação é interessante destacar ação da Associação Comercial de Santos, tomada no ano de 1906. A diretoria da Associação Comercial atende pedido da Associação Feminina de Santos para atuar junto a Câmara dos Deputados de São Paulo a favor de seu pedido de equiparar o Liceu Feminino a Escola Normal do Estado:

julgando contribuir, assim, para o desenvolvimento da instrução entre nós, portanto para o aperfeiçoamento moral e social da terra em que vivemos [...]

[até o momento] as meninas saídas dos grupos, depois dos exames do 4º ano, têm de ficar condenadas à reclusão caseira, em quase completa inatividade intelectual, ou ausentarem-se de Santos para aproveitar, em colégios apropriados, o ensino superior [...] [agora existe o Liceu, que] veio preencher uma lacuna sensívelíssima, atender frutuosamente a uma necessidade elementar, subtrair a mulher ao círculo de ferro criado pelas deficiências locais e prepará-las para funções mais elevadas, tanto na ordem intelectual como na esfera social (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS, *Relatório de atividades da Associação Comercial de Santos*, 1907, p. 62-3)

Os membros da associação santista não compartilham da crença no perigo da educação da mulher. A ciência, afirmam, mostra que a mulher não é inferior ao homem do ponto de vista intelectual e, sendo a educação

progressiva, impedi-la “seria tolher o voo do próprio espírito, seria paralisar o desenvolvimento social, importaria negar ao homem o direito natural de evoluir e melhorar” (ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS, *Relatório de atividades da Associação Comercial de Santos*, 1907, p. 64). Instruída a mulher terá recursos e será apta a encontrar e escolher seus caminhos.

2.4. Os interesses comerciais e a indústria

Atingir a fase industrial, ou positiva, foi sempre o objetivo principal de Pereira Barreto para o país, com este intuito ele se aplicará e trabalhará pelo desenvolvimento agrícola nacional, buscará por maneiras de trazer o trabalhador europeu ao país e lutará por reforma na educação. Também nesta esfera o autor tem afinidades com os grupos comerciais, no entanto, a relação dos grupos ligados ao comércio com a indústria e os interesses industriais será ambígua, pois orientada sempre pelo cálculo econômico. Por um lado interessa ao comércio o desenvolvimento industrial e econômico do país, por outro os homens de negócio não viam com bons olhos a necessidade de ajuda governamental, portanto, de recursos, que demandava a indústria nascente.

Durante o período colonial o Brasil funcionava como exportador de bens primários e importava bens de consumo. A produção manufatureira local destinava-se a prover necessidades, as quais, não se mostravam lucrativas o suficiente para demandar movimento de importação. A vinda da corte para o país em 1808 e a abertura dos portos pouco significou de fato, para alterar esta

situação. O tratado comercial celebrado com a Inglaterra em 1810 garantia aos produtos ingleses redução da tarifa de produtos importados para 15%, menores até mesmo que para as mercadorias portuguesas que era de 16%, tal tarifa mostrou-se impeditiva ao fomento da indústria nacional.

A vinda da corte para o Brasil, entretanto, trouxe também resultados positivos para a economia brasileira. Com a instalação da mesma no Rio de Janeiro em 1808 e a consequente abertura dos portos para o livre comércio com as demais nações do globo, condição imposta pela Inglaterra neste momento exercendo grande domínio político sobre a coroa portuguesa, rompe-se definitivamente o pacto colonial que mantinha, formalmente⁵, o comércio internacional brasileiro nas mãos de comerciantes portugueses.

Estabelecendo no Brasil a sede da monarquia, o Regente aboliu *ipso-facto* o regime de colônia em que o país até então vivera. Todos os caracteres de tal regime desaparecem, restando apenas a circunstância de continuar à sua frente um governo estranho. São abolidas, uma atrás da outra, as velhas engrenagens da administração colonial, e substituídas por outras já de uma nação soberana. Caem as restrições econômicas e passam para um primeiro plano das cogitações políticas do governo os interesses do país. São esses os efeitos diretos e imediatos da chegada da Corte (PRADO JR, 1961, p. 44-5).

Deste modo, com o fim do monopólio comercial português e com a abertura dos portos, comerciantes brasileiros, assim como outros não

⁵ Na prática, o pacto vinha sendo violado desde as primeiras décadas do século XVIII através de contrabandistas de outros países ou do comércio direto feito por comerciantes brasileiros (que estavam estabelecidos em praças brasileiras) com outras nações. Ver Fernando Novais (1979) e Manolo Florentino (1997).

necessariamente nascidos no país, mas estabelecidos nas praças brasileiras, tiveram acesso ao cerne da economia brasileira: o setor de exportação e importação.

Com a expulsão das tropas francesas do território português, a volta da corte para Portugal tornou-se questão de tempo e os comerciantes portugueses passaram a vislumbrar a possibilidade de restabelecimento do pacto e de reassumirem o controle do comércio internacional brasileiro.

Também eles [comerciantes portugueses] se viram prejudicados pela supressão das inúmeras restrições que oneravam a economia brasileira. Com o declínio do regime colonial, sentiam-se decair dos passados privilégios e vantagens. Senhores exclusivos, até então, do comércio da colônia, são agora dele excluídos por concorrentes de outras nações, que depois da vinda de D. João não somente encontram abertas as portas do Brasil, como ainda se veem favorecidos por vantagens múltiplas: juízes privativos, liberdade religiosa, etc. Era natural portanto que os antigos monopolistas do nosso comércio se constituíssem em adversários do novo sistema, e se aliassem por isso à revolução de que esperavam um retorno ao passado (PRADO JR, 1961, p. 46).

Entretanto, após terem entrado em contato direto com o mercado mundial, tanto produtores como comerciantes estabelecidos no Brasil passaram a ter força econômica e política muito grande internamente. Nesse momento, por força de interesses comuns, tais homens já manifestavam um querer coletivo que, aliado a diversos fatores, entre eles o descontentamento dos proprietários rurais com a situação confusa da situação territorial consequência da política de terras deficiente adotada pelo governo português, culminou com a Independência do país em 1822. "(...) para que a exploração

colonial se possa processar, ia se engendrando no mundo ultramarino o universo da sociedade senhorial escravista, cujas inter-relações e valores se antepõem cada vez mais aos da sociedade burguesa em ascensão na Europa” (NOVAIS, 1979, p. 106).

Apesar da autonomia política e econômica alcançada pelo Brasil, durante as primeiras três décadas do Império não houve nenhuma espécie de mudança no antigo sistema de produção colonial, vigente no país desde as primeiras décadas de colonização: a produção continuou a ter por base o trabalho escravo e a livre e contínua apropriação territorial. Mesmo com as pressões inglesas, iniciadas ainda sobre o governo português, pelo fim do tráfico humano, o governo brasileiro durante um bom tempo restringir-se-ia às promessas de sua extinção, pois estava ciente dos perigos políticos de tal atitude para um Estado ainda em consolidação, o qual tinha por base de poder o apoio dos grandes produtores rurais favoráveis ao tráfico. Do mesmo modo, mesmo consciente dos benefícios alcançados com uma possível regularização das propriedades territoriais e regulamentação da apropriação territorial⁶, o governo não era capaz de fazer frente aos interesses dos grandes produtores rurais, mais interessados em perpetuar o antigo sistema de produção colonial. Com efeito, como mostra Lígia O. Silva (1996), durante o período que vai da Independência à aprovação da Lei de Terras, em 1850, a única forma de apropriação territorial no país foi a posse.

⁶ Neste momento, devido à concessão indiscriminada de sesmarias durante três séculos e à constante ocupação pela posse de muitas áreas, era muito confusa a situação da configuração territorial no país; muitas eram as disputas pela mesma área e diversas vezes o Estado não sabia dizer quem era o verdadeiro proprietário das terras. Ao regularizar a situação das terras o governo imaginava determinar quais as terras ocupadas e quais as suas terras (terras devolutas). Os integrantes do governo imaginavam que ao determinar quais áreas eram suas o Estado não apenas cessaria com as disputas pela mesma área, como estabeleceria uma relação de poder frente aos proprietários rurais, fortalecendo, desta forma, o governo central.

Para que ocorresse desenvolvimento mais intenso da indústria a ação do governo através de incentivos e investimentos diretos era fundamental, no entanto, “devido à tradição e as visões prevalecentes sobre o papel próprio do Brasil na divisão internacional do trabalho, líderes do governo primeiro deveriam ser convencidos de que o desenvolvimento industrial era desejável e mesmo possível” (RIDINGS, 1994, p. 204). Era muito presente entre as autoridades brasileiras, permeando a própria sociedade, a ideia da vocação agrária do país.

Na visão dos grupos comerciais, ao pedir auxílio ao governo a indústria disputaria capitais com a agricultura, além disso, os fundos governamentais para ajudar a indústria seriam angariados do comércio. As queixas quanto à forma de arrecadação pública, voltada principalmente para a taxaço do comércio, eram constantes. Apesar de alegarem que a ajuda à indústria contradiz os princípios do liberalismo econômico e vai contra o princípio de que o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho é fornecer matéria-prima e comida, as associações comerciais na verdade são favoráveis à industrialização desde que ocorra sem a ajuda do governo.

Segundo Ridings (1994), as associações comerciais disseminaram, através de comunicações ao governo, de jornais e de livros, as doutrinas do *laissez-faire* e do livre comércio, doutrinas que forneceram a explicação racional para as negativas do Estado em ajudar a indústria. Entretanto, os mesmos grupos de interesses comerciais afetaram positivamente o crescimento da indústria devido a sua capacidade de influenciar o governo no estabelecimento das tarifas. Como dito anteriormente,

por costume os interesses comerciais sempre participaram e tiveram papel relevante na elaboração das tarifas brasileiras.

Na últimas décadas do século XIX começam a existir no país diversos grupos que apoiam e fazem propaganda positiva da indústria, a qual conhece uma expansão constante na década de 80, momento em que intensifica-se a competição das manufaturas nacionais com os similares importados. É de 1881 o Manifesto da Associação Industrial, o qual, de acordo com Carone (1977), resume os valores essenciais à indústria brasileira, quais sejam, defesa da indústria nacional, crítica ao câmbio livre, aumento do poder aquisitivo do trabalhador e defesa do protecionismo, este último, segundo os autores do manifesto, adotado por todos os países desenvolvidos.

No Brasil, não é nossa faculdade de produzir que está exagerada; é a nossa necessidade de consumir que está enfraquecida, e assim paralisa a faculdade de comerciar. Só pode consumir bastante o povo que produz muito e em condições bem remuneradas, uma vez que o produtor, só quando auferir lucros, pode desenvolver a sua indústria e pagar salários suficientes aos operários que formam a grande legião de consumidores (Serzadelo Corrêa apud CARONE, 1977, p. 7-8).

Os grupos ligados ao comércio criticam os “livre cambistas” contrários aos salários altos. Para os industriais, os defensores do câmbio livre defendem que o país se dedique à agricultura e supra suas necessidades de braços com a imigração, para assim pagarem baixos salários. Esquecem que o país agrícola que defendem importa feijão, arroz, milho, batatas, frutos, e outros. “E outra coisa, a verdade é esta. Nós não temos sido essencialmente

agrícolas; temos sido essencialmente pobres, imprevidentes e ingênuos” (Luís Vieira Souto apud CARONE, 1977, p. 8).

A propaganda a favor da indústria surte efeito e contribui para mudanças na atitude dos círculos do governo em relação ao desenvolvimento industrial. Mesmo negando a necessidade de tarifas protecionistas, membros do governo veem na industrialização objetivo desejável. Abandonam o preceito de que o Brasil tinha um papel natural como produtor de matéria-prima e comida e, por outro lado, de importador de produtos finais. Aos poucos políticas tarifárias mais favoráveis à indústria, mas ainda não devendo ser caracterizadas como protecionistas, são aprovadas pelo governo, mesmo atraindo os protestos das associações comerciais, que, neste, caso não obtiveram êxito com sua capacidade de influenciar nas tarifas do governo.

Num quadro mais amplo, portanto, os interesses comerciais mostram-se contrários a taxas de câmbio alteradas de modo a serem favoráveis à industrialização. Porém, não são raras as vezes em que são os próprios homens de negócio a fundar uma indústria de substituição de produtos importados. Tudo gira em torno de um cálculo econômico, se existe mercado interno e condições econômicas e estruturais que permitam substituir importações e ampliar os lucros, os primeiros a investir serão os comerciantes dos produtos a serem substituídos. Para os comerciantes ligados ao comércio externo, a transição para a produção manufatureira era relativamente fácil, já que conheciam o mercado, tinham fácil acesso ao crédito e conheciam os meios de distribuição. “A tendência da economia brasileira de substituir importações por manufaturas locais sempre existiu. O declínio do tamanho

relativo do setor externo não tem sido constante desde 1930, mas desde a década de 1850” (DEAN, 2006, p. 292).

Com a República, e os primeiros governos militares embebidos com a ideia de progresso e desenvolvimento científico, a industrialização sofre uma aceleração, pois os membros do governo mostravam-se ainda mais simpáticos à indústria. Durante o Governo Provisório Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda, lança política inflacionista favorável à criação de indústrias. Como mostra com Fernando H. Cardoso (2006), para Rui Barbosa a República só se consolidaria tendo por base a “democracia do trabalho industrial”. “O período 1890/1891 – fase em que ocorreu o „Encilhamento”, isto é, as emissões de moeda e de ações que geraram enormes especulações – foi marcadamente inflacionário e industrialista” (CARDOSO, 2006, p. 38). Deste modo, em boa medida graças às políticas econômicas adotadas pelo governo, ocorre expansão industrial durante a década de 90. Devendo-se destacar neste movimento o papel central que tiveram a abundância de crédito e a desvalorização do câmbio fruto de tal política econômica. Desvalorização que certamente foi benéfica às exportações, mas que, em contrapartida, encarecia demasiadamente as importações. Fica claro, portanto, que o mais importante auxílio à indústria foi o incremento constante das tarifas de importação, incremento que ocorre menos por orientação industrialista do governo e mais por necessidade de aumentar as rendas do Estado.

Durante toda a República Velha, com breves intervalos, seguiu-se um curso inflacionário, conveniente para os fazendeiros, que, formando uma classe de devedores, preferiam pagar suas contas em dinheiro de valor declinante. E, como também pagassem os salários com atraso, a política inflacionária tendia

a desviar a renda dos trabalhadores. Essa política ajudou os industriais até certo ponto pelas mesmas razões, mas também em virtude do aumento do custo das importações. As altas tarifas sobre os bens manufaturados, pesadamente protecionistas, foram decididas principalmente pela necessidade que tinha o Governo de pagar os seus próprios empréstimos estrangeiros em ouro. A República, como o Império, carecia do poder político, ou mesmo da vontade, de tributar as rendas ou a terra [...] (DEAN, 2006, p. 280).

O governo de Campos Sales, em 1900, ao aumentar para 25% o imposto sobre importação, marca o momento de decadência da influência das associações comerciais. Pela primeira vez o governo federal se recusa a consultar as associações comerciais no momento de formular uma nova tarifa, os tradicionais instrumentos de influência dos grupos comerciais não são mais eficazes: as prerrogativas tradicionais na formulação de tarifas, o direito de rever as tarifas e sua habilidade de afetar a legislação através dos laços pessoais com políticos. Certamente o apoio à indústria junto à sociedade colaborou para este processo, no entanto, o fator fundamental em relação às disputas pelo aumento ou contenção das tarifas foi a crescente necessidade de renda do governo.

2.5. Luís Pereira Barreto: teoria, prática e mudanças sociais

Após analisar a atuação, a importância para a gerência dos negócios do Estado e os interesses e demandas dos grupos de interesses comerciais,

sempre buscando indicar suas afinidades com as teses e a postura de Pereira Barreto, pretende-se agora analisar de modo mais efetivo a postura do autor, um dos mais importantes divulgadores do positivismo no Brasil e um dos fundadores da *Revista Agrícola*. Para este autor, o positivismo comtiano é uma filosofia orientadora, uma matriz de pensamento, não uma camisa de força. Pereira Barreto recusa qualquer tentativa de simples imitação das medidas adotadas por outros países para lançar o país ao progresso: é necessário compreender o que levou outras nações ao progresso. Para o autor, as melhorias materiais alcançadas por outros países são resultado e não a causa do progresso, portanto, não devem ser copiadas.

Barreto percebe que sem uma sólida produção intelectual, sem a compreensão científica dos problemas nacionais não se encontrará uma solução adequada. Qualquer coisa transplantada terá sucesso efêmero; é preciso mobilizar as forças próprias do país e construir um projeto consonante com a civilização ocidental, mas respeitando as especificidades nacionais (ALONSO, 1994, p. 93).

Sempre moldando seus argumentos à circunstância em busca de instrumentalizar o positivismo, Pereira Barreto tem como programa a organização da sociedade civil com ênfase na reforma espiritual da população, jamais engloba em suas propostas ataque às instituições sociais, pois tem como lema a ordem e o progresso. Ao contrário da tradição liberal, o autor não analisa a nacionalidade a partir da biologia (da raça) ou do clima, mas da perspectiva da ciência social. O atraso do país, portanto, cuja ignorância do povo é sua maior manifestação, não se deve à raça ou ao clima, mas a fatores

históricos e conjunturais. A solução positiva para a ignorância não se pauta pela consolidação a democracia liberal ou pela condução forte do Estado, mas pela constituição de uma camada de sábios, livres pensadores que conduzirão o processo civilizatório. Estes conduziram o progresso espiritual necessário que resultará na educação e no progresso material.

Duas questões principais preocupam Pereira Barreto: como operar a transição do país para a civilização e como combater o espírito teológico, fruto da influência católica, que domina o pensamento nacional: o fanatismo religioso atrasa o avanço moral.

Para Barreto, para promover a diversificação agrícola e a mudança mental, era necessária uma organização capaz de difundir as teorias agrícolas vigentes na Europa. Caberia a um grupo de sábios adaptar os conhecimentos europeus à realidade nacional. Com efeito, a *Revista Agrícola* serviria como instrumento de propaganda, como veículo de conhecimento para orientar os fazendeiros brasileiros.

Nascido no Rio de Janeiro em 1840 em família de produtores de café, produto que começava a ganhar destaque na economia nacional. Estudou, de acordo com Roque Spencer M. de Barros (1967), no Colégio João Carlos, instituição que juntamente com o ensino das „línguas mortas e humanidades“ focava no ensino de „matérias científicas“. Diante da possibilidade de seguir o caminho comum para conseguir destaque no Brasil imperial, isto é, bacharelar-se em direito, Pereira Barreto optou, aos quinze anos, em ir para a Bélgica estudar medicina e no período entre 1857-9 entra

em contato com o positivismo juntamente com alguns amigos brasileiros. “Durante sua permanência na Bélgica, o jovem estudante transformar-se-ia em um discípulo apaixonado das doutrinas de Augusto Comte, não só das professadas no *Cours de Philosophie Positive*, mas de todas elas, tornando-se um positivista integral” (BARROS, 1967, p. 44). Há indícios, segundo Barros, de que Pereira Barreto tenha estado presente em Paris em 1857 a uma das primeiras comemorações da morte de Comte. Enquanto estudava para formar-se em medicina, Pereira Barreto paralelamente desenvolvia seus estudos sobre o positivismo.

Logo que retorna ao Brasil começa suas atividades de pesquisa agrícola na fazenda do pai na região de Resende. “Suas pesquisas com café redundaram no desenvolvimento de um tipo novo produzido da hibridação do café Ibéria com o café comum. Dessa experiência nasceu o café Bourbon, que se tornou a principal variedade de café exportado pelo Brasil durante toda a primeira República, substituindo o café Moka, até então preponderante” (GODOY, 2006, p. 271).

A Família de Pereira Barreto foi uma das pioneiras na ocupação da região Mogiana em São Paulo. Chegaram à região de Ribeirão Preto na década de 1870, tendo participado da transformação da mesma de “sertão bravo” a “capital do café”. Em boa medida o desenvolvimento e ocupação da região pelo café se assentaram nas qualidades da terra roxa, cuja a propaganda inicial se deve a Pereira Barreto que, em 1873, publica artigo em “A Província de São Paulo” com o título *Terra Roxa*, no qual destaca o potencial de desenvolvimento que podem trazer ao café as terras do Oeste

Paulista. Coube a Pereira Barreto papel de destaque em outra indústria famosa de Ribeirão Preto, foi por sugestão e orientação sua que os proprietários de uma fábrica de derivados suínos, então em crise, converteram suas instalações na primeira fábrica de cerveja no Brasil, a Companhia Antártica. Segundo Godoy:

[...] o mesmo Barreto desenvolveu a tecnologia para a produção do xarope de uma planta amazônica que logo se tornaria símbolo da indústria nacional de refrigerantes, o guaraná. Produzindo cerveja e refrigerante de guaraná a Antártica abriu caminho a um setor industrial que se tornou, juntamente com as ferrovias, dos mais lucrativos durante toda a Primeira República, levando à criação de outras indústrias de cerveja e refrigerantes nas cidades do interior de São Paulo (2006, p. 273).

2.5.1. Prevalência do social sobre o político

Desde o primeiro livro de *As três filosofias*, de 1874, Barreto já mostra percepção clara de que as mudanças necessárias à modernização brasileira devem ocorrer na sociedade, na esfera da vida concreta dos indivíduos. Aponta o erro daqueles que discutem a sociedade apenas na esfera política, da estrutura do governo: “a urgência, hoje, do problema humano não está nas reformas políticas, e sim, nas reformas sociais” (BARRETO, 2001 (1876) *As três filosofias: filosofia metafísica*⁷, p. 59). Chama a atenção dos

⁷ Nas futuras referências a este texto será utilizada a abreviação TFFM.

conservadores que buscam retornar à situação política do passado, “hoje, a questão social disputa a precedência às questões políticas, e não poderá haver ordem enquanto não for satisfeito este intenso reclamo da vida moderna” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 152).

Barreto, não restringe suas críticas aos conservadores, para o autor tanto conservadores quanto liberais creem que mudanças institucionais, nas ideias políticas, terão efeitos sociais, impõem um modelo abstrato sem observar a realidade local, produzem verdadeiras “fantasias da imaginação”. Deixa claro, desde o início, que o verdadeiro agente da civilização e do progresso é a indústria. O progresso jamais se encontra na legislação e sim no seio da sociedade, é nesta que se deve promover mudanças, não nas leis.

O papel do legislador é inteiramente passivo, e toda a sua ação se limita a sancionar as tendências espontâneas de uma sociedade qualquer. Mas, se a legislação pouco pode em benefício da civilização, muito pode, pelo contrário, em sua desvantagem, quando desconhece as verdadeiras tendências de uma época, e cegamente embaraça com leis intempestivas a marcha natural da civilização (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 152).

Em artigo publicado na *Revista Agrícola* em 1895, afirma que apenas a ciência, fundada na experiência, é capaz de trazer a independência e promover a liberdade, só a ciência pode preparar a democracia ao formar os cidadãos pelo ensino. A liberdade vem da conquista científica da natureza com a superação do jugo da mesma, portanto, são estéreis as reformas políticas feitas sobre o pretexto de libertar o povo. “A liberdade só se adquire depois da independência; e a verdadeira independência é só aquela que liberta o homem

do jugo das fatalidades do mundo físico. O homem, diz Comte, só deixa de escravizar seu semelhante no momento em que aprende a escravizar as forças da natureza” (BARRETO, RA, n. 2 (1895), p. 19).

O problema da metafísica, para o autor, é conceber que a sociedade não tem impulso próprio, que recebe passivamente uma direção qualquer determinada pelo legislador. Os metafísicos fecham seus olhos à realidade e às condições sociais e simplesmente amaldiçoam tudo que não se coaduna a seus dogmas absolutos. “A sociedade deve submeter-se aos seus princípios absolutos, aconteça o que acontecer. Pereça a humanidade inteira, mas salvem-se os princípios” (BARRETO, *A metafísica* (2), 2003 (1881), p. 287). Faltaria à metafísica o bom senso e a capacidade necessárias para escapar desta perfeição imaginária. Neste contexto, aponta a anomalia que ocorre no Brasil quando, no momento, “são os conservadores [com seu apelo ao real] os encarregados de realizar as reformas liberais. Isso significa simplesmente que o puro empirismo é mais salutar que o sistema filosófico da escola radical, que não se sabendo contentar com pouco, pretende tudo obter de um só jato, por um verdadeiro golpe de teatro” (BARRETO, *A metafísica* (3), 2003 (1881), p. 294).

Como se vê, apesar do apelo que faz à observação da realidade e por formulações que observem as condições sociais, Barreto condena o empirismo simplista. Diz que vivemos momento em que se pedem escolas e mais escolas, todas voltadas ao ensino exclusivamente prático, o momento seria de horror às teorias. Deixa clara sua discordância “eu não concebo como se possa instalar uma prática qualquer sem a prévia teoria correspondente. O

que há de belo, em uma pratica qualquer, é precisamente permitir ela a confirmação ou infirmação de uma teoria correlativa” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 20). Acima da prática há algo muito superior: a teoria, a ciência pura, hoje não é mais a prática que precede a teoria, é a teoria que deve guiar a prática, “querer-se o ensino exclusivamente prático, é simplesmente querer-se retrogradar para os tempos primitivos; é desconhecer o que de mais essencial nos tem trazido a civilização moderna” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 21). A ciência só pode constituir-se, deste modo, com a superação da simples observação concreta, dirigida por preocupações e interesses imediatos. Afinal, Comte já assinalara a abstração como determinante para a evolução do espírito.

A preocupação com o social seria característica dos tempos modernos para o autor, naquele momento não se podia procurar o bem em troca da salvação eterna, por motivos egoístas, mas porque o ponto de vista social nos impele ao sacrifício pelo outro. Os interesses sociais substituíram a Igreja na orientação do homem.

A atenção dada à situação concreta e não a especulações metafísicas sobre os regimes de governo são características que Pereira Barreto atribui ao positivismo, o qual introduz a doutrina do real e o método da experimentação. “Nosso saber acaba onde acaba o terreno da experiência” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 180), para além da experiência é ilusório negar ou afirmar. É na prova da experiência que morrem tanto a causa primeira dos teólogos quanto a regressão ao infinito da metafísica. Neste sentido, a religião é encarada como uma fase necessária ao desenvolvimento do espírito,

porém, com o desenvolvimento das ciências, a fase positiva do espírito é alcançada e o sobrenatural é eliminado do saber. Para afastar a noção do sobrenatural, a fase metafísica calcada na razão foi necessária, mas não suficiente, foi preciso também o método experimental. Com o estado de avanço da ciência, Barreto afirma ser absurdo interpretar um fenômeno apenas pelo uso da razão, relegando a observação e a experimentação, não deixa de reconhecer a contribuição da metafísica, mas “a perfeita unidade só pode ser operada pela ciência, a única que funda as convicções sobre bases demonstráveis” (BARRETO, 2001 (1876) TFFM, p. 41).

Com relação à religião, depois de ter permitido o desenvolvimento da razão, a teologia é obstáculo ao progresso. Com os recursos científicos disponíveis, com a experiência e o conhecimento histórico, é possível elaborar moral muito mais adequada.

Barreto via estreita ligação entre o desenvolvimento do capitalismo e da valorização do trabalho com o processo de colapso da Igreja Católica. “Contrariamente à revelação extra-humana, que nos apresentava o trabalho como uma maldição [...] a marcha da civilização tem conduzido o homem a glorificar o trabalho, fazendo dele a condição fundamental da nossa prosperidade comum” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 180). A ciência e a verdade promoveram revolução nas inteligências, o mundo moderno se insurge contra o mundo antigo. “O grande movimento intelectual, que preparou e instalou a indústria moderna, resume-se a um único fato – a dissolução do cristianismo” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 181). Com efeito, para o autor, o esmorecer do cristianismo, ao permitir a valorização do trabalho e da

atividade prática, deu condições à instalação e preparação da indústria moderna.

2.5.2. A questão da educação

A esfera de atuação da Igreja na educação causa, segundo Pereira Barreto, diversos entraves à educação e ao desenvolvimento moral dos povos. Procura mostrar como, no século XIX, a educação teológica que equilibrava tendências individuais e coletivas não se aplica mais, já que as ciências despiram seu método de prestígio. Pereira Barreto reconhece que a Igreja prestou serviços ao desenvolvimento da humanidade, mas seu papel social terminou. Sua permanência nos tempos modernos constitui elemento perturbador da ordem social. Em momento no qual a ciência se impõe como fonte da verdade, a Igreja já não podia convencer os homens e passou a usar outros meios para reagir. Voltou-se à educação dos jovens, falseando a ciência e história. Ao fazer isso atrasou o desenvolvimento e o progresso dos povos “é à doutrina cristã, que devemos atribuir o notável atraso, que observamos em toda a América do Sul” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 244). As tentativas de conciliar fé e ciência tornam o sistema de educação um campo de batalhas, “é tal a força dos preconceitos da lei do hábito que todos persistem, de uma só voz, a invocar a presidência da teologia no sistema de educação geral, como a única garantia possível da preservação da ordem moral” (BARRETO, 1874, p. 202). Apesar das críticas que faz à teologia, Pereira Barreto, como bom leitor

de Comte e ao contrário dos metafísicos, não diz que a Igreja ou os padres caíram em decadência ou degeneração, pelo contrário, foi a sociedade que progrediu tornando a teologia ultrapassada.

Infelizmente, afirma, sociedade inteiramente moderna como a brasileira se vê obrigada a conviver com um espírito próprio ao passado, causando a moléstia social que afeta a sociedade. É preciso ousar dispensar a teologia ao formular o sistema moral com base na ciência, a qual está verdadeiramente a serviço da sociedade. A ciência pode, com mais vantagem em relação à religião, “organizar por sua vez um sistema de preceitos morais, tão suscetíveis de demonstração como as proposições matemáticas” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 198).

Apesar de atingido o estado positivo, com todo o progresso científico que ele traz consigo, a influência da teologia na educação é ameaça constante. Mesmo que com o contato com as ciências, a imaginação tenha sido invadida pelos entes da razão e conduzida ao regime da filosofia positiva, “o homem é naturalmente teólogo em sua infância, metafísico em sua mocidade, e positivista em sua maturidade. Tal é a lei fatal, imanente, indestrutível de nossa economia mental” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 263), tal é o desenvolvimento normal da razão. Para Pereira Barreto, os fatos demonstram que, por ter passado pelos três estados, todos estão sujeitos a recair em fase anterior durante situações de estado anormal. A educação tem papel fundamental nestas situações para impedir o retorno a fases já superadas, pois espíritos que tiveram contato com a ciência resistem mais à decadência.

A atenção especial dada à educação pelo autor deve-se ao fato do mesmo acreditar que não são as pessoas que devem mudar para que mudem as coisas, para o positivismo, diz ele, são os princípios que devem alterar-se.

Persistimos em proclamar que uma sã política não é compatível com a ignorância do povo, que a principal sede de nossos males está em nossos costumes e opiniões, e que a reforma mental, sendo por sua natureza fundamentalmente social, deve ter a procedência sobre as reformas puramente políticas ou administrativas [...] e a reforma política carece de base, se não for precedida pela reforma social (BARRETO, 2001 (1876) TFFM, p. 10).

Todo mudança, portanto, deve ser precedida por uma educação que mude a opinião das pessoas sobre os fatos, afinal, como dizia Comte, são as opiniões que governam o mundo. O grande problema, para Pereira Barreto, está em como são formadas estas opiniões, “são as ideias que governam o mundo. Ora, por nosso infortúnio, são as ideias do outro mundo que, precisamente neste momento, se procura entronizar na direção suprema dos espíritos” (BARRETO, *O século XX sob o ponto de vista brasileiro*, 1901 (1981), p. 33).

Quem deve determinar o teor destas mudanças são os homens cultos e conhecedores da ciência, não a Igreja ou os metafísicos. A marcha política está subordinada a marcha intelectual da nação, nenhuma reforma terá sucesso se a opinião pública não estiver preparada. Cita o caso da Espanha que experimentou todo tipo de governo, “tudo tem ensaiado e tudo em vão, porque a nenhuma dessas composições precedeu a reforma das ideias, que só a ciência positiva pode operar” (BARRETO, 2001 (1876) TFFM, p. 115). Com

efeito, não cabe ao Estado ou aos políticos determinar e promover as mudanças necessárias, e sim perceber e acompanhar as mudanças sociais para não retardá-las, a legislação deve “acompanhar o carro do progresso e nunca precedê-lo”. Para o autor, por exemplo, o conflito religioso, que impede o país de ser visto como civilizado pelos europeus não deve ser resolvido pela iniciativa do governo, pois não cabe às autoridades formar opiniões.

O Governo não tem competência para tomar a iniciativa em problemas desta ordem. É seu dever sagrado, se quer ser probo e honesto, limitar sua ação à estrita observância da marcha da opinião nas camadas mais cultas da sociedade, e sancionar com firmeza a tendência preponderante indicada pela fria observação dos fatos. Não pode entrar em seu papel a tarefa de formar opiniões (BARRETO, 1876, p. 7-8).

Se por um lado a educação conduzida sob os auspícios da religião é um mal que trava o desenvolvimento e causa desarmonia social. Por outro lado, a metafísica é incapaz de demonstrar seus dogmas e refugia-se no domínio das especulações e do espírito, mesmo diante de fatos históricos irrefutáveis mantém-se presa à ideia de dogmas absolutos. “Calunie-se a humanidade inteira, mas salve-se o dogma” (BARRETO, 2001 (1876) TFFM, p. 144).

Na série de textos que publica em 1880, *A propósito da universidade*, Pereira Barreto faz observação que expõe a situação singular em que se encontra a educação no país, totalmente voltada à especulação metafísica e alheia aos conhecimentos que pode promover o olhar sobre a realidade. Cita a situação da Escola de Medicina da corte, que, segundo ele,

não tem conseguido “senão vegetar”, nela não existem laboratórios, museu de anatomia, gabinete de física, cadeira prática de cirurgia uterina, ou seja, tudo aquilo que é necessário à prática médica:

Só os que conhecem de perto a vida desta instituição sabem a angústia e as torturas morais de tantos brasileiros ilustres que ali professaram. Os mais robustos talentos, as mais fortes organizações médicas, as mais intensas dedicações ali se quebraram, ali se esterilizaram totalmente, sem conseguir fecundar, como desejavam, uma grande série de gerações acadêmicas, ávidas de saber (BARRETO, *A propósito da universidade* (1), 2003 (1880), p. 381).

Em sua série de artigos sobre a universidade, Barreto critica o projeto de construção de uma universidade na Corte o que não implica, por parte do autor, em posição contrária ao ensino superior, ou mesmo à ideia de universidade, mas sim aos custos de tal empreitada feita em nome da ciência. Com efeito, é contrário ao tipo de instituição planejada, verdadeiro “minotauro” que a tudo devoraria. Para Pereira Barreto, tal monstruosidade tratar-se-ia de verdadeira injustiça social, contraditória com o desejo geral de maior soma possível de instrução, “por todos os órgãos da imprensa pedimos ensino, ciência, instrução, como o esfomeado pede refocilação”, mas não como o que é proposto, não por esse modelo que propõe divagações infrutíferas, “nossa mocidade só beberia nelas elementos de dissolução ou de morte!” (BARRETO, *A propósito da universidade* (2), 2003 (1880), p. 380).

A universidade não corresponderia às necessidades do país, não corresponderia ao grau de progresso e civilização do país, enfim, ao estágio das condições mentais nacionais. “Cada fase, cada idade do corpo, acarreta

um determinado grupo de transformações e de novas condições”, o menino não pensa como o rapaz, que é diferente do homem maduro e este do velho, “é inquestionável que a marcha dos progressos do pensamento é paralela e sincrônica com o desenvolvimento sucessivo das fases do nosso corpo” (BARRETO, *A propósito da universidade* (2), 2003 (1880), p. 384). O país não estaria, de fato, apto mentalmente a constituir uma universidade. Para progredir mentalmente seria preciso superar a presença da teologia e da metafísica no ensino nacional, o progresso ou acumulação mental só é possível pela eliminação de velhas concepções, dos princípios envelhecidos e já nocivos, o ponto chave é saber eliminar os resíduos, separar o vivo do morto.

O estudo e compreensão do passado impõem reforma da educação com a presença do espírito moderno nas escolas, “a mocidade não se prepara para viver no mundo de outrora [...] a indústria e a ciência suprimiram os profetas; a salvação não está mais nas águas do Jordão, mas no trabalho e no saber” (BARRETO, *A propósito da universidade* (5), 2003 (1880), p. 395). As ideias antigas estão em contradição com as modernas, não é possível conciliação, pois progresso significa eliminação de ideias e noções que, fizeram seu tempo, mas já não correspondem a atualidade.

A universidade, diz Pereira Barreto, surgiu em momento que lhe impunha por missão ensinar todos os ramos de conhecimentos humanos, os quais, à época, formavam o que hoje é chamado humanidades, programas voltados à teologia e à metafísica. Por isso a Igreja inicialmente favoreceu a criação e multiplicação das universidades. A situação se complicou com a entrada da ciência para o mesmo edifício. “Se é verdadeiro o adágio que três

mulheres não podem conviver sob o mesmo teto, é muito mais certo que três filosofias não podem coabitar dentro de um mesmo recinto” (BARRETO, *A propósito da universidade* (5), 2003 (1880), p. 397). Deste modo, reuniram-se em um mesmo recinto cursos antipáticos, segundo o autor, só por tradição os governos manteriam até o momento as universidades.

Diante do abandono presente dos ensinos primário, secundário e superior, Barreto critica o empenho na construção de edifícios pomposos com propósitos totalmente superados pelas condições modernas do pensamento. Melhor seria investir eficazmente naquilo que existe e, ao invés de ensino concentrado na corte, espalhá-lo por todas as províncias. A tendência nos países civilizados é a criação de estabelecimentos voltados ao ensino científico prático onde o ensino não seja simples apêndice da teologia ou da metafísica. As instituições de ensino superior devem ser voltadas, portanto, ao ensino da ciência, através das ciências físicas, matemáticas e naturais.

O espírito contemporâneo compreendeu que a conservação das ideias e crenças do passado de envolta com as noções científicas é um grave perigo [...] a universidade é a anarquia sistematizada [...] é o sombrio refugio dos fantasmas da tradição e o vasto repositório, em que o fermento de todos os conflitos religiosos corrompe as fontes mais puras da vida moderna. Aí se ensina a idolatrar o passado e a abominar o presente e o contrário também aí se ensina ao mesmo tempo (BARRETO, *A propósito da universidade* (6), 1880 (2003), p. 400).

2.5.3. Permanências no passado: teologia e metafísica retardando o progresso

Nas análises que faz da situação brasileira, Pereira Barreto mostra como tanto a teologia quanto a metafísica são incapazes de governar ou promover o avanço do espírito positivo entre as inteligências mais ativas. Não acredita ser possível exigir das massas, cuja emancipação da ignorância é a grande missão do positivismo, que tenham fé em verdade que não se mostra passível de verificação. Vê, portanto, a jurisprudência como um paliativo, a verdadeira solução é a educação séria e positiva do povo. A educação, uma reforma espiritual que aumente o grau de cultura do povo, é central para promover o progresso do país.

Sob a nova direção comunicada pela ciência ao movimento social [...] o ponto de vista relativo às necessidades imediatas da humanidade suplantou o ponto de vista absoluto da vida futura em um modo imaginário, o espírito impôs-se em todas as esferas acessíveis, substituindo a Providência pela indústria, os milagres pelo saber e as súplicas pelo trabalho. Por toda a parte onde a ciência passou, cresceu a prosperidade material e elevou-se o nível moral (BARRETO, 1876, p. 44).

Segundo Barreto, a jurisprudência e, portanto, os legistas são produto direto dos acontecimentos históricos e da marcha da civilização. “A jurisprudência é por consequência uma instituição de acordo com todas as leis naturais do espírito humano” (BARRETO, 2001 (1876) TFFM, p. 15), responde a pressão de uma lei natural, sua ação é civilizadora e portanto necessária

como condição do progresso. Na Europa a jurisprudência corresponde ao fim da autoridade católica, porém, como criação revolucionária o judiciário deveria ser provisório. Naquele momento, no entanto, para o autor, a jurisprudência, ou seja, o direito e as leis, ainda oferecia as mesmas garantias de ordem e progresso que no passado, sendo, desta forma, indispensável.

Adverte para o fato de que a legislação tende a reger todos os aspectos da vida social e, ao fazer isto, torna as leis fixas e invariáveis centralizando o poder na classe governante e submetendo, portanto, todos os demais grupos à classe dominante. Para Pereira Barreto, tal imobilidade e centralização são incompatíveis com a tendência da civilização atual, além disso, a legislação é antipática aos espíritos emancipados pelo seu caráter filosófico, com soluções gerais e abstratas para problemas particulares.

A legislação permanecerá útil à ordem social, os positivistas não pretendem suprimir as leis, mas dar-lhes “pelo contrário uma sanção irrefragável, fazendo depender a jurisprudência de uma lei da evolução humana, lei tão natural e tão demonstrável como qualquer das leis físico-químicas ou biológicas” (BARRETO, 2001 (1876) TFFM, p. 16).

2.5.4. As atividades “na fazenda”: agricultura, base para o desenvolvimento

Como destacado no início do capítulo, as intervenções de Pereira Barreto na *Revista Agrícola* giram em torno dos aspectos necessários para promover o progresso agrícola do país, condição imprescindível para o

desenvolvimento da fase industrial da nação, de sua urbanização e modernização rumo ao progresso. Por um lado é necessário criar as condições necessárias à formação de classe trabalhadora, ou seja, promover a imigração para o povoamento do país e diversificar a produção agrícola para atender as necessidades desta nova classe. Por outro lado é preciso melhorar técnica e cientificamente a agricultura para assim conseguir os excedentes de produção necessários ao abastecimento de gêneros, ao aprovisionamento da indústria e para diminuir a dependência do país de produtos importados.

A partir destes propósitos Pereira Barreto alinharia suas intervenções na “Revista Agrícola”. Como o autor é positivista convicto, suas explorações são sempre acompanhadas de dados retirados de suas experiências nos diversos ramos de produção agrícola a que se dedica a comentar, experiências levadas a cabo por décadas em alguns casos. Tais intervenções são sempre marcadas por análises de cunho científico, o autor faz análises da composição do solo, das plantas e dos insumos; discorre sobre a influência da luz no desenvolvimento dos cafezais e outras culturas; analisa o processo de queimadas e seus efeitos na composição química dos solos; descreve os componentes das diversas gramíneas e seus benefícios para a pecuária; detalha as descobertas de Pasteur e sua aplicação na fermentação para o processo de produção do vinho e da cerveja.

A produção de alimentos em quantidade e em diversidade é um aspecto fundamental na análise do autor, não apenas devido aos recursos gastos com a sua importação, mas principalmente pelo que representam quanto às possibilidades de sustentar a classe trabalhadora do país. Em seu

artigo *A parte da agricultura na civilização* no primeiro número da “Revista Agrícola”, Barreto apresenta dados sobre a importação nacional de gêneros alimentícios de primeira necessidade no ano de 1894, o país importava em grandes quantidades arroz, carne seca, milho, tomate, banha, batata, alho, cebola, alfaça, entre outros. Deste modo, os europeus estariam certos em criticar a imigração para o país, já que, analisando friamente, “não temos o que comer”, são os europeus e os vizinhos latino-americanos que enviam alimentos ao país. Esta situação “desfecha o último golpe nos nossos já vacilantes créditos de país civilizado. A Europa, com razão, não concebe a civilização sem a produção de gêneros alimentícios. É natural, portanto, que ela emigre de preferência para aqueles países onde a obtenção dos gêneros indispensáveis à vida está mais patente” (BARRETO, RA, n. 1 (1895), p. 5).

Como dito ao início deste capítulo, Barreto vê a agricultura como base para o desenvolvimento de qualquer nação, sob seu desenvolvimento repousam o progresso, a civilização e o desenvolvimento industrial. A Inglaterra é sempre tomada como exemplo, país que sofria com a fome, com terras ruins e com invasões quando, sob os auspícios da ciência promoveu o desenvolvimento agrícola e marítimo. Sem desenvolvimento agrícola não há indústria.

A história da civilização na Inglaterra é o estudo mais instrutivo [...] sob o ponto de vista mais compreensivo da evolução das ciências aplicada à agricultura, ao comércio e à indústria [...] a divisão do trabalho só pode começar no momento em que a superabundância de alimentos, permite a uma certa classe de homens empregar sua inteligência, seus braços e sua atividade em outro gênero de trabalho (BARRETO, RA, n. 13 (1896), p. 170).

Pereira Barreto, ao contrário do que era corrente à época, isenta o café de culpa por essa situação já que sem ele a situação financeira do país estaria muito pior, sem deixar de criticar a produção exclusiva do café e a superprodução do mesmo.

Um problema maior, para o café e para as demais culturas, estaria na dependência da fertilidade natural já que as terras tornam-se estéreis em poucos anos “atualmente, toda a nossa lavoura está acorrentada à existência do humus natural, mas, até quando poderá este estado perdurar? Não haverá mais possibilidade de lavoura entre nós, quando não houver mais matas a devastar?” (BARRETO, RA, n. 1 (1895), p. 6). O autor descreve então o processo orgânico e químico que permite a fertilidade da terra, o papel dos microrganismos e nutrientes e a proporção de cada um que é necessária, bastando conhecê-las para regulá-las e para tornar qualquer terra adequada para a produção. Não há terra ruim, basta conhecer sua composição química, os fazendeiros atuam nesta composição quando usam a queimada e o arado, porém, o efeito é pouco duradouro. Quando a terra se esgota é necessário saber restituir sua fertilidade, “daí a necessidade de saber zelar pela integridade da composição química do solo em exploração; daí, afinal, o inconcusso corolário: que não é a terra que produz, mas é a cabeça do homem” (BARRETO, RA n. 2, p. 18). É a ciência proporcionando o controle do homem sobre a natureza, a conquista científica da mesma dando liberdade ao homem. O Brasil, para o autor, já estaria apto a superar a fase em que a agricultura extensiva era a única opção.

A agricultura, como tudo o mais, depende sempre, em cada época, do estado social correspondente. Uma lavoura

adiantada não pode surgir senão em um meio social adiantado. A agricultura extensiva era o único sistema compatível com o regime de escravidão, assim como a cultura intensiva será dominante, por ser a única compatível com o regime de plena liberdade (BARRETO, RA, n. 2 (1895), p. 18).

Para manejar adequadamente o solo, e superar a “fase social” em que se encontra o país e na qual as queimadas são inevitáveis, é necessário utilizar fertilizantes. No entanto, onde os lavradores buscariam os fertilizantes sem meios de comunicação rápidos, frete barato e instrução técnica para manejar tais elementos. Pereira Barreto propõe a diminuição das tarifas e barreiras alfandegárias e a exploração das jazidas nacionais de cal. Escreve diversos artigos para a “Revista Agrícola” sobre o uso de adubos químicos na plantação de café sempre “à luz da química e da microbiologia”, descreve experiências que vinha fazendo com cafezais em terras pobres, experiência em parte abortada por problemas que teve na alfândega para a importação de adubos químicos.

Em 1899, ao escrever sobre a crise do café destaca que o problema não é a especulação estrangeira, mas a superprodução, muito maior que o consumo mundial. Alerta para a necessidade de diminuir a produção, medida que deve ser adotada por todos os produtores, porém, vê na crise da superprodução oportunidade única ao país de eliminar a concorrência. “Cometemos o grande erro de plantar café demais; foi uma inépcia; mas, essa própria inépcia poderá talvez nos salvar: é tal a nossa produção que muitos dos nossos concorrentes já pensam em abandonar o campo. Não será a primeira vez que um erro de tática salve uma situação” (BARRETO, RA, n. 47 (1899), p.

207). No mundo todo, diz, os produtores sofrem devido à crise e à concorrência do Brasil. Em consonância com o que pregam os grupos comerciais, Pereira Barreto destaca a necessidade de melhorar o beneficiamento e o acondicionamento do café, causas principais da má qualidade do produto brasileiro. Além disso é preciso colocar o café ao lado da policultura.

A superprodução cafeeira, para Pereira Barreto, não deveria ser um problema, a questão é outra: por que o consumo do café não acompanha o aumento da produção? Cita o exemplo do chá do Ceilão e destaca a sua propaganda, verdadeira responsável por suas excelentes vendas mesmo sendo produto inferior ao café. Comparando os efeitos do café e do chá diz que são semelhantes, mas o café é incomparável quando se trata de esforço mental. Traduz alguns artigos científicos ingleses que destacam os benefícios do café e exaltam seu consumo.

Pereira Barreto diz que, mesmo o chá sendo mais barato e de fácil preparo, o que explica seu consumo crescente e superior ao do café são os efeitos da propaganda:

Graças aos esforços de propaganda da poderosa associação do Ceilão, abrem-se, hoje, por toda a parte, nas grandes cidades, inúmeras casas de chá. *Tea! Tea!* É o grito que se levanta dos vistosos e iluminados letreiros à cada canto da rua. Não há quem resista a tenaz obsecração! É uma provocação, uma tirania, um martírio de atração para cada transeunte! E o único meio de fazer cessar o obsediante flagelo é . . . entrar e tomar uma xícara de chá! (BARRETO, RA, n. 48 (1899), p. 299).

Lembra que a diretoria do Centro dos Lavradores Paulistas resolveu adotar a propaganda como solução para a crise. Para Pereira Barreto, a propaganda deveria começar na Inglaterra onde há mais pesquisas indicando o uso benéfico do café, principalmente como “bebida higiênica” de combate ao alcoolismo.

Cabe lembrar que a Associação Comercial de Santos sempre empregou esforços em promover no exterior o consumo do café brasileiro, empenhava-se em representar a produção em feiras internacionais e nos principais mercados consumidores, fazia pesquisas referentes ao consumo e a visão que havia sobre o produto nacional. No entanto, os maiores empecilhos à expansão do café brasileiro eram sua baixa qualidade e os problemas de embalagem, que incluíam a qualidade dos sacos e as fraudes constantes de peso e materiais estranhos junto com o café. Sem mudanças no processo de produção e beneficiamento de nada serviria a propaganda.

Mesmo com a ciência indicando os meios para regenerar a terra, diz Pereira Barreto, sem ações facilitadoras por parte do Estado e dos lavradores a agricultura nacional continuaria amarrada por todos os lados. De outro lado, de nada serviriam as conquistas científicas sem a existência do ensino agrícola com um programa de estudos técnico científico. Faz bem, segundo o autor, os EUA onde o governo federal vê como obrigação apenas o ensino agrícola. Os americanos, diz ele, compreenderam que a agricultura é a base de toda a existência social, lá a União não tem escolas de direito ou medicina, “lá não entra nas atribuições do Governo federal o entretenimento das fábricas de diplomas” (BARRETO, RA, n. 14 (1896), p. 18).

Para Pereira Barreto, o Brasil encontra-se em momento no qual “as condições mentais do público estão bem mudadas”, as letras não nublam mais as consciências de todos. Os fazendeiros se mostram ávidos pela ciência e a mocidade, antes inebriada pelas letras, corre para a Escola Politécnica.

Há vinte anos atrás, todos o sabem, a ciência era aqui uma planta exótica, mal vinda, mal atacada, e cercada de toda sorte de suspeitas e prevenções; e o mais simples artigo sobre ciência agrícola precisava, para ser aceito, que se o escondesse sob os atavios da literatura elegante. Estávamos na época em que as letras matavam a ciência [...].

[hoje] Está no ar, que todos respiram, está na opinião geral, está na consciência de todos que o futuro está na ciência, que dela unicamente depende a salvação da pátria. As letras por mais belo que seja o seu papel de enfeite na marcha da civilização, já resvalam para um plano secundário (BARRETO, RA, n. 14 (1896), p. 17-8).

Como dito anteriormente, é fundamental para o autor o aumento da produção de alimentos e sua abundância, pois este é necessário para a formação de uma classe de trabalhadores dedicados exclusivamente à indústria. Além da produção dos gêneros de primeira necessidade, Pereira Barreto dedica parte de seus esforços ao desenvolvimento da vinicultura nacional.

Para ele, a cultura da vinha é fundamental, sendo o vinho “um alimento de primeira ordem”, para o qual, além dos interesses comerciais ligados a sua produção, “havia ainda o lado moral, a presença da vinha lançando no espírito do imigrante uma suave unção de serena tranquilidade e de viva simpatia para o nosso país” (BARRETO, RA, n. 16 (1896), p. 50).

A imigração de europeus é fator fundamental no projeto de Pereira Barreto, pois eles povoariam o país e forneceria os braços necessários à indústria. No entanto, além de ser capaz de prover a alimentação dos imigrantes, o país precisava prover conforto de espírito, para isto seriam necessários a abolição da religião de estado e o estabelecimento do casamento civil.

Ainda quanto ao conforto espiritual, a vinicultura tem papel fundamental. Foram diversas as experiências do autor na produção de vinho, além de trabalhar com diversas espécies de uva, procurando as variedades mais resistentes às pragas, ele investe muito em alardear as descobertas de Pasteur relativas à esterilização da uva antes do processo de fermentação. Segundo o autor, não é o clima que impede a cultura da vinha no Brasil, mas sim a podridão resultante da fermentação, é necessário analisar e distinguir cientificamente os fatores de um fenômeno das condições de produção do mesmo de modo a compreender cientificamente o processo.

Com efeito, a vinha tinha o poder de atrair os homens e trazer imigrantes. Se por um lado o café sustentava as rendas na nação, por outro sua cultura não era simpática ao imigrante. O café era filho da África, estranho ao europeu, já a vinha vem embalando a civilização desde o berço da humanidade, faz parte da família humana, tem mesmo toda uma literatura e poesia a lhe exaltar.

Para Pereira Barreto, portanto, é preciso deixar de ver no colono uma simples máquina, ele é um homem no qual bate um coração. Deste modo, alerta para o fato de que “o cafeeiro não sensibiliza a alma, não fala ao coração” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 14), o café não

mobiliza os sentimentos pois não tem tradição, que é o alimento dos sentimentos.

Deste modo, para Pereira Barreto, apenas a vinha pode atrair o imigrante, sem ela não haverá imigração espontânea nem povoamento definitivo do país já que o café lembra as areias e o sol do deserto. “O colono se prestará de bom grado a trabalhar no serviço do café, sabendo que dentro de breve prazo se poderá entregar de corpo e alma à cultura da vinha” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 16). A imigração paga, por outro lado, atrai imenso descrédito entre os europeus, tal recurso devia ser apenas um paliativo, como medida permanente é insensatez que pune toda população do país e contribui a favor de uma única classe: fazendeiros de café.

A propaganda negativa do café afasta imigrantes, que vão para outros países mais atraentes da região, o clima do café tornou-se sinônimo de “clima de febre amarela”. Pereira Barreto rebate os cientistas que trabalham em prejuízo do Brasil, pois tomam a vinha como termômetro para o homem e apenas se o clima se adapta a vinha é adequado ao europeu, “não é clima de vinha, não pode ser habitado senão por algumas raças inferiores” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 16), e, para estes cientistas, São Paulo estaria fora da zona possível para a vinha. Afirma ter se esforçado em promover propaganda favorável ao clima nacional entre os cientistas da Europa, luta para convencer cientistas “pelo científico”. Mandou fotos das vinhas carregadas de frutos, mandou amostras das uvas para convencê-los e diz ter cumprido sua missão: escolas na Europa, diz, fazem propaganda a nosso favor, “propaganda gratuita e entusiástica, fundamentalmente científica”

(BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 17). Hoje, alardeia, seus correspondentes na França pedem sementes das vinhas de São Paulo. Com a boa imagem do país que vem sendo construída a partir destes esforços, vê para logo momento em que haverá imigração espontânea, “a imigração trazendo capitais, o capital intelectual sobretudo” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 18).

O problema dos que clamam pela imigração é preocuparem-se só com os braços e não com as cabeças, ao contrário, por exemplo, do que ocorre nos EUA país que trabalhou para seduzir o que a Europa tinha de melhor em professores. Sendo assim, dinheiro não é solução para a imigração é necessário algo que encante a alma, é necessário o vinho. Com sua propaganda entre os cientistas da Europa, Barreto diz ter visto que a vinha mudou a visão que havia do Brasil e reabilitou o cafeeiro, “a cena que surge é a do consórcio da vinha com o café: – o café fornecendo o alimento do cérebro, a bebida mais intelectualizante do mundo, e a vinha o estimulante ao coração” (BARRETO, *A vinha e a civilização*, 1981 (1896), p. 19). Em seu deslumbre pela planta milagrosa, Pereira Barreto chega a afirmar que a composição química do suco de uva é singularmente análoga ao melhor leite do peito.

Pereira Barreto também demonstra interesse pela pecuária tanto para o fornecimento de carne quanto de leite e seus derivados. Em diversos artigos destaca as experiências que vinha fazendo com gramíneas nativas e importadas assim como com espécies de gado. Logo no primeiro número da “Revista Agrícola” reproduz carta que recebeu de Charles Naudin, à época diretor da Villa Thuret na França, local eram feitas experiências com a

aclimação de plantas exóticas. Com Naudin trocava dados sobre diversas plantas e especialmente gramíneas, sobre a resistência das mesmas em diferentes países (França, Argélia e Inglaterra) e diferentes condições climáticas. Fiando-se mais uma vez no exemplo da Inglaterra, Pereira Barreto destaca o papel fundamental da pecuária, e de uma grama em especial, para o desenvolvimento da indústria, da ciência e, portanto, da civilização:

[na Inglaterra] com a cultura do ray-grass, achou-se garantida a alimentação do gado, pode começar o regime de estabulação. Com a estabulação, abundou o leite, abundou a manteiga, abundou o queijo. Foi uma profunda revolução econômica. Mas, essa não foi a única! O regime estabular trouxe uma revolução mais profunda ainda, e completamente imprevista: foi a abundância do esterco. Do momento em que houve esterco em abundância, pode começar em larga escala a cultura do trigo: houve abundância de pão! E do momento em que houve leite, manteiga, queijo, carne e pão, pode surgir a classe industrial, pode erguer-se essa possante indústria, que faz hoje a riqueza e o orgulho do povo inglês.

Uma humilde gramínea serviu assim de assento ao edifício da riqueza pública de uma grande nação. A criação de gado foi o volante que impulsionou todo o mecanismo da prosperidade material. E a prosperidade material, trazendo maior soma de lazeres a uma certa classe de homens, aos homens de estudo, trouxe igualmente a evolução intelectual, trouxe a expansão das ciências, os progressos da civilização. E a ciência, uma vez adulta e forte, reagiu por sua vez sobre o mundo físico e centuplicou a produção (BARRETO, RA, n. 13 (1896), p. 171).

Como forma de promover a imigração são necessários, portanto, pão, carne e vinho em abundância. Para Pereira Barreto, a principal questão material para atrair o imigrante e mantê-lo no Brasil é a alimentação, com

destaque para o pão, para a carne e para o vinho. Em sua análise, a imigração subsidiada pelo Estado é um expediente paliativo que não resolve a questão do povoamento da nação, o país estaria apenas queimando divisas a favor do café, cujos produtores há anos pedem por “braços e mais braços”. Os imigrantes que aqui chegam evaporam-se, não permanecem mais do que dois ou três anos, período após o qual ou retornam a seus países de origem ou migram para a Argentina. O país estaria torrando rios de dinheiro para financiar a imigração para a Argentina. “O Brasil é para eles apenas um ponto de escala. O que os move, o que os desloca, é um ideal que destoa do ambiente brasileiro” (BARRETO, RA, n. 19 (1896), p. 18).

2.5.5. Ciência e experimentação: ações práticas para mudar o país

Quando inicialmente neste capítulo falou-se de Pereira Barreto, procurou-se destacar a crítica do autor aos metafísicos e as suas “fantasias da imaginação” e, por outro lado, seu apelo a mudanças concretas nas condições da sociedade brasileira. Para o autor, era preciso superar o reinado da abstração pelo da ciência e da experimentação.

Quando, em 1896, escreve artigo sobre a cultura intensiva do café e lembra de artigos que publicara há 20 anos sobre o mal de outras plantas entre o cafezal, não pelo “roubo” de nutrientes do solo, mas devido à concorrência pela luz. Mostra-se ressentido, diz que seus artigos foram muito apreciados por todo país, mas não pelo mérito científico e sim pela forma literária.

Há vinte anos atrás, todos o sabem, a ciência era aqui uma planta exótica, mal vinda, mal atacada, e cercada de toda a sorte de suspeitas e prevenções; e o mais simples artigo sobre ciência agrícola precisava, para ser aceito, que se o escondesse sob os atavios da literatura elegante. Estávamos na época em que as letras matavam a ciência (BARRETO, RA, n. 14 1896, p. 17-18).

O momento, no entanto, para Pereira Barreto era outro, as condições mentais dos brasileiros haviam mudado. Fazendeiros e estudantes que antes se inspiravam e se iludiam pelas letras, agora conclamavam a ciência. Estavam todos marcados pela noção de atividade prática dos diversos ramos do conhecimento. Lembra a situação dos EUA que, ao compreender que a agricultura é a base de toda a existência social, tomou como obrigação do governo federal apenas o ensino agrícola, deixando à iniciativa particular o ensino do Direito, da Medicina, da Farmácia, etc. por isso seu surpreendente progresso, “que os políticos míopes atribuem só ao regime republicano, mas que os homens da ciência sabem bem provir unicamente da cultura científica” (BARRETO, RA, n. 14, 1896, p. 18). Os norte-americanos são, como os ingleses, bem sucedidos na agricultura e na indústria, o que para o autor prova que a forma política do governo é secundária para o progresso.

A história nos demonstra que as liberdades adquiridas exclusivamente pelas letras não perduram, não lançam raízes na consciência popular e não existem senão no papel, ao passo que as liberdades conquistadas pela ciência são perpétuas e constituem verdadeiramente o mais poderoso instrumento de progresso (BARRETO, RA, n. 14, 1896, p. 17-18).

Para ilustrar seu ponto de vista, Barreto cita o exemplo do fracasso da Revolução Francesa e do sucesso da 3ª República Francesa, para ele esta última foi fundada sobre hábitos científicos. A diferença está entre uma república literária e uma república científica.

Como procurou-se mostrar, Luís Pereira Barreto é exemplo de autor que sempre atrelou suas análises da sociedade brasileira e, portanto, suas propostas para o seu desenvolvimento, aos interesses da indústria e do comércio. Tal afirmação não implica que Pereira Barreto fosse ligado aos estratos comerciais e industriais e exprimisse suas demandas de modo consciente, ou mesmo encomendado. Na verdade através de sua leitura e aplicação do positivismo ele acredita que a sociedade tende, como lei do progresso, a organizar-se industrialmente, sendo a indústria expressão de progresso e o maior agente da civilização. A indústria é a própria expressão do estágio científico de evolução da humanidade. “Esta terceira fase não só existe, como é precisamente a mais importante de todas: é a época científica ou positiva, é a fase industrial, que caracteriza irrefragavelmente os tempos modernos” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 158).

Com o amadurecimento de suas análises da sociedade brasileira, Pereira Barreto percebe que para desenvolver industrialmente o país é necessário primeiro desenvolver sua agricultura, convence-se que a civilização sem a produção de alimentos agrícolas não é concebível e dedica-se principalmente ao desenvolvimento agrícola do país. No artigo *A agricultura e a noção de pátria*, escrito para a “Revista Agrícola”, cita o exemplo da Inglaterra

que só se desenvolveu industrialmente após promover revolução na agricultura, deste modo, acredita que a indústria só pôde surgir quando a agricultura permitir o excedente de alimentos. Nos diversos artigos que escreve para a “Revista Agrícola”, fica clara sua preocupação com o desenvolvimento técnico e científico da agricultura no país.

É muito revelador notar a semelhança entre a postura assumida por Pereira Barreto e as ações e políticas adotadas pelos interesses ligados ao comércio e à indústria durante o século XIX. Interesses preocupados com o desenvolvimento da agricultura, da sua tecnicização e diversificação: têm consciência de que a agricultura é a base da economia brasileira e preocupam-se com a letargia dos grupos agrários com relação ao seu desenvolvimento. Como discutido, tais grupos também atuam ativamente para o desenvolvimento urbano das cidades e para a industrialização, preocupação também de muitos positivistas. Fazem isso não por sentimentos altruístas ou pelo desejo de promover o bem social, mas por entender que o desenvolvimento das cidades é essencial para melhorar e promover o comércio, desejam indústrias principalmente quando estas implicam em economia de custos de produção de produto de exportação, café e algodão por exemplo, ou na viabilidade de substituir importações com possibilidade de assimilar os lucros da produção.

Mesmo não se considerando representante dos grupos de interesses comerciais, pode-se perceber que tanto tais grupos como Luís Pereira Barreto concebem uma forma de agir semelhante para promover as mudanças que consideram necessárias à sociedade brasileira. Também as mudanças que procuram implementar são parecidas, desejam fortalecer a

agricultura, diversificar sua produção e introduzir melhoramentos técnicos e científicos; trabalham, de modo geral, pela industrialização; anseiam pela modernização da sociedade brasileira; propõe saídas para imigração espontânea sem gastos do governo e com o imigrante trabalhando também na pequena propriedade de sua posse. O mais importante, atuam para que as mudanças ocorram na esfera concreta através de mudanças nas condições reais da sociedade, em boa medida, alheios à estrutura política e à forma de governo, que consideram de menor importância.

Capítulo 3. O governo dos sábios e a administração do Estado: o projeto de organização política de Alberto Sales

O desejo tem como elementos uma excitação repetida e uma imagem, a opinião tem como elementos um complexo de sensações conscientes, elaboradas em noções ou ideias pela força metabólica dos centros físicos superiores e agrupadas pela análise e pela síntese em um verdadeiro raciocínio. Daí esta conclusão natural e espontânea: todas as classes sociais são capazes de desejos, mas nem todas são capazes de opinião. Para ter um desejo basta experimentar uma necessidade; mas para ter uma opinião é preciso saber raciocinar [...] todas as classes sociais sentem e experimentam igualmente a necessidade de um governo, de um órgão permanente do direito, que mantenha a ordem e promova o progresso, que garanta a segurança no exterior e no interior, tanto da nação como dos indivíduos e que administre a justiça; logo é possível uma volição comum de todas as classes sociais sobre os pontos capitais do governo democrático. O que não é possível é uma opinião comum às mesmas classes (SALES, 1997 (1891)¹ *Ciência Política*², p. 13-5).

Alberto Sales é considerado o representante positivista de maior destaque do grupo republicano de São Paulo. Suas análises da sociedade brasileira estão ancoradas, segundo ele, em observação científica positiva a partir da qual afirma ser a sociedade um grande corpo social com estrutura e função. Alberto Sales tem, portanto, uma visão organicista, segundo a qual a

¹ Para os textos dos quais se utilizou a edição moderna, após a indicação da data será colocada a data da primeira edição.

² Nas futuras referências a este texto será utilizada a abreviação CP.

marcha de desenvolvimento dos organismos sociais é semelhante a que acompanha os organismos biológicos, este entendimento o leva a naturalizar a noção de cooperação e a agrupar os indivíduos em classes voltadas a atender as necessidades do corpo social. De acordo com esta visão o Estado é o órgão disciplinador e a forma de governo corresponde ao momento de evolução do mesmo, sempre seguindo a linha evolutiva: estágio teocrático, aristocrático e democrático. Nesse sentido, em momento de crítica à estrutura imperial, a Monarquia não poderia mais ser considerada legítima, pois corresponderia a um estágio social ultrapassado no qual as diferentes partes do organismo estariam agrupadas, mas sem função definida. Seria preciso, neste momento de transição, regular as forças de renovação com as de conservação, seria necessário conciliar ordem e progresso.

A sociedade civilizada, de acordo com esta visão, é resultado de processo inscrito na ordem natural de desenvolvimento e evolução do organismo social, não tem nenhuma relação com um pacto racional e consciente selado entre os indivíduos no interior da sociedade. “A sociedade, longe de ser um simples acidente, é pelo contrário um fato natural e necessário, resultante unicamente da adaptação gradual e sucessiva dos atributos fundamentais da natureza humana às condições externas que ao indivíduo solicitam” (SALES, 27/05/80 *Da origem e natureza do poder governamental I (estudos de estatística social)*, “A Província de São Paulo”³). Neste sentido, a citação acima do texto *Ciência Política*, expõe crítica à visão liberal de participação política e representatividade e, deste modo, ao papel atribuído à população no processo: para os positivistas, ao contrário dos

³ Nas futuras referências ao jornal *A Província de São Paulo* será utilizada a abreviação PSP.

pensadores liberais, o poder vem do saber e não da representação. Por organizar suas análises desta forma, Alberto Sales assume logo após a proclamação da República postura crítica aos vícios do regime democrático expondo a diferença entre “opinião” e “desejo”. Para ele, uma multidão pode ter desejo, mas para ter opinião é preciso raciocínio: a população não questiona ou faz indagações, está a procura de crenças e se permite seduzir por elas, é por esta razão que caberia aos sábios, homens preparados pelo estudo científico, definir as necessidades da sociedade e indicar os melhores caminhos a serem trilhados. Para Alberto Sales, ao contrário do que afirmam as proposições liberais, não existe a possibilidade de opinião comum entre grupos sociais diferentes e muitas vezes incultos, só é possível a vontade comum de um desejo do governo.

Este capítulo buscará fornecer elementos que demonstrem a ligação entre as ideias, propostas políticas e de organização do Estado, e análises da realidade brasileira de Alberto Sales e as instâncias e os estratos da elite política, principalmente paulista, insatisfeitos com a organização imperial e desejosos de promover a mudança de regime político, porém, interessados em manter as condições sociais e econômicas que mantêm o poder político em suas mãos.

Com seu projeto de nação, com sua interpretação da realidade política do país e com sua proposta de um governo orientado por um grupo de homens preparados e cientes das necessidades nacionais, Alberto Sales expressa os anseios das tradicionais elites rurais do país, insatisfeitas com o Império e desejosas de manter seu poder político e social nas esferas locais.

Como se buscará mostrar, o governo de Campos Sales como presidente da jovem República será a concretização do projeto político elaborado por Alberto Sales, mesmo que de modo incompleto, parcial e desviado. Sua insatisfação e suas críticas a República serão traço marcante de sua trajetória, mas é inegável que a forma como se estrutura o governo, principalmente com a “Política dos Governadores”, encontra expressão em sua obra.

O capítulo está organizado de modo a destacar aspectos da obra de Alberto Sales e as necessárias conexões entre sua proposta para reformulação do Estado e os desejos e interesses dos grupos ligados ao mundo rural desejosos de uma reorganização da estrutura administrativa capaz de atender aos interesses regionais, mas, importante salientar, mantendo intocadas as condições de poder e dominação dos potentados locais.

Alberto Sales nasceu na cidade de Campinas em 1857. Quando chegou o momento de ingressar no ensino superior teve a opção de seguir o estudo do Direito, como fizera o irmão Campos Sales, mas, segundo Vita (1965), decide que sua verdadeira vocação é a Medicina e não o Direito. De acordo com Vita, Alberto Sales só não seguiu para a Corte para realizar seu desejo, pois sua família temia uma epidemia de febre amarela que assolava a capital no momento. Ribeiro Jr (1983), por outro lado, coloca sob suspeita o fato do jovem Sales ter sido impedido de viver no Rio de Janeiro devido à febre amarela, já que, na mesma época, a cidade de São Paulo se via assolada por surto de malária. Ao final, proibido de seguir para o Rio de Janeiro, Alberto

Sales acompanha o primo Joaquim Sales⁴ em sua viagem para estudar nos EUA e matricula-se no Rensselaer Polytechnic Institute, cursando o ano acadêmico de 1875/76. Segundo Vita, “não obstante a breve estada de Alberto Sales em Troy, de lá viera marcado pelo cientificismo haurido naturalmente em Spencer e em Comte, em Stuart Mill e em Littré” (1965, p. 25).

O ambiente intelectual nas universidades americanas da época era marcado pela valorização da pesquisa de campo e da ciência pura. Uma forma de pensar engendrada pelo industrialismo e que se opunha fortemente ao espírito teológico, especulativo e estético. Valorizava-se um modo de pensar que afirmava as leis das ciências naturais como suficientes para explicar todos os fenômenos. Neste clima intelectual, os intelectuais apegavam-se à ciência em oposição às explicações teológicas e metafísicas e têm como principais modelos o darwinismo social e o evolucionismo organicista de Spencer. “esta interpretação evolucionista, materialista e mecanicista da vida – que explicava tudo, desde a origem das espécies até a origem do mal – irá marcar indelevelmente o pensamento de Alberto Sales, enquanto que o individualismo norte-americano irá acentuar-lhe as tendências liberais” (RIBEIRO JR, 1983, p. 42).

Quando volta ao Brasil em 1876, Alberto Sales ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, ambiente no qual também já vicejam as ideias de Comte ao lado da tradicional formação liberal. Deste modo, a produção intelectual de Sales será marcada pela combinação entre cientificismo positivista, de matiz comteana, com liberalismo que marcava a

⁴ Joaquim faz o curso de engenharia no Rensselaer Polytechnic Institute, em Troy, N.Y., formando-se em 18979. Curiosamente, após trabalhar como engenheiro na construção de estradas de ferro, estará entre os fundadores da Companhia Antártica (RIBEIRO JR, 1983).

formação intelectual brasileira. Algo semelhante à combinação entre o método científico e os preceitos de Comte, sem abandonar o ideal liberal, que haviam feito Spencer e Stuart Mill.

3.1. Evolução e conservação: ordem e progresso

Em momento no qual as críticas ao Império se acentuam e o desejo por mudanças contagia os diversos grupos insatisfeitos com sua situação e com a falta de ação do governo central, impõe-se aos estratos dominantes a necessidade de controlar as transformações iminentes de modo a manter sua situação de domínio político, econômico e social, ou seja, impedindo o conjunto da população pobre de participar politicamente do processo. Alberto Sales não apenas demonstra justificação científica para a necessária conciliação entre ordem e progresso como também, algo necessário na compreensão dos estratos dominantes, apresenta o governo democrático como expressão dos interesses do conjunto da nação, no entanto, mediados pela compreensão dos homens sábios e conhecedores das necessidades sociais, únicos capazes de decidir de fato quais os caminhos a serem trilhados pelo país. Neste sentido, mesmo as Câmaras Legislativas serviriam apenas para sancionar as decisões do Executivo, este sempre atento às formulações científicas de indivíduos preparados.

Alberto Sales, em seu texto *Política Republicana* (1882)⁵, destaca o contraste existente entre a tendência evolutiva das sociedades e o espírito de conservação do Estado. São duas forças em antagonismo que normalmente operariam em harmonia no sentido da marcha da civilização, no entanto, isto não ocorre devido à ausência de compreensão científica das condições de existência do estado social das forças que animam o organismo político. Tal ausência faz com que a concepção dos estadistas sobre o estado social sejam sem base científica e racional, tais concepções têm base puramente empíricas e irracionais. Alberto Sales não compreende como, frente aos conhecimentos do momento da ciência social, os estadistas sejam capazes de fazer do Estado um inimigo da evolução social: não se explica naquele momento, para ele, que fenômenos sociais ainda sejam interpretados pela teologia ou pela metafísica. A necessária harmonia entre Estado e evolução social só poderia operar-se através da aplicação das teorias positivas, o positivismo “estabelece a ordem ao lado do progresso e compreende desse modo o problema político em sua totalidade” (1882 PR, p. 15).

Desta forma, para Sales, tanto os políticos do partido conservador, desejosos da restauração do passado, quanto os do partido revolucionário, que querem a destruição das condições antigas, estão errados. É necessário conciliar passado e futuro, ordem e progresso. Para tal intuito a teologia não é a resposta, primeiro porque não se apoia na investigação dos sábios, mas na revelação, e também porque cuida somente da ordem. “Ao método teológico da revelação, que sacrificara o progresso em benefício da ordem, sucedeu o método metafísico da liberdade de consciência, que sacrificou a ordem em

⁵ Nas futuras referências a este texto será utilizada a abreviação PR.

benefício do progresso” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 77-8). Sendo assim, a metafísica também não tem a resposta, sua índole revolucionária a faz procurar apenas pela destruição e não pela construção, busca apenas a renovação e se esquece da ordem, por outro lado apoia-se também na revelação, no caso interna, que interrompe o avanço científico ao introduzir entidades abstratas como causa eficiente dos fenômenos. A solução está na conciliação entre ordem e progresso que apenas a doutrina positivista pode prover, banindo a revolução sem excluir o progresso, estabelecendo a ordem e a paz sem voltar ao passado.

Como a política, para Sales, é uma ciência, esta deve ter leis naturais assim como a física e a química, “na ciência o único caminho a seguir é do mundo para o homem, do objeto para o sujeito, subordinado sempre, qualquer que seja a hipótese figurada, a meditação abstrata à contemplação concreta” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 82). No entanto, a experiência no caso da política não tem o mesmo valor que em outras ciências, na política a única experiência válida é o passado humano pela contemplação histórica assim como, para Sales, fez Comte em suas análises. O empirismo simplista que caracterizaria a política será bastante criticado pelo autor, para o qual as autoridades agem apenas para resolver os problemas mais imediatos que se colocam, sem qualquer reflexão científica.

É preciso observar que para Sales esta desejada conciliação entre ordem e progresso, tão necessária ao desenvolvimento do país, só poderia ocorrer sob um regime democrático: “só no regime positivo da democracia será possível estabelecer-se a desejada conciliação entre as forças de conservação

e as de renovação” (SALES, 1882 PR, p. 23). Para o autor, é uma lei natural que os governos tendam a tornarem-se democráticos, é dever da moderna ciência política mostrar, através do método positivo e histórico, que o Estado deve ser republicano e federalista para poder conciliar ordem e progresso.

Todas as reformas que se preparam na atualidade não são mais do que manifestações isoladas do grandioso drama que um dia se desenrolará aos olhos do mundo na fecunda terra de Cabral; são os meios que têm que nos conduzir fatalmente para este último resultado o triunfo completo da democracia no Brasil. O governo dos privilégios, a monarquia com todas as suas absurdas tradições, cairá forçosamente aos golpes tremendos da liberdade, e em seu lugar se levantará solene o majestoso edifício da República. Os fatos o demonstram (SALES, 02/09/79 *A crise política e o futuro da democracia brasileira I*, PSP).

Para Sales o momento é de transição no movimento político dos povos modernos: já foram eliminadas as classes privilegiadas, resta eliminar a realeza. De acordo com o autor, estudo da história mostra que os povos caminham para a abolição dos privilégios anti-sociais e para a forma definitiva da república.

No regime republicano toda ação do governo é determinada pelo exercício de uma vontade, esta deveria exprimir o consenso entre os indivíduos, no entanto, alerta Sales, a realidade não é tão simples já que nem todos têm opinião sobre as questões complexas da política. Como dito no início deste capítulo, para o autor, ter opinião é algo restrito apenas para espíritos exercitados através de raciocínios: a política é composta por vontade,

execução e, principalmente, reflexão. É preciso, deste modo, distinguir opinião de desejo. Este último é próprio de organização cerebral rudimentar, resultado de simples excitação. Já a opinião se refere ao pensamento e é de natureza especial, produto do conhecimento analítico. Para Sales, nem todos os indivíduos são capazes de raciocinar, “a opinião é uma operação psíquica extremamente delicada, que não pode realizar-se sem o exercício direto do raciocínio. Demanda portanto uma organização cerebral superior e um grau elevado de cultura” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 13).

Mesmo com a incapacidade de formar opinião de alguns grupos, a necessidade de governo é, para Sales, uma necessidade comum a todas as classes, ele é necessário para promover a ordem e o progresso, para administrar a justiça. O que não é possível é uma opinião comum. Cita Comte para dizer que é natural a todo cidadão ter desejos políticos, mas opinião política é mais que desejo, é fruto de reflexão e conhecimento. Com efeito, o público só deve indicar o fim, enquanto determinar os meios seria competência dos sábios. “Seria um absurdo que a massa quisesse raciocinar. A opinião deve querer, os publicistas devem propor os meios de execução e os governantes devem executar” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 16-7). Faz parte da evolução das consciências que a política se torne uma ciência positiva, e nela o público depositará a mesma confiança que deposita, por exemplo, na astronomia.

É na manifestação da opinião pública que devem inspirar-se os publicistas, “cuja função deverá consistir no estudo e na escolha dos meios necessários à consecução do fim almejado pelo organismo social” (SALES,

1997 (1891) CP, p. 52). Apenas os publicistas conhecem as enfermidades sociais e são capazes de diagnóstico científico, só a eles deve caber o papel de indicar os meios para o equilíbrio geral, o povo nada tem a ver com a indicação de semelhantes meios. Sendo assim, para Sales, as Câmaras Legislativas devem servir apenas para redigir os regulamentos promulgados pelo executivo, elaborados de acordo com as indicações de indivíduos competentes e informados.

Alberto Sales expõe sua discordância do conceito de opinião formulado por Laffite, autor que acredita ser necessária uma doutrina como elemento formador da opinião. Para Sales, a população é adepta de várias seitas cada qual com seus dogmas “todos podem, entretanto, reconhecer a necessidade de um governo; mas podem não estar de acordo quanto às particularidades do seu funcionamento” (SALES, 1997 (1891) CP, p19-20). Sendo assim, ao contrário de Laffite não acredita que a doutrina é necessária para o consenso político. O público não indaga os fundamentos da doutrina, quer uma crença, dessa sente necessidade, portanto, o povo deve estar de acordo quanto as suas necessidades temporais, mas cabe aos sábios decidirem os meios.

3.2. O equívoco monárquico

De modo a explicar o equívoco da monarquia no país, Alberto Sales recorre à análise histórica dos regimes de governo na Europa e também no

Brasil. É necessário, para ele, primeiro entender o surgimento dos leigos já que esta classe de indivíduos teve papel importante para a formação daquilo que chama de ditadura da realeza. Os leigos foram os principais “cooperadores” das transformações sociais que ocorreram na Idade Média, até então a Igreja concentrava tanto o poder espiritual quanto o temporal. Como bom leitor de Comte, Sales vê importante papel da Igreja para a evolução das sociedades, após o fim do Império Romano, a Igreja foi a única instituição capaz de conter a desagregação dos organismos políticos, o corpo eclesiástico facilita a ação dirigente da sociedade como também favorecia extremamente o seu modo de atuar sobre as consciências.

No século XIII surgem os leigos, nova classe destinada a imprimir novo curso à evolução humana. Tais indivíduos não tinham nada em comum com a nobreza, ao contrário, originavam-se das classes populares e voltavam a elas suas atenções, procuravam operar reformas para favorecê-las, empregavam a serviço da democracia toda a influência que podiam exercer no governo das sociedades. “Era natural, portanto, que, exercendo grande influência na reorganização das sociedades, já pugnando pelos princípios de direito [...] de justiça, procurassem operar, no governo, reformas que somente pudessem reverter em benefício das próprias classes populares” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 207). Através dos leigos, deste modo, o próprio povo entrava como elemento integrante da organização social.

Em um primeiro momento, os leigos criam os argumentos necessários para transferir da Igreja para o rei as atribuições do poder temporal. Apoiados pelos parlamentos nacionais, os leigos transferem o

poder do papado para o rei, até então simples chefe militar, o mesmo passa a dispor de todos os poderes sociais. Naquele momento, os legistas são poderosa força revolucionária, “os reis não foram mais do que meros instrumentos de que eles se serviram para levar a efeito um tão grande cometimento, essencial à evolução humana” (SALES, 22/10/84, *Os legistas*, PSP).

De acordo com a lei do progresso, os legistas pouco depois contribuíram também para a dissolução do poder real, na verdade meramente transitório. Além disso, contribuíram para o surgimento do poder ministerial “uma nova instituição, que, à medida que se tornava cada dia necessária, por efeito da incapacidade política dos reis, tornava-se igualmente mais forte e cada vez mais independente” (SALES, 23/10/84, *Uma conquista da democracia*, PSP). Como se vê, para Sales, o poder ministerial é resultado da ação revolucionária dos legistas, o mesmo serviu para eliminar a realeza e elevar as aspirações da democracia.

O poder ministerial leva à conquista da democracia e à constituição gradual e sucessiva de uma magistratura política. Isto ocorre, segundo Sales, devido ao deslocamento do poder da figura do rei para as mãos de homens saídos das classes populares o que teve como resultado a eliminação da realeza das funções do governo. Na formação do poder ministerial encontram-se as raízes de nova organização política, mais racional e mais progressiva, principalmente quando seu surgimento coincide com o da democracia.

Infelizmente, diz Sales, em diversos países o poder ministerial tem sido desvirtuado em suas características e no seu destino social. Por má

compreensão dos fenômenos sociais ou das transformações políticas os estadistas não se utilizaram de sua posição para eliminar a realza das funções governamentais. Foi o que ocorreu, de acordo com o autor, no século XVIII em Portugal e Espanha. Pombal, em Portugal, e Aranda, na Espanha, fizeram grandes reformas, foram instrumentos de nova força política, mas desconheciam sua verdadeira destinação social, não atacaram os privilégios da realza eliminando-a de suas funções no governo.

De acordo com Alberto Sales, deste modo, existem duas possibilidades para o desenrolar do poder ministerial nas sociedades modernas. Pode seguir o caminho natural e terminar em uma república, com uma magistratura temporária, como última conquista democrática e com a eliminação da realza. A república é consequência direta e imediata do desenvolvimento do poder ministerial e do parlamento, sendo o poder ministerial a terminar na magistratura presidencial e o parlamento exprimindo as necessidades das classes populares. Ambos atestam o triunfo das aspirações democráticas. Por outro lado, o poder ministerial pode se degenerar em oligarquia nobiliária ou partidária. Para o autor, a Inglaterra é exemplo de oligarquia nobiliária e verdadeira anomalia sociológica, lá o poder ministerial converteu-se em instrumento dos interesses da nobreza, a oligarquia nobiliária suplanta as classes populares e predomina no Parlamento.

Brasil e Portugal são dois países nos quais o poder ministerial degenerou, no Brasil na verdade, para Sales, este se abastardou. Aqui nenhum Gabinete foi organizado pelo critério do prestígio intelectual e político. Ao invés dos Gabinetes serem compostos por aqueles que podem fazer algo pelo país,

são formados por quem consegue reunir mais votos na Câmara; organizados pelo valor aritmético do Ministro e não pelas suas ideias. Segundo Sales, no Brasil tanto o poder ministerial quanto o Parlamento são instituições que andam divorciadas desde o princípio da vida política, a oligarquia partidária faz dos ministérios órgãos de sua ditadura particular, deste modo, “é a organização dos partidos monárquicos que tem produzido neste país o aniquilamento completo do poder ministerial” (SALES, 28/10/84, “Dissolução do poder ministerial”, PSP).

3.3. Partidos, eleições e exclusão da população

A maneira como se organizam as eleições no Império e, posteriormente, durante os primeiros anos de regime republicano exprime o clássico temor, por que não dizer terror, que dos estratos dominantes têm da participação popular na direção do governo. A possibilidade de entregar às “massas incultas” papel determinante nas decisões governamentais e os possíveis “horrores” advindos de tal situação são tema de constante preocupação. Neste contexto, a fórmula positivista de governo defendida por Alberto Sales, entregando a um grupo de sábios – capazes e competentes – a responsabilidade pelas decisões excluindo, deste modo, a participação popular direta no governo, condiz perfeitamente com os anseios dos grupos dominantes interessados em conduzir a transição política do país.

Em seu texto *A invenção republicana*, Renato Lessa (1988) afirma que existiam “dois problemas cruciais na engenharia institucional do Império: o paradoxo da representação e a verticalização da ordem política” (p. 31). Ao conceder ao Imperador o controle do processo político as elites optaram pela tutela do monarca ao invés de correr os riscos da competição política aberta, a qual poderia levar a exagerada incorporação da população no processo político. Deste modo, o país podia ostentar um processo político calcado na representação, mas o Imperador podia a seu bel prazer dissolver a Câmara e escolher novo Presidente do Conselho de Ministros.

O poder pessoal do monarca, portanto, implicava em verdadeira desmoralização dos partidos e das eleições. “O Imperador escolhe o governo e este invariavelmente faz das eleições um ritual para obtenção de apoio majoritário. Esta sequência, instituída em 1847, inverte as regras do Parlamentarismo clássico, no qual o governo é, em alguma medida, expressão de maiorias parlamentares” (LESSA, 1988, p. 34). Tal arranjo fazia com que a única forma de um partido ter acesso ao poder fosse através da escolha imperial. Com efeito, o Poder Moderador servia como freio às possibilidades de um sistema representativo de fato, e também, por outro lado, evitava o risco de eleições verdadeiras e da participação da população no governo. Para Lessa (1988), mesmo os republicanos não representavam qualquer modernização política durante o Império, já que não agiram no sentido de tornar o sistema político mais aberto, mesmo as críticas e propostas mais radicais feitas pelos republicanos federalistas são voltadas à estrutura do Império, não englobam a incorporação popular no governo. Sua adesão acrítica ao sistema político e ao modo de escolha do partido governante mostra que os republicanos aceitaram

as regras do jogo. Lessa questiona a importância atribuída ao partido republicano e a sua propaganda no processo de transição dos regimes: “talvez seja mais prudente supor que a relevância da propaganda republicana se deve, apenas, ao fato de que se proclamou uma república, que lhe reivindicou como memória” (LESSA, 1988, p. 38).

Quando analisa o processo de proclamação da República no Brasil Renato Lessa (1988) destaca um aspecto principal, aquilo que chama de “ideia de ausência”. Ausência do povo, de reação por parte do Império – do sistema político imperial – e, a se destacar, ausência de unidade, de programas consistentes e propostas de governo por parte dos vitoriosos, que não possuíam consenso sobre os rumos a fornecer ao país.

Com relação à ausência do povo no processo que leva à proclamação da República, deve-se destacar que não há qualquer movimento popular porque, por um lado, não havia qualquer apoio da população ao Império e, por outro, a forma como foi feita e conduzida a propaganda republicana não permitiu, ou incluiu no seu projeto, incorporação popular. Com as agitações que desde a década de 70 movimentavam a sociedade brasileira e as consequentes mudanças sociais e econômicas, ocorrem também mudanças na cultura política do país. Com o desenvolvimento comercial e urbano do país, principalmente nas regiões ligadas ao café, as cidades passam a ocupar papel cada vez maior na dinâmica social e econômica. Com efeito, a classe urbana educada cresce e vê o poder dos chefes rurais como ofensivo e impeditivo do seu crescimento político. “Vivendo nas cidades, burocratas, comerciantes, industriais, engenheiros e profissionais liberais, agora mais que

nunca, buscavam na Europa modelos de comportamento político” (GRAHAM, 1997, p. 240). Para tais homens educados da cidade, os chefões rurais são sinal de barbárie e seus agregados analfabetos a fonte de seu poder, o qual impedia o aumento do seu próprio espaço no processo político. Desejam, portanto, que as eleições fossem restritas aos alfabetizados e proprietários, excluía também do processo político a massa urbana pobre, “queriam colocar-se a parte das massas urbanas, já que roçar ombros com o trabalhador pobre da cidade durante eleições caóticas ofendia sua sensibilidade” (GRAHAM, 1997, p. 240). Para tais membros educados das cidades, portanto, o grande mal do sistema eleitoral estava na sua amplitude. Por outro lado, os fazendeiros ao contrário de sentirem-se ameaçados quanto ao seu domínio político pela restrição dos eleitores, mostravam-se também bastante temerosos quanto à possibilidade de surgir um grande número de libertos com direitos políticos, homens os quais temiam não poder controlar.

Neste contexto, o crescimento urbano e a abolição inevitável trazem a tona o clássico conflito entre liberalismo e democracia. Com efeito, com a “ameaça” da democracia cada vez mais próxima renova-se o medo das massas pobres e incultas, o que leva à exclusão das mesmas do processo de votação. Liberais e conservadores unem-se em torno da ideia de que apenas homens de posse deveriam votar, já que, para eles, no sistema vigente qualquer um poderia votar e não apenas os capazes e inteligentes. Além da alegada falta de sabedoria na escolha do voto, os pobres seriam incapazes de independência eleitoral já que votariam de acordo com a orientação de algum potentado.

De fato, os debates em torno da reforma eleitoral visavam restringir, ou mesmo impossibilitar, a participação da população livre no governo. Em 1879, o Gabinete Sinimbu propôs eleições diretas com sufrágio restrito, não ocorreriam mais primárias e secundárias, os votantes deveriam ter renda anual comprovada e deveriam ser capazes de ler e escrever. Neste momento, os votantes analfabetos passam a ser vistos como ameaça já que a escravidão dava mostra de estar chegando ao fim de fato. Dentre as diversas controvérsias envolvendo a proposta, esta incomodava parcela dos fazendeiros e, de certo modo, expunha o conflito que havia entre a população culta que crescia cada vez mais nos centros urbanos, desejosa de participar da política e ver reconhecidos seus interesses, e a elite agrária do interior do país, avessa às letras e às pompas, mas detentora de grande poder político, como visto no primeiro capítulo.

A exclusão de analfabetos poderia atingir muitas pessoas importantes, protetoras dos próprios legisladores. Um senador refletia o desprezo do fazendeiro pelo intelectual urbano, argumentando que „poderia apresentar exemplos numerosos de homens que, não sabendo ler nem escrever, têm acumulado fortunas avultadas; e esses homens têm certamente mais interesse pelo bem da sociedade, que outros que passam [a vida] a ler romances e não servem para mais nada" (GRAHAM, 1997, p. 240).

Um outro problema enfrentado por Sinimbu ao tentar aprovar sua proposta de reforma eleitoral foi tê-la colocado como emenda constitucional, implicando em mudança da Constituição de 1824 e, conseqüentemente, em dar poderes ao Legislativo para alterar a Constituição, à época algo

inconcebível. Ao assumir o Gabinete em 1880, o senador Saraiva toma outro rumo de ação e faz passar a reforma eleitoral como lei, não como emenda constitucional. Lei, por sinal, bastante rígida quanto às exigências de comprovação de renda por parte dos eleitores com o claro objetivo de impedir que “as massas” fossem às urnas. Com o tempo, o rigor quanto às comprovações de rendimento foi se afrouxando e alarga-se o direito de voto, muitos passam a aceitar a simples comprovação de saber ler e escrever como prova legal de renda.

Disseminara-se o reconhecimento de que um teste de alfabetização seria o suficiente para excluir as massas indesejáveis. Posteriormente, na República, os legisladores também entenderam que apenas a exigência de alfabetização bastava para manter as eleições sob o firme controle dos grandes proprietários, e em 1892 fizeram desse o único pré-requisito. E já que, como antes, o que os eleitores desejavam do governo era sobretudo autoridade local, continuaram a apoiar candidatos a deputado ou senador indicados pelos que se encontravam no centro do poder (GRAHAM, 1997, p. 267).

A restrição do voto aos alfabetizados no início do regime republicano significou, na prática, segundo Lessa (1988), que a participação da população no processo eleitoral passou de 1% para 2% do número de habitantes do território nacional, quando em 1871, de acordo com Lessa, o número era de 11%. Como se vê, tanto a reforma eleitoral imperial quanto a republicana apontam para a mesma característica: a exclusão da participação popular, das massas pobres e marginalizadas. O receio de interferência por parte dos bestializados, da multidão de incapazes, supera qualquer ideal democrático.

Fato que, para muitos autores, explica a atração exercida pelo positivismo entre nossos intelectuais e políticos no processo de mudança de regime. Fato é também, que mesmo com o inegável aumento de poder político das elites urbanas, de sua influência, continua a existir o peso local e o papel político de destaque dos coronéis que, em última instância, ainda controlavam o processo eleitoral em suas áreas de influência.

3.3.1. Eleição e sufrágio: o governo dos sábios

Como visto anteriormente, de acordo com Alberto Sales, a opinião pública pode até mesmo indicar seus interesses e desejos em relação aos rumos da nação, mas caberia aos publicistas, homens de reconhecido saber e valor moral, determinar as ações a serem tomadas pelo governo. Como se vê, para o autor, a participação popular deve ser restrita a indicar quais são suas necessidades e seus interesses, no entanto as decisões sobre as medidas a serem adotada caberiam aos homens capacitados. Deste modo, Sales, ao escrever em 1891, critica duramente os legisladores por defenderem o sufrágio universal, ato que colocaria o Parlamento sob o jugo da ignorância parlamentar.

O público, em geral, é o primeiro a pensar que para ser legislador não precisa saber mais nada do que proferir um discurso, cheio de frases campanudas e de uma retórica estopante [...] Ninguém pensa em exigir do legislador um conhecimento aprofundado das leis da estrutura política e todos apregoam convictos a teoria do sufrágio universal,

maravilhoso alambique do sistema representativo, que destila todos os anos, no seio dos parlamentos, os produtos genuínos da ignorância popular. O *demos*, na sua crassa insipiência, mas lisonjeado sempre pela turba inconsistente dos ambiciosos especuladores, é que governa, dirige e prescreve a higiene social. Arvora-se o número em critério científico e deixa-se à incerteza da sorte, nas votações irrefletidas, em que se manifesta a soberania, o destino do organismo social. Nada mais irracional, mais empírico e mais contrário ao bom senso (SALES, 1997 (1891) CP, p. 295-6).

A política, afirma Sales, é uma ciência e não instrumento para iludir os tolos e enriquecer os espertos. Acredita que em pouco tempo a ciência política e seus preceitos estarão presentes em todas as consciências esclarecidas e as suas leis se tornarão a base sólida da arte de governar. Neste momento, os publicistas apontarão os meios que os estadistas porão em execução e a turba de especuladores desaparecerá. O povo só indicará as medidas e caberá aos qualificados pelo conhecimento e pelo saber profundo dado pela competência científica indicar os melhores meios de execução.

Em momento anterior, 1882, ao tratar da questão do sufrágio, sua posição era um tanto distinta e por que não dizer, mais radical. Diz ter procurado fazer uma análise histórica do desenvolvimento do sufrágio e chegado à conclusão de que ele é uma função pública adaptável somente a certos regimes políticos. “conforme for o estado social [...] será este atributo compatível ou não com as demais funções públicas do cidadão” (SALES, 1882 PR, p. 222). Sales critica os defensores do sufrágio restrito, os quais afirmam que o voto deve ser concedido apenas aos que reúnem certas condições

morais e intelectuais, pois assim evitar-se-ia o perigo do rebaixamento moral e intelectual das Câmaras. Para Alberto Sales, saber ler e escrever não é indicativo de desenvolvimento moral ou mesmo intelectual, a instrução é elemento poderoso de desenvolvimento, mas é o grau de civilização que determina o desenvolvimento da moralidade. Restringir o voto aos que têm renda e pagam imposto também não é critério válido, pois, para Sales, não permite determinar quais são as pessoas que buscam o bem comum. “É, pois, pelo critério único da cooperação social, e não por simples fórmulas metafísicas, que podemos chegar a determinar a verdadeira extensão do sufrágio” (SALES, 1882 PR, p. 234).

Só poderiam tomar parte da organização do poder político, e do poder de fiscalização supremo, os que se interessam e trabalham pelo progresso e pelo bem estar geral, este é o único critério para determinar os grupos a serem excluídos do poder político. Deste modo, para Sales, os excluídos seriam apenas os indigentes, “verdadeiros parasitas do corpo social”, os menores, por não terem todas as faculdades desenvolvidas e não possuírem independência contratual, as mulheres casadas, as quais não podem praticar ato civil sem a autorização do marido. Sales vê como injusta a exclusão das mulheres solteiras maiores, mesmo reconhecendo a superioridade intelectual do homem em relação à mulher, a qual possui massa encefálica menor, está de acordo com a teoria do processo geral de adaptação de Spencer, pela qual o desenvolvimento intelectual e moral teria reflexos também na massa cerebral. Sendo assim, se as mulheres podem exercer atividades mercantis e industriais, contribuindo para o bem comum, têm também direito à participação política.

3.3.2. A crítica de Alberto Sales aos partidos políticos do Império

Os impulsos egoístas e falta de preparo da maior parte dos políticos desqualifica as Câmaras Legislativas nacionais como órgãos de tomada de decisões sobre as necessidades do país e as ações a serem tomadas. Para Alberto Sales, os políticos brasileiros não se destacavam pela sua sabedoria, pelo conhecimento da realidade política e social do país, sobrepunham-se apenas pela sua oratória, pela sua capacidade de fascinar as massas. Deste modo, deputados e senadores deveriam dedicar-se apenas a sancionar as medidas propostas pelo executivo e orientadas por verdadeiros conhecedores da situação do país. Como será discutido adiante, esta percepção corresponde à forma como o governo Campos Sales organizará sua relação com o Legislativo.

Existem em todos os indivíduos, segundo Sales, dois tipos de sentimento. Instintos egoístas, relativos aos interesses pessoais, que se encarregam de suprir as necessidades de sobrevivência individual. Tais instintos, no entanto, podem ser combatidos pelo hábito da educação, o instinto de conservação sofre, necessariamente, modificações devido ao emprego da inteligência. Doutro lado, os instintos altruístas que, embora mais fracos, são responsáveis pela simpatia mútua entre os seres humanos, tal simpatia é o “gérmen fecundo dessa concepção altamente social de interesse comum, única sem dúvida capaz de produzir a perpetuidade do organismo político” (SALES, 1882 PR, p 41). Ambos os sentimentos promovem uma luta benéfica no seio do organismo social, o instinto individual, mais forte nas fases primitivas, pouco

a pouco sendo vencido pelo altruísmo quando começa a dominar a concepção de interesses comum. Duas forças que atuam para o progresso e a civilização, forças que devem manter certo equilíbrio sem que o interesse comum elimine o interesse egoísta.

Os dois sentimentos descritos são duas tendências “aparentemente opostas, mas de cuja concorrência depende a manutenção da ordem, sem quebra do impulso progressivo das instituições” (SALES, 1882 PR, p 43). No Brasil, no entanto, não era possível observar este equilíbrio dentre os homens do estado que, ora abraçam-se ferrenhamente às tradições, ora lançam-se intensamente às forças de renovação, exagerando as necessidades de modificações políticas e sociais. Justamente a predominância dos instintos egoístas seria o principal problema dos partidos monárquicos que, dominados pela ganância, não zelam pelos interesses do povo.

É antes o interesse individual, o egoísmo acobertado pela máscara da hipocrisia, o único móvel que tem até aqui dirigido a grande máquina eleitoral em suas mais complicadas evoluções, do que o interesse coletivo e o amor ao engrandecimento da pátria. Acima do país está sempre o político, e antes do bem público esta o bem estar do indivíduo e a comodidade do rei: tudo para o trono e nada para o povo (SALES, 03/09/79 *A crise política e o futuro da democracia brasileira II*, PSP).

Desde o início o país tem oligarquia partidária que age de acordo com seus interesses egoístas, que construiu organização partidária que perverte os costumes políticos. O problema, portanto, é que os partidos políticos monárquicos são viciados desde o início da independência política do

país. Os partidos não serviram jamais de canal para a opinião pública, prestaram-se “quando muito de instrumento para a exploração material do poder, mas nunca como agentes produtores das grandes reformas” (SALES, 15/10/84, *A oligarquia partidária*, PSP).

Em outro artigo, Alberto Sales diz concordar parcialmente com Tocqueville quando este diz que partidos políticos produzem mais males que bem às sociedades contemporâneas. Partidos são necessários ao regime de liberdade de opiniões já que todo organismo social tem classes distintas e independentes, com interesses que divergem, e precisam de grupos que os representam. Há momentos, portanto, em que os indivíduos precisam se agregar e coordenar esforços, fato que legitima a existência dos partidos como acordo espontâneo de consciências em torno de interesses comuns. Partidos, portanto, são elementos de progresso, centros de convergência de esforços. Os partidos monárquicos, no entanto, não representam adesão espontânea de consciências e dificultam reformas. Para Sales, “é preciso ter sempre em vista que os partidos tem uma função puramente orgânica a exercer” (SALES, 16/10/84, *A função dos partidos*, PSP) caso não façam são fonte de males.

Para Sales, nunca existira no país tanto descontentamento com os partidos quanto ao final da década de 70, a mudança de gabinete por vontade do rei, com os liberais subindo ao poder, não trouxe por parte destes as reformas almejadas e manteve as velhas práticas. A lavoura estava decepcionada, os amigos da liberdade de consciência desapontados, não havia economia nas contas do governo e gastava-se com as províncias do norte. Cobia à parte educada do país acabar com as práticas interesseiras e egoístas dos políticos imperiais, os amigos da pátria deveriam abandonar as

velhas práticas para se dedicarem ao bem estar geral e às reformas que o povo clamava.

Em artigo escrito em 1879, Sales afirma que o menosprezo pelos interesses da coletividade fará com que os homens sensatos rompam com os partidos existentes. Ao governo ruim dos conservadores seguiu-se o dos liberais, que não trouxeram a prosperidade das instituições, do comércio ou da indústria. Para os que querem sinceramente o progresso da pátria, diz Sales, o partido liberal não passa de instrumento de corrupção. Desde que assumiram o governo, os liberais colocaram-se como meros instrumentos do rei, as discussões acaloradas que se travam na Câmara tratam de tudo, menos das reformas necessárias à nação “apenas aparece como único resultado dos esforços do partido – o *status quo*, o mais, a esterilidade” (SALES, 07/09/79 *A crise política e o futuro da democracia brasileira V*, PSP). Resta aos descontentes com ambos os partidos arregimentarem-se em um novo partido e que os verdadeiros democratas se entreguem a propaganda para esclarecer os descontentes e, deste modo, não ver “mais uma vez apagada do coração das massas a ideia que os domina. A época é favorável, falta unicamente dedicação à ideia” (SALES, 07/09/79 *A crise política e o futuro da democracia brasileira V*, PSP).

Um aspecto torna mais complicada a formação de partidos com verdadeira vocação social: os fenômenos sociais serem tão complexos. Para Alberto Sales, tamanha é esta complexidade que muitas vezes é quase impossível subordinar os fenômenos sociais a uma lei de previsão científica, o que faz com que muitos não acreditem em tais leis e, por outro lado, acreditem na ação da providência. Isto explica, para o autor, o fato de muitos

reconhecerem no desenvolvimento das forças progressivas das sociedades humanas a ação extraordinária e quase que sobrenatural dos grandes personagens políticos.

Mesmo membros dos grupos mais avançados da sociedade não escapariam desta postura, o que pode ser percebido na forma como concebem os partidos. Como não existe compreensão científica do fenômeno político “é muito natural que se constituam os partidos, não como fatores indispensáveis na conciliação racional da ordem com o progresso, mas como agrupamentos fortuitos, determinados simplesmente pelo *exagerado prestígio* dos chamados grandes homens” (SALES, 04/06/81 *Os partidos políticos*, PSP, grifo do autor). Os chefes de partido, devido a alguma situação ou aptidão pessoal, determinam as adesões ao partido pela influência pessoal, portanto, tais partidos têm como escopo a vitória de seus chefes favoritos. Deste modo, predomina o princípio da autoridade, da subordinação aos chefes políticos e não a princípios ou verdades científicas.

De acordo com Sales, esta crença no poder dos grandes homens tem, quase sempre, resultados funestos para o desenvolvimento das forças progressistas, pois, apesar da orientação positiva da mentalidade moderna ainda seria grande a submissão aos chefes políticos. De acordo com a mentalidade moderna, a disciplina partidária deveria ser fruto de posição esclarecida e não de sujeição arbitrária. “A imposição pelo simples prestígio pessoal ou de família deve ceder o lugar ao valor e alcance social e político dos princípios; é a doutrina que deve produzir a convergência necessária dos sentimentos e das ideias e não o mérito contestável das individualidades”

(SALES, 04/06/81 *Os partidos políticos*, PSP). É preciso reorganização dos partidos de modo que estes assentem suas doutrinas na ciência positiva.

Quando escreve *Política republicana* em 1882, Alberto Sales ainda demonstra acreditar que a mudança para o regime republicano, e para suas instituições, é a solução para a questão do funcionamento do Parlamento e da postura dos políticos. Sob o regime monárquico o corpo legislativo é totalmente inapto, a influência oficial atrai para o governo apenas pessoas medíocres, “criaturas exclusivas do governo e instrumentos servis dos seus mais insignificantes caprichos” (SALES, 1882 PR, p. 364). A grave crise do país deve-se, para Sales, à falta de inteligência e capacidade dos membros do Parlamento, incapazes de imediata compreensão das necessidades públicas. A forma como o imperador controla as eleições não permite uma disputa política verdadeira, onde os mais aptos e fortes sairiam vencedores, os favores do monarca fazem desaparecer da luta os mais competentes. Deste modo, com os mais competentes e aptos aliçados da disputa, o Legislativo é composto por homens da situação. Segundo Sales, no entanto, o problema não são os políticos, “o testemunho enérgico dos acontecimentos e exame científico de nossa organização política nos convencem, à luz de toda a evidência, que o vício está nas instituições e não nos homens” (SALES, 1882 PR, p. 374). O baixo nível moral e intelectual dos homens públicos é efeito das instituições, assim como a apatia mental que caracteriza a população brasileira. É necessário substituir as instituições por outras mais de acordo com a índole, os costumes e as condições nacionais. Substituir a monarquia, que representa a estagnação e a morte, pela república federativa.

Já durante o regime republicano, quando em 1891 escreve *Ciência política*, Alberto Sales discute o conceito de regime representativo, a forma como muitos o compreendem, deste modo, coloca em questão a alegação de que o povo delega sua vontade para o governo representativo, diz ser esta ideia totalmente falsa e perigosa ao progresso e à manutenção da ordem, verdadeira ficção. Assembleias não representariam os interesses da nação e são, na verdade, amontoado de grupos rivais com interesses diversos e mesquinhos, dominados pela paixão e interesses egoístas. Cita Bismarck como exemplo de alguém que compreende os verdadeiros interesses da nação e salta por cima da ficção da representatividade.

Segundo Sales, os deputados e senadores brasileiros dedicam todo seu empenho e esforço na tentativa de serem os primeiros em torneios de oratória, gastam seu tempo admirando a “tagarelice” uns dos outros, as suas fantasias. É comum o pensamento, inclusive entre o público em geral, que ao legislador basta saber proferir discursos e frases cheias de retórica vazia, como resultado desta situação ocorrem consequências danosas ao modo de operar do corpo político. Por outro lado, os intelectuais que possuem, além da capacidade de expressão, também competências analíticas para compreender as questões sociais permanecem, para Sales, à margem da estrutura de governo.

[...] os juristas e advogados, os literatos e jornalistas, poetas e romancistas, na totalidade ignorantes, superficiais, incapazes de uma concepção profunda e original, mas queridos e admirados pelas suas brilhantes qualidades de expressão [...] enquanto os sábios, os filósofos, os pensadores, todos aqueles enfim que se distinguem da massa comum por extraordinários talentos de concepção, jazem arredados da gerência dos

negócios e só muito indiretamente exercem alguma influência sobre o movimento geral (SALES, 1997 (1891) CP, p. 101).

Os mais notáveis chefes de partido, os que detêm mais poder de decisão, se destacam somente pela oratória e assim são os que mais fascinam as massas. Os partidos, portanto, são a base para a corrupção, são máquinas de guerra para disputar eleições pela posse do poder e dos empregos públicos. De acordo com o autor, o bem comum não está em pauta, e sim o orçamento e os empregos, “os partidos políticos atuais vivem e sustentam-se à custa da violência feita às consciências” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 43), quem adere a um partido hipoteca sua opinião e sua vontade, sua independência moral, está moralmente morto e abdica de seus atributos intelectuais.

3.4. Federalismo

A questão central para os diversos grupos interessados em modificar a organização política e administrativa do país é encontrar formas de satisfazer as diversas necessidades regionais – por investimentos, por mão-de-obra, por crédito, etc. – e, ao mesmo tempo, manter as condições locais de seu domínio político e econômico. Ao propor que o governo central cuide das questões de interesse geral do país e deixe aos governos locais a resolução dos problemas imediatos da administração, Alberto Sales atende, e justifica cientificamente apelando principalmente à obra de Spencer, os interesses dos diversos interesses locais.

De acordo com Alberto Sales, a questão do federalismo já é presente e faz parte das discussões em toda a província de São Paulo quando, em 1887, escreve seu texto *A pátria paulista*. Afirma que o separatismo existe por toda a província e caminha para dominar todas as consciências, o separatismo fala ao coração, se avoluma, se impõe ao pensamento e ao sentimento. Na verdade, para Sales, a aspiração separatista é aspiração contra a centralização monárquica, é verdadeira força social que deve ser aproveitada para o encaminhamento do regime republicano, ou seja, a agitação separatista deve ser utilizada para o advento definitivo da democracia no país.

Alberto Sales procura compreender cientificamente o fenômeno do separatismo político, para isso é preciso primeiro entender o que é a lei do progresso em biologia, já que o organismo biológico e o organismo social têm muitos pontos de contato, possibilitando o estudo do fenômeno social por meio de analogia. Busca inspiração em Spencer, para quem a evolução dos organismos envolve a separação das partes, assim como a posterior união de certas partes. Este é aspecto fundamental da evolução orgânica para toda desagregação existe uma agregação correspondente. Por este processo, ocorre a especialização crescente de órgãos com uma correspondente localização de funções, “este é o fenômeno geral que consiste na passagem do estado homogêneo para o heterogêneo” (SALES, 1983 (1887) *A Pátria Paulista*⁶, p. 18). É necessário compreender o que determina a desagregação e a agregação correspondente que esta produz, “essa série de modificações sucessivas que se efetuam constantemente no seio dos agrupamentos sociais, e que se traduzem pelo progresso, nada mais são do que a passagem

⁶ Nas futuras referências a este texto será utilizada a abreviação PP.

necessária e gradual do estado homogêneo para o heterogêneo, por via de desintegrações e integrações paralelas” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 25).

Faz parte do processo de evolução das nações, deste modo, tornarem-se cada vez mais complexas e, sendo assim, passarem por processos de desagregação e agregação. Esta é a lei do progresso que abrange todos os fenômenos sociais, as nacionalidades diferenciam-se e integram-se em partes correspondentes. Para Sales, portanto, o organismo nacional é produto da evolução constante, atendendo a questões de raça, solo e civilização. O autor compreende a aspiração separatista em São Paulo como resultado de um destes fatores,

consequentemente, tem em si todos os elementos que a justificam plenamente, em face da evolução política [...] o separatismo assim compreendido, torna-se, à luz dos princípios indiscutíveis da ciência, um dos mais legítimos processos da evolução política, e, por isso mesmo, uma das soluções mais razoáveis, mais sensatas, mais aceitáveis do grande problema da reconstrução da nossa nacionalidade (SALES, 1983 (1887) PP, p. 40).

Deste modo, Sales não vê no seu modo de compreender o separatismo qualquer manifestação de antipatia entre as províncias. Os debates acalorados que envolvem a questão devem-se ao fato da separação ser estudada pelo caráter econômico, este é o fator que causa antipatia das demais províncias em relação à província paulista. Sendo assim, é preciso que o partido republicano sistematize cientificamente o separatismo, para revelar-lhe o caráter puramente político, e assim não elevar os rancores. Sales admite, no entanto, que a questão econômica é vital para o movimento separatista,

afinal é ela quem causa impressão mais forte e permanente no espírito dos habitantes da província. “O egoísmo é um forte elemento de resistência; e assim como pode ser um obstáculo à realização de uma reforma, também pode ser a causa de uma revolução. É nele que residem, em última análise, os verdadeiros propulsores da civilização” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 56).

Compreender cientificamente o fenômeno do separatismo envolve também, para Sales, compreender de maneira científica a constituição das nacionalidades, também essas devem ser percebidas face à lei da evolução social e política. Com este intuito o autor analisa a evolução dos agrupamentos humanos desde seus estágios primitivos para mostrar que a nação surge quando o Estado deixa de ter por base apenas o território para englobar também a questão da etnia. A nação, portanto, representa comunhão de espíritos, de caráter, de língua e de costumes, comunhão que repousa sobre um povo. Neste momento, diz, “brota no coração das massas populares esse amor sagrado da *pátria*” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 94, grifo do autor). O processo de evolução social e política dos organismos sociais, no entanto, continua, a especialização e a diferenciação não cessam. Quando este processo atinge um máximo de intensidade tais divisões políticas tornam-se organismos separados e independentes, com autonomia política e administrativa completa, “ligados apenas pelos laços de solidariedade coletiva e dos interesses exclusivamente nacionais, então o regime político e administrativo se concretiza na *federação*. Organismo nacional já não é um todo homogêneo, mas uma síntese suprema de uma série de órgãos particulares” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 95, grifo do autor). Com efeito, o

federalismo está inscrito na natureza das nações, momento inevitável de suas evoluções.

Elaborando seu argumento de acordo com a lei de desagregação e agregação, Sales não vê no separatismo paulista um desligamento completo das demais províncias do país, este seria um passo necessário para a constituição da federação brasileira, toda federação tem início com uma separação. O separatismo é fase necessária do processo geral de evolução do organismo político, a união das províncias em uma federação, mais forte e permanente, só ocorrerá com a separação das mesmas.

Existiriam na província paulista, segundo Sales, fortes elementos de desagregação política e social que naturalmente levariam à separação, esta só não ocorreu por ser abafada pelo poder central do Império. O fator essencial de diferenciação seria, em São Paulo, o condicionante étnico⁷. Para o autor, o Brasil se divide etnologicamente em três regiões: no Norte, há o predomínio do cruzamento com o índio; no Centro do cruzamento com o negro; e no Sul o predomínio do sangue branco, nesta parte do país não houve, para ele, mesclas de sangue. A população de São Paulo é homogênea e coesa, “eis aí porque São Paulo hoje se tem constituído o centro de um notável desenvolvimento moral e intelectual” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 104). Deste modo, a aspiração separatista é legítima, pois tem fundamento científico, é aspiração puramente política e não simples interesse econômico egoísta de seus habitantes. O separatismo paulista tem por base condições étnicas e psicológicas o que “evidencia sua legitimidade, como processo natural,

⁷ Em momento anterior, ao escrever *Política republicana* em 1882, Sales diz que o sistema federal no Brasil é necessidade topográfica, são divisões de natureza física. Isto porque o clima influi nos costumes e na civilização trazendo também diferenças que implicam em resultados políticos.

espontâneo e necessário de progresso político” (SALES, 1983 (1887) PP, p.105).

Ao discutir as vantagens do separatismo, isto é, de um estado independente com sua administração particular, Sales destaca primeiramente a autonomia política, a província seria um organismo político novo com suas instituições particulares adaptadas às suas condições de vida especiais. Haveria conseqüentemente progresso material e melhoria das condições morais de existência. Para Sales, portanto, uma mudança institucional/política do Estado precederia mudanças materiais e mentais da população. Os cidadãos exerceriam seu papel político com mais competência já que a “recente nacionalidade [seria] um novo estímulo e mais poderoso para as funções políticas e sociais, ao lado de um aproveitamento mais equitativo, mais racional e mais completo das atividades individuais” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 45). A mudança na condição política da província, como se vê, seria capaz de promover mudanças morais e materiais na população.

Com a mudança, o novo estado seria perfeitamente homogêneo quanto à etnia e à moral de sua população, o título de cidadão teria significado, não seria apenas “um eco amortecido aos ouvidos dos paulistas”. Mudariam as relações externas com as grandes potências, a província participaria da vida internacional, tomaria “parte direta nos grandes banquetes da civilização moderna”, isto aumentaria o progresso geral da população. Como pode-se perceber na argumentação do autor, todas estas mudanças ocorreriam tendo por base uma mudança na estrutura política.

Outras vantagens do federalismo estariam ligadas às esferas das localidades e de ação individual. No regime de centralização, segundo Sales,

as forças sociais são completamente absorvidas pelo Estado, fato impeditivo do desenvolvimento local, isto porque no regime centralizador a iniciativa particular, fundamental para promover o bem estar das localidades, se vê totalmente anulada. Neste regime, todas as decisões, até pequenas questões relativas ao funcionamento dos municípios, são extremamente centralizadas. Regulamentos gerais, característicos do regime monárquico, por exemplo, reduzem todos os interesses a um único escopo, deste modo, a organização municipal, que deveria estar atenta à desigualdade de condições das diferentes localidades, se vê modelada por um único tipo. Perdem assim, as localidades, a capacidade de adaptarem-se às diversas necessidades locais e distintas; nesta situação, mesmo para as funções puramente administrativas relativas às questões locais, como escolas, cemitério, limpeza das ruas, as Câmaras municipais são obrigadas a apresentar propostas de orçamento para as Assembleias provinciais. A mesma situação afeta a esfera provincial, as províncias não possuem autonomia para legislar sobre obras públicas sem o aval do governo central, não podem realizar qualquer melhoramento sem a fiscalização do governo imperial. “em suma, assim como a província é nada, em frente ao Estado, assim também o município é nada, em frente da província” (SALES, 1882 PR, p. 392).

No regime federativo, por outro lado, as localidades são reguladas em plena liberdade e independentes da administração geral e, de acordo com o Sales, tornam-se autônomas na gerência dos negócios “íntimos”. O governo geral deve restringir seu papel a administrar os interesses gerais da nação e manter a harmonia entre suas unidades, deixando à iniciativa particular a realização das necessidades locais. Para Sales, a unidade nacional,

ameaçada em verdade pela centralização, é melhor garantida pelo equilíbrio de interesses, pela liberdade e independência entre as partes. O governo central deve ser o elemento ponderador, limitado à administração dos negócios coletivos.

3.4.1 A questão federalista em São Paulo

Durante as últimas décadas do século XIX a província de São Paulo passa por intensa transformação. Até então, a província paulista ocupava papel marginal no quadro da economia e da política nacional, sua posição se altera apenas com o crescimento da economia cafeeira, neste momento passa a ser o centro dinâmico da economia brasileira, chegando a produzir na virada do século dois terços do café exportado pelo país. Desde a década de 60 a elite cafeeira da província, composta principalmente por produtores do Oeste Paulista, toma para si a iniciativa de medidas necessárias ao desenvolvimento da região, associando seus capitais em primeiro momento com o objeto de financiar estradas de ferro. Segundo Kugelmas (1986), o êxito econômico desta associação café-ferrovias, reunindo o capital de diversos produtores, permite a “tomada de consciência das potencialidades do que na época se denominava „espírito de associação”; o próprio êxito da Companhia Paulista [financiada inteiramente por capital de membros da elite paulista] teve o que poderíamos denominar um efeito pedagógico” (KUGELMAS, p. 23).

A elite paulista percebe o poder advindo da reunião do capital em sociedades anônimas. A partir de então diversas novas sociedades são criadas e, para Kugelmas, esta situação seria a fonte da ascensão de ideologia regionalista e das críticas à centralização do Estado imperial. A característica descentralizadora do republicanismo paulista tem por base as reclamações contra as limitações impostas pelo governo central à administração provincial, como também os poucos recursos remetidos à província pela administração central, insuficientes para as necessidades da economia cafeeira em expansão. “O republicanismo foi função das reivindicações descentralizadoras e estas constituem a verdadeira tônica do movimento” (KUGELMAS, 1986, p. 30).

A descentralização, portanto, é a verdadeira bandeira da elite paulista no momento, estando acima de qualquer divisão partidária. O aspecto fundamental está na convergência de todos os setores políticos de São Paulo na defesa da autonomia federativa. O Partido Republicano, segundo Kugelmas, não monopoliza a representação dos novos interesses, no entanto tinha mais liberdade que os outros partidos para veicular queixas à insuficiente atenção do governo imperial à província. A Proclamação da República permite reforçar esta tese, o projeto de autonomia promove a aglutinação das forças políticas para a realização do projeto federativo. Logo após o 15 de novembro, são diversas as adesões de antigos membros dos partidos liberal e conservador ao Partido Republicano Paulista (PRP), que compuseram a chapa eleita para a Assembleia Constituinte convocada pelo Governo Provisório. O PRP torna-se “o partido único estadual, capaz de agregar o conjunto das classes dominantes” (KUGELMAS, 1986, p. 40).

A convergência em torno do federalismo, entretanto, não ficou restrita aos interesses paulistas, era um consenso geral devido a um duplo movimento: por um lado, os estados do Sul dispunham de recursos para existência autônoma e se viam amarrados em seu desenvolvimento pelo atraso do restante do país, por outro, os estados do Norte buscavam regime com nova fórmula, capaz de recuperá-los do atraso a que estariam relegados pelo descaso do governo imperial. A Assembleia foi, deste modo, bastante heterogênea, composta por militares, republicanos históricos de São Paulo e dos estados do Sul, ex-conservadores e ex-liberais, mas havia um consenso básico entre todos em torno da adoção do federalismo, do presidencialismo e da divisão de poderes. Todos concordavam com a federação, mas divergiam quanto aos limites da autonomia dos estados.

O ímpeto federalista não fez com que os republicanos paulistas perdessem sua postura moderada, não desejam revoluções e suas transformações. Temiam principalmente que mudanças muito drásticas manchassem a imagem do país no exterior e prejudicassem o comércio nacional, afinal havia em relação ao Brasil imagem de estabilidade política e econômica vinculada ao Império. Rui Barbosa, outrora defensor ardoroso da federação, ao passar pelo crivo da realidade da administração pública, muda de postura e critica “o apetite desordenado e doentio de federalismo, cuja expansão sem corretivo seria a perversão e a ruína. Os meses de experiência no Ministério da Fazenda tinham feito do jornalista paladino da federação um prudente defensor das finanças da União, temeroso de que os constituintes olvidassem que „a federação pressupõe a União e deve destinar-se a robustecê-la” (KUGELMAS, 1986, p. 54).

3.5. Propaganda e educação

Como foi discutido no primeiro capítulo, educar a juventude de acordo com o espírito dos novos tempos, voltando o ensino às ciências e à prática e distanciando-o do humanismo clássico, esteve desde o início dentre os projetos dos republicanos paulistas em oposição, inclusive, ao modelo imposto pelo governo central. Além da educação, outro modo de preparar os espíritos para os novos tempos, para um novo regime de governo, era a propaganda, tanto que Campos Sales (1908) atribuirá papel fundamental à propaganda republicana para o processo de instauração da República. Alberto Sales, como republicano e leitor de Comte, demonstra nos primeiros anos de sua atuação política e intelectual igual entusiasmo pela educação, entusiasmo que permanecerá, e pela propaganda, a qual lhe dará grande desgosto.

Ao discutir as diversas formas de governo que podem ser observadas ao longo da história, Alberto Sales analisa a República francesa. Além da completa absorção da autoridade política pela realeza e das modificações na estrutura social do país, resultado do desenvolvimento do comércio e da indústria e da consequente mudança na consciência nacional desejosa de ver contemplados seus direitos, que criaram as bases da Revolução, o autor destaca o papel da propaganda política. A monarquia se colocara como um dique frente à poderosa onda de renovação, mas a propaganda enciclopedista criara nos homens o amor pela liberdade e igualdade, “colocara a consciência pública em completa desarmonia com o regime político da monarquia” (SALES, 1882 PR, p. 98).

Propaganda e educação são as duas ferramentas necessárias para mudar os hábitos mentais dos indivíduos. Para Sales, a vida de um indivíduo é a manifestação das forças afetivas e intelectuais que fazem parte de sua natureza, todas as suas ações são produto do seu modo de sentir e de pensar. A conduta de todos determina-se pelo pensamento e sentimento, desta forma, o modo de agir de um indivíduo deve estar de acordo com seus hábitos mentais. De acordo com a doutrina positivista, diz o autor, o que vale para os indivíduos vale também para o agrupamento social, sendo assim, em toda atividade social pode-se encontrar como princípios geradores os mesmos que se manifestam no indivíduo.

Tanto a capacidade intelectual quanto os sentimentos são importantes, deste modo os governantes devem saber que qualquer reforma “só pode ser duradoura, quando procede a uma modificação profunda, operada, tanto no modo de pensar, como no modo de sentir dos indivíduos” (SALES, 29/12/83 *Um confronto histórico*, PSP). Portanto, qualquer reforma deve ser precedida por propaganda e educação de modo a modificar os espíritos.

A afirmativa acima se aplicaria à democracia e ao regime republicano. A democracia se estabelece como o respeito à igualdade e na reciprocidade. “O todo reagindo harmonicamente sobre as partes e estas sobre o todo, num conjunto admirável de funções que se equilibram, sem se excluírem, determinadas todas pela força geral da cooperação” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 7). No governo republicano igualdade e reciprocidade entre as classes implicam no conceito de responsabilidade, isto é, as funções e os

poderes proporcionados pelos cargos públicos devem, necessariamente, ser cercados de garantia de bom uso.

De que valerá, por exemplo, a temporariedade das funções e sua eletividade, se em última análise se verifica que, de um lado, os eleitores não sabem fazer o justo emprego do seu poder e podem ser iludidos ou mal dirigidos, e de outro, os depositários das funções governativas não conhecem os limites de suas atribuições? Não há dúvida, portanto, que a responsabilidade só poderá aparecer como um corretivo, quando ela brotar espontaneamente da consciência geral de todas as classes, como um produto direto de sua evolução intelectual e moral, e não quando existir apenas na constituição e nas leis, como meras disposições escritas, verdadeiras plantas exóticas que não têm raiz no cérebro e no coração das massas (SALES, 1997 (1891) CP, p. 8).

Sem a necessária modificação das consciências através da propaganda e da educação, preparando os espíritos intelectualmente e moralmente para viver em uma democracia, constituída com base na igualdade e na reciprocidade, de nada servirão as mudanças de regime ou as mudanças nas leis.

A educação não se presta somente a preparar politicamente a população, também é fundamental ao seu progresso material. Toda sociedade agrícola tende a tornar-se industrial, é a marcha inevitável da civilização, a educação facilita este progresso. A superstição e o apego às tradições nascem do obscurantismo e da inércia intelectual, que matam a autonomia de pensamento. A superstição tinha sido explorada pela realeza e pelo clero “unicamente como meio de garantir a permanência de seu domínio sobre as consciências” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 27), felizmente, diz Sales, por uma

lei natural o pensamento tende a libertar-se de preconceitos, é preciso apenas um impulso para combater a superstição disfarçada de pensamento religioso e a solução está na educação.

Por influência de Spencer, Alberto Sales acredita que os efeitos da educação se transmitem hereditariamente, provocando alterações até mesmo na estrutura anatômica dos indivíduos. Para ele, as diferenças entre as raças devem ser atribuídas a diferenças na educação já que com o progresso da civilização aumenta a massa cerebral, “a civilização reage sobre o cérebro coletivo por meio da educação e este por sua vez faz sentir a sua influência sobre o cabedal moral e intelectual do momento” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 32-3).

Com relação à educação, no entanto, Alberto Sales demonstra separar a ação do Estado em duas esferas. Uma delas é a do ensino básico, este é sem dúvida uma obrigação do Estado, pois é um fim social que interessa à coletividade, ou seja, preparar o cidadão para justa compreensão de sua função social. Doutro lado, a esfera do ensino superior e, deste modo, da ciência, neste caso, para Sales, a ação do Estado deve ser apenas indireta. Exalta a ação inicial dos Estados europeus, quando estes intervieram na luta travada entre as universidades livres e as universidades católicas, quando estas últimas ainda mantinham o ensino superior sob sua tutela. O princípio da independência que caracterizava a ciência foi inicialmente defendido pelo Estado, na luta da ciência contra o dogma religioso. Logo, entretanto, os governos observaram grande perigo nas críticas feitas pela ciência a sua autoridade e transformaram-se em obstáculo ao progresso científico. Como

forma de controlar o que era dito pela ciência os Estados pouco a pouco passaram a controlar o ensino superior.

Desde então, todos os governos se veem na obrigação de fundar instituições de ensino superior, muitas vezes controlando o método de ensino, assim como as disciplinas e seus conteúdos. Neste processo, diz Sales, os professores tornaram-se dependentes do Estado, desaparece o espírito crítico e o dogma religioso é substituído pela intervenção estatal, não menos danosa ao desenvolvimento da ciência. Segundo Sales, para que exista progresso científico “a ciência deve permanecer sempre na mais completa independência, girando constantemente em uma esfera distinta da atividade religiosa ou política, e nunca subordinada à influência exclusiva de qualquer esfera da atividade social” (1882 PR, p. 131). Sales não nega, no entanto, o direito do Estado intervir no ensino superior caso necessário para elevar o nível científico e a mentalidade nacional, até o momento que a intervenção se torne desnecessária.

3.5.1 A função da imprensa

Em 1884 Alberto Sales torna-se redator e co-proprietário do jornal *A Província de São Paulo*, do qual já era colaborador assíduo. Isto demonstra a crença que possuía no papel da imprensa para a propaganda republicana e positivista. Em artigo de 1885, Sales destaca a imprensa como uma das mais benéficas instituições dos tempos modernos, com missão complexa e fundamental em meio às lutas para o avanço da civilização. Neste momento,

toma a importância da imprensa, e de sua tarefa na divulgação e propaganda científica, de tal monta que chega a afirmar que as ciências, as artes, a indústria, enfim, todas as atividades humanas devem a ela seu desenvolvimento, tudo devido à divulgação das ideias, princípios e opiniões que constituem a grande corrente do pensamento moderno. “A imprensa e o panfleto podem prestar consideráveis serviços neste sentido, educando as inteligências na justa apreciação dos fenômenos sociais e dirigindo convenientemente a atividade política dos cidadãos” (SALES, 1882 PR, p. 572). A imprensa é o mais poderoso órgão da opinião nacional, indispensável, pois sem ela não se pode viver regime de livre opinião, com um governo sério, patriótico, honesto e bem intencionado. A imprensa é instituição que nasce das próprias exigências da moderna vida social, através dela se corrigem os abusos e arbitrariedades do poder.

De acordo com Sales, a imprensa deve sobreviver do apoio público, nada deve esperar dos poderes constituídos aos quais, é antipática “na razão inversa da simpatia que a aproxima espontaneamente do povo, de cujos favores se alimenta e com cuja imensa dedicação nunca pode deixar de contar [...] é do povo, pelo povo e para o povo que ela vive, luta e se engrandece” (SALES, 08/01/85 *A propósito do nosso aniversário*, PSP). Sales escreve este artigo em comemoração aos dez anos de criação do jornal, cujo ponto de vista, para ele, “é antes de tudo científico, geral e positivo. O seu único móvel, o seu único estímulo é o interesse impessoal da grande coletividade social, no seio da qual vive e manifesta sua atividade. E se em política é republicana é porque assim a aconselha a própria ciência e não porque a estimulem as paixões partidárias” (SALES, 08/01/85 *A propósito do nosso aniversário*, PSP).

A atuação de Alberto Sales como redator e co-proprietário do jornal *A Província* foi breve. Já ao final de 1885 envolve-se em discussão pública com o jornal, o *Diário Popular*, ligado ao Partido Republicano Paulista e dirigido por Américo de Campos e José Maria Lisboa. Alberto Sales, há tempos, tecia críticas aos partidos e líderes políticos, republicanos entre eles, atraindo para si a antipatia dos mesmos. Aparentemente sua rixa com o *Diário* irritou seu irmão mais velho Campos Sales, à época já importante líder republicano. Campos Sales exige do irmão que este se retire do jornal e Alberto Sales, já reconhecido como importante intelectual com livros e artigos publicados, obedece candidamente.

Nada tão estranho, se colocarmos-nos dentro do contexto do seu tempo. É o “regime de tutela”, por ele muitas vezes combatido. Não bastasse o costume em que se fazia sentir a autoridade paterna e/ou do irmão mais velho, isso porque também a *idade*, naquela época era um fator de prestígio, o indivíduo era tolhido pelo sistema criado pela oligarquia dominante. De modo que não só a pressão social, mas também o *parentesco* exerciam intensa e constante influência sobre o comportamento do indivíduo. Nestas circunstâncias, seu caráter enérgico e autônomo se acomodou nas racionalizações que alcançavam o apoio e o entusiasmo da oligarquia. Conservou-se apático, constrangido embora; uma vez que não lhe seria possível tomar outra atitude sem desrespeitar o irmão (RIBEIRO JR, 1983, p. 89, grifos do autor).

Neste ponto é preciso salientar a importância atribuída por Campos Sales à propaganda republicana no processo que levou ao fim da monarquia e à instauração da república. Campos Sales (1908) critica os que minimizam o

papel dos republicanos e do Partido Republicano na Proclamação da República, a queda da monarquia foi obra de evolução natural das ideias e não de uma “sedição dos quartéis”. Campos Sales não descarta o papel dos militares, mas afirma que “se a nação não estivesse voltada para um novo ideal político, atraída pela ação contínua de uma propaganda habilmente conduzida, corajosamente sustentada, o movimento militar, isolado e sem o concurso dos elementos populares, não teria por certo revestido o caráter político com o que se fez inscrever nas páginas da história pátria” (CAMPOS SALES, 1908, p. 27). Destaca o papel de Benjamin Constant para mostrar que no próprio exército já penetrava a propaganda republicana. Deste modo, o importante papel desempenhado pelos republicanos no quinze de novembro deve-se, em boa medida, à evolução dos espíritos operada pela propaganda republicana, “a revolução armada veio à hora justa de remover os obstáculos materiais” (1908, p. 46).

A crença de Alberto Sales na imprensa por outro lado, aos poucos vai esmorecendo, quando em 1887 escreve *A pátria paulista* já dá mostras de sua desilusão com relação à imprensa e sua capacidade de cumprir com sua função social. Destaca o papel acanhado da imprensa republicana até então na grande obra da propaganda política, em momento próprio para o derramamento de novas ideias, a imprensa não estaria sendo capaz de aproveitar-se dessas circunstâncias para o alargamento das novas doutrinas. Percebe no acanhamento da imprensa grave problema para os membros do novo partido, já que estes não possuem compreensão exata das doutrinas republicanas, isto faz com que ocorra “a formação perigosa desse amálgama pouco coerente, sem uma base sólida de disciplina, a não ser o prestígio

ocasional das personalidades, e por isso mesmo sem a mínima garantia de estabilidade e permanência” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 6). Sendo assim, culpa a falta de ação da imprensa pela pouca fidelidade dos membros do partido às ideias republicanas. Neste momento, Sales cobra da imprensa ação mais ativa e corajosa em consonância com a elevada missão civilizadora que é de sua natureza cumprir; lembra que todo órgão tem uma função com uma responsabilidade, a imprensa tem se furtado a sua responsabilidade mostrando-se, em verdade, um órgão negativo no funcionamento geral do organismo social. Atribui tal situação aos chefes do partido, pouco interessados na questão do doutrinamento e muito interessados no alistamento eleitoral, “descuidados completamente da urgente necessidade do esclarecimento das consciências, na compreensão e assimilação das novas doutrinas” (SALES, 1983 (1887) PP, p. 8). Sales não compreende como os líderes do partido podem esquecer da obra do doutrinamento, afinal o partido precisa de imprensa que divulgue suas doutrinas, de Congresso que consiga verter tais doutrinas em leis orgânicas e chefes interessados em orientar a atividade política.

Em 1891 passados dois anos da transição para o regime republicano, no entanto, Sales, definitivamente desencantado, já enxerga o jornalismo como instrumento a serviço do capital, a imprensa é órgão que meramente atende aos interesses financeiros sob o pretexto de prestar informações úteis aos interessados. Sabe que os jornais necessitam do capital, mas lamenta que o jornalismo seja somente um negócio, pois tal situação desvirtua seu fim verdadeiramente social. Neste contexto, a imprensa não pode querer ter função doutrinadora nas sociedades contemporâneas. “Todo jornal é

por via de regra um órgão do comércio ou da indústria, cujos capitais facilita a explorar [...] procura exercer influência sobre a opinião publica, tão somente para dar melhor colocação e jogo mais fácil ao capital” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 47), se fugir dessa função logo desaparece por falta de apoio. Com efeito, para Sales, neste momento, o jornalismo é profissão vil, pois negocia com consciências, o jornal já pode arrogar-se qualquer função educadora e, portanto, a opinião pública precisa de outros órgãos para se manifestar.

Novamente é interessante destacar as posições conflitantes entre Alberto Sales e seu irmão mais velho Campos Sales. Este último, em seu texto *Da propaganda à presidência* de 1908, afirma não ser possível condenar o caráter industrial do jornal, afinal este era o desenvolvimento natural da imprensa por todo o mundo, faz parte da evolução da civilização. Campos Sales recorre a Pierre Lafite para tratar da questão da criação de falsas correntes de opinião pela aplicação de capitais.

Uma combinação do capital com o talento, o jornal representa necessariamente e fatalmente uma grande operação industrial, qualquer que seja o fim moral ou social que se proponha a atingir. Há, pois, no jornalismo uma combinação inevitável do industrialismo com a ação sobre a opinião pública. É uma combinação honesta. Mas, no desempenho de sua missão de preparar a opinião pública para a aceitação de certas medidas, ou de encaminhar certos acontecimentos, a sua ação pode ser prodigiosamente funesta, criando falsas correntes de opinião, em desacordo com as tendências naturais e com as necessidades de uma situação. Esta conduta, segundo o sábio professor do Colégio de França [Lafite], não é a que têm os homens cultos e de honra, que a indústria honesta do jornalismo atrai; mas é reservada aos parasitas perniciosos, mercadores sem escrúpulos da inteligência e da própria honra (CAMPOS SALES, 1908, p. 174).

A possibilidade de homens sem inteligência e escrúpulos usarem a imprensa para fins os quais não correspondem às suas funções naturais, ou o fato dos jornais serem financiados por capitais industriais honestos, não tira, segundo Campos Sales, a legitimidade da sua ação enquanto veículos de propaganda, o que, de fato, corresponde a sua natureza e função dentro do quadro evolutivo das sociedades.

3.6. Identidade nacional e imigração

O governo, segundo Sales, não tinha direção quando se tratava da imigração, o país caminhava “às tontas”, sem qualquer direção, guiado por empirismo grosseiro. As ações do governo de intervenção direta seriam desperdício de recursos sem probabilidade de êxito. Sales atribui a culpa dessa situação ao empirismo dos que governavam, capazes de ver apenas o resultado imediato de suas ações, é preciso deixar o empirismo de lado e enfrentar com precisão as condições do problema.

De acordo com Alberto Sales, portanto, a imigração é fenômeno social mal compreendido, não se pode esquecer “que tudo tem a sua história, nada aparece no seio da sociedade que não seja o resultado de uma série de antecedentes perfeitamente determináveis” (SALES, 6/11/84, *A luta pela vida*, PSP). A análise cuidadosa, diz Sales, mostra que a imigração é um fato natural do desenvolvimento das sociedades e está ligada a outro fato social: a

expansão natural e espontânea do proletariado. O autor explica o surgimento da burguesia ao final do feudalismo, para depois mostrar que do seio da mesma surgiu esta nova classe, o proletariado. “Foi da concentração de autoridade na realeza que apareceu a burguesia; foi também da concentração da riqueza numa parte da burguesia que nasceu o proletariado moderno” (SALES, 5/11/84, *O proletariado*, PSP). Assim como a burguesia se expandiu pelos centros coloniais o proletariado, no momento, também teria essa força expansiva. Sendo assim, para Sales, a imigração nada mais é que a expansão natural e espontânea do proletariado.

Para melhor compreender o fenômeno da imigração é necessário mostrar como se apresenta o proletariado nos tempos modernos. Para Sales, assim como a burguesia lutou contra a nobreza na Idade Média, o proletariado moderno trava luta de vida e morte contra a burguesia. Dia a dia, o proletariado cresce em potência moral e força material, influencia cada vez mais na administração dos negócios nacionais. Sendo assim, diz Sales, o sufrágio universal, uma das mais belas teorias da política democrática, é na verdade a extensão do voto ao proletariado em reconhecimento de sua importância e competência no exercício das funções governamentais.

Pois bem, segundo Sales, existem aspectos étnicos e também sociais que influem na corrente de imigração, o autor não descarta a questão do clima como elemento importante para determinar a preferência pelos imigrantes, porém, isoladamente o clima pouco influi na determinação do problema. De suma importância é a afinidade étnica, a qual implica em relação de semelhança e simpatia entre dois povos. Para Sales, um povo não é determinado só pelo território, mas pela raça, pela língua, pelos costumes. No

momento em que uma população deixa de se identificar apenas pelo território e passa a se identificar por uma etnia própria o Estado adquire um caráter que não tinha, ao lado do povo surge a nação, que representa um verdadeiro organismo social e político. Segundo o autor, esta é a terceira e última fase da evolução do organismo político. Deste modo, existindo afinidade étnica, haverá também afinidades intelectuais e morais, semelhanças de ideias, sentimentos e tradições. Sendo assim, para o bom funcionamento da imigração, a identidade de raça tem determinação decisiva.

Dentre as semelhanças étnicas necessárias entre o povo que migra e aquele que o recebe deve-se destacar, para Sales, as semelhanças do organismo político. Esse elemento influi nas correntes migratórias espontâneas da Europa para os países americanos, sem tais afinidades a migração será artificial, portanto, instável e dispendiosa. O proletariado, afirma, é classe essencialmente revolucionária, como mostram agitações na Europa, esta situação é resultado da concentração da riqueza nas mãos da burguesia que traz perturbação completa de todos os fatores econômicos. A burguesia tem monopolizado de tal forma o governo das sociedades que os operários, poderosos agentes econômicos, estão inteiramente postos à margem. Sales mostra-se contrário a este privilégio, “aliás o único recurso em que ela se funda para conservar em suas mãos a concentração da riqueza, que se dirigem principalmente os ataques do proletariado” (SALES, 7/11/84 *As aspirações do proletariado*, PSP). Tal concentração da autoridade na burguesia é consequência da concentração de riquezas nesta classe, é esta situação que desperta no proletariado a ambição de governar as sociedades.

Os esforços do proletariado em sua luta contra a burguesia, diz Alberto Sales, convergem para o seguinte fim, modificar as legislações vigentes para facilitar ao máximo a distribuição e assim destruir a concentração excessiva de riqueza nas mãos da burguesia. As aspirações econômicas do proletariado convertem-se também em “ardentes e apaixonadas aspirações políticas” e, como a imigração é a expansão natural e espontânea do proletariado, também são essas as aspirações dos migrantes: poder político e econômico. Assim define-se qual deve ser a verdadeira atitude dos governos em face ao fenômeno social da imigração.

Para Sales, portanto, a migração é expansão natural e espontânea do proletariado, classe revolucionária cheia de aspirações políticas e com objetivos sociais e econômicos. Ao procurar novos lares, o imigrante leva consigo tais aspirações, procura terras com condições favoráveis ao desenvolvimento de sua atividade econômica e também política. Sendo assim, países como o Brasil, desejosos de corrente migratória espontânea e permanente devem modificar profundamente sua constituição para facilitar ao imigrante a luta em que se tem empenhado. O imigrante, portanto, procura melhorar sua posição social na organização social como agente econômico e político, deste modo, a legislação deve ser modificada para colocar-se “de inteira harmonia com as justas aspirações das classes proletárias” (SALES, 28/11/84 “O que devemos fazer”, PSP).

Fechar os olhos a este fato e empregar as rendas públicas na subvenção da imigração é, para Sales, uma atitude detestável do governo. É um dever preparar nossa organização social e política para criar as condições para uma corrente migratória regular e espontânea. A solução, portanto, para

Alberto Sales, está em reforma política da legislação para facilitar a participação política da população trabalhadora e a distribuição de riquezas entre todas as classes. Deste modo, para fomentar a imigração, além das garantias econômicas, é preciso atender as aspirações políticas do imigrante, é preciso promover a grande naturalização, ou seja, é necessário eliminar a distinção entre nacionais e estrangeiros. Segundo Sales, discutir nacionalidade não faz sentido, este é um conceito característico do período militar da evolução social, mas em desarmonia com a fase industrial, a aversão aos estrangeiros é “ódio que precisa ser eliminado como restos de uma tradição já morta” (SALES, 20/12/84 *Uma reforma necessária*, PSP). Sendo assim, não há justificativa lícita cientificamente para o Estado conservar os estrangeiros afastados das funções públicas, o poder político deve ser exercido igualmente por todos aqueles que trabalharem para o engrandecimento da pátria. O Estado moderno, organizado cientificamente, deve incorporar estrangeiros aos nacionais para que a coesão social seja consistente. As nações devem se guiar pelo regime do “cosmopolitismo, que é também o regime da indústria, da ordem e da paz universal” (SALES, 20/12/84 *Uma reforma necessária*, PSP).

É preciso destacar que as afinidades morais, intelectuais, sentimentais e de tradição que compõem, para Sales, a etnia de um grupo, levam, necessariamente, à discussão das raças. Afinal, para o autor, o grau de civilização é determinante para o desenvolvimento cerebral dos grupos. Não afirma que as raças sejam inferiores ou superiores, mas encontrar-se-iam em diferentes estágios da evolução, situação que traz efeitos também para o organismo dos indivíduos. Sendo assim, para a imigração ser proveitosa ela não deve ir de encontro a determinadas condições biológicas, pois, para o

cruzamento entre raças ser vantajoso elas devem ser semelhantes, com qualidades que se completem e se harmonizem no produto do cruzamento. Tipos diferentes não propiciam bons cruzamentos, e os resultados serão funestos caso o imigrante seja de raça inferior ao natural do país.

Para provar sua tese, Alberto Sales recorre a Spencer, para quem cruzamentos entre tipos dissemelhantes levam à formação de tipo mental sem valor. Segundo Sales, este seria o caso da formação social no Brasil, por um lado o português é de “civilização extremamente adiantada”, com o cérebro adaptado a intensidade da vida moderna, por outro lado tanto os índios quanto os negros ainda estão na fase do fetichismo, portanto, não têm o espírito preparado para os estímulos da civilização moderna. Para o autor, tal constatação é o reconhecimento da falha na formação do tipo mental do brasileiro, não é ofensa pessoal a nenhum povo. “Precisamos nunca perder de vista que a mistura com o africano nos tem enfraquecido consideravelmente e que, portanto, não temos a energia necessária para as grandes lutas civilizadoras do progresso. Precisamos de uma renovação de *sangue*” (SALES, 13/11/84, *Homogeneidade do caráter nacional*, PSP, grifo do autor).

3.7. Função do Estado: administrar o interesse geral

O papel que Alberto Sales atribui ao Estado, e que corresponde ao processo geral de evolução, de administrar os interesses gerais subordinando os interesses individuais ao interesse coletivo terá manifestação mais concreta,

como será melhor discutido adiante, no modo de organização do governo central e do papel dos governos locais durante o governo Campos Sales. Não cabe ao Estado velar pelas situações corriqueiras e localizadas interferindo assim na organização da vida privada dos indivíduos, a organização da economia e da política locais não devem portanto, para Alberto Sales, ser tema de intervenção do governo central.

Para chegar à concepção científica do Estado é necessário, diz Alberto Sales, dar a cada órgão uma função e a cada função um órgão. O Estado não é produto casual que surge no seio da sociedade, “é uma instituição social e política, que se determina pelo concurso direto das vontades individuais” (SALES, 1882 PR, p. 114). Presta-se, portanto, a regular a interação entre indivíduos com interesses divergentes de forma a manter a harmonia.

Com o desenvolvimento e aumento da complexidade das sociedades a cooperação torna-se indispensável e, do mesmo modo, a especialização e a divisão do trabalho, sem as quais não há progresso. O organismo social cresce, surgem novas classes sociais com funções especiais. Esta especialização precisa ser disciplinada, pois com ela também surge o conflito entre o geral e o particular. Instintos pessoais tendem a aniquilar o sentimento social, quando isto ocorre a sociedade fraciona-se e rompe-se o laço comum. Para contornar esta situação surge o Estado. Com efeito, para Alberto Sales, o papel do governo é conter a tendência à dispersão das ideias, sentimentos e interesses. O Estado, portanto, surge espontaneamente quando forças dispersivas ameaçam a sociedade.

Uma vez determinado o processo do crescimento e do aperfeiçoamento das sociedades, é claro que, exprimindo o poder governamental uma força moderadora, destinada sobretudo a impedir que a especialização das funções, provocada constantemente pela divisão do trabalho, se prolongue com prejuízo da harmonia geral, não pode de modo algum permanecer imóvel e constante. À medida que cresce a sociedade, mais necessária se torna a cooperação para se levar ao cabo os grandes processos da produção e distribuição, e conseqüentemente mais se aumenta a tendência dispersiva das classes. Daí a necessidade de dar-se ao poder governamental mais força e intensidade, para manter em perfeito equilíbrio as forças inatas do organismo social (SALES, 17/06/80 *Da origem e natureza do poder governamental* V, PSP).

Para Sales, deste modo, o Estado é o centro necessário de coordenação do organismo social. Nesta concepção, o direito corresponde à regulamentação feita pelo Estado das atividades individuais com o intuito de subordinar os indivíduos ao fenômeno geral da cooperação, de modo que o bem estar de cada um seja alcançado em harmonia com o bem estar geral. Sendo assim, o direito é uma função do Estado, o Estado é o órgão particular do direito.

A evolução do organismo político estaria sujeita à lei genérica do progresso de Spencer, segundo a qual todo desenvolvimento individual ou social consiste na passagem do estado homogêneo para o heterogêneo, acompanhada das integrações correspondentes das partes que entre si mantenham uma relação qualquer de dependência ou subordinação. A marcha de desenvolvimento dos organismos, individuais e sociais, constitui-se de uma

diferenciação e de integração correspondente das partes com funções idênticas. O aperfeiçoamento consiste em especialização, quanto mais apto um órgão para uma função particular mais impróprio para qualquer outra. Deste modo, para Sales, ao tonar-se cada vez mais apto para sua função principal, isto é, administrar a justiça, o governo perde competência para as demais funções.

Neste contexto, tributário do liberalismo que caracteriza o ambiente intelectual nacional e em consonância com os interesses do grupo republicano do qual faz parte, Sales vê limites nas atribuições do Estado e na viabilidade de sua intervenção na esfera da ação privada dos indivíduos, “o seu fim é unicamente auxiliar a justiça na execução da lei e manter a tranquilidade pública, por meio do respeito a mesma lei, e não servir de instrumento de opressão a liberdade individual do cidadão” (SALES, 1882 PR, p. 121). O autor também enxerga limites para a ação do governo na regulamentação e nos subsídios para o funcionamento da economia, o Estado deveria favorecer a indústria e o comércio, no entanto, sem cometer abusos. Seu fim, sendo o órgão particular do direito, é aplicar o princípio jurídico, dentro deste limite sua ação é válida enquanto motivada por necessidade de toda a coletividade social ou se indispensável para a harmonia e independência entre as diferentes esferas da atividade social. “A sua função deve consistir tão somente em aplicar e desenvolver o princípio jurídico em toda a sua intensidade e deixar que o comércio, a indústria, as artes, a ciência e a religião sigam o seu curso natural e espontâneo” (SALES, 1965 (1985) *Catecismo republicano*, p. 178). O papel do Estado em relação ao comércio é garantir sua independência e não roubar-lhe a mesma por excesso de leis. Já os incentivos à indústria devem

respeitar a lei geral da evolução social: as sociedades evoluem lentamente, primeiro um povo deve ser produtor rural, depois industrial, uma sociedade ainda na primeira fase agrícola não pode ser centro de grande atividade industrial. Segundo Sales, o desenvolvimento da vida civil e social das nações depende do concurso espontâneo das forças sociais, “toda a ingerência governamental nesse domínio, que traga o cunho de uma ação tutelar ou restritiva, nunca poderá produzir senão a anarquia e a desordem, o atrofamento e a morte. A liberdade e a espontaneidade, eis os dois propulsores da vida social” (SALES, 1997 (1891) CP, p. 104-5).

Alberto Sales é bastante crítico a autores que não tomam a questão da forma de governo como algo importante a ser considerado, para ele a forma de governo está diretamente relacionada ao estágio de desenvolvimento da sociedade, o Estado deve assumir uma forma em harmonia com o estado social, sendo a república o último estágio da evolução política. A república teria como características: o poder político limitado; a eleição de funcionários públicos; cargos públicos temporários e com responsabilidade; igualdade de funcionários públicos e demais cidadãos; e organização política da administração pública.

3.7.1. Da propaganda ao regime republicano: um projeto de Estado

Compreender adequadamente os primeiros anos e os primeiros governos republicanos assim como a forma de organização administrativa e

política implantada por Campos Sales, em seu mandato presidencial, que ficará conhecida como a “política dos governadores”, é fundamental para estabelecer os elos entre as concepções de Alberto Sales sobre a organização e funcionamento do Estado e o projeto político – assim como econômico e social – dos republicanos paulistas. Projeto político que, de modo mais amplo, corresponderá não apenas aos interesses da elite econômica paulista, como também aos anseios dos diversos grupos dominantes locais espalhados pelo país.

Em seu texto sobre o período de transição republicana, Fernando H. Cardoso (2006) procura destacar os aspectos estruturais – políticos, econômicos e sociais – que estão ligados ao esfacelamento do Império e ao surgimento da República. Para este autor, mesmo com a proclamação da República sendo percebida até mesmo pelos contemporâneos como um movimento superficial, com o povo assistindo bestializado a parada militar, a República não foi mera quartelada, foi “uma mudança nas bases e nas forças sociais que articulavam o sistema de dominação no Brasil” (p. 18). A passagem da ordem monárquica para um sistema democrático implica em novas forças sociais, novas instituições políticas e novas ideologias.

Com o fim do tráfico internacional começam a se operar mudanças nas relações e nas formas de organizar o trabalho, a busca por alternativas leva à introdução de imigrantes de diversas regiões, os quais contribuíram para modificar a organização social e urbana nas áreas onde se concentraram em maior número, por fim, a expansão cafeeira iniciada na década de 70 promove

desenvolvimento comercial jamais visto, impulsionando o crescimento urbano, comercial e mesmo industrial do país.

Para Fernando H. Cardoso, o desenvolvimento urbano e econômico do país ao final do século XIX leva à formação nas cidades de população ligada ao comércio, à burocracia e ao setor de serviços urbanos, população muitas vezes instruída e interessada em participação política.

No conjunto, enquanto a população brasileira cresceu a uma taxa média de 2,5% ao ano no período de 1872 a 1890, a população das cidades de 50.000 ou mais habitantes cresceu a 3,7%, e as de mais de 1000.000, a 3,1. No último decênio do século, já na República, a taxa média de crescimento global da população caiu para 2,2%, enquanto as cidades cresciam a 6,8 e 6,9% respectivamente [...] as grandes cidades passaram a concentrar mais população sem que a base da pirâmide urbana se ampliasse na mesma velocidade. Talvez por isso, o fato que politicamente era decisivo (o de que se formava nas grandes cidades uma „massa crítica“) ficou em geral obscurecido nas interpretações que insistem no peso da estrutura agrária tradicional como determinante geral da sociedade brasileira (CARDOSO, 2006, p. 22-3).

Deve-se destacar neste movimento de desenvolvimento urbano a região de São Paulo. Crescimento impulsionado pelo café e pelo crescimento geral das atividades econômicas, processo que afeta não apenas as cidades como também os meios de comunicação e transporte. O grande capital cafeeiro vai comandar as transformações da economia paulista a partir de 1870, cafeicultores terão empreendimentos nas companhias de estrada de ferro, nos bancos, nas companhias de serviços públicos, entre outros. Deste

modo, nas últimas décadas do século XIX dissolvem-se na província paulista, segundo Kugelmas, os limites entre o rural e o urbano. Neste processo, não apenas os grupos necessários à manutenção e expansão das cidades ganham força política como classe urbana, as elites rurais passam cada vez com mais frequência a residir nas grandes cidades. Chama a atenção “a mutação de uma classe dominante tradicional em moderna sem que houvesse maiores transformações na morfologia desta classe; em outras palavras, são os próprios membros de um *Establishment* já constituído que desempenham os papéis de condutores da inovação” (KUGELMAS, 1986, p. 26).

Mesmo a participação militar no processo de estabelecimento do regime republicano não pode ser vista, para Fernando H. Cardoso, como algo fortuito ao sabor do momento. Não se pode atribuir sua ação na proclamação da República à marginalidade política a que estavam relegados durante o Império, existe um componente ideológico fundamental. Segundo ele, a crítica militar à ordem política e social é bem anterior a Guerra do Paraguai, já na década de 50 demonstravam a influência que recebiam das doutrinas positivistas e defendiam a abolição, reforma eleitoral, imigração subvencionada, proteção à indústria nacional, estradas de ferro, etc. Tinham, portanto, proposta modernizadora e progressista para a reorganização da sociedade e acusavam os “legistas” de responsáveis pela ordem política, social e econômica injusta. “A tradição „acadêmica” de parte do oficialato dotara-os de senso político crítico e transformara-os na única parte da sociedade que, sendo letrada, não se solidarizava com os bacharéis” (CARDOSO, 2006, p. 33).

Como destacado anteriormente um aspecto que marca a Proclamação da República é a “ideia de ausência”. Além da ausência de participação popular, como discutido, existe a ausência de unidade de articulação em torno de um projeto de governo por parte dos vitoriosos, não havia consenso sobre os rumos a fornecer ao país, o que tornou os primeiros anos do novo regime instáveis quanto ao tipo de governo que se estabeleceria de fato no país.

Com relação à ausência de unidade no conjunto dos grupos envolvidos na transição, Kugelmas (1986) ao tratar do papel de São Paulo durante a Primeira República critica até mesmo a ideia de unidade do bloco paulista, já que este possuía setores distintos com interesses igualmente diferentes. Kugelmas questiona, em seu texto, a ideia de que tal período teria se caracterizado pela hegemonia política da oligarquia cafeeira paulista, de que haveria uma identificação entre os rumos adotados pelo governo federal e os interesses do café. Para este autor, em nenhum momento os grupos paulistas ligados ao café tiveram êxito em transformar seus interesses nos interesses do Estado, portanto, deve-se questionar o fato de São Paulo ter efetivamente controlado a orientação do governo federal. A propalada tese de que o governo federal subordinou sua política econômica aos interesses do setor cafeeiro, por exemplo, cai por terra quando se observa que a depreciação cambial e as políticas econômicas atendiam aos interesses do Estado em oposição aos interesses do setor cafeeiro. Na verdade, tal política econômica foi elaborada em atenção às necessidades das finanças públicas do Estado, aos problemas de crédito do país no exterior.

Para Lessa (1988), é inútil discutir se os republicanos sabiam ou não o que queriam, se tinham ou não um projeto de governo. Fica claro, para este autor, que diante do esfacelamento da ordem imperial formou-se uma “coalizão de veto”, composta por militares insatisfeitos, positivistas desejosos de nova ordem social, separatistas conformados com o federalismo e descontentes com o Império de um modo geral.

Confrontando o legado do Império à aventura republicana de 1889, é difícil evitar a sensação de que o que foi vetado foi mais relevante que os desígnios de quem vetou [...] O veto imposto ao regime monárquico não implicou a invenção positiva de uma nova ordem. O que se seguiu foi uma completa desrotinização da política, o mergulho no caos (LESSA, 1988, p. 43).

O veto voltava-se principalmente à engenharia política do Poder Moderador, à forma de escolha do Conselho de Ministros e ao controle do processo eleitoral pelo partido escolhido para governar pelo monarca. Ao alvorecer do dia 16/11/1889 o país encontrava-se no regime republicano, portanto, sem o poder moderador, mas sem uma resposta organizada para qual seria a estrutura do governo, quais políticos a comporiam, como organizar as relações entre o governo central e as províncias, sobre quais seriam e como se organizariam os partidos políticos, sobre quem, de fato, estaria na direção do estado. Para Lessa (1988), “o abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público inaugurou um período de dilatada incerteza política” (p. 50). O Governo Provisório foi exemplo desta situação de incertezas, foi minado por conflitos entre Deodoro e seus Ministros, e também

entre os Ministros, e por disputas pelo controle dos governos estaduais, com efeito, estava em jogo o problema da definição da própria República. “A república fez-se de golpe, antes que se desenhassem, através de longos e generalizados conflitos políticos, os perfis das forças em oposição ou aliança. Pois quem fez a República? Todos, ou quase todos, ninguém em particular” (ANDRADE apud KUGELMAS, 1986, p. 51).

Uma das marcas da primeira equipe de governo republicana será, justamente, a total inexperiência na administração pública. Como observado no capítulo anterior, é característica da tradição ibérica a falta de conhecimento técnico e econômico por parte da elite política, a qual, por tradição, recorre aos grupos ligados ao comércio para usufruir de sua expertise na organização e administração do Estado. De acordo com Lessa, os principais problemas derivados pela opção federalista se devem a uma elite política republicana que anseia pela autonomia estadual, mas “não possuía um projeto a respeito de como esses valores poderiam se materializar em uma ordem política e administrativa” (1988, p. 52).

De fato, a estrutura administrativa imperial era, pelas características do país, pouco complexa: o Poder Moderador determinava o partido que ocuparia o poder e este organizava as eleições controladas regionalmente pelos coronéis, os quais verdadeiramente exerciam o poder local. A maior parte do país, portanto, vivia em situação de federalismo. “Por todo o território se espalhavam sistemas autônomos de poder local ou privado, baseados na propriedade da terra e em vínculos patronais, cuja dinâmica era independente da lógica do sistema imperial” (LESSA, 1988, p. 54). O federalismo adotado

pelo Governo Provisório, neste contexto, pode ser visto como expressão daquilo que o país possuía de mais moderno e também de mais tradicional. Por um lado, expressava as necessidades das economias em expansão ligadas ao mercado internacional, desejosas de autonomia política e, principalmente, econômica em relação às regiões atrasadas do país. Por outro, justificava e legitimava com um discurso mais “moderno” a situação política nas regiões mais distantes dos centros econômicos do país, reforçando o poder local dos coronéis.

O fato observado por Lessa, do conjunto de atores envolvidos na transição republicana tratar-se de uma coalizão de veto à monarquia e a tudo que ela representava política e administrativamente para a nação, explica, em parte, as dificuldades enfrentadas por Deodoro durante o Governo Provisório. Deodoro, após o período inicial conflituoso de governo, procura formar um governo ligado a antigos setores da monarquia⁸, gerando insatisfação de todos os queixosos do antigo regime, isto é, a grande maioria dos atores políticos. Também devido a isso os primeiros anos da República, durante o Governo Provisório foram caóticos: não havia institucionalização dos mecanismos de governo, os estados viviam em anarquia sem saber como se comportar frente aos impasses federalistas e havia a constante ameaça do controle do governo pelos militares.

Praticamente todo o período de Deodoro vai caracterizar-se pelo *impasse* [...] Não se decantara qualquer fórmula política viável. No fundo, os interesses dos republicanos históricos civis e as desinteligências entre segmentos militares, se puderam

⁸ Campos Sales (1908) recorda o desgosto geral, e o movimento de hostilidade que aumenta, quando os Ministros do Governo Provisório resolvem pedir demissão e Deodoro, ao compor seu novo ministério, convoca apenas um republicano histórico.

ser contornados momentaneamente em algumas crises, não permitiram reconstituir um sistema político viável e legítimo (CARDOSO, 2006, p. 45, grifo do autor).

Em meio à instabilidade do governo e às rixas entre os diversos grupos que disputavam o poder, Floriano se elege após compor aliança com o Partido Republicano Paulista, colocando figuras do partido em postos chave do governo. O apoio dos republicanos históricos, principalmente os paulistas, foi fundamental para dar legitimidade ao governo, optam por apoiar Floriano e não um candidato civil, pois veem nele um mal menor frente à ameaça à ordem republicana representada pelos militares. Neste movimento, os republicanos não apenas recuperam o controle do estado de São Paulo como iniciam a necessária reorganização e institucionalização das estruturas administrativas do governo federal.

A vitória de Floriano, é preciso esclarecer, foi determinada também por intervenção promovida nas eleições dos estados: “a magia capaz de transformar o minoritário sentimento republicano em maioria eleitoral dependia de uma sábia combinação entre intervenção do poder público nas eleições com uma adequada legislação eleitoral” (LESSA, 1988, p. 60). Deste modo, são eleitos apenas republicanos, não apenas históricos como também membros de último momento, todos, no entanto, previamente aprovados pelo governo. Lessa destaca, dentre os pontos da nova Constituição elaborada pela Assembleia eleita, o federalismo, que ocupara lugar central nos debates, o presidencialismo, fortalecendo o Executivo como emanção da vontade geral,

e a indissolubilidade do Legislativo, que passa a contar com mais prerrogativas para legislar.

Para Fernando H. Cardoso, a postura de Floriano permitiu o fortalecimento do presidencialismo. Ao fortalecer a autoridade presidencial e esvaziar o poder corrosivo do exército, Floriano permite que um partido assuma a vanguarda na posse dos recursos políticos, no caso o PRP e seus aliados nos demais estados. O fervor republicano e o legalismo, segundo Cardoso, impediram Floriano de buscar os meios de manter-se no poder, uma ideologia poderosa o faz recusar a conspirar contra o governo de Prudente de Moraes. “A aliança entre os históricos de São Paulo e os jacobinos militares acabou por sedimentar, de fato, pelo menos em parte da oficialidade, algo mais que o puro ressentimento antioligárquico da corporação: um contraditório respeito às instituições e à lei” (CARDOSO, 2006, p. 51). Forma-se entre os militares forte crença na ordem republicana que os impede de agir de maneira a ameaçá-la.

A ameaça permanente dos militares, de sua intenção de tomarem para si os rumos políticos da nação, consegue promover funcionamento harmonioso entre executivo e legislativo, os membros da Câmara apoiam Floriano em troca da posse futura do governo. Neste momento, os republicanos organizam-se no primeiro partido político de caráter nacional da República, o Partido Republicano Federal (PRF), partido composto pelos mais ecléticos elementos no que se refere a propostas e ideias políticas. Os membros do novo partido tinham duas preocupações principais, garantir a maioria na Câmara necessária à sustentação do governo e preparar as eleições de 1894.

O PRF, de fato, terá sucesso e elegerá Prudente de Moraes presidente, assim como a maioria no Senado e na Câmara dos deputados. O maior problema do novo governo será, justamente, lidar com o partido que o elegeu, um emaranhado de interesses díspares que provocará constantes lutas internas em meio aos mais diversos desacordos. Prudente enfrentará oposição do exército, dos governadores e do funcionalismo público: “os dois primeiros anos de governo apresentaram, pois, grande paralisia do Executivo, acuado pelos ecos da rua do Ouvidor, pelo protesto militar e pela anarquia congressional” (LESSA, 1988, p. 82). Alguns acontecimentos do período, fatores externos ao governo de Prudente, permitirão uma guinada na situação. Por um lado, o exército, seu grande opositor, se vê desestabilizado pelo episódio de Canudos, pelas diversas derrotas e pela pouco gloriosa vitória sobre sertanejos famintos e com poucas armas, por outro lado, o atentado fracassado contra a vida do presidente em 1897 arrefece a oposição que o mesmo encontrava junto à população. Aos republicanos resultou importante lição de todo este processo, aprendida exemplarmente por Campos Sales: a experiência de um partido nacional único viabilizado pela independência do Legislativo e que pudesse rivalizar com o Executivo fracassara.

Quando chega ao fim o mandato de Prudente um fator de desestabilização do governo republicano havia sido sanado, a presença militar na vida política do país diminuía. Ao assumir a presidência Campos Sales se deparou ainda com a necessidade de solucionar a relação conturbada entre Executivo e Legislativo, as lutas entre diversas facções nos estados e as regras de interação entre a União e os estados. Campos Sales havia percebido a inviabilidade de alterar as bases do poder local, ou seja, o sistema eleitoral e o

poder local submetidos às práticas coronelísticas. “Os regulamentos eleitorais do novo regime faziam com que a composição do Congresso fosse determinada pela orientação das políticas locais, o que permitiu ao Executivo compreender que a lealdade parlamentar era variável e dependente de acordos com chefes estaduais” (LESSA, 1988, p. 87).

Tendo notado a fraqueza política do PRF, incapaz de encontrar consenso na heterogeneidade de suas bases⁹, Campos Sales ao ser lançado candidato a Presidente não mantém vínculos com este partido; seu comportamento político caracterizava-se pela ausência de compromissos, apresentava-se, então, como leal apenas “à ideia republicana”. A relação com o regionalismo e com os distintos interesses locais foi, deste modo, o segredo do sistema montado por Campos Sales, para o qual, uma vez eleito chefe de um país o candidato não representa mais um partido, mas a nação e deve pensar apenas nas necessidades do progresso social. O que importava era a estabilidade republicana, algo que o Presidente eleito terá sucesso em manter graças à política dos governadores.

Tratava-se, em última análise, de conjugar uma excepcional margem de autonomia potencial dos estados com a viabilização de um Estado nacional, capaz de realizar com êxito a interface com o sistema internacional em que o país estava inserido e garantir a paz interna, aliás duas dimensões da mesma tarefa. Em suma, descentralizar e centralizar o poder, em um só movimento (KUGELMAS, 1986, p 74).

⁹ O erro do PRF, segundo Fernando H. Cardoso, foi querer “marchar para um sistema de Partido Único e de fusão entre o Estado e o Partido, em condições tais que faltava à base da sociedade força para tanto: ela era centrípeta, localista, clientelística e dispersa. Partido único possível era só o exército e teria de exercer o poder tirânico” (2006, p. 52)

Assim como havia feito seu irmão Alberto Sales em diversos momentos, é comum que Campos Sales em seus discursos e textos critique o egoísmo que guia os diversos grupos políticos entregues aos impulsos desenfreados das paixões e interesses. Neste sentido, critica também o Parlamentarismo, é clara a ideia de que o Legislativo é composto por pessoas despreparadas moral e intelectualmente e que ao Parlamento não cabe administrar ou governar. Campos Sales pretende o fortalecimento do Executivo, este deve ser forte para governar: a cada órgão do Estado, dizia Alberto Sales, compete uma função, ao Executivo cabe a função de administrar os interesses gerais da nação, colocando-se acima dos interesses particulares, estes devem ficar sob incumbência dos estados e sob a responsabilidade dos chefes locais. Campos Sales pretende preservar o federalismo garantindo a autonomia dos estados e municípios na direção dos interesses locais, não intervindo no modo como as diversas oligarquias locais organizam seu poder, e, ao mesmo tempo, reservando ao governo geral a direção dos interesses da nação, a direção das grandes questões. “A virtude da República está nos estados, mais potentes do que a rua do Ouvidor ou do que os quartéis [...] A eles caberá o enquadramento do *demos* sem preocupações formalistas a respeito da legalidade dos seus procedimentos. Ilegalidades locais serão necessárias para garantir a legalidade republicana” (LESSA, 1988, p. 93).

Neste contexto, com o apoio das forças políticas estaduais, Campos Sales é eleito Presidente como o candidato menos votado da história da República, menos de 175.000 votos. Assim como afirmava Alberto Sales, para o Presidente eleito, a quantidade numérica pouco significava em política, a República não se faria pela expressão eleitoral dos votos, mas sim pela sua

dimensão qualitativa. Para Renato Lessa, o processo de criação da ordem política republicana mesclou realismo e utopia: realismo pelo reconhecimento de Campos Sales de uma distribuição natural de poder na sociedade brasileira; utopia, por compreender que ao Estado cabe prioritariamente sua função evolutiva natural de administrar os interesses gerais. Ao reconhecer o lugar na política brasileira dos potentados locais, o Presidente eleito tem sucesso em apaziguar o conturbado ambiente político que ameaçava a República. Os chefes estaduais, frente à garantia de não intervenção de Campos Sales, deixam de ser foco de oposição. Com efeito, na construção institucional do regime republicano pelo novo governo, o contraponto que se quer negar não é a Monarquia, mas os tempos anárquicos do início da República.

Ao pactuar com os poderes locais e, portanto, controlar quem seria eleito¹⁰, Campos Sales estabelece pleno controle sobre a formação do Parlamento. As eleições tornam-se carta marcada, com a escolha das pessoas certas e eliminação dos opositores. Cada estado passa a ter seu grupo local de “exploradores privilegiados” que cuida de se perpetuar no poder sem interferência do governo federal, para o qual apenas importa o resultado das eleições. Neste arranjo, se na esfera federal os políticos eleitos comportam-se de acordo com os desígnios do governo pouco importam, para Campos Sales, os mecanismos e as violências perpetradas nas esferas locais. Pouco importa a relação local entre governo e população, desde que existam lideranças capazes de fazer que sua bancada no Congresso aja com lealdade. Com o fim

¹⁰ É preciso lembrar que, além de controlar “pelo cabresto” as eleições locais, o governo exercia também um controle final sobre os eleitos através de seu reconhecimento pelo Legislativo. Na prática, apenas se elegiam os partidários da situação, sendo os inimigos degolados.

da competição política havia finalmente, para o governo central, o respeito à ordem e a necessária condição de governabilidade. A República Velha resultou, deste modo, na existência de partidos únicos nos estados.

A tão pobre esqueleto real reduzia-se, na verdade, a ossatura da “doutrina” Campos Sales [...] Como em toda a ordem tradicional e elitista, feita abstração das bases reais de poder, a “Grande Política” dá-se como se a nódoa do pecado original do sistema de eleições fabricadas nada tivesse a ver com os verdadeiros problemas nacionais [...] a doutrina dos “chefes naturais”, da predominância do Executivo e nele do Presidente, bem como esse peculiar arranjo entre localismo, máquina estatal e clube de notáveis em vez de partidos, caracterizarão a República que, mais do que dos “coronéis”, foi dos oligarcas que controlavam, além das fazendas, a máquina estatal (CARDOSO, 2006, p. 56-7).

3.8. Crítica à república brasileira: um projeto fracassado

Em 1901 Alberto Sales publica texto intitulado *Balanço político*¹¹, no qual se propõe a fazer uma análise do período republicano até o momento. Fica clara sua decepção, esperava como republicano, diz Sales, que a política finalmente selecionasse os mais dignos e nobres entre a massa dos cidadãos para compor o governo. No entanto, frente ao ideal de moralidade e justiça prevalecendo na política a estrutura levantada sobre os destroços do antigo regime é uma decepção, a República ao invés de favorecer a seleção política e enobrecer a nação, afundou-se na decadência moral.

¹¹ Nas futuras referências a este texto será utilizada a abreviação BP.

O projeto de ver a política composta por indivíduos desejosos de servir o bem estar geral não se realizou, segundo Sales, ainda havia nas salas dos congressos e secretarias indivíduos que se deixam guiar pelo “mercenarismo político”. A intenção dos partidários da república ao proclamar o novo regime era acabar com as práticas nefastas que a monarquia implantou na política nacional, era fomentar e garantir aos brasileiros a regeneração dos costumes, o exercício de direitos e a livre manifestação da consciência, dentro de estrutura política em que o governo fosse a recompensa à superioridade do mérito e não monopólio de incapazes.

O desejo de ver completa a evolução política da nação através do estabelecimento da federação, de presenciar a emancipação das províncias, frustra-se: os governos estaduais, ao contrário do esperado, prestam-se tão somente à dilapidação dos cofres públicos. Governadores e congressos se entregaram “à gatunagem” e enchem seus bolsos com impostos, “a política divorciou-se inteiramente da moral [...] o mundo oficial nos estados [...] não passa hoje, com raríssimas exceções, de verdadeiros grupos de bandidos, organizados à sombra da constituição e das leis” (SALES, 1981 (1901) BP, p. 64). Como simples e torto reflexo do que ocorria durante a monarquia, o Congresso Federal rasteja aos pés do governo, com medo de desagradar, simbolizando a profunda decadência moral e política da nação e de seu povo.

No entanto, ao invés de atribuir o estado da situação aos políticos, àqueles que comandaram a transição do regime ou às autoridades que estiverem no poder executivo, Sales compreende que o problema está no presidencialismo. Este não é, como fazem crer, um regime democrático, é apenas uma etiqueta, um falso rótulo, para uma ditadura política. Sendo assim,

Sales não se põe a culpar ou desqualificar os que haviam recebido o voto popular até o momento, a culpa para ele não é das pessoas é do regime presidencial. Regime antipático ao caráter nacional, aos costumes, tradições e crenças, que encontrou no território brasileiro condições que o desvirtuaram em ditadura política.

Em processo semelhante às eleições imperiais, “o Presidente da República faz os governadores dos Estados, os governadores fazem as eleições e as eleições fazem os presidentes” (SALES, 1981 (1901) BP, p. 65-6). Ao invés de promover seleção dos mais aptos moral e intelectualmente, o novo regime perpetua as velhas práticas monárquicas e são escolhidos os mais fracos e despreparados. O autor reafirma que isto não é produto de um indivíduo ou grupo, mas de um regime político exótico em desacordo com o caráter nacional, com os costumes e crenças da nação. O regime presidencial que prontamente se adaptou a América do Norte como se esta fosse seu habitat natural, aqui “degenera e desfigura-se em franca ditadura política”, assim como no passado o regime parlamentar se degenerou em ditadura imperial.

Para Alberto Sales, portanto, para haver governo livre no país a saída “será modificarmos as nossas instituições (...) colocando-as de harmonia com nossos costumes, com as nossas tradições e com as nossas crenças” (SALES, 1981 (1901) BP, p. 66). Uma vez mais, pode-se perceber que a solução, para Sales, é mudança de regime político, segundo nova fórmula de acordo com as peculiaridades da nação. Ou seja, a solução é reformar a

constituição¹², frente à experiência do passado, fugindo ao fascínio mágico das fórmulas abstratas “não sejamos parlamentaristas intransigentes nem presidencialistas radicais. Façamos uma hibridação inteligente desses dois tipos específicos, como fazem os criadores da seleção artificial e organizemos um regime político que seja a expressão viva de nosso meio social” (SALES, 1981 (1901) BP, p. 67).

3.9. A política de Estado de Campos Sales e o projeto de Alberto Sales

Em *A invenção republicana*, Lessa chama a atenção para o fato de que, para além do componente pragmático, o arranjo político do governo Campos Sales comporta também projeto de Estado e de governo que reflete alguns ideais caros a Campos Sales desde o início de sua trajetória política. “A suposição dessa leitura é a de que o conteúdo simbólico presente na dimensão substantiva do modelo não pode ser reduzido a mera racionalização retórica, encarregada de encobrir os „verdadeiros motivos” da ação política” (LESSA, 1988, p. 121). Ideais que o aproximam, assim como a ordem política que ajuda a instituir, das propostas de seu irmão Alberto Sales.

Em concordância com as análises de Alberto Sales, um aspecto fundamental da percepção da ordem política e do funcionamento do governo de Campos Sales é a crença na capacidade e competência dos mais sábios e

¹² É interessante notar que o subtítulo do texto *Balanço Político* é, justamente, “necessidade de uma reforma constitucional.

preparados em gerir o Estado. A administração pública não é espaço para pessoas de visão estreita, incapazes de controlar seus instintos egoísticos e de governar pelo interesse geral. O bem público não deve estar à disposição da competição entre interesses individuais, a ação do Estado deve estar voltada para o interesse geral, só os que trabalham e se dedicam ao bem estar geral poderiam compor a máquina do governo. Para agir de acordo com esta sua função o governo federal deve ignorar os interesses das facções. Para Campos Sales, portanto, a função do governo é administrar procurando promover o bem público livre de interesses e paixões partidárias.

A ordem política implantada por Campos Sales tem como fundamento um projeto de Estado, de relação entre o governo central e as localidades, de função do Legislativo e do papel dos cientistas, dos aptos intelectual e moralmente, que é, em muitos aspectos, devedor das propostas, das análises e da ideia de nação de Alberto Sales. As ações do governo Campos Sales, portanto, são guiadas por questões que vão além da realidade política ou das demandas práticas do governo.

O modelo de Campos Sales não se limita nem à política dos governadores, nem à produção de mecanismos de docilização do Legislativo. Seu alcance inclui a formulação de uma doutrina a respeito das funções do Estado e seus critérios de operação da comunidade política [...] A agenda de Campos Sales é, pois, circunstancial, no que se refere a procedimentos e permanente, no que se refere a valores (LESSA, 1988, p. 138).

Ao procurar afinidades entre o pensamento e as teorias de Alberto Sales e as ações de seu irmão quando Presidente não se está, em nenhum momento, reduzindo ou restringindo o alcance das ideias de Alberto Sales as

suas relações de parentesco. Campos Sales incorpora as aspirações de um grupo social com um claro projeto de modernização do Estado brasileiro no que concerne às práticas administrativas e características do aparato político. Grupo que, apesar do discurso de preocupação com o bem geral do país, não age para alterar as condições concretas de vida e de participação da população pobre. Grupo que estava mais interessado em expandir e garantir as condições de seu domínio político e social, condições que estavam ameaçadas em seu desenvolvimento pelo defasado Estado imperial, que já se mostrava incapaz politicamente de gerenciar os interesses diversos que clivavam a realidade brasileira nas diversas localidades. Estado que também se mostrava ultrapassado na sua capacidade de gerir a máquina pública, montada menos para atender as necessidades administrativas do país e mais para fornecer ocupação para elite política, desinteressada, de fato, pela realidade do país, e para garantir a satisfação dos potentados locais. Ao procurar excluir o Legislativo da atribuição de formular propostas e ao mesmo tempo dotar a esfera administrativa federal de pessoas capacitadas, o governo Campos Sales procura levar a frente esta modernização do Estado, mesmo implicando em reforçar as relações tradicionais que caracterizavam a “política pequena” do país.

Ao conformar em seus textos a competência das Câmaras Legislativas a mera redação dos regulamentos promulgados pelo Executivo, sempre elaborados de acordo com as orientações dos mais aptos e competentes com base do estudo científico da realidade, Alberto Sales fornece o suporte simbólico necessário às ações do grupo representado por seu irmão. O mesmo ocorre com relação a sua postura diante da opinião pública, a qual

pode, e deve, até mesmo manifestar seus interesses. Aos publicistas conhecedores dos desejos do povo, no entanto, cabe indicar, cientificamente, os meios necessários a serem adotados pelo governo.

Ao contrário de Pereira Barreto, que para modernizar o país vê a necessidade de alterar as condições concretas da sociedade, para Alberto Sales, mesmo desejando também o desenvolvimento agrícola e industrial da sociedade brasileira, são principalmente mudanças na condição e na estrutura política do país que serão capazes de promover mudanças morais e materiais na população e na sua condição de vida. Ao defender o separatismo para a província paulista, acredita que apenas esta mudança na condição política da região traria aumento no progresso e desenvolvimento da população, tudo através de uma mudança na estrutura política.

Quando, já ao final da vida, critica as características assumidas pela República que tanto desejou, eximi de culpa os políticos, mesmo escancarando as motivações egoístas e interesseiras que guiavam os mesmos. Não são os políticos e tão pouco as autoridades do governo, diz, é o regime presidencialista que não reflete as necessidades e características da nação, do caráter nacional. A solução, modificar as instituições políticas, sempre colocando no horizonte das mudanças e na elaboração dos novos modelos as peculiaridades da nação.

Capítulo 4. Ciência e civilização no Brasil: entre a tradição e a modernização

Após discutir no primeiro capítulo a conjuntura intelectual brasileira no século XIX, suas peculiaridades e as características herdadas da formação social, política, econômica e intelectual do Brasil, procurou-se, nos dois capítulos seguintes, expor a posição, a interpretação e as propostas de dois autores que, acreditando-se apoiados em análise científica da realidade do país, tinham um projeto de modernização da nação. Além de buscar mostrar que ambos agiram de modo a terem seus projetos concretizados, não usando-os apenas como crítica ao governo ou como modo de reelaborar na esfera do discurso as condições de dominação de um determinado grupo, o propósito foi o de mostrar as afinidades destes dois autores, Pereira Barreto e Alberto Sales, com setores da sociedade brasileira que, em suas atuações no interior da economia, da administração, da educação, da urbanização, da industrialização, da política, etc., procuraram imprimir ao país o seu modo de entender como deveria ser a modernização do mesmo e procuraram estender esta compreensão à esfera da ação concreta.

O objetivo agora é procurar contrastar de modo mais efetivo estes dois projetos de nação, explorando de modo mais claro suas divergências e situando tais divergências em relação à posição estrutural dos diferentes grupos na sociedade brasileira. Além disso, procurar demonstrar como, em

momento de rompimento com o passado, estes grupos travam disputa pela hegemonia da produção intelectual que lhes permitiria legitimar sua visão de mundo e lhes facilitaria tomar para si os rumos da nação e impor as mudanças que desejavam. Deste modo, a disputa entre os diferentes grupos pelo monopólio sobre a República recém proclamada não fica restrita à arena política ou econômica, gira em torno também do discurso e do vocabulário necessários para legitimar o novo entendimento sobre o país. Como lembra Ângela Alonso (2009):

O golpe republicano de 1889 suscitou manifestos, ensaios, romances, historiografia, memórias e autobiografias que permitem mapear duas movimentações intelectuais. Os republicanos escreveram legitimando o novo arcabouço político e a sociedade também nova que com ele se estabelecia. Os monarquistas arremeteram contra essa “decadência”, louvando o antigo regime e a sociedade aristocrática consigo desmoronada. A luta entre republicanos e monarquistas travou-se, pois, tanto em torno da dominação política como da representação simbólica do Império deposto e da República nascente (ALONSO, 2009, p. 131-2).

Deste modo, a questão da representação simbólica, da hegemonia sobre a produção intelectual, que respondesse à nova realidade e ditasse os rumos a serem seguidos pela nação, envolve, além dos grupos interessados em superar as condições encontradas sob o jugo do Império, também os grupos ligados ao antigo regime que buscavam modos que restaurar a situação.

É objetivo neste momento refletir sobre o papel do positivismo ao final do século XIX no Brasil como um momento representativo do movimento cientificista no país. A hipótese trabalhada é a de que, assim como ocorrera em outros países, o movimento cientificista no Brasil se caracteriza por representar a disputa pela hegemonia da produção intelectual entre novos grupos ascendentes em busca de oportunidades políticas de ascensão social e afirmação econômica, e, portanto, em busca de representação no campo do pensamento para seus interesses, e grupos já tradicionalmente estabelecidos e, deste modo, ligados às formas de representação intelectual tradicionais.

Como já mencionado no primeiro capítulo, o embate entre humanismo clássico e ciência é percebido aqui como essencial à compreensão e caracterização da esfera intelectual no Brasil durante o período analisado. Os conflitos em torno da hegemonia da produção intelectual são característicos da constituição e consolidação do pensamento científico moderno em oposição a o humanismo classicista em diversas sociedades. A posse do discurso e da reflexão científica fornece as possibilidades de contestação e de projeção de nova organização social e política aos grupos sociais ascendentes em busca de reconhecimento e espaço na arena política, grupos que são fruto da urbanização e do desenvolvimento capitalista. Por outro lado, as elites tradicionalmente estabelecidas, ligadas a interesses agrários e a uma ordem social estamental, aferram-se na defesa da perpetuação do pensamento humanístico e da erudição livresca.

4.1. O embate entre o bacharelismo literário e o discurso científico

Como discutido no primeiro capítulo, o embate entre ciência, no caso entre o conhecimento empírico e técnico, e humanismo ocorre em Portugal já no século XVI. Até então, os portugueses dedicavam-se, por influência árabe, a uma ciência aplicada às suas necessidades práticas, com uma concepção de mundo que deriva de uma valorização pragmática da existência. Esta característica da esfera intelectual portuguesa, de dedicar-se ao conhecimento empírico e prático, passa a ser questionada, de acordo com Cruz Costa (1967), ainda no século XVI durante o reinado de D. João III. Com o movimento de Contra Reforma ganhando corpo na Europa, D. João III promove a ascensão dos jesuítas ao monopólio da educação lusitana e o ensino em Portugal volta-se à erudição livresca caracterizada pelo estudo dos clássicos greco-latinos.

[para a Igreja] era mais fácil permitir a especulação livre a respeito de coisas abstratas do que submeter perguntas específicas, por exemplo, a respeito da natureza da lua, à prova do telescópio. As especulações da mente humana a respeito de questões religiosas nunca poderiam ser definitivas (...) O poder final de Deus estava além do poder da mente humana, e, quando havia uma contradição entre a mente divina e as mentes humanas, não era difícil „ver” onde estaria a verdade final. No entanto, a ciência empírica não permitia essa fuga; colocava em confronto, empiricamente, a natureza tal qual foi criada *realmente* por Deus (...) Por isso, as autoridades religiosas, católicas, protestantes ou judias, tendiam a ter, com relação à ciência empírica, uma atitude que ia do extremo cuidado à hostilidade (BEN-DAVID, 1974, p. 101).

Em Portugal esta hostilidade em relação à ciência pragmática leva a um retrocesso no ensino e no modo de perceber a ciência. Portugal, antes na vanguarda do avanço científico que tantos benefícios lhe trouxe ao promover sua navegação, afastava-se do movimento cientificista que começava a tomar vulto em diferentes locais da Europa.

Este movimento na forma de organizar o ensino e o saber em Portugal, com o avanço da influência da Igreja e a retomada de uma instrução humanística, pode ser comparado com a situação inglesa descrita por Ben-David (1974) em seu texto *O papel do cientista na sociedade*. Ben-David mostra como o surgimento do movimento científico na Inglaterra está ligado, entre outras coisas, ao aparecimento do pluralismo religioso. A ciência, com suas observações empíricas a respeito das coisas, e não apenas através de especulações abstratas, colocava cada vez mais sob suspeição a autoridade da palavra de Deus, por isso as objeções das diferentes religiões europeias. No entanto, ao contrário de um católico ou um judeu, engessados quanto às possibilidades de interpretação da bíblia pelas autoridades religiosas, os protestantes de determinados ramos poderiam adequar suas descobertas científicas em harmonia com suas interpretações da mesma.

Em Portugal, no entanto, o domínio da Igreja Católica, principalmente através dos jesuítas, amputa um movimento científico incipiente. Deste modo, os portugueses, que haviam obtido progressos surpreendentes no comércio marítimo, se veem distantes do posterior desenvolvimento capitalista que atravessaria a Europa por não haverem ainda desenvolvido a necessária

mentalidade capitalista¹. Além disso, também no plano das ideias a desenvoltura portuguesa se mostra mais uma vez precoce e carente da força e das condições necessárias para ganhar corpo e importância. O não surgimento de grupos ligados ao desenvolvimento do comércio e, futuramente, da indústria não permite o florescimento do movimento cientificista que correspondesse à crítica das formas tradicionais de dominação e de pensamento. Com efeito, ainda no século XVI Portugal, como reflexo do movimento de Contra Reforma e devido a ausência de grupos portadores de uma mentalidade capitalista que buscassem se opor às formas tradicionais de pensamento, atravessa momento de retrocesso no que se refere ao desenvolvimento científico.

Enquanto o movimento cientificista avança na Europa, dando base ao florescimento de cultura científica de base experimental e crítica, os pensadores portugueses voltam-se ao estudo dos clássicos e à valorização da retórica, traços característicos do humanismo que marcaria também a esfera intelectual brasileira.

Bem-David também destaca o papel dos grupos protestantes para o desenvolvimento da ciência na França, tais grupos têm interesse no reconhecimento da ciência como campo autônomo e teologicamente neutro, pois isso fortaleceria a causa do pluralismo religioso. No entanto, devido a maior rigidez nas diferenças de classe e ao poder absoluto do rei, a resistência dos grupos tradicionais à ciência se mostrou muito maior e o Estado exerceu

¹ Como visto no capítulo I, Fragoso e Florentino (2001) mostram como a ausência de uma mentalidade capitalista, que contivesse o projeto de valorização do trabalho e de acumulação de capitais, e a permanência de valores ligados à sociedade feudal, dentre os quais o desejo de ocupar posição de status na nobreza, impedem que a posição de destaque de Portugal no comércio marítimo se perpetue e se converta em liderança no desenvolvimento das sociedades capitalistas europeias.

controle maior sobre a ciência e sobre as discussões que esta podia levar adiante. A forma que adquire a Academia de Ciências francesa se mostra, de acordo com Ben-David, como uma tentativa de isolar a ciência do restante das instituições sociais e restringi-la a atender aos interesses da monarquia. No caso francês, portanto, a ciência fica subordinada aos desejos da realeza e da aristocracia, ao contrário da Inglaterra onde conserva independência intelectual e científica.

O peso do modelo francês se fez sentir em quase todos os países europeus, apenas a Inglaterra não se tornou dependente de tal modelo como diversas outras sociedades nas quais as instituições passam a se mostrar hostis à ciência. Deste modo, segundo Ben-David, em outros países europeus e, pode-se dizer, em suas colônias, reproduz-se o modelo francês, isto é, não há grupos grandes e importantes interessados pela institucionalização da ciência, não há movimento cientificista, ocorre apenas um transplante de papéis sociais e ideias estrangeiras que tinham raízes fracas. Na verdade, os governos nacionais desejavam a ciência pelas suas possibilidades, mas temiam suas possíveis consequências sociais. “A ciência natural poderia ser adotada nessas sociedades ainda tradicionalistas por causa da sua neutralidade do ponto de vista da religião e das tradições das classes conservadoras, mas não poderia ser adotada uma filosofia cientificista que propagasse a mudança social” (1974, p. 123)

Ao final do século XVIII na França, há um momento de confronto entre a ciência e a Igreja em situação distinta. Ocorre no período anterior a Revolução Francesa quando os intelectuais científicos (ligados ao movimento

cientificista) entram em disputa mais direta com o estamento intelectual vigente, ligado a Igreja, no anseio de substituí-lo como grupo legítimo de produção intelectual. Como forma de impor seu projeto os intelectuais científicos propõem diversas reformas no sistema de ensino. No entanto, durante a Revolução os cientistas, como classe, se tornam parte da elite oficial e então, com a sociedade aberta aos seus interesses e propósitos, a educação se torna um problema menor: não apenas querem abandonar as ideias educacionais da Revolução, estas agora despertavam tão pouca simpatia quanto os próprios levantes revolucionários. “Não havia interesse em impor o sistema educacional, de forma que pudesse servir para a igualização do status social. Depois de ter conseguido a abolição de estamentos legalmente definidos, poucos franceses estavam interessados em interferir ainda mais no sistema de classes” (BEN-DAVID, 1974, p. 140).

Após a Revolução Francesa a disputa pela hegemonia da produção intelectual na França não ocorrerá mais entre intelectuais ligados a Igreja e aqueles ligados à ciência. Em seu texto *As três culturas*, Lepenies (1996) retoma a disputa que passa a existir desde a metade do século XIX entre literatura e sociologia pela posição de veículo legítimo de interpretação da realidade social, “a literatura e a sociologia disputam a primazia de fornecer a orientação-chave da civilização moderna, o direito de ser a doutrina de vida apropriada à sociedade industrial” (1996, p. 11). No caso, segundo Lepenies, a literatura estaria ligada à tradição humanística e a sociologia à ciência emergente. A sociologia na verdade, neste momento de transição da sociedade europeia rumo à organização capitalista, industrial e voltada aos avanços científicos, coloca-se frente ao dilema de adotar o discurso cientificista mais

afeito às imposições do tempo e mais próximo às ciências naturais ou manter-se próxima à tradição humanística que até então dominava as explicações sobre a realidade social.

O debate entre uma intelectualidade literária e uma intelectualidade das ciências sociais constitui dessa forma parte de um processo complexo, em cujo decorrer foi-se distinguindo o modo de produção científico do modo de produção literário; essa separação é acentuada ideologicamente pela contraposição entre a fria razão e a cultura dos sentimentos (LEPENIES, 1996, p. 11).

Esta cisão entre literatura e ciência só ocorrerá na França durante o século XIX. Até o final do século XVIII, muitos cientistas franceses ainda se consideravam também literatos, tinham grande preocupação com o modo de dizer e não apenas com o conteúdo do que é dito. Ainda não havia, portanto, a nítida separação entre literatura e ciência. Com o passar do século XIX e a imposição da ciência e da razão como fontes exclusivas do saber, os valores literários ligados à sociedade e aos valores tradicionais são excluídos da esfera do saber. Cada vez mais, na França, as ciências sociais buscam reconhecimento copiando as ciências naturais e distanciam-se da concorrência da literatura.

Tanto a postura de Comte quanto de Durkheim com relação a este embate são bastante ilustrativas deste processo, “Comte odiava os *littérateurs* que se serviam de artifícios retóricos para convencer seus leitores e ouvintes (...) Mais tarde, Émile Durkheim repetiria esses julgamentos, uma vez que se

tratava ainda de diferenciar a ciência da sociologia de seus precursores literários” (LEPENIES, 1996, p. 32).

Esta crítica dura à literatura e, principalmente, à retórica, é bastante característica do movimento cientificista em seu momento de consolidação e afirmação em diversos países. Atitude semelhante pode ser percebida em Hobbes, já no século XVII, em sua aspiração inicial de transformar o estudo da moral e da política em ciência. Também o autor inglês procura desvencilhar-se de sua formação humanista e da retórica que lhe caracterizava ao se dedicar à ciência. Hobbes procura inicialmente dissociar ciência e eloquência já que, para ele, o conhecimento científico não teria necessidade de persuasão, pois seria a verdade em si.

É interessante notar que, apesar da aversão inicial que demonstram em relação à arte do “bem dizer”, tanto Comte como Hobbes mudaram de postura com o amadurecer de suas análises. Deste modo, Comte em certo momento passaria a valorizar a literatura e a poesia, reconhecendo a importância das questões de estilo e dando-se conta de que as ideias tem mais força de persuasão quando expressas de modo elegante. “Comte demonstrava com isso o vínculo entre os interesses científicos e os estéticos que daí por diante deveria marcar o positivismo [...] o ideal poético assumiria a partir daí um papel de mediador entre a ideia filosófica e a ação política, bem como abriria assim possibilidades insuspeitadas para a arte e a literatura modernas” (LEPENIES, 1996, p. 45). Para Comte, no entanto, é clara a função da arte, esta não deve ter pretensões de orientar a sociedade e sim de encantar o público e aproximá-lo das verdades expressas pela ciência.

Na mesma direção, Hobbes em seu tempo também muda sua percepção e reconhece que a ciência não tem poder de convencimento para as verdades que descobre, assim, aplica seus conhecimentos de retórica em sua mais famosa obra. “O *Leviatã* constitui uma contribuição tardia porém magnífica para a arte renascentista da eloquência – um tratado em que as técnicas persuasivas da clássica *ars rhetorica* são sistematicamente empregadas para ampliar e sublinhar as descobertas da razão e da ciência” (SKINNER, 1999, P. 19). Segundo Skinner, Hobbes não chega a ver na arte da retórica algo positivo, não deixa de vê-la como elemento que pode corromper a vida pública, mas sabe que deve saber utilizá-la.

Refletir sobre a disputa que ocorre na França do século XIX entre a Literatura e a Sociologia para definir qual delas era mais competente na análise da sociedade e qual, portanto, poderia definir os rumos para a modernidade, permite pensar a situação do positivismo ao final do século XIX no Brasil. Assim como a sociologia francesa teve que enfrentar a literatura em seu momento de consolidação, também o pensamento científico brasileiro, do qual o positivismo é uma das expressões, entrou em conflito com o bacharelismo liberal, de formação humanística e literária, em sua tentativa de se consolidar como ciência portadora da legítima interpretação da realidade social. Assim como no Brasil os positivistas, de um modo geral, embasam suas análises em observações da realidade e em dados históricos², também na França Comte e Durkheim procuram garantir que suas reflexões tenham sempre uma base empírica, tornando suas análises mais próximas das condições dos novos

² Pode-se discordar dos resultados a que chegam, mas não do fato que procuram bases empíricas para suas conclusões.

grupos urbanos e industriais emergentes. “Na França, que era ainda em grande parte um país agrário, muitos intelectuais não haviam notado como a dinâmica do desenvolvimento das sociedades industriais do Ocidente fazia a maioria das concepções tradicionais de valor parecerem cada vez mais distantes da realidade” (LEPENIES, 1996, p. 67). Na França, segundo Lepenies, desenvolve-se uma ideologia sociológica afeita aos interesses da sociedade moderna e industrial, voltada ao desenvolvimento e ao progresso científico e social, e mantem-se a ideologia literária, ligada aos valores tradicionais da velha França, com seus valores aristocráticos e saudosa de um mundo associado a ideais de beleza e comportamento que não mais correspondiam às novas condições sobre as quais se organizava a sociedade.

4.1.1. Ciência e tradição no Brasil

O humanismo e a tradição retórica que caracterizam a formação intelectual brasileira vão encontrar expressão através do bacharelismo liberal. Será nas escolas de Direito que será formada a elite intelectual nacional: elite que irá compor o quadro de dirigentes políticos e burocráticos necessários à estrutura e à manutenção do Estado imperial. O pensamento político e social brasileiro durante o século XIX está, portanto, atrelado às características que adquire o ensino nas Faculdades de Direito, ensino fundado nos princípios liberais tão caros ao processo de Independência e afirmação da nação nascente no início do século, já que foi liberalismo, com todas as deformações

que sofreu, que forneceu as concepções que deram base ao processo de modernização da nação decorrente do fim do estatuto colonial.

As ideias liberais, mesmo tendo contribuído “para revolucionar o horizonte cultural das elites nacionais” (FERNANDES, 1970, p. 36), não provocaram alterações na ordem social, política e econômica, estas continuaram a gravitar em torno da escravidão e das formas tradicionais da dominação patrimonialista. O liberalismo concorre, portanto, para a manutenção da ordem e dos valores tradicionais na sociedade brasileira. Segundo Bosi, “o que atuou eficazmente em todo este período de construção do Brasil autônomo foi um ideário de fundo conservador; no caso, um complexo de normas jurídico políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível” (1992, p. 195). Ou seja, por mais que as ideias tivessem um “colorido liberal” a intenção básica era conservadora, visava garantir a situação política e econômica das elites agrárias. A única liberdade postulada por nossos autores e políticos é a liberdade de comércio (de produzir e comerciar), liberdade obtida com a abertura dos portos e ampliada com a independência.

A situação dos bacharéis enquanto elite intelectual se mantém estável até meados da década de 60, quando o Império passa a ser questionado por novos grupos ascendentes e marginalizados como também pelas elites agrárias não mais atendidas satisfatoriamente nas suas demandas. Sendo assim, desde a década de 1860 já havia no Brasil um clima intelectual de contestação à situação política e social do país, novos grupos ligados ao

comércio e à indústria procuram por projeção política e econômica e expressam isto através de uma mentalidade progressista.

O positivismo surge, neste contexto, como tentativa incipiente de novos grupos urbanos, de setores ligados à economia em expansão do café e de setores ligados às atividades comerciais e industriais, de encontrar representatividade para seus interesses. Pode-se dizer que novos grupos sociais em busca de reconhecimento, projeção social e espaço na arena política, grupos que são fruto da urbanização e do desenvolvimento capitalista, procuram na reflexão científica formas de contestação e caminho de projeção e reconhecimento social. Esta primeira tentativa do movimento cientificista no Brasil pode não ter sido bem sucedida devido aos arranjos conciliadores entre as classes rurais e novas classes industriais e comerciais em ascensão, conciliação que permitiu as modernizações necessárias aos novos grupos sem, no entanto, modificar significativamente a estrutura social e política do país, isto é, modernização conservadora que manteria excluídas as classes populares do país da participação política e as manteria marginalizadas economicamente.

No Brasil, portanto, as diversas vertentes que assumem os autores positivistas explicitam, no plano do pensamento, o embate que ocorre pela hegemonia política e econômica do país entre os diversos grupos representativos da sociedade brasileira, embate que se estende também na disputa pela hegemonia intelectual e pela posse do discurso que organizará a compreensão e a expressão das condições concretas da sociedade brasileira. Embate entre grupo ligado às elites agrárias tradicionalistas, representado na

vertente humanística literária, e grupo ligado aos novos estratos ascendentes, representado na vertente cientificista. É significativo que o final do século XIX seja o momento em que as classes ligadas ao comércio e à indústria fazem os primeiros movimentos para tomar a direção política e econômica da nação, são grupos portadores de uma mentalidade capitalista que buscarão encontrar expressão para suas posições também no plano das ideias. O insucesso desta tentativa de tomada de poder por parte destes grupos, em parte porque encontram na solução conciliadora com a antiga aristocracia agrária resposta temporária para suas demandas³, pode estar ligado ao insucesso do positivismo ligado ao desenvolvimento técnico/científico do país, pelo menos neste momento.

4.2. Estado ou sociedade: qual o agente da mudança?

É sintomática da diferença nas análises, na postura e na percepção da realidade entre Pereira Barreto e Alberto Sales a posição distinta que ambos tomam frente ao exemplo da Inglaterra. Para Pereira Barreto, o desenvolvimento comercial, econômico, agrícola, científico e industrial da sociedade inglesa, é unicamente merecedor de elogios: a história inglesa é exemplo a ser seguido. O modo como conseguiu desenvolver sua agricultura,

³ “Pouco a pouco a República vinha „deixando-se influenciar no seu modo de ser futuro por aquela maneira de ser Brasil, além de passado, presente”. E, assim, reatam-se „tradições de ordem e unidade nacional vindas do Império (...) com os arrojos da República no sentido de progresso nacional” (BASTOS, 2001, p. 360). Como é característico do período, ocorre modernização que concilia passado e presente levando a mudanças sem traumas, sem ruptura da ordem social.

produzindo alimento e insumos em abundância, permitindo o crescimento do proletariado e o florescimento da indústria servem de modelo. Toda esta transformação da sociedade inglesa tem por trás de si o avanço das ciências que permitiu o domínio da natureza e libertou o homem do seu jugo. O regime político inglês, por outro lado, fique esquecido em suas análises, não é merecedor de maior atenção.

Para Alberto Sales, por outro lado, a Inglaterra é exemplo de como a evolução política das sociedades pode enveredar por caminhos tortuosos, capazes somente de reter o necessário progresso do organismo político. No território inglês o poder ministerial não seguiu seu caminho natural, a realza não foi eliminada e a república democrática não foi instaurada. Lá o Parlamento, repleto de membros da oligarquia, não é instrumento do interesse geral, mas de uma nobreza decadente. A Inglaterra é exemplo de poder ministerial que se degenerou em oligarquia nobiliária. Nas vezes em que usa o exemplo inglês, Sales ignora o desenvolvimento econômico, urbano e industrial que lhe é característica para destacar as características negativas do regime político, prende-se nas análises que faz da Inglaterra aos vícios de sua estrutura política. “Desde os primeiros tempos de seu advento político foi o regime da democracia inteiramente falseado naquele país, pela extraordinária influência da classe nobiliária, que até hoje ainda ali se conserva, amparada unicamente pela chamada câmara dos lordes” (SALES, 26/10/84, *Transformações do poder ministerial*, PSP).

Pereira Barreto, como membro de rica família da aristocracia fluminense, aos quinze anos foi mandado para completar seus estudos na

Europa. Optou por formação voltada às ciências naturais na Bélgica, graduou-se em medicina e tomou interesse por estudos em agronomia. Desde que retorna ao país dá início aos experimentos agrônômicos que lhe acompanhariam por toda a vida. Demonstra logo em seus primeiros escritos e nas suas atividades a característica que marcaria suas propostas para a modernização e o progresso da sociedade brasileira: a clara percepção de que as mudanças que deveriam ocorrer no país tinham que ser feitas na esfera da sociedade, da produção, da vida concreta dos indivíduos. Apenas reformas no âmbito da sociedade corrigiriam os rumos do país em direção à modernidade e à industrialização. Pereira Barreto sempre se mostrou crítico das propostas que tomavam reformas nas leis ou na estrutura política como base para as mudanças necessárias ao país. Critica a geração literária, que tem vivido nas nuvens descuidando-se dos negócios da terra, segundo Pereira Barreto, tais bacharéis estacionados no período metafísico e apegados ao mundo da contemplação não realizam que mudanças nas leis não provocam, e muito mesmo dirigem, mudanças nas condições sociais concretas. Segundo Pereira Barreto, é do seio da sociedade que provem os impulsos de mudança, neste processo “o papel do legislador é inteiramente passivo, e toda a sua ação se limita a sancionar as tendências espontâneas de uma sociedade qualquer” (BARRETO, 1967 (1874) TFFT, p. 152).

O que se procurou mostrar no segundo capítulo foi, justamente, que esta forma de compreender e interpretar a realidade, assim como de pensar e propor as mudanças necessárias, de Pereira Barreto tem afinidades com os grupos ligados ao comércio e à indústria no país. Grupos insatisfeitos com o governo imperial, desejosos de mudanças que lhes permitissem expandir seus

interesses em momento de pujança econômica promovida pela economia cafeeira, mas que, naquele momento, ainda procuravam promover as mudanças que achavam necessárias através de ações que repercutissem no modo de funcionamento da sociedade, em boa medida, alheios ao regime de governo e sua estrutura, preocupados apenas com questões administrativas. Ao organizar seu discurso dando-lhe vestes científicas, em sintonia com as tendências do momento, Pereira Barreto fornece a estes grupos um discurso que dá legitimidade a seus propósitos. De acordo com este discurso somente com o desenvolvimento técnico e científico da agricultura e com o desenvolvimento do comércio e da indústria a nação entraria, finalmente, em seu último estágio de desenvolvimento, entraria no grupo das nações modernas, industriais e civilizadas, trazendo consigo as mudanças necessárias também ao corpo político.

Pereira Barreto fornece, portanto, um discurso elaborado que se pretende legitimador de postura voltada às necessidades de mudanças concretas na esfera da sociedade. No entanto, vai além de um discurso que meramente legitime o empirismo simplista dos homens de negócio. Para determinar o teor destas mudanças são necessários homens cultos e conhecedores da ciência, sabedores dos caminhos que deve tomar a evolução da sociedade em sua trajetória de progresso. Homens voltados ao conhecimento prático, das coisas da terra, não os sábios da Igreja ou os metafísicos. Os políticos não devem procurar determinar as mudanças necessárias e implementá-las através de leis, devem legislar para consolidar as mudanças já ocorridas na esfera social de modo a acompanhá-las em seu progresso.

Na disputa que ocorre entre os diversos grupos interessados em comandar a transição pela qual passa o país, portanto, Pereira Barreto está entre aqueles que se opõem à antiga ordem aristocrática ligada à monarquia e legitimada pelo discurso dos bacharéis liberais. O rumo que propõe está ligado ao discurso científico e tem afinidade com os interesses de grupos ligados ao desenvolvimento da ordem burguesa capitalista no país, desejosos de modernização da produção, da comercialização, das relações de trabalho e do desenvolvimento urbano necessário às sociedades modernas.

Com um entendimento diferente sobre a realidade e sobre o modo de agir sobre a mesma encontra-se Alberto Sales, autor que mantém desde sua formação, laços com a elite econômica e política ligada à produção de café na região de São Paulo. Nascido em 1857, apresentou inicialmente resistência em seguir a tradicional carreira no direito e mostrou tendência a seguir seus estudos na área das ciências naturais. Teria optado inicialmente pela carreira médica, no entanto, por obstáculos impostos pela família viaja para os EUA onde inicia os estudos em engenharia, ao final, porém, forma-se na Faculdade de Direito em São Paulo. Nos EUA teve período de convívio em ambiente intelectual onde as especulações metafísicas eram condenadas e no qual se valorizava a pesquisa empírica e as ciências naturais aplicadas. Esta característica vai acompanhá-lo na sua trajetória enquanto intelectual, o caráter científico será sempre de suma importância, no entanto, Alberto Sales será ainda devedor de sua formação na escola do bacharelismo liberal nacional. Para ele, os problemas do país devem-se ao regime político vigente em desacordo com as leis da evolução política assim como aos políticos, os quais, por falta de preparo intelectual e moral, são incapazes de promover as

necessárias alterações na estrutura e na forma de regime político que seriam capazes de levar o país rumo ao próximo estágio da evolução política. Note-se que o autor isenta de culpa os políticos pela sua má atuação em prol do bem comum, a culpa, de fato, recai sob as instituições políticas, “o testemunho enérgico dos acontecimentos e exame científico de nossa organização política nos convencem, à luz de toda a evidência, que o vício está nas instituições e não nos homens” (SALES, 1882 PR, p. 374). Em seus escritos anteriores à proclamação da República, Sales aponta que a simples substituição da Monarquia por república federativa promoveria as condições de modernização da sociedade brasileira.

Ao discutir, em 1887, as bases científicas que sustentariam as pretensões separatistas da província paulista, mostrando que as mesmas estariam de acordo com a evolução natural do organismo político, deixa claro que esta alteração na condição política da província, lhe traria as mudanças necessárias a sua modernização. A separação política da província mudaria a atitude dos seus cidadãos que se aprimorariam moral e intelectualmente e se aplicariam mais no progresso da região. São Paulo progrediria e se reuniria ao grupo das nações mais modernas, junto com a província progrediriam seus habitantes.

De acordo com Alberto Sales, portanto, tal alteração da situação política, por si só, traria o aprimoramento material e moral da população. Não discute mudanças nas esferas do funcionamento da sociedade, da produção, da organização do trabalho, do comércio, etc. Esta postura faz com que suas observações sobre a organização política tenham afinidades com os interesses

das elites políticas e econômicas de São Paulo, elites ascendentes devido à pujança econômica da província, mas que não percebiam no estado imperial possibilidades de ver seu poder econômico convertido em ações de seu interesse pelo poder central. Tais elites, ainda atreladas aos interesses do mundo rural, não tinham interesse em promover mudanças que pudessem ameaçar as condições de seu status e posição social, queriam um governo voltado a atender suas necessidades, mas não disposto a mudar as condições de sujeição da população trabalhadora e pobre e muito menos disposto a conceder poder político a esta população pela ampliação da participação no processo eleitoral. Aceitavam mudanças na organização da produção, no plantio, na colheita, na adubação, no transporte, no processamento, etc., sem, no entanto, permitir alterações significativas nas relações de trabalho, ou seja, desde que as condições de seu domínio político e social não fossem ameaçadas.

De maneira mais ampla, o projeto de nação contido nas propostas de Alberto Sales, atende os interesses dos grupos ligados ao mundo rural, que detinham o poder político e social nas esferas locais do país. Não apenas a elite paulista estava insatisfeita com o Império, as elites das distintas regiões do país, cujos interesses não mais podiam ser satisfeitos pela estrutura imperial, estavam desejosas por mudanças. Queriam reorganizar o Estado buscando formas de prover suas necessidades de crédito e mão de obra, porém, sem abrir mão das condições de seu domínio político e social. A transição no regime de governo e as alterações na estrutura política e administrativa, permitiram a manutenção de um Estado forte e centralizado na figura do Presidente e, ao

mesmo tempo, permitiram a manutenção da estrutura de poder local e o papel central dos coronéis.

Em diversos momentos afirmou-se que tanto Pereira Barreto quanto Alberto Sales se inserem na disputa que grupos emergentes travavam contra representantes do antigo regime pela direção do país, ou ao menos das bases sob as quais o país se organizava, e que seu papel era fornecer justificativa intelectual, na esfera do discurso, para tais grupos. Tal afirmação não implica em considerar que os autores tiveram relação meramente instrumental com as ideias que professavam ou que organizassem seus argumentos de modo mais crítico e contundente contra o antigo regime por encontrarem-se afastados das esferas de poder.

Por mais que seus projetos para o país não tenham se realizado, ambos demonstraram também com suas ações o desejo de os verem concretizados. Pereira Barreto, desde sua volta ao Brasil após seu período de estudos na Europa para onde foi ainda adolescente, demonstra o desejo de modernizar o país, de desenvolvê-lo técnica e cientificamente para levá-lo ao estágio da industrialização, aplicou-se com afinco a desenvolver a agricultura, em estudar formas de promover a policultura necessária para alimentar a futura classe operária e também as necessidades de insumo da indústria, trocava experiências com cientistas e agrônomos de diversas partes do planeta. Junto com sua família, foi peça fundamental ao desenvolvimento do café no Oeste Paulista. Com o conhecimento que possuía em agronomia e nos processos de processamento de alimentos e bebidas, ajudou a fundar indústrias no interior paulista. Adere ao discurso científico, de inspiração positivista, e aplica este

discurso na crítica das condições sob as quais se organizava o Império e ao bacharelismo que o sustentava, não por estar longe dos círculos de poder, mas por buscar aplicar o conhecimento que absorveu para modernizar a sociedade, e, nesta sociedade moderna, não haveria espaço para os “legistas” e suas abstrações distantes das condições concretas de existência.

A atuação de Alberto Sales para ver seu projeto de sociedade moderna concretizado também não fica restrita à produção intelectual. No terceiro capítulo foi destacado o papel que atribuía à propaganda e à educação como duas ferramentas fundamentais para mudar os hábitos mentais dos indivíduos, sem tais ferramentas não seria possível mudar o espírito dos indivíduos e, deste modo, prepará-los para as reformas necessárias. A princípio, quando acreditava na imprensa como importante órgão de propaganda, não apenas contribuía para a propaganda publicando artigos como, em determinado momento torna-se co-proprietário e redator do jornal “A Província de São Paulo”. Neste momento, intensifica sua atuação como jornalista e, por não conceder exceção às críticas que faz estendendo-as ao Partido Republicano e a muitos de seus líderes, pois esta era a função social da imprensa, vê-se coagido por seu irmão mais velho a abandonar o jornal e encerrar sua participação como co-proprietário. Dedicar-se também à educação, foi professor no Colégio Culto à Ciência em Campinas e, em 1898⁴, torna-se diretor da Escola Normal de São Paulo, substituindo sempre qualquer professor que faltasse. Mantém-se, até o fim, firme em sua crítica à política e a sua organização, como o regime republicano não se organizou do modo que

⁴ Segundo Vita (1965) assume tal cargo em 1898, de acordo com Ribeiro Jr (1983) o diretor anterior abandonara o cargo nesta data, mas o cargo só veio a ser preenchido por Alberto Sales em 1900.

imaginava continua desejoso de mudanças, leva adiante suas críticas ao regime político.

4.2.1. Poder e propriedade na rivalidade intelectual

Na disputa simbólica que ocorre durante as diversas transformações pelas quais passa o país – políticas, econômicas e sociais – o embate em torno da hegemonia do discurso intelectual que legitimará a nova situação se dará, em uma primeira aproximação, entre os defensores do regime imperial, monarquistas, e os desejosos por mudanças. Dentre os que entendem que o país deve mudar e se organizar sobre novas bases há os atores que adotam o discurso científico, é preciso pensar o Brasil de acordo com o discurso da ciência e sempre em comparação com os países desenvolvidos, é a modernização, o progresso e a civilização destes países que se busca alcançar.

Como se procurou mostrar, dentre os que adotam o discurso científico para propor uma nova nação em oposição ao Estado monárquico organizado e expressado pelo discurso do bacharelismo liberal, Pereira Barreto e Alberto Sales se posicionam em torno de polos distintos sobre qual será o agente das mudanças: a sociedade, da esfera da produção material, ou o estado, da esfera das relações de poder.

Em seu texto *Poder e propriedade na teoria social* Pels (1998) toma os conceitos de poder e propriedade como centrais para o pensamento social moderno. Em torno destes termos se organizam boa parte dos discursos da teoria política, da sociologia, da economia e da jurisprudência. A centralidade de tais conceitos dá origem a duas tradições que se excluem mutuamente se organizam em torno dos mesmos: “em uma tradição, o poder é rotineiramente apresentado como o conceito fundamental e a propriedade como seu derivado, enquanto a outra tradição se comprometeu a reverter essa ordem de prioridade lógica” (PELS, 1998, p. 4). A tradição que toma o poder como conceito central, e a partir do qual a sociedade é estruturada, centra a discussão na organização política, por outro lado, a tradição que se organiza em torno do conceito de propriedade, pela qual a sociedade determina qual será a forma de governo, centra a discussão na esfera da produção, do trabalho e da propriedade.

É interessante notar que, para Pels, a rivalidade entre as tradições que se apoiam nestes conceitos não pode ser explicada apenas pela referência ao contexto social ou político as quais elas procuram abarcar, “já que tais argumentos ao mesmo tempo „agem sobre” estas realidades de modo a alterar o balanço de forças” (PELS, 1998, p. 6). Na disputa entre os conceitos de poder e propriedade, e as diversas versões que assumem, os mesmos não devem ser considerados meros “artefatos ideológicos”, já que não apenas expressam mas também ordenam o desenvolvimento estrutural da economia e da política, “puxam e empurram” a realidade e não refletem-na simplesmente.

Por outro lado, esses conceitos agem também um sobre o outro por estarem imbricados em um contexto de rivalidade. Assim, não é suficiente

localizar as ideias dos autores que trabalham com tais conceitos em relação ao contexto econômico, político e social ao qual se referem, existe também, como define Skinner (1999), um contexto intelectual ao qual tais autores devem se referir e um vocabulário normativo que devem utilizar, não apenas para legitimar suas ideias, mas também por tal contexto intelectual e vocabulário fornecerem os limites e as possibilidades de pensar a realidade e de elaborar propostas.

Esta divisão entre estado e sociedade civil, segundo Pels, corresponde no processo histórico da modernidade à ambição dos liberais:

Esta suposta distinção natural entre propriedade e soberania, hoje amplamente reconhecida, ajudou a legitimar a auto-emancipação burguesa por trazer à propriedade privada e à sociedade civil uma esfera autônoma de apreciação, ao fazer retroceder a irritante confusão do monopólio e da interferência do Estado. Simultaneamente, propriedade e sociedade civil foram consideradas como 'fundamentais' e infraestruturais frente o poder público, o qual era cada vez mais contrastado com a sociedade em termos de parasitismo e de lazer em comparação ao trabalho produtivo. Desta forma, a divisão conceitual tanto personificou quanto legitimou o desejo de independência e de reconhecimento social das classes ascendentes de comerciantes e empresários. Uma clara mudança do vocabulário era necessária, a qual não só definiu propriedade e sociedade civil como nitidamente diferentes, e fundamentais, em oposição à soberania e o Estado, mas que também naturalizou tanto a distinção quanto a ordem de primazia. Desta forma, propriedade e sociedade civil transformaram-se em eufemismos, ou auto-denominações, para a burguesia aspirante, ou mais especificamente, de seus porta-vozes intelectuais e políticos (PELS, 1998, p. 26).

A distinção entre os conceitos corresponde, portanto, a necessidade de afirmação, independência e reconhecimento da burguesia. O vocabulário que legitima a supremacia da sociedade civil frente ao Estado, corresponde aos interesses do comércio e da indústria e foca na esfera da produção e organização material, por outro lado, o vocabulário centrado no conceito de poder foca nas relações entre pessoas e Estado e deixa de lado o mundo dos objetos. Tal relação não é, no entanto, tão simples ou automática, a propriedade não se torna mais importante toda vez que o capitalismo avança, e o poder não está sempre ligado à ordem tradicional. Para Pels, existe um jogo complexo de avanço e recuo na rivalidade entre os conceitos, rivalidade que após a fissura inicial cresce progressivamente. Conforma-se um contexto intelectual no qual o desenvolvimento dos conceitos de poder e propriedade, Estado e sociedade civil, evolui de acordo com uma lógica de rivalidade intelectual, neste contexto os intelectuais agem de acordo com um filtro de conhecimento político moldado pela polêmica com rivais do campo intelectual.

“Desde que intelectuais monitoram-se uns aos outros tão cuidadosamente como monitoram a "realidade", sua construção analítica do mundo está inevitavelmente sobredeterminada por uma estratégia cognitiva excedente, a qual é o produto de uma interessada concorrência intra-intelectual” (PELS, 1998, p. 50). A definição dos conceitos, portanto, responde às necessidades das classes políticas e econômicas, mas também a interesses relativamente independentes de intelectuais ligados a estas classes. Com efeito, a oposição entre conceitos não apenas expressa interesses de proprietários de um lado e detentores do poder político do outro, como também responde a interesses dos intelectuais como competidores simbólicos, mas

interessados em modificar a realidade. Para Pels, “os dois conceitos mestres de propriedade e poder, estão ligados entre si por tantos laços históricos que os problemas de definição em ambos os lados permanecem insolúveis a menos que sejam estudados como conceitos pares” (1998, p. 02).

Assumindo que na moderna teoria social os autores situem-se em um dos polos da disputa intelectual que se organiza em torno do conceito de propriedade ou de poder, não apenas como forma de rivalizar com seus oponentes e persuadir os indivíduos que consideram significativos, mas também como meio de refletir e buscar alterar a realidade, é possível situar Pereira Barreto e Alberto Sales em polos opostos.

Pereira Barreto logo deixaria clara sua posição sobre aqueles que permaneciam preocupados com a política, afirma já em seus primeiros escritos que os tempos haviam mudado e que, no mundo moderno, o social se sobrepunha a política. É claro para ele que a solução dos problemas humanos estava em ações na esfera da sociedade e não em reformas políticas. Ao afastar-se da tradição ligada ao poder e, deste modo, opor-se ao bacharelismo liberal, marca sua postura no interior da esfera intelectual e foca-se em discutir as condições de funcionamento da sociedade civil. Conhece a forma como seus “rivals” organizam sua compreensão e suas ações em relação à realidade e procura demonstrar como tais indivíduos estão estagnados em um tempo passado, preocupados com questões que não dizem respeito às coisas concretas, mas ao “mundo das nuvens”.

Ao estruturar cientificamente suas ideias, Pereira Barreto elabora o discurso que legitima as ações na esfera da organização produção dos grupos

ligados ao desenvolvimento capitalista no país. Não reflete simplesmente o contexto econômico e social ou as aspirações de tais grupos, procura conduzir mudanças na sociedade e opõe-se abertamente aos intelectuais ligados ao mundo agrícola tradicional.

Do lado oposto desta rivalidade encontramos Alberto Sales, interessado em transformar a organização política brasileira ao reformular justamente as relações entre indivíduos e entre estes e o Estado. Opõe-se à estrutura monárquica e seus representantes através do discurso científico que incorporava, à época, o espírito da modernidade, do novo mais afeito à nação que aspirava deixar para trás sua formação colonial e atrasada. Mantem, no entanto, afinidades com grupos ligados ao tradicional mundo rural, aos poderes locais ligados à dominação tradicional; grupos que não tem interesse em alterar significativamente à esfera da produção e das relações de trabalho, fonte de seu poder político e econômico. Alberto Sales deseja uma sociedade moderna e industrializada, porém, seus laços estruturais e formação intelectual lhe impõe projeto de nação que procure reformular as bases do poder tradicional sem alterar as condições de sua dominação.

Ao contrário de Pereira Barreto que critica abertamente os interessados apenas em mudanças políticas, Alberto Sales por simples abstenção em discutir a questão da propriedade, da produção e do trabalho mostra reconhecer o campo oposto. Ao indicar que mudanças do regime político e da estrutura do governo trariam progresso moral e material sem, no entanto, discutir as bases sobre as quais se organizaria e se progresso e como se caracterizaria, recusa-se, conscientemente ou não, em reconhecer a

validade das reivindicações dos que organizam seu discurso em torno do conceito de propriedade.

Considerações finais

Procurou-se mostrar como a constituição do estado imperial ocorre em sintonia com as diversas lideranças regionais então existentes no território brasileiro, unidas em torno de um projeto de nação que garantisse a reprodução da sociedade em suas principais estruturas, isto é, o latifúndio, a monocultura e a mão-de-obra escrava. Garantidas as condições de domínio político, econômico e social, as elites agrárias unem-se para dar suporte à forma de governo que exclui não apenas a possibilidade de uma revolução popular, a qual acabaria, na sua percepção, por envolver os escravos, como também qualquer possibilidade de participação das massas na direção política do país. O consenso em torno do Império mantém-se enquanto este se vê capaz de garantir aos grupos dominantes locais não apenas as condições de seu domínio político e social sobre a massa da população, como também capaz de atender as diversas demandas por capitais, investimentos e mão-de-obra.

São diversos os fatores ligados à crise do estado imperial: esgota-se a capacidade do Império em atender as diversas demandas locais; agrava-se a situação financeira do governo central, sufocado por dívidas crescentes; evidencia-se a incapacidade administrativa da estrutura de governo atrasada e fechada à participação mais efetiva dos governos locais na direção dos investimentos regionais; o papel cada vez maior das cidades na dinâmica social e econômica do país, resultante do desenvolvimento comercial e urbano

do país, que leva ao crescimento de classe urbana educada impedida de crescer politicamente devido ao poder político impositivo dos chefes rurais.

Neste contexto, os diversos grupos insatisfeitos e desejosos de modernização do país, levando-o a outro estágio político e social mais em sintonia com as tendências científicas em voga buscarão imprimir ao país o seu entendimento de como deveria ser a transição rumo à modernidade e procurarão estender esta compreensão à esfera da ação concreta. Como se procurou mostrar, os diferentes grupos interessados em ver suas demandas atendidas pelo Estado possuem aproximações e compreensões distintas de seu papel. Alguns buscarão determinar como será a organização e a estrutura política do novo regime, outros procurarão por meios de reorganizar a esfera da produção e da sociedade civil de modo a atender seus interesses de modernização da estrutura produtiva do país.

Embora conservadora, a modernização acabaria por transbordar os limites dos sistema monárquico, arrastando-o consigo. O Estado persistiria como personagem central, mas agora contracenando com uma sociedade mais complexa que o obrigaria a mudanças e adaptações: acima de tudo, seria forçado a sintonizar-se com as novas forças que emergiam com a expansão econômica e em boa parte a dirigiam. Aos poucos, a monarquia começou a se mostrar inelástica e apertada demais para confortar toda aquela dinâmica (NOGUEIRA, 1984, p. 73).

Ao retomar as obras e ações de Pereira Barreto e Alberto Sales, destacando aspectos de sua formação escolar e do contexto intelectual brasileiro no século XIX, buscou-se mostrar que tais autores têm afinidades em

suas propostas de modernização do país com dois setores distintos da sociedade brasileira com projetos bem demarcados para o futuro da nação. Ambos acreditam-se apoiados em análise científica da realidade do país e agem de modo a terem seus projetos concretizados, não os usando apenas como crítica ao governo ou como modo de reelaborar na esfera do discurso as condições de dominação de um determinado grupo.

Ao recuperar a conjuntura intelectual brasileira no século XIX, suas peculiaridades e as características herdadas da formação social, política, econômica e intelectual por influência da herança portuguesa, buscou-se por compreensão das características da esfera intelectual nacional durante o século XIX que explicasse a “sensação” de pouco apego às ideias que se tem dos autores do período, de seu uso apenas como modo de ornamentar e organizar os discursos e não as práticas. A importância da ornamentação e da ostentação de ideias de modo a enriquecer a oratória é, certamente, um aspecto da esfera intelectual brasileira, em boa medida herança da tradição retórica portuguesa, mas é também, como se viu, fruto da imposição e do domínio político dos interesses agrários. Dos chefes rurais locais dependia a eleição dos políticos no período e, pouco importa se conservadores ou liberais, os futuros deputados dependiam da boa vontade de seus “patrocinadores”, assim não podiam agir contra tais interesses. Deste modo, não havia espaço para efetivação no plano das relações concretas das belas ideias professadas na Academia ou no Parlamento. No entanto, novos grupos urbanos e bem sucedidos trazem mudanças e impõem seus interesses no campo das ideias, o progresso material repercutia no sistema intelectual e político. “O ecletismo reinava absoluto quando as novas forças sociais começariam a ascender e a se

converter em base para a difusão do naturalismo, do evolucionismo e do positivismo, bem mais ajustados às aspirações de progresso e reforma político-social que passariam a se generalizar” (NOGUEIRA, 1984, p. 79).

Neste momento de transição e de transformações pelas quais passava o país, a luta pela hegemonia intelectual, pelo controle da interpretação e direção simbólica do processo, é fundamental para entender as posições dos autores estudados assim como dos grupos dos quais expressam os interesses. Como discutido, o embate entre humanismo clássico e ciência é fundamental à compreensão e caracterização da esfera intelectual brasileira no período. A disputa pela produção da interpretação da realidade é característica da constituição e consolidação do pensamento científico moderno em oposição a o humanismo classicista em diversas sociedades. Há grupos interessados nas aplicações práticas da ciência para o desenvolvimento técnico da sociedade, grupos para os quais o vocabulário cientificista vigente na Europa se impõe. Para eles, o discurso científico possibilita a crítica à sociedade e ao governo imperial e abre possibilidades de ascensão social e de reconhecimento e espaço na arena política. Para os grupos dominantes, no entanto, não interessam mudanças que provoquem alterações na estrutura social e política, deve ocorrer uma modernização sem mudanças, tais grupos aferram-se na defesa da perpetuação do pensamento humanístico e da erudição livresca.

Ao vincular suas análises e ações ao desenvolvimento técnico e científico das bases concretas da produção Pereira Barreto sintetiza os interesses dos grupos ligados ao comércio e à indústria, grupos interessados no desenvolvimento econômico do país em condições capitalistas, grupos que no momento de definição das bases da nova nação, no entanto, articulam-se

aos interesses mais tradicionais e atrasados do país em sua defesa das condições políticas, econômicas e sociais de dominação tradicional.

Alberto Sales, por seu lado, formula as bases teóricas de organização política e administrativa do Estado consolidada por seu irmão Campos Sales, organização que excluía a participação no governo das massas despreparadas, que atribuía papel meramente decorativo às assembleias legislativas, que afirmava à administração pública como executora das formulações dos mais sábios e preparados e que atribuía ao governo central apenas a direção dos interesses gerais da nação, deixando para as administrações regionais a condução dos negócios locais. Por certo, Alberto Sales desilude-se constantemente com os caminhos tomados pelo Partido Republicano, pela imprensa e, ao final, pela República. Mesmo descontente, nega-se em atribuir tais descaminhos à índole ou ao caráter dos políticos e das classes dirigentes, persiste em culpar a forma de regime político, o presidencialismo que não se adéqua às peculiaridades nacionais.

Referências Bibliográficas

Obras de Luís Pereira Barreto:

- Artigos publicados na **Revista Agrícola**.
- BARRETO, Luís Pereira. **Soluções positivas da política brasileira**. São Paulo: Escala, 2007.
- _____. **Obras filosóficas** (vol III). Londrina: UEL, 2003. (Organizador: Roque S. M. de Barros).
- _____. **Obras filosóficas** (vol II). Londrina: UEL, 2001. (Organizador: Roque S. M. de Barros).
- _____. **Obras filosóficas** (vol I). São Paulo: Grijalbo, 1967. (Organizador: Roque S. M. de Barros).
- _____. **A vinha e a civilização** (1896). In: PAIM, Antônio (Org.). **Plataforma política do positivismo ilustrado**. Brasília: Unb, 1981.
-

Obras de Alberto Sales:

- Artigos publicados no jornal **A Província de São Paulo**.
- SALES, Alberto. **Ciência política**. Ed. fac. sim. Brasília: Senado Federal, 1997 (1891).
- _____. **A pátria paulista**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983 (1887).
- _____. **O governo popular** (1904). In: PAIM, Antônio (Org.). **Plataforma política do positivismo ilustrado**. Brasília: Unb, 1981.
- _____. **Balanço político**: necessidade de uma reforma constitucional (1901). In: PAIM, Antônio (Org.). **Plataforma política do positivismo ilustrado**. Brasília: Unb, 1981.
- _____. **Catecismo republicano** (1885). In: VITA, Luis W. **Alberto Sales**: ideólogo da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- _____. **Ensaio sobre a moderna concepção de direito**. São Paulo: Tipografia da Província, 1885.
- _____. **Política republicana**. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger & Filhos, 1882.

Bibliografia

- ADORNO, Sérgio. **Os aprendizes do poder**: o bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- ALONSO, Ângela M. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual brasileiro na primeira década republicana, **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 85, nov. 2009.
- _____. **Ideias em movimento**: a geração 70 na crise do Brasil-Império. Tese de doutoramento. Usp: São Paulo, 2000.
- _____. **Positivismo**: uso tópico, o projeto civilizatório de Luís Pereira Barreto. Dissertação de Mestrado. Usp: São Paulo, 1994.
- ARANTES, Paulo. O positivismo no Brasil, **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 21, jul. 1988a.

- _____. Manias e campanhas de um benemérito: breve nota sobre o Dr. Pereira Barreto e o positivismo no Brasil, em resposta a Luiz Antônio de Castro Santos, **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, out. 1988b.
- ASSOCIAÇÃO Comercial de Santos. **Atas das sessões ordinárias**.
- _____. **Relatório de atividades da Associação Comercial de Santos**.
- BARROS, Roque S. M. de. **A evolução do pensamento de Pereira Barreto**. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1967.
- BASTOS, Élide Rugai. Ordem e progresso: Gilberto Freire. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. Vol. 2. São Paulo: Senac, 2001.
- _____. A sociologia nos anos 30. In: D'INCAO, Maria Ângela. (org). **História e ideal**: ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- _____. **Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira**. Tese de Doutorado. PUC: São Paulo, 1986.
- BASTOS, Élide Rugai; RÊGO, Walquíria G. D. Leão. A moralidade do compromisso. In: BASTOS, Élide Rugai; RÊGO, Walquíria G. D. Leão (Org.) **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'Água, 1999.
- BASTOS, Tavares. **Os males do presente as esperanças do futuro**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.
- BEN-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BENOIT, Lelita O. **Sociologia comteana**: gênese e devir. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- BOSI, Alfredo. **Ideologia e contra ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- _____. O positivismo no Brasil: uma ideologia de longa duração. In: PERRONE-MOISÉS, Leila. **Do positivismo à desconstrução**. São Paulo, Edusp, 2004.
- _____. A escravidão entre dois liberalismos. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- _____. A arqueologia do Estado-Providência: sobre um enxerto de ideias de longa duração. In: _____. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de *habitus* e de campo. In: _____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p. 59-74.
- _____. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.
- _____. Campo de poder, campo intelectual e *habitus* de classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003. p. 183-202.
- _____. Algumas propriedades dos campos. In: _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 89-94.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Hucitec, 2007.
- BRESCIANI, Stella. Planos e projetos para intervenções na cidade de São Paulo (1890-1930): a polêmica entre arte e ciência. In: HEIZER, Alda;

- VIDEIRA, Antônio A. P (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2010.
- BRUNI, José C. **Poder e ordem social na obra de Auguste Comte**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 1989.
 - BURKE, E. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília: Unb, 1997.
 - CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente—Campos Sales. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. t. III. O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
 - CARONE, Edgar. **O pensamento industrial no Brasil (1880-1945)**. Rio de Janeiro/São Paulo: Difel, 1977.
 - CARVALHO, José Murilo. de. História intelectual do Brasil: a retórica como chave de leitura. **Topoi**, Rio de Janeiro, nº1, p. 123-152.
 - _____. A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: _____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
 - _____. **Teatro de sombras: a política imperial**. São Paulo: Edições Vértice, 1988.
 - _____. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
 - CARVALHO, Maria A. Rezende de. **O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan / Iuperj-Ucam, 1998.
 - COELHO, Edmundo Campos. **As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1999.
 - COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores.
 - _____. **Catecismo positivista**. São Paulo: Nova Cultural, 1991. Coleção Os Pensadores. Dissertação de Mestrado. Usp: São Paulo, 2006.
 - _____. **Discurso sobre o espírito positivo**. Porto Alegre: Globo, 1976.
 - **CONGRESSO Agrícola**. Edição fac-similar dos anais do Congresso Agrícola, realizado no Rio de Janeiro, em 1878. -Introdução de José Murilo de Carvalho. Fundação Casa de Rui Barbosa: Rio de Janeiro, 1988.
 - COSTA, Ana M. Machado da. **O apostolado positivista e o castilhismo na construção do direito do trabalho no Brasil**. Dissertação de Mestrado: PUC-RGS, Porto Alegre, 2006.
 - COSTA, Milene Ribas da. **A implosão da ordem: a crise final do Império e o movimento republicano paulista**. Dissertação de Mestrado: Usp, São Paulo, 2006.
 - COSTA, Wilma Peres. A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 10, jun. 1998.
 - _____. **A espada de Dâmocles: o exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império**. São Paulo: Hucitec /Unicamp, 1996.
 - CRUZ COSTA, João. **Contribuição à história das ideias no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
 - _____. **O positivismo na república**. São Paulo: Editora Nacional, 1956.
 - CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: o ensino superior, da Colônia à Era Vargas**. São Paulo: Unesp, 2007.

- DANTES, Maria Amélia M. Os positivistas brasileiros e as ciências no final do século XIX. IN: HAMBURGUER, Amélia I. et al (Orgs). **A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)**. São Paulo: Edusp, 1996.
- DEAN, Warren. A industrialização durante a República Velha. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. t. III. O Brasil republicano, v. 8: estrutura de poder e economia (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- DENIPOTI, Cláudio. Comércio e circulação de livros entre França e Portugal na virada do século XVIII para o XIX *ou* Quando os ingleses atiraram livros no mar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 56, 2008. p. 431-448.
- EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos**. Campinas: UNICAMP, 1989.
- _____. **Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FAORO, Raimundo. **Os donos do poder**. São Paulo: Globo/Edusp, 1975.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Ática, 1978.
- _____. **Circuito fechado**. São Paulo: Hucitec, 1976(a).
- _____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976(b).
- _____. Da escravidão ao trabalho livre. In: BASTIDE, R. **Branços e negros em São Paulo**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. **Centralização e descentralização no Império: o debate entre Tavares Bastos e Visconde de Uruguai**. São Paulo: 34, 1999.
- FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790-c.1840**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FRANCO, Maria Sylvia de C. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. As ideias estão no lugar, **Cadernos Debate**, nº 1. Ed. Brasiliense: São Paulo, 1976.
- FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. São Paulo: Global, 2006.
- _____. **Ordem e progresso**. São Paulo: Global, 2004.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- GODOY, José Henrique A. de. **Da opulência à ganância: coronelismo e mudança social no Oeste Paulista (1889-1930)**. Tese de Doutorado. USP: São Paulo, 2006.
- GOMES, Ângela de Castro. História, ciência e historiadores na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2010.
- GOLDMANN, Lucien. **Sociologia do Romance**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

- GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1978.
- GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- IANNI, Octávio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec, 1988.
- LAMOUNIER, Maria Lúcia. **Da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879**. Campinas: Papirus, 1988.
- LANNA, Ana Lúcia. **A transformação do Trabalho**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1988.
- LEAL, Elisabete da Costa. O calendário republicano e a festa cívica do descobrimento do Brasil em 1890: versões de história e militância positivista, **História**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 64-93, 2006.
- LEPENIES, Wolf. **As três culturas**. São Paulo: Edusp, 1996.
- LESSA, Renato. **A invenção republicana: Campos Salles, as bases e a decadência da Primeira República brasileira**. São Paulo/Rio de Janeiro: Vértice/ IUPERJ, 1988.
- LINS, Ivan. **História do positivismo no Brasil**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.,
- LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada: ideias para o melhoramento moral e material da lavoura brasileira no século XIX**. Tese de doutoramento. Campinas: UNICAMP, 1998.
- LOVISOLO, Hugo. Positivismo na Argentina e no Brasil, **RCBS**, n. 19, ano 7, jun. 1992.
- LUKÁCS, Georg. **A teoria do romance**. São Paulo: 34, 2000.
- KUHLMANN JR, Moysés. Congressos profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2010.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S (org). **Introdução crítica à sociologia rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- _____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo das contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.
- _____. **A imigração e crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo saquarema**. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **O Norte agrário e o Império**. Rio de Janeiro/Distrito Federal: Nova Fronteira/INL, 1984.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MICELI, Sérgio. **História das ciências sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989.
- MILET, Henrique Augusto. **A lavoura da cana de açúcar**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1989.
- MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. **A socialização da força de trabalho: instrução popular e qualificação profissional no Estado de São Paulo – 1873 a 1934**. Tese de Doutorado, Usp: São Paulo, 1990.

- _____. **O ideário republicano e a educação**: o colégio -Culto à Ciência de CampinasII (1869-1892). Dissertação de Mestrado, Usp: São Paulo, 1981.
- MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). **Auguste Comte**: sociologia. São Paulo: Ática, 1978. Série Grandes Cientistas Sociais.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- NACHMAN, Robert G. Positivism and revolution in Brazil's first republic: the 1904 Revolt. **The Americas**, vol. 34, n. 1, jul. 1977, p. 20-39.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. t. III. O Brasil republicano, v. 9: sociedade e instituições (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- NEDER, Gizlene. **Os compromissos conservadores do liberalismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.
- NEVES, Margarida de Souza. Ciência, civilização e república. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2010.
- NISBET, Robert. **História da ideia de Progresso**. Brasília: Unb, 1985.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As desventuras do liberalismo**: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- NOVAIS, Fernando A. O reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In: _____. **Aproximações**: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- _____. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.
- PAIM, Antonio. **História das ideias filosóficas no Brasil**. Londrina: Uel, 1997.
- _____. **Plataforma política do positivismo ilustrado**. Brasília: Unb, 1981.
- _____. Como se caracteriza a ascensão do positivismo. **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. XXX, fasc. 119, jul./set. 1980, p. 249-269.
- _____. Introdução à filosofia contemporânea no Brasil: a mentalidade positivista. **Revista Brasileira de Filosofia**, vol. XVI, fasc. 64, out./dez. 1966, p. 549-576.
- PAMPLONA, Marco A. A revolta era da vacina?. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2010.
- PAZELLO, Ricardo Prestes. O -pensamento brasileiroII e o bacharelismo: uma revisão conceitual do fenômeno bacharelístico. **Revista Sociologia Jurídica**, n. 12, jul./dez. 2012.
- PELS, Dick. **Property and power in social theory**: a study in intellectual rivalry. Taylor & Francis, 1998.
- PEREIRA, Valter P. **A ideia de progresso na formação social brasileira**: das academias literárias à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Tese de doutoramento. São Paulo: Usp, 1999.
- PESSOA, Reynaldo C. **A ideia republicana no Brasil, através dos documentos**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1973.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Classes médias urbanas: formação, natureza, intervenção na vida política. In: FAUSTO, Boris. **História geral da**

- civilização brasileira. t. III. O Brasil republicano, v. 9:** sociedade e instituições (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- POCOCK, John G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: Edusp, 2003.
 - PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
 - _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
 - _____. **Evolução política do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1961.
 - QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. t. III. O Brasil republicano, v. 8:** estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
 - REAL, Victor K. Corte. Propaganda política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX, **Nucom**, Limeira, ano 4, n. 12, out./dez. 2007.
 - REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional:** estudos econômicos; propaganda abolicionista e democrática, (1983). Edição fac-similar. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1988.
 - RÊGO, Ruben Murilo Leão. **O sentimento do Brasil (Caio Prado Júnior – continuidades e mudanças no desenvolvimento da sociedade brasileira)**. Tese de doutoramento. São Paulo: Usp, 1995.
 - RÊGO, Walquíria G. D. L. **Um liberalismo tardio: (Tavares Bastos, reforma e federação)**. Tese de doutoramento. São Paulo: Usp, 1989.
 - REIS, Elisa. Elites agrárias, *state-building* e autoritarismo. In: **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 25, n. 3, p. 331-47, 1982.
 - RIBEIRO JR, João. **Alberto Salles:** trajetória intelectual e pensamento político. São Paulo: Convívio, 1983.
 - RIDINGS, Eugene. **Business interest groups in nineteenth-century Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
 - RINGER, Fritz K. **O declínio dos mandarins alemães:** a comunidade acadêmica alemã. São Paulo: Edusp, 2000.
 - SAES, Décio A. M. de. **A formação do Estado burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
 - SALES, Manoel Ferraz de Campos. **Da propaganda à presidência**. São Paulo: Tipografia A Editora, 1908.
 - SALLUM JR, Brasília. **Capitalismo e cafeicultura:** oeste-paulista (1888-1930). São Paulo: Duas Cidades, 1982.
 - SANTOS, Luiz A. de Castro. Meia palavra sobre a -filosofia positivall no Brasil: diálogo com Paulo Eduardo Arantes. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 22, out. de 1988.
 - SCHWARZ, Roberto. Discutindo com Alfredo Bosi. In: **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 36, julho de 1993.
 - _____. As ideias fora do lugar. In: _____. **Ao vencedor as batatas:** forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Duas Cidades, 1981.
 - SILVA, José F. Graziano da et. al. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1980.
 - SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndios:** efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 1996.

- SILVA, Sérgio. **Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SIMÃO, André L. **Congressos Agrícolas de 1878**: um retrato do reformismo ao final do século XIX. Dissertação de Mestrado: Unicamp, Campinas, 2001.
- SINGER, Paul. O Brasil no contexto do capitalismo internacional 1889-1930. In: FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira. t. III. O Brasil republicano, v. 8**: estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- _____. **Razão e retórica na filosofia de Hobbes**. São Paulo: Unesp, 1999b.
- _____. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1999c.
- _____. Meaning and Understanding in the History of Ideas. **History and Theory**, vol. VIII n. 1, p. 3-53, 1969.
- STOLCKE, Verena; HALL, Michael. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo, **Revista Brasileira de História**, São Paulo, Marco Zero, nº 6, setembro de 1983.
- **TRABALHOS do Congresso Agrícola do Recife**. Edição Fac-Similar Comemorativa do Primeiro Centenário do Congresso Agrícola do Recife. Introdução de Gadiel Perruci, -O canto dos cisnes dos barões do açúcar: um congresso de classell. Fundação Estadual de Planejamento Agrícola de Pernambuco: Recife, 1978.
- VERGARA, Moema de Rezende. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase José Veríssimo da *Revista Brasileira* (1895-1900). In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio A. P (Org.). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: Mauad X / Faperj, 2010.
- VITA, Luis W. **Alberto Sales**: ideólogo da República. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México: Fondo de Cultura Económica, 2002.